

Revista

Contemporânea de ciências sociais aplicadas da Faplan

jul./dez. 2007 ano 4











Diretor da FAPLAN

Prof. dr. Lorivan Fisch de Figueiredo

Coordenador editorial

Prof. ms. Sidinei Cruz Sobrinho

Conselho editorial

Prof. dr. Ricardo Timm de Souza PUCRS

Prof^a. dr^a. Ruth M. Chittó Gauer PUCRS

Prof^a phd. Maria Emília Camargo UCS

Prof. Néstor Silva Universidad de Buenos Aires

> Prof. phd. Gilson Lima UFRGS e IPA

Prof. dr. Jairo Laser Procianoy UFRGS

Prof. dr. Carlos Ricardo Rossetto UNIVALI

Prof^a. dr^a. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger UNIJUÍ

> Prof. dr. Valdecir Simão FAPLAN - Unianhanguera

> Profa. dra. Sandra Leal FAPLAN - Unianhanguera

Prof. ms. João Paulo Agostini FAPLAN - Unianhanguera

Prof. ms. Claudionor Guedes Laimer FAPLAN - Unianhanguera

Prof. ms. Sidinei Cruz Sobrinho FAPLAN - Unianhanguera

Dra. Luciana Londero Brandli UFSC

Revista Contemporânea de ciências sociais aplicadas da Faplan

julho/dezembro • 2007 • ano 4 • n. 7



FAPLAN

méritos

Capa, diagramação e edição Charles Pimentel da Silva

Normatização Maria José Cruz - CRB 10/604

Coordenador editorial - Faplan Sidinei Cruz Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Contemporânea de Ciências Sociais Aplicadas da FAPLAN / Faculdades Planalto ano 4, n. 7 (jul./dez. 2007) - Passo Fundo: FAPLAN, 2004-

Semestral ISSN 1806-678X

- 1. Ciências sociais aplicadas Periódico
- 2. Administração 3. Direito 4. Ciências Contábeis
- I. Faculdades Planalto

Bibliotecária responsável: Maria José Cruz CRB 10/604

Méritos Editora Ltda. Página na internet: www.meritos.com.br E-mail: sac@meritos.com.br

© 2008, Faplan

Direitos exclusivos. Nenhuma parte desta obra, sem autorização da editora, poderá ser reproduzida ou retransmitida eletrônicamente, por fotografia, gravação ou quaisquer outros tipos de cópia ilegal.



Revista Contemporânea de Ciências Sociais Aplicadas da FAPLAN

Rua Paissandu, 1.200 - Bairro Centro Passo Fundo - RS - CEP 99.010-101 Fone: (54) 3045-1033 E-mail: revistacontemporanea@faplan.edu.br Home page: www.faplan.edu.br

Editorial

Promover o **ensino superior** de forma eficiente, para que os estudantes possam desenvolver seus **projetos de vida** como cidadãos capazes, conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades sociais. (MISSÃO - Anhanguera Educacional)

Iniciamos as atividades acadêmicas de 2008 com a apresentação de mais um número da *Revista Contemporânea de Ciências Sociais Aplicadas da FAPLAN*. O reinício, quando planejado, discutido e almejado, está além da mera repetição, principalmente quando se trata de *inteligência interpessoal*, como conceitua Goleman:

Inteligência interpessoal é a capacidade de compreender outras pessoas: o que as motiva, como trabalham cooperativamente com elas. As pessoas que trabalham em vendas, políticos, professores, clínicos e líderes religiosos bem-sucedidos provavelmente são todos indivíduos com alto grau de inteligência interpessoal. A inteligência intrapessoal... é uma aptidão correlata, voltada para dentro. É uma capacidade de formar um modelo preciso, verídico, de si mesmo e poder usá-lo para agir eficazmente na vida. (GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente.)

A Revista Contemporânea almeja ser e manter-se um subsídio acadêmico qualificado que se apresenta como instrumento eficaz para o desenvolvimento da vida intelectual e mesmo emocional do corpo docente, discente e demais leitores e colaboradores. Nessa perspectiva, temos trabalhado para ampliar horizontes, como no caso das publicações internacionais que começam a se consolidar neste periódico.

A quebra de paradigmas e a ampliação de horizontes também acontecem, em 2008, na Faplan, com a incorporação desta à Anhanguera Educacional, presente em seis estados da federação, somando mais de 40 unidades de ensi-

6 Editorial Sidinei Cruz Sobrinho

no. Sob esse prisma, teremos, a partir de então, a direção executiva do prof. Valdecir Simão e a vice-direção executiva do prof. João Paulo Agostini.

Os projetos que despontam servem como parâmetros para compreensão do planejamento deste retomar acadêmico. A *Revista Contemporânea* se reafirma e se desenvolve como lugar-comum para que o estudante *volte-se para dentro de si mesmo* num movimento produtivo de reflexão crítica e pertinente.

Considerando estes aspectos e todas suas dimensões intrínsecas, podemos afirmar que os leitores e colaboradores da *Revista Contemporânea* poderão identificar, nos textos que seguem, qualidade e eficiência para a promoção do **ensino superior**. O que o remete de imediato ao desenvolvimento dos seus **projetos de vida** como cidadãos capazes, conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades sociais. Em suma, o reinício considerado e planejado sob a ótica da Anhanguera Educacional possibilita mais que o reencontro, oferece a oportunidade do *encontro com o outro* e do cumprimento da missão e responsabilidade que surgem na alteridade de culturas e sonhos de cada um.

Prof. ms. Sidinei Cruz Sobrinho Coordenador editorial - FAPLAN

Sumário

SEÇÃO I - ADMINISTRAÇÃO

 Desenvolvimento regional e a gestão pública municipal: um estudo de caso em municípios do Meio Oeste catarinense 	
Eliane Salete Filippim, Carlos Ricardo Rossetto, Adriana Marques Rossetto	11
 O conjunto e a intensidade de necessidades no processo empreendedor durante os estágios de ciclo de vida nas organizações de Adizes 	
João Paulo Agostini, Leonardo Wolff	33
Strategy of sustainable development by the example of Department of Business Economics and Marketing: introduction of quality management system N. G. Bagaoutdinova, M. E. Camargo, A. V. Gumerov, A. N. Ibraghimova, A. M. Araslanov	53
O texto argumentativo e os caminhos do sentido	
Luciana Maria Crestani	67
SEÇÃO II - DIREITO	
 Estado democrático de direito: perspectiva e análise conceitual a partir de Jürgen Habermas 	
Sidinei Cruz Sobrinho	85

A fenomenologia hermenêutica e o novo horizonte para o direito	
Marcio Renan Hamel	115
Projeções sobre democracia e espaço público: (re)pensando o público José Carlos Kraemer Bortoloti, Sandra Leal	137
Risco e precaução no direito ambiental	
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, Tiago Schneider de Jesus	153
SEÇÃO III - CONTÁBEIS	
Análise do comportamento dos preços no primeiro dia de negociação das empresas estreantes na Bovespa no triênio 2004-2006	
Julio Cesar Cuter	171
Identificação dos custos ambientais na unidade industrial de Passo Fundo da empresa Bünge Alimentos S.A.	
Elisangela N. Brandli, Adalberto Pandolfo, Renata Reinehr, Jalusa Guimarães, Gustavo L. Brandli	183
Serviço bancário: satisfação e fidelização do cliente	222
Isabel Cristina Losch, Viviane Rossato Laimer	203
POLÍTICA EDITORIAL	219
PEDIDO DE ASSINATURA	223

Seção I

Administração

Desenvolvimento regional e a gestão pública municipal: um estudo de caso em municípios do Meio Oeste catarinense

Eliane Salete Filippim, Carlos Ricardo Rossetto, Adriana Marques Rossetto

O conjunto e a intensidade de necessidades no processo empreendedor durante os estágios de ciclo de vida nas organizações de Adizes

João Paulo Agostini, Leonardo Wolff

Strategy of sustainable development by the example of Department of Business Economics and Marketing: introduction of quality management system

N. G. Bagaoutdinova, M. E. Camargo, A. V. Gumerov, A. N. Ibraghimova, A. M. Araslanov

O texto argumentativo e os caminhos do sentido

Luciana Maria Crestani

São Miguel do Oeste

Desenvolvimento regional e a chape gestão pública municipal

Blumenau

um estudo de caso em municípios do Meio Oeste catarinense

> Eliane Salete Filippim*, Carlos Ricardo Rossetto**, Adriana Marques Rossetto***

Resumo: Este estudo teórico-empírico parte da premissa de que o desenvolvimento regional requer protagonistas que, numa ação integrada, tracem e executem planejamento capaz de promovê-lo. Outra premissa importante considerada é a de que as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos são fundamentais para o sucesso da implementação das políticas para o desenvolvimento. Uma vez que a gestão pública municipal tem sido apontada como um desses protagonistas na promoção do desenvolvimento regional, cabe o questionamento sobre qual é a visão dos gestores públicos municipais em relação ao conceito de desenvolvimen-

^{*} Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas pela UFSC; pós-doutoranda na EAESP/FGV/SP; professora e pesquisadora na UNOESC. E-mail: <eliane.filippim@unoesc.edu.br>.

^{**} Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela UFSC; coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração e Turismo da UNIVALI. E-mail <rossetto@univali.br>.

^{***} Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas pela UFSC, Coordenadora do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas; professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Turismo da UNIVALI. E-mail: <arossetto@univali.br>.

to. O objetivo central do artigo é, dessa forma, descrever e analisar a percepção dos gestores públicos municipais da região de abrangência da Associação dos Municípios do Meio Oeste de Santa Catarina (Brasil) sobre a questão colocada. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva na qual foram consideradas significativas as opiniões dos gestores entrevistados. Foi utilizada a análise de conteúdo como técnica de análise e interpretação, permitindo várias comparações dos dados coletados. Em relação ao método de estudo, optou-se pelo estudo de caso múltiplo. Observou-se que a visão econômica acerca do desenvolvimento apareceu, majoritariamente, na fala dos entrevistados, por meio da defesa das características: industrialismo, crescimento econômico, investimentos em infra-estrutura física.

Palavras-chave: Gestão pública municipal. Desenvolvimento regional. Município.

Abstract: This theoretical-empiric study has its starting point in the premise that the regional development requires main characters that make and carry on a planning which is able to promote this development. Another important premise considered is the one that the administrative-political structures and the acting of the involved characters are fundamental for the success of the implementation of the policies for the development. Once the municipal public administration has been pointed out as one of these characters for the regional development promotion, it is convenient to wonder what the view of the municipal public administrators in relation to the concept of development is. The central objective of the article is to describe and analyze the perception of the municipal public administrators of the Middle East Cities Association of Santa Catarina (Brazil) – about the stated question. It is a qualitative and descriptive research in which the opinion of the interviewed administrators was considered. The content analysis was use as a technique of analysis and interpretation. It has been observed that the economic view about the development has appeared, in its majority, at the speech of the interviewees, through the defense of the characteristics: industrialism, economic growth, investment in physical infrastructure.

Keywords: Municipal public administration. Regional development. County.

INTRODUÇÃO

Na reflexão sobre o tema do desenvolvimento, uma primeira problemática se apresenta: a freqüente confusão entre desenvolvimento e crescimento. A análise da literatura esclarece que os dois termos não são sinônimos, já que *crescimento* remete, quase que exclusivamente, à esfera econômica, excluindo aspec-

tos fundamentais, tais como o ecológico, o ético e o político. Os enfoques ético e político têm sido incorporados à discussão do desenvolvimento por autores como Sachs (2002), Brüseke (1995) e outros que alertam sobre a responsabilidade das gerações atuais para com as futuras gerações.

Longe de encontrar um modelo universal de desenvolvimento, já que é preciso considerar as particularidades de cada região, essa perspectiva de desenvolvimento deve substituir a maximização da produção material pela maximização do bemestar geral, compatibilizando as necessidades sociais, o crescimento econômico e a preservação da natureza (RAUD, 1998). Esse processo de geração de bemestar pode ser alcançado com a participação de todos os atores sociais por meio da utilização de estratégias de construção de redes sociais e de planejamento participativo (PAULA, 2005).

O tema deste estudo consiste na reflexão sobre as possíveis interações entre desenvolvimento regional e gestão pública municipal, tendo como território a região de abrangência da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC). O objetivo central foi a descrição e análise da visão dos gestores públicos municipais desse território acerca de desenvolvimento, questão que pode interferir na consolidação dos processos a serem implementados para o desenvolvimento das regiões.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois parece servir de maneira mais adequada aos propósitos deste trabalho e ao fenômeno investigado. Esse tipo de pesquisa é mais propriamente uma abordagem do que um conjunto particular de técnicas e sua adequação deriva da natureza de um fenômeno social a ser explorado (MORGAN; SMIRCICH, 1980). Dessa forma, entende-se que essa abordagem preocupa-se com uma realidade que é complexa e multifacetada. Como a pesquisa qualitativa pretende "compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação de estudo" (GODOY, 1995, p. 58), decidiu-se pela pesquisa de campo realizada no ambiente dos sujeitos pesquisados (os gestores públicos municipais da região da AMMOC).

Foram valorizadas as falas desses gestores em relação à dimensão *desenvol-vimento*, já que, segundo Pollit e Bouckaert (2002), sua visão tem valor para a pesquisa acadêmica devido à grande importância que os efeitos retóricos e simbólicos têm na esfera pública.

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, norteada pelo interesse em conhecer a comunidade e buscar relações teóricas e práticas entre desenvolvimento e administração pública. A descrição consistiu em transcrever as entrevistas, o contexto da região em análise e a percepção das pessoas entrevistadas. Quanto à técnica de pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo. O propósito dessa técnica é gerar conhecimento a partir de dados obtidos verbalmente (FREITAS; JANIESSEK, 2000). Deve, ainda, permitir que apareçam durante o processo fatores de análise que se ignorava no início do trabalho (FREITAS; JANIESSEK, 2000).

Na etapa referente à análise, várias possibilidades de comparações foram exploradas: comparou-se mensagens ditadas pelos três grupos de respondentes¹: prefeitos, chefes de recursos humanos e técnicos efetivos entre si e com mensagens de categorias exógenas, ou seja, com os conceitos teóricos de desenvolvimento, levantados na revisão bibliográfica. Por fim, a análise permitiu uma visão geral do conjunto da AMMOC.

Quanto à revisão de literatura, os conceitos ajudaram a distinguir, classificar e interpretar os aspectos da vida social que foram observados. Contudo, como recomendado por Herzlich (2002), foi evitado tomá-la como verdade absoluta. A revisão bibliográfica, dessa forma, orientou a escolha das categorias utilizadas para nortear a coleta e a análise dos dados. Entretanto, não obstante as mesmas terem sido inferidas a partir da literatura o processo de pesquisa exigiu constante retorno à reflexão teórica.

Observando os procedimentos da pesquisa qualitativa, fez-se a coleta e análise de dados por meio da técnica da entrevista, da observação e da pesquisa documental, todas adquirindo um caráter dinâmico. Para as entrevistas, foram escolhidos três gestores públicos de cada município componente da AMMOC, como alvo preferencial e outros atores relevantes para a complementação da análise.

Como estratégia de pesquisa, foi utilizada a entrevista semi-estruturada que, após sondar o perfil do respondente, partiu para questionamentos gerais acerca de desenvolvimento, avançando para questões semi-estruturadas com vistas a reforçar as respostas a esses primeiros questionamentos. A entrevista foi gravada e acompanhada de anotações das observações dos pesquisadores. Essas notas de campo realizadas tiveram o objetivo de anotar as impressões, memorizar as conversas e descrever os incidentes diversos como recomenda Herzllich (2002). Parte dessas notas de campo foi utilizada para ilustrar o que constitui a descrição e a análise.

A coleta de dados por meio do estudo de documentos foi efetuada nas prefeituras, na Associação (AMMOC) e na Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Dados referentes aos servidores públicos foram obtidos por meio de ques-

Na análise das entrevistas serão denominados "ERH" os recursos humanos, de "ETE" os técnicos e "EP" os prefeitos, todos seguidos do número da entrevista.

tionário fechado respondido pelo setor de recursos humanos de cada uma das treze prefeituras.

Em relação ao método de estudo, optou-se pelo estudo de caso, seguindo as orientações de Yin (2001). No presente estudo, a percepção dos gestores está impregnada da historicidade das relações políticas e sociais do seu território. Dessa forma, o estudo de caso pode favorecer, para além da análise da particularidade, a compreensão do contexto do processo de desenvolvimento na região da AMMOC.

Este estudo focaliza o olhar na região da AMMOC com as suas várias unidades de análise, as prefeituras, visando aprofundar o conhecimento e a descrição da realidade do desenvolvimento nesse território. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa pode decidir intencionalmente como fixar a amostra. No caso da pesquisa ora descrita, decidiu-se por ouvir pessoas de dentro da administração pública municipal (gestores públicos), considerando os seguintes aspectos: a) representatividade; b) facilidade de encontrar; c) tempo dos entrevistados.

Para a dimensão desenvolvimento às unidades de análise, foram: visão social, visão econômica, visão ecológica e visão integrada (Quadro 1).

Essa introdução é seguida de uma contextualização acerca das dimensões conceituais utilizadas: desenvolvimento, administração pública e região, para, em seguida, apresentar os resultados da pesquisa de campo constituídos pelo contexto/perfil dos entrevistados e pela descrição e análise de sua percepção acerca de desenvolvimento.

1 O contexto do estudo

Embora não haja consenso teórico – e muito menos empírico – acerca do modelo de desenvolvimento a ser perseguido, alguns pressupostos emergem da discussão acadêmica e das propostas práticas de desenvolvimento. Um primeiro pressuposto é o de que a construção do desenvolvimento exige a participação das populações envolvidas na formulação da visão de futuro comum, na escolha de estratégias para atingi-la e na gestão das ações para efetivá-la (SACHS, 2002; SAMPAIO, 2000; FLEURY, 2006). Uma segunda reflexão que dependente da primeira é a de que a tarefa de promover o desenvolvimento não é exclusiva dos governos nacionais, mas, sim, pode ser mais eficazmente conduzida pelos outros níveis de governo (estados e municípios) representados pelo poder local (ARRETCHE, 2004; ABRUCIO e SOARES, 2001). Para que esses entes federativos assumam seu papel em favor de projetos de desenvolvimento, democracia é condição fundamental (ABRUCIO apud DIBA, 2004).

Num terceiro ponto, igualmente inter-relacionado aos dois primeiros, está posto que o desenvolvimento seja mais facilmente alcançado por meio de redes sociais que se configuram por uma articulação de esforços e ações (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 2002). Dessa maneira, o setor público federal está perdendo seu monopólio na condução dos assuntos relacionados ao desenvolvimento (PETERS, 2003), sendo obrigado a abrir espaço à participação de outros atores.

Por fim, um outro ponto de convergência é o de que o desenvolvimento é um processo endógeno, isto é, depende da articulação de forças do próprio território, resultando em capacidade de dinamização socioeconômica e ambiental. Nesse sentido, a organização territorial/regional deixou de ter um papel passivo (BECKER, 2003; BENKO; LIPIETZ, 1994). Esse processo de otimização das potencialidades locais e regionais não pode prescindir, no entanto, de considerar a inserção do local no contexto global. Sem esse cuidado, pode-se cair num ingênuo otimismo quanto às possibilidades locais diante da imposição de mecanismos dos mercados, externos ao território, mas determinantes no processo de seu desenvolvimento.

Partindo da premissa que considera a endogenização como estratégia (sem desprezar os fortes condicionamentos da estrutura global), o desenvolvimento requer protagonistas que, numa ação integrada, tracem e executem planejamento capaz de promovê-lo. Uma vez que a administração pública tem sido apontada como um desses protagonistas da promoção do desenvolvimento, cabe o questionamento sobre sua percepção, ou seja, qual abordagem teórica e metodológica de desenvolvimento, apreendida pelos gestores públicos (neste caso, municipais) pode ser capaz de mobilizar territórios na tarefa de fomentar o desenvolvimento.

Nesse sentido, Martins (2004) aponta que a administração para o desenvolvimento tem enfrentado alguns problemas comuns nos países emergentes. Observa que o padrão referencial adotado para os projetos de desenvolvimento é aquele usado nos países desenvolvidos e a mera transposição de modelos e procedimentos, além de deixar de considerar as particularidades dos países em desenvolvimento, tem-se demonstrado ineficaz, pois nem sempre responde às demandas por desenvolvimento que respeite as particularidades e as necessidades de cada território.

No caso brasileiro, os planos de desenvolvimento têm sido ditados tradicionalmente pelo governo central. Desde 1988, novas competências e atribuições legadas pela Constituição aos municípios (Art. 30) abriram caminho para o reconhecimento da relevância e da pertinência das propostas de desenvolvimento a serem traçadas a partir do espaço local, particularmente a partir das administrações públicas municipais. Contudo, apesar dos avanços da Carta Constitucional brasileira de 1988, no sentido de delegar aos municípios novas responsabilidades em relação ao seu próprio desenvolvimento, atribuiu-se esta responsabilidade sem a respectiva autoridade.

Entendendo o desenvolvimento como um objetivo mobilizador capaz de agregar iniciativas de um dado território, optou-se por focar o estudo numa região politicamente demarcada e construída como campo de forças e exercício de poder (FISCHER; MELO, 2004), recaindo a escolha sobre a região da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), formada por 13 municípios: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d' Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tílias e Vargem Bonita.

Dentro desse contexto, as unidades de análise utilizadas para identificar a percepção dos gestores públicos da região da AMMOC acerca de desenvolvimento estão sistematizadas no Quadro 1.

As concepções acerca do que seja desenvolvimento e administração pública são cultural e historicamente contingentes, daí advindo a importância de desvendar o contexto no qual essas visões estão alicerçadas (PETERS, 2003). Dessa maneira, o que se pretende é compreender de que maneira a administração pública municipal pode (ou não) ser um elemento ativador e direcionador das capacidades desse território, na direção do desenvolvimento.

A demanda por desenvolvimento nessa região parece surpreender aqueles que têm uma visão do Sul do país como território privilegiado de desenvolvimento, onde os ideais de progresso positivista parecem ter tão bom assento. Contudo, se tomada uma visão de desenvolvimento que supera o viés meramente economicista e integra diferentes sustentabilidades (social, econômica, ambiental), evidencia-se a necessidade da reflexão (e tomada de decisão) acerca de um projeto de desenvolvimento para esse território.

Atualmente, a atividade agroindustrial representa a principal iniciativa geradora de movimento econômico nos municípios da região. Do ponto de vista social, a grande agroindústria gera empregos em boa escala, contudo os salários médios não permitem poupança e maior poder aquisitivo ao trabalhador. Outro fator observado por meio de pesquisa realizada sobre a cadeia produtiva de aves é que o resultado econômico da agroindústria não permanece na região. Os processos nos quais há maior agregação de valor são realizados em grandes centros financeiros, ficando reservado para o Meio Oeste as atividades primárias e o desgaste ambiental (FILIPPIM; TESSER, 2001).

Quadro 1 - Unidades de análise e características da dimensão desenvolvimento.

Unidades de análise	Características
Visão econômica	· Ênfase no crescimento econômico;
	· Eficiência: fazer a coisa certa e fazer mais com menos;
	· Otimização de recursos;
	· Avanço tecnológico: crença na solução tecnológica como indutora do crescimento;
	· Voluntarismo: ação baseada na vontade e impulso do que comanda;
	· Industrialismo: a saída para o desenvolvimento é a criação de indústrias, princi- palmente a grande indústria fordista;
	\cdot Infra-estrutura física: investimento em instalações que garantam o crescimento econômico;
	· Individualismo: soluções focadas em interesses privados e sem articulação coletiva;
	· Comércio forte;
	· Domínio da natureza: a natureza vista como recurso a ser explorado;
	· Progresso: visão etapista e linear do desenvolvimento.
Visão social	· Assistência às necessidades básicas emergentes de saúde e educação;
	· Equilíbrio e responsabilidade social atendendo ao critério de efetividade;
	· Valorização da cultura local;
	· Gestão de políticas públicas geradoras de qualidade de vida para a população;
	· Geração de emprego e renda.
Visão ecológica	· Defesa da ecologia;
	\cdot Criação e implementação de mecanismos de regulação dos recursos naturais;
	· Embelezamento do espaço público local e regional;
	· Implantação de saneamento básico.
Visão integrada	· Articulação e integração das perspectivas: ecológica, social e econômica;
	· Visão de longo prazo;
	· Equilíbrio entre cidade e campo;
	· Endogenização das soluções;
	· Democracia;
	· Participação social na escolha e na gestão dos projetos de desenvolvimento;
	· Integração local e regional de programas, de projetos, de políticas e de enti- dades para a promoção do desenvolvimento sustentável;
	· Construção de consenso em torno do futuro-comum almejado;
	· Planejamento estratégico participativo;

Unidades de análise	Características
Visão integrada	· Formação de redes e parcerias públicas e privadas;
	Tormação de redes e parcerias pasticas e privadas,
	 Emancipação das populações locais e regionais, superando a sua dependência dos governos;
	 Educação preparatória e aprendizagem social para o desenvolvimento susten- tável;
	· desenvolvimento da capacidade de interlocução e de comunicação social;
	 Articulação política: capacidade de gestão do entorno político e de preservação do interesse coletivo.

Fonte: Elaborado a partir de Montibeller-Filho (2001) e de Sachs (2002).

Por ser a agroindústria uma rede do tipo *top-down* (CASAROTTO; PIRES, 2001), há uma séria dependência econômica da região da AMMOC em relação a esse empreendimento, tanto para a geração de empregos quanto para a geração de receitas públicas. Esse quadro preocupa, visto que o modelo de integração indústria/agricultura dá mostras de esgotamento. O Meio Oeste catarinense não tem mais capacidade de suporte para os resíduos lançados no meio ambiente por essa atividade. Além desse fator, o sistema de relacionamento entre indústria e produtores demonstra estar no limite de sua capacidade, não apresentando perspectivas de ampliação na rede de integrados (FILIPPIM; TESSER, 2001), ressaltando-se a necessidade de se encontrar novas alternativas socioeconômicas.

Nesse sentido, a descrição e análise da percepção acerca de desenvolvimento que têm os gestores públicos municipais do território da AMMOC, podem favorecer a compreensão sobre a maneira pela qual a administração pública municipal pode (ou não) ser um elemento ativador e direcionador das capacidades desse território, na direção do desenvolvimento.

Considerando a percepção como um sistema de valores, de noções, de crenças, de preferências e de interesses (HERZLICH, 2002) dos gestores públicos, alertase para o fato de que, em política, é necessário separar o discurso em favor de algum postulado, da decisão real de incorporá-lo na prática, já que podem existir vantagens em se afirmar uma coisa e fazer outra (POLLITT; BOUCKAERT, 2002).

Quanto ao perfil, os entrevistados foram pessoas com escolaridade entre o ensino médio e o superior completo, 22 homens e 17 mulheres, majoritariamente entre os 31 e os 50 anos, cujo ingresso na área pública foi predominantemente por convite para os recursos humanos e para os técnicos, ou por eleição para os prefeitos.

2 Uma preferência pela visão econômica do desenvolvimento na região da AMMOC

A visão econômica acerca do desenvolvimento aparece, majoritariamente, na fala dos entrevistados, por meio da defesa das seguintes características:

- a) industrialismo: fundamentado na percepção de que a solução para gerar desenvolvimento é a criação de indústrias, particularmente a grande indústria fordista;
- b) crescimento econômico: com ênfase maior na sustentabilidade econômica em detrimento das demais: social, cultural, ecológica;
- c) investimentos em infra-estrutura física: entendimento de que o desenvolvimento é gerado a partir do incentivo do município à construção e ampliação de obras físicas visíveis de suporte ao crescimento econômico.

Percebe-se a tendência ao industrialismo, quando o prefeito EP1 descreve que um município se desenvolveu quando "cresceu a indústria e as pessoas estão adquirindo mais bens; o município está progredindo." Também o EP5 entende que, para o desenvolvimento do município, a solução industrialista deve merecer maior destaque, afirmando que "tem que ter prioridade para mais empresas, para trazer novas e apoiar as existentes, para uma campanha que a população compre em [...] para aumentar a arrecadação."

Da mesma maneira, o entrevistado ERH1 declara reconhecer um município desenvolvido quando "há indústrias se instalando no município." Esse mesmo entrevistado ressente-se de que isso não acontece no seu município e declara: "não se vê a instalação de empresas aqui, sempre foi assim, há dez anos é a mesma coisa."

Essa visão que apregoa a implantação de indústrias como sinônimo de desenvolvimento também é compartilhada pelo ERH2, pois, na sua fala, defende "um desenvolvimento com as empresas e indústrias que possam alavancar, inclusive financeiramente, o município."

O ERH10 lamenta a não existência de indústrias, pois estas representariam desenvolvimento, e assim se expressa: "o município é extremamente agrícola, nós não temos indústrias. Elas seriam um sinal de desenvolvimento."

Já o entrevistado ERH11, reputa às indústrias o nível de desenvolvimento até então alcançado. Para ele, a presença de indústrias ajuda a desenvolver o município. Um município desenvolvido é aquele que "[...] até ajuda a pagar a faculdade e as indústrias que vieram para o município ajuda no desenvolvimento."

O entrevistado ERH13 destaca que, a seu ver, o desenvolvimento que se processou no município foi fruto da atuação de administradores que fomentaram a vinda de indústrias. Para esse entrevistado, a pequena indústria é a que mais tem contribuído.

Essa visão de defesa da solução industrialista também aparece na fala do ETE1, quando a relaciona ao aparecimento de emprego e declara que o desenvolvimento necessita de investimento em indústrias. Defende que o município deve ter como "prioridade a implantação de indústria. Temos um colégio técnico [agrícola] sendo formado para uma especialidade e todos estão indo para fora. Se tivesse indústria, colocava-se o pessoal para trabalhar." Esse entrevistado relaciona o aparecimento de indústrias com o papel do administrador municipal, já que parte do princípio de que aquilo que este gestor considera prioridade acaba por ser efetivado. Essa percepção se faz notar quando declara que "ele [o administrador] põe as mudanças e tem a visão do que fazer, pois você vê que o município progride nos setores que o administrador considera prioridade." Observa-se, nessa fala, o pensamento de que o voluntarismo do gestor e sua iniciativa pessoal podem gerar desenvolvimento.

Essa abordagem voluntarista também se manifesta na fala do ERH3:

[...] desenvolvimento é tudo aquilo de bom. Tudo aquilo que os prefeitos conseguem trazer de bom para o município como indústria, enfim, tudo aquilo que eles possam, tudo o que eles traçam nos planos desde que são candidatos e tudo o que eles conseguem fazer.

Para o ETE6, a saída para o desenvolvimento do município também é o industrialismo. Na sua visão, para haver desenvolvimento, é necessária "a implantação de novas indústrias ou fazer uma pesquisa de mercado para verificar novas oportunidades." Essa busca por novas indústrias, na percepção do ETE9, deve ser no sentido de permitir ao município "mostrar sua potencialidade," favorecendo o crescimento de setores nos quais já reuniria condições econômicas de competição num mercado mais ampliado.

Na visão do ETE10, desenvolvimento é sinônimo de aumento do número de empresas instaladas no município. Essa percepção é evidenciada ao afirmar: "eu acredito que o município, para se desenvolver ou para ser considerado desenvolvido, precisa agregar empresas."

Outra forte marca da visão econômica que está presente na percepção dos gestores públicos da região da AMMOC é a visão de que desenvolvimento é igual a crescimento econômico. Essa percepção é citada de maneira direta, tal qual

afirma o EP4: "eu acredito que desenvolvimento é crescimento da economia" ou, mais indireta, como o faz o ERH8, quando aponta como sinais visíveis desse crescimento "um município que progride, que tenha alguém que leva ele prá frente, né. Quando você vê progresso."

A centralidade da visão econômica também aparece na fala do ET2: "basicamente, o município deve ter uma economia segura, estável, tendo isso, ele automaticamente trará benefícios à população." Observa-se que esse entrevistado percebe uma relação causal entre estabilidade econômica e bem-estar da população. Os entrevistados também relacionaram investimentos em infra-estrutura física com desenvolvimento. Para o ETE3, o município deve fazer "investimentos de terraplenagem e em terrenos que a prefeitura possa doar para a empresa; dar isenção fiscal [...] tudo isso vai fazer com que o município se desenvolva." Já o EP10 defende a construção de um aeroporto maior para a região como uma das ações para concretizar o crescimento da região.

O remédio da atração de indústrias pela via da concessão de benefícios às empresas candidatas a instalar-se nos municípios parece ser o mais recomendado pelos gestores entrevistados como solução para a demanda por desenvolvimento. Dessa maneira, os trechos ilustrativos apresentados, sinalizam para a presença de uma crença na visão economicista de desenvolvimento na região da AMMOC

3 A visão social como princípio

Além da visão econômica, um outro grupo de gestores entrevistados apontou a visão social como princípio para sua compreensão do que seria desenvolvimento. Ao se referir ao desenvolvimento, esses gestores o fazem utilizando-se da geração de emprego e renda, da assistência às necessidades básicas da população em educação e saúde e da melhoria da qualidade de vida do cidadão como foco.

A percepção de que desenvolvimento se expressa por meio de geração de emprego aparece na fala do EP3 da seguinte maneira: "acredito que a preocupação de qualquer administrador público é a criação de empregos que é constante. Todos os prefeitos se preocupam com a geração de emprego, pois acho que a coisa mais digna é quando você tem um emprego."

Da mesma maneira, o gestor ETE5 acredita que o gestor local pode contribuir para a geração de empregos se tiver vontade política, assim se expressando:

[...] O prefeito também tem condições de criar empregos, muitas vezes, eles pensam que é só o governo federal, mas isso também tem que partir do gestor municipal. Eu acho que se tiver vontade política principalmente, dinheiro tem. Eu acho que deve elaborar os projetos e buscar recursos.

Outra característica da visão social do desenvolvimento perceptível na fala dos gestores é o atendimento às necessidades básicas da população em educação e saúde. Essa característica é apresentada pelo EP3: "acredito que, quando falamos em desenvolvimento, o que nós falamos é a parte social: educação. Setor prioritário de qualquer administrador deve ser a saúde e a educação; se não fizer isso, não terá desenvolvimento." Essa compreensão social do desenvolvimento é compartilhada pelo gestor EP8, quando declara priorizar essas características na sua visão de desenvolvimento:

Bom, olha, eu elejo como prioridade tudo: a saúde é prioridade, sem limite; a educação, sem limite também. Eu vejo assim: que o município, para ser desenvolvido, precisa de tudo um pouco, mas essencialmente educação de primeira qualidade. Educação é fundamental

O gestor EP9 acredita que a educação tem um papel para além da sala de aula e do ensino formal, já que pode contribuir para o desenvolvimento por meio da difusão de novas culturas, assim se expressando: "considero que desenvolvimento é educação para proporcionar uma cultura de empreendedorismo."

A cultura também é o tema central na percepção do ETE8:

Desenvolvimento [...] primeiro eu acho que é cultura. Na educação é que tem que investir, porque a gente pode ver, que onde se investe em cultura e educação, se instalou indústrias de tecnologia mais avançada e mais desenvolve a qualidade de vida.

Já o gestor EP12 entende que o ensino formal é grande fonte para a geração de desenvolvimento:

olha, um município desenvolvido, pra mim, começa principalmente com a educação. Vejo assim: que um município que não tem início em uma creche, pré-escola, ensino fundamental, passando para o médio [...] eu não vejo como ter desenvolvimento.

Também enfatiza a importância de ações fora da sala de aula como forma de promover o desenvolvimento, ao apregoar a realização de "atividades extra-

classe como nas áreas culturais de música e canto; algumas atividades paralelas para as crianças que estão fora da sala de aula."

A educação como caminho para o desenvolvimento é enfatizada pelo entrevistado EP13: "em primeiro lugar, eu entendo que a pessoa tem que ter educação. Se ela tem uma formação ela tem uma outra visão para conseguir o desenvolvimento [...]. Esse é o caminho para o desenvolvimento do município." Nessa mesma linha, o ERH4 entende *desenvolvimento* como sinônimo de educação, ao afirmar que "desenvolvimento é a educação da população. Isso é o principal."

A importância da educação e da cultura para o desenvolvimento está presente também na fala do ETE12: "para mim, desenvolvimento é educação; escolas com bons profissionais. É a cultura do povo. Eu acho que o povo tem que ter cultura."

Para o EP6, educação e saúde estão relacionadas à melhoria de qualidade de vida. Esse gestor tem uma compreensão de que o mero investimento em infraestrutura não gera desenvolvimento e defende uma proposta centrada na ação social:

[...] uma estrutura na área de saúde, educação, área social, desenvolvimento quer dizer melhoria na qualidade de vida da população, porque se nós pensamos apenas em crescimento como construção de prédios. Prédios, concreto. Concreto, pra mim, não é desenvolvimento. Quem tem que sentir o desenvolvimento é o ser humano.

O ERH12 entende que, além do investimento em estrutura física, o município deve se preocupar com as questões sociais: "não adianta uma cidade ser bem estruturada e o nível da população não. [Desenvolvimento] é tudo, desde a parte social tem que ser com saúde, educação". Esse pensamento é compartilhado pelo ERH9, quando afirma que desenvolvimento "é qualidade de vida da população".

Também para o ERH5, desenvolvimento está ligado à qualidade de vida e à cultura: "Bom, podemos dizer que desenvolvimento é buscar novos métodos que possam desenvolver nossa caminhada, a nossa qualidade de vida, aplicar na nossa cultura." Essa associação entre desenvolvimento, via visão social, na sua característica de proporcionar maior qualidade de vida, é percebida na preocupação com o atendimento de necessidades de sobrevivência pelo ERH6, ao declarar que um gestor público favorece o desenvolvimento "se conseguir proporcionar ao município boas condições de sobrevivência, de desenvolvimento pessoal e não só de crescimento [...] Solucionar isso para os moradores."

Qualidade de vida, geração de renda e educação, por vezes, mesclam-se na fala dos entrevistados, como no caso do ERH7:

[...] desenvolvimento é qualidade de vida de forma geral. É melhorar a renda; é uma educação compatível com os anseios da população; é uma escola pública para o pessoal que tenha condições e que seja direcionada ao campo profissional para as pessoas que querem seguir lá na frente. O mais é qualidade de vida da população, educação, saúde, lazer, turismo, essa coisa do desenvolvimento.

Essa integração mencionada também é perceptível na fala do ERH9 quando define desenvolvimento como "qualidade de vida, saneamento, saúde e educação." Da mesma maneira, o ETE7, detém essa percepção:

[...] desenvolvimento, eu acho que seja, a preocupação que o setor público deve ter com um fato de fundamental importância na vida da comunidade. Aí vai toda qualidade de vida. É a preocupação com a saúde, com a higiene, com os serviços urbanos como a limpeza das ruas, a coletas de lixo o fornecimento água potável, a própria telefonia. A prefeitura deve incentivar e investir para que a população tenha acesso, pois isso vai melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento.

O ETE11 igualmente integra educação e saúde na sua percepção de desenvolvimento: "um município desenvolvido, é um município que tem em primeiro lugar em bom nível educação e tem atendimento e ação voltada à saúde."

A percepção do desenvolvimento em sua visão social já se faz sentir entre os gestores entrevistados, sobretudo no que se refere à educação e à saúde. A mesma ênfase não se percebe em relação à visão ecológica que aparece somente em seus aspectos mais periféricos.

Na análise dos dados obtidos, é possível observar uma tendência, entre os entrevistados, a preferir a visão econômica e a social para expressar sua concepção de desenvolvimento.

Na percepção desses gestores, a visão econômica do desenvolvimento se traduz em defesa da solução industrialista, do crescimento econômico e do investimento em infra-estrutura, manifestando uma crença que o desenvolvimento implica um esforço por trazer indústrias para o município.

Para concretizar esse objetivo, os entrevistados apontaram a fórmula da criação, por lei, de distritos industriais. Na percepção deles, esses distritos são áreas do espaço urbano cedidas pela municipalidade para pessoas ou empresas que lá pretendam se instalar. Essa concepção de distrito industrial não sugere nenhu-

ma perspectiva de colaboração ou integração entre as empresas nele alocadas e, muito menos, considera as vantagens socioeconômicas, ambientais e territoriais dessa instalação para o território. Trata-se de uma possível aglomeração de empresas, numa área destinada para tal fim, com amplo apoio do poder público.

A saída economicista pressupõe que, ao se garantir uma economia estável para o município, serão garantidos, automaticamente, benefícios para toda a população. Essa abordagem dá primazia aos aspectos econômicos, não considerando a integração de outras características do desenvolvimento, tais como a questão ecológica, a social, a política e a cultural e exclui da análise os aspectos condicionantes do contexto econômico nacional e internacional.

Os gestores também tendem a ter uma visão social do desenvolvimento, manifestando-se a favor das suas características de geração de emprego e renda, de assistência às necessidades básicas da população e de melhoria da qualidade de vida do cidadão.

De acordo com Nogueira (2003), a mudança em direção ao desenvolvimento depende da percepção que se tem acerca de qual é o principal problema de um determinado território. De acordo com a percepção dos entrevistados, o maior problema de seu município é a falta de emprego (12 citações). Observa-se, no entanto, que onze entrevistados responderam a esse questionamento, declarando não saber qual seria o maior problema de seu município. Se conhecer o problema é parte da solução, tem-se então um primeiro obstáculo ao desenvolvimento: os próprios gestores não têm esse conhecimento.

O problema da baixa arrecadação foi citado apenas pelo segmento *prefeitos*, num total de cinco citações. A falta de recursos gerada, segundo eles, por essa baixa arrecadação é um grande problema para o município, visto que não se consegue fazer frente aos gastos públicos necessários à satisfação das necessidades do cidadão.

Agregada a esse problema percebido pelos prefeitos apareceu sua discordância com os atuais termos do pacto federativo, sobretudo no que se refere à repartição dos tributos entre a União, os estados e os municípios.

Embora haja forte preocupação com a falta de emprego, a característica da visão social do desenvolvimento mais citada foi o atendimento das necessidades básicas da população, nas áreas da educação e da saúde. Considerando-se que todos os municípios são obrigados a destinar 25% de sua receita para a educação básica e 15% para a saúde, desde a Constituição de 1988, é de se supor que o princípio da legalidade tenha provocado um efeito pedagógico conscientizador sobre a priorização para essas duas áreas.

Além da obrigação legal dessa destinação de receita, os órgãos de fomento e as fontes financiadoras, tais como o Banco Mundial, têm condicionado, nas últimas décadas, a liberação de recursos ao investimento dos municípios em educação e saúde.

Quanto à possibilidade do poder público municipal interagir com outras organizações para promover o desenvolvimento regional, a maioria dos entrevistados entende que a prefeitura interage com organizações tanto públicas quanto privadas. Contudo, acreditam que não se trata de interação sistemática. Tendem a perceber essa interação como ocasional e sem planejamento, caracterizando-a como uma ação reativa diante das circunstâncias e, principalmente, apenas respondendo à oferta de pacotes prontos formatados por esses possíveis parceiros. Observa-se que 41% dos entrevistados declararam que essa interação é ocasional.

Admitindo que haja interação para o desenvolvimento, mesmo que ocasional, quando os entrevistados foram solicitados a citar exemplos dessa prática, somente alguns prefeitos souberam fazê-lo, citando, pela ordem, o Sebrae, as universidades e as associações comerciais, como instituições com as quais julgam interagir.

Nenhum dos ERH ou dos ETE soube citar com qual organização acontece uma possível interação. Se essa ocorre na prática, carece de disseminação dentro da própria administração pública, já que o conhecimento acerca dessas parcerias não vai além do domínio restrito do prefeito. Novamente se observa que os servidores públicos parecem estar alienados ao processo, não tendo visão integral da administração do município. Além de averiguar se há esforço por estabelecer parcerias externas, a pesquisa visou identificar se há estímulo para parcerias internas, no sentido de motivar os servidores públicos para que participem nos esforços para o desenvolvimento sustentável. Observou-se que 54% dos respondentes consideram que a organização pública estimula seus funcionários a participar, seja no planejamento, seja nas ações pró-desenvolvimento.

Esse estímulo acontece, de acordo com os entrevistados, principalmente pela iniciativa do prefeito que, em reuniões e palestra com os servidores, faz o chamamento à participação. Não há nenhum procedimento sistemático para fazer essa convocação, ficando esta à mercê da vontade do prefeito.

Outro aspecto que foi investigado, muito caro a qualquer processo de desenvolvimento territorial, foi a existência ou não de planejamento estratégico para o desenvolvimento. A tendência é perceber que não há esse tipo de planejamento. Nesse aspecto, os entrevistados, em sua maioria (59%), declararam que não há planejamento de longo prazo, que tenha uma visão estratégica construída a partir da análise de cenários e de dados da realidade municipal e que contemple, para sua elaboração, gestão e avaliação, a participação popular.

Apontaram que o que existe é a forma de planejamento determinada por lei: o Plano Plurianual (PPA). Contudo, enfatizaram que ele não é, na sua visão, nem estratégico nem participativo. Alguns entrevistados declararam que a falta de continuidade que acomete as prefeituras quando há uma mudança de prefeito prejudica o município, deixando-o sem rumo para seu desenvolvimento, justamente por não haver planejamento de longo prazo.

Em relação à necessidade de pensar o território e seu desenvolvimento através da união dos diversos municípios da região, não houve referência por nenhum dos entrevistados, demonstrando que não existe a consciência de que o desenvolvimento requer a articulação das forças do próprio território dinamizando a capacidade socioeconômica e ambiental endógena.

Considerações finais

A administração pública para o desenvolvimento é um campo de estudo que, mais que conduzir a certezas, suscita o aprendizado contínuo e compartilhado. Longe de alcançar sistematizações tranqüilas, esse aprendizado gera novas reflexões e amplas possibilidades de debate tanto acadêmico quanto cívico.

O fenômeno estudado – a visão dos gestores públicos da região da AMMOC acerca de desenvolvimento – está sujeito a condicionamentos históricos, políticos e sociais, constituindo-se parte de um amplo contexto. Este estudo enfocou o espaço da administração pública municipal, seguindo de perto a concepção que atribui aos governos locais a possibilidade de planejar, implementar e gerenciar um processo de desenvolvimento no seu território. Esse protagonismo local não exclui, entretanto, os condicionantes macroestruturais e pressupõe que a administração pública municipal exerça essa função em estreita cooperação com diferentes organizações locais, regionais e extra-regionais.

Em relação à visão dos gestores públicos da região da AMMOC acerca de desenvolvimento, descrita a partir dos dados coletados na pesquisa, verificou-se que ela se concentra na preferência dada à visão econômica, notadamente nas suas características ligadas à defesa do industrialismo, à ênfase no crescimento econômico e aos investimentos em infra-estrutura física.

Essa percepção remete às concepções neoclássicas que atribuíam à industrialização papel central no crescimento econômico. Para atender ao objetivo de trazer indústrias, os entrevistados sugerem a criação, por lei municipal, de

espaços e incentivos destinados à implantação dos distritos industriais. Nesse particular, a racionalidade instrumental burocrática age por meio da saída legalista aliada ao pragmatismo econômico.

Além da visão econômica, os gestores também portam uma percepção social de desenvolvimento quando buscam associá-lo ao acesso à saúde e educação. São particularmente sensíveis à defesa da educação como forma de melhorar os índices de desenvolvimento no seu município.

Os entrevistados pouco ou nada demonstraram perceber as questões ligadas ao meio ambiente como relevantes para a construção do desenvolvimento. Quanto à visão integrada, preconizada pela teoria como capaz de articular as diferentes sustentabilidades do desenvolvimento (social, econômica, ecológica, territorial, cultural e política), foi mencionada pelos gestores, notadamente pelos prefeitos, nas suas características relacionadas à participação social e à formação de redes e parcerias.

O papel da mobilização popular se faz sentir em relação à percepção de desenvolvimento. Essa pressão intensifica o controle social na formulação, na implementação e na gestão de políticas públicas para o desenvolvimento, gerando uma urgência de adoção, pelos gestores públicos, de novas abordagens de desenvolvimento.

O processo é, portanto, dialético e não-linear. Elementos aparentemente contraditórios se sobrepõem e ajudam a compor a maneira de ver o *desenvolvimento* pelos gestores da região estudada. Dessa maneira, o pressuposto apresentado por Weber (1982), de que os tipos puros só existem na teoria, parece se confirmar.

Considerando que os gestores públicos podem ser agentes de mudança social, a sua percepção acerca de desenvolvimento é emblemática para a compreensão dos entraves e das perspectivas do Meio Oeste catarinense. O contexto histórico e as práticas políticas arraigadas na região fazem dos gestores da região da AMMOC agentes públicos ordeiros e obedientes aos ditames legais. Se a ordem é suficiente para o progresso, como diria Comte (1988), parece não o ser para o desenvolvimento integrado. Se fosse assim, o território do Meio Oeste catarinense seria pródigo na efetivação das sustentabilidades do desenvolvimento: social, econômico, ecológico, territorial, cultural e político.

O que se vê, na realidade empírica, é depredação ambiental, fragmentação política, dependência econômica do modelo agroindustrial e disparidades intra-regionais. Um sistema de governo municipal capaz de formular e implementar políticas e decisões requeridas para a promoção de um tipo de desenvolvimen-

to capaz de gerar a sustentabilidade atual e futura requer visão estratégica e de longo prazo, valorização da participação cidadã e ampla articulação de redes interorganizacionais.

Apesar de se verificar que a percepção dos gestores públicos da região da AMMOC não corresponde a um modelo teoricamente denominado como "desenvolvimento integrado", já que sua visão aponta majoritariamente para a defesa do crescimento econômico, considera-se que as crenças e os valores que conduzem às percepções desses agentes são dinâmicos e estão abertas às múltiplas influências do contexto social.

Sua visão atual reflete a tentativa de atender a uma cobrança do meio por maior controle dos gastos públicos, resultando na sua adesão mais contumaz a uma abordagem burocrática. Daí decorre uma inflexão de que, se o cidadão estiver mais bem capacitado para realizar e defender suas escolhas quanto ao estilo de desenvolvimento que quer para seu território, essa sua condição exercerá pressão positiva sobre a percepção (e sobre a ação) dos gestores públicos.

Uma uniformidade de percepções não foi constatada dentro de um segmento, nem dentro das prefeituras, nem na região em sua totalidade. Essa diversidade na forma de perceber as dimensões estudadas pode produzir dinamismo e desinstalar crenças arraigadas. Contudo, o questionamento que permanece é o gerado pela descrença, fomentado pela teoria de que o modelo economicista de desenvolvimento, eleito pela maioria, possa ser adequado para lidar com um contexto de tão alta complexidade tal qual é o da administração para o desenvolvimento.

Nesse sentido, a pergunta que fica é a de que em que medida a geração e disponibilização de conhecimento aos gestores públicos sobre desenvolvimento e administração pública poderia provocar mudanças nas suas crenças, transformando sua percepção sobre esses temas.

O problema da falta de integração e articulação, seja na formulação das políticas públicas para o desenvolvimento, seja nas ações do poder local, teoricamente resolvido pela adoção de redes interorganizacionais, também merece estudos, eminentemente aplicados, sobre a configuração, constituição e gestão dessas redes políticas nesse território, de forma a resguardar o interesse público. Admitindo-se que a administração para o desenvolvimento é um processo dinâmico, e permanente, entende-se que esta requeira ativo compromisso de seus agentes e ampla responsabilização do cidadão.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. e SOARES, M. M. **Redes federativas no Brasil:** cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo: Cedec, Fundação Konrad Adenauer, Oficina Municipal, 2001. v. 24.

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 17-26, 2004.

BECKER, D. F. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F; WITTMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional. Abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras:** distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BRÜSEKE, Franz J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza** – estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995

CASAROTTO, N. F; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. São Paulo: Atlas, 2001.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DIBA, D. R. **Regiões metropolitanas paulistas e cooperação intergovernamental**: um estudo comparativo. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

FILIPPIM, E. S; TESSER, D. P. **Estudo da cadeia de aves**. Joaçaba: UNOESC, 2001. Mimeografado.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento sócio-territorial. **Revista Organização e Sociedade**. Salvador: EAUFBA, v. 11, 2004.

FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREITAS, H.; JANIESSEK, R. Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Porto Alegre: Sphinx: Sagra Luzzatto, 2000.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar,/abr. 1995.

HERZLICH, C. Réussir sa these en sciences sociales. Paris: Nathan. 2002.

MARTINS, H. F. Uma análise dos paradigmas de administração pública à luz do contexto do Estado social. Disponível em: <www.hfmartins.sites.uol.com.br>. Acesso em: 19 mar. 2004a.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável.** Florianópolis: UFSC, 2001.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. **The case for qualitative research.** Academy of management review, v. 5, n. 4, 1980.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** [s.l.], v. 18, n. 52, 2003.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Entre o gerencialismo e a gestão social:** em busca de um novo modelo para a administração pública brasileira. 2005. (Mimeo).

PETERS, G. La capacidad para gobernar: retrocediendo hacia el centro. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, CLAD, n. 27, out. 2003.

POLLITT, C. E BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. **Revista do Serviço Público.** Brasília, ENAP, ano 53, n. 03, jul./set., 2002.

PUTNAM. R. D.; com LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália Moderna. MONJARDIM, L. A. (trad.) 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAUD, C. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento territorial: problemáticas cruzadas. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés; MESSIAS, Roberto; CORDEIRO, Reginato Caporalli (Org.). **O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento territorial:** problemáticas cruzadas. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: Univali, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia.** Rio de janeiro: Guanabara, 1982.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

O conjunto e a intensidade de necessidades no processo empreendedor durante os estágios de ciclo de vida nas organizações de Adizes

João Paulo Agostini*, Leonardo Wolff**

Resumo: A temática *empreendedorismo* tem sido muito discutida. Os condicionantes do perfil do empreendedor e as mudanças do seu papel durante a evolução da organização estão no topo da agenda da academia e da sociedade em geral. Sendo assim, este trabalho objetivou analisar o conjunto e a intensidade de necessidades dos empreendedores para os diferentes estágios do ciclo de vida das organizações. Nesse contexto, a abordagem utilizada levou em consideração as teorias de necessidade de Maslow (2000), McClelland (1971) e Herzberg (1959), e o ciclo de vida das organizações de Adizes (1998). Ainda, buscou-se apresentar um aporte teórico dos principais temas relacionados, dentre eles empreendedorismo, ciclo de vida das

^{*} Doutorando em Engenharia de Produção/UFSC; professor de Administração na Faplan/RS; diretor acadêmico da Faplan – Faculdade Planalto. E-mail: <joaopaulo@faplan.edu.br>.

^{**} Mestrando em Engenharia de Produção/UFSC. E-mail: <leowolff@hotmail.com>.

organizações e um conjunto de teorias de necessidades, para suportar as conclusões teóricas sobre a problemática sugerida.

Palavras-chave: Necessidades. Empreendedor. Ciclo de vida das organizações.

Abstract: The theme *entrepreneurship* has been much discussed. The conditions of the profile of the entrepreneur and the changes of its role during the evolution of the organization are at the top of the agenda of the academy and society in general. Therefore, this study aimed to examine the set and intensity of needs of entrepreneurs for the different stages of the life cycle of the organizations. In this context, the approach used took into account the need for theories of Maslow (2000), McClelland (1971) and Herzberg (1959), and the life cycle of the organizations of Adizes (1998). Still, sought is presenting a theoretical contribution of the main related issues, including entrepreneurship, the life cycle of the organizations and a number of theories of needs, to support the theoretical conclusions on the issue suggested.

Keywords: Needs. Entrepreneur. Life cycle of the organizations.

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se tem escrito sobre empreendedorismo, e a quantidade de publicações nacionais e estrangeiras que abordam o assunto já mostra que pouco se pode agregar à definição e conceituação do termo, no entanto, o ser humano continua buscando incessantemente a satisfação de suas necessidades, sejam básicas (fisiológicas e segurança), sejam de nível mais alto (social e afetiva, estima e auto-realização).

O presente artigo inicia com uma análise crítica sobre esses conceitos para permitir uma discussão que leve à análise das dicotomias existentes entre as teorias das necessidades no processo empreendedor, no modelo de ciclo de vida nas organizações de Adizes, tendo como fator de contraste as necessidades humanas do empreendedor.

Empreendedor, segundo Kirzner (apud Dornelas, 2001, p. 37), "é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente".

Nesse sentido, através do presente estudo, buscou-se expor as principais teorias de necessidades amplamente conhecidas no meio acadêmico e suas definições

teóricas sobre o trabalho dos seguintes autores: Maslow, McClelland e Herzberg referentes à teoria das necessidades.

Na seqüência, apresenta-se o modelo de ciclo de vida das organizações de Adizes e suas fases, onde situamos as teorias das necessidades dos autores nesse modelo, procurando se estabelecer a dicotomia entre estas, e finalizando com a análise pontual das categorias e fatores.

Dessa forma, procura-se analisar com um enfoque teórico as diferenças excludentes entre as teorias das necessidades no processo de empreendedorismo, levando em consideração somente os aspectos intrínsecos ao indivíduo, e contextualizando as teorias apresentadas anteriormente.

1 Objetivo específico

- a) Apresentar o conceito de empreendedorismo relacionado às teorias das necessidades:
- b) Descrever as teorias de necessidades de Maslow, McClelland e Herzberg, relacionando-as com o processo empreendedor;
- c) Apresentar o modelo de ciclo de vida nas organizações de Adizes e identificar as necessidades neste modelo;
- d) Apresentar uma análise da dicotomia existente entre as teorias das necessidades no empreendedorismo, culminando com a análise das categorias e fatores.

1.2 Método

Os dados foram obtidos através de pesquisa bibliográfica e documentação temática, que são documentos e publicações especializadas, provenientes de materiais informativos já disponíveis para a fundamentação teórica (GODOY, 1995), tais como livros, periódicos, teses e publicações diversas. Vale destacar, segundo Severino (2002), que a documentação temática coleta elementos relevantes para a realização de um trabalho em particular, numa determinada área, técnica esta utilizada em função da estrutura do conteúdo da área estudada ou do trabalho em realização.

Este artigo visa somente ao estudo das necessidades no empreendedorismo. Como segundo fator delimitador, vários autores apresentam teorias sobre necessidade, e também ciclo de vida nas organizações, e que estas não foram abordadas no presente artigo, sendo assim as conclusões deste artigo somente levam em consideração as teorias citadas neste documento.

2 Empreendedorismo

Já segundo Fialho (2006), "o empreendedorismo é um processo para iniciar e desenvolver um negócio ou um conjunto de atividades que resultem na criação de um novo empreendimento de sucesso".

Para Dornelas (2001 p. 38-39):

O empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ele, assumindo riscos calculados. Em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor:

- 1) Iniciativa para criar um negócio e paixão pelo que faz;
- 2) Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive;
- 3) Aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar.

Schumpeter (1982) descreve a contribuição dos empreendedores, para a formação da riqueza de uma nação, como sendo um processo de construção criativa, que mantém em marcha o motor capitalista a partir do desenvolvimento de novos produtos e formas de produzir, atendendo às expectativas dos novos mercados, conseqüentemente, destruindo a ordem econômica existente, pela introdução de novas formas de organização.

Logo, o empreendedorismo envolve sempre a identificação de uma nova oportunidade, a paixão, a vontade de transformar o meio social e todas as funções, atividades e ações associadas à criação de novas empresas.

2.1 Teoria das necessidades

O fator *necessidade* é uma das quatro características que um empreendedor demonstra durante o ciclo de vida da sua organização, além de conhecimento, habilidade e valores. Esta abordagem servirá de suporte às conclusões, visto que as necessidades se modificam no decorrer do processo empreendedor.

2.1.1 Teoria da hierarquia das necessidades de Maslow

Inicialmente, Maslow (2000) sugeriu, buscando abranger a questão motivacional como um todo, a teoria da hierarquia das necessidades humanas. Partindo da premissa de que o impulso motivacional se dá no sentido de satisfazer

necessidades, a teoria indica uma necessidade que o indivíduo sente e que determinará seu comportamento até que a satisfaça, e ao satisfazê-la, perceberá uma outra necessidade, que por sua vez determinará seu comportamento.

Uma vez satisfeitas as necessidades de um nível inferior, nós abandonamos estas preocupações e passamos a nos preocupar com as necessidades do próximo nível. Maslow (2000) desenvolveu cinco categorias gerais de necessidades, são as seguintes:

- a) Necessidades fisiológicas: são as necessidades mais básicas, necessidades vitais para o organismo, tais como: sede, fome, habitação, respiração, sono, desejo sexual. Quando não temos essas necessidades satisfeitas, ficamos mal, com desconforto, irritação, medo, doentes. Esses sentimentos e emoções nos conduzem à ação na tentativa de diminuí-las ou aliviálas rapidamente para estabelecer o nosso equilíbrio interno.
- b) Necessidade de segurança: são os sentimentos de proteção e de defesa perante eventuais situações de perigo, buscamos segurança: do corpo, do emprego, de recursos, da moralidade, da família, da propriedade.
- c) Necessidades sociais: são as necessidades sociais e afetivas, de amar e pertencer, tais como a participação, a amizade, a família, o afeto, o amor, a aceitação por parte dos outros. Quando estas necessidades não estão suficientemente satisfeitas, o indivíduo torna-se hostil, agressivo na relação interpessoal. Se estiverem satisfeitas, geram-se sentimentos de autoconfiança, prestígio e facilitação das relações interpessoais.
- d) Necessidade de estima: está relacionada a como o indivíduo se vê e avalia, tais como auto-apreciação, autoconfiança, reconhecimento, respeito, prestígio e status, consideração. Há dois tipos de estima, o reconhecimento das nossas capacidades pessoais e o reconhecimento dos outros em face de nossa capacidade de adequação às funções que desempenhamos.
- e) Necessidade de auto-realização: está relacionada com a competência e o sucesso, tais como auto-apreciação, moralidade, criatividade, espontaneidade, ausência de preconceitos, conquistas, desenvolvimento pessoal.

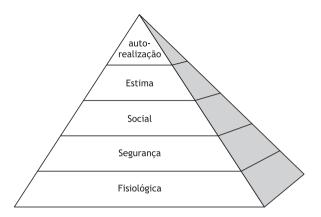


Figura 1 - Hierarquia das necessidades - Maslow.

Fonte: Maslow no gerenciamento, 2000.

Dessa forma, Maslow (2000) afirma que essas cinco categorias de necessidades estão dispostas numa hierarquia, que é representada graficamente por uma pirâmide (Figura 1), onde na sua base estão as necessidades fisiológicas, que são de ordem mais baixa, e na outra extremidade as de auto-realização, que são as de ordem mais alta. O comportamento é sempre determinado pela categoria de necessidades de mais baixa ordem que permanecer insatisfeita.

2.1.2. Teoria de McClelland

Na abordagem de necessidade de David McClelland (1971), propõe-se uma teoria de motivação baseada na premissa de que as pessoas adquirem certas necessidades no decorrer do tempo, e estas são moldadas baseadas nas experiências de vida de cada indivíduo (cultura, família, grupos sociais, livros, filmes etc.). Assim sendo, as necessidades são diferentes de pessoa para pessoa.

Tais necessidades, de acordo com McClelland, podem ser classificadas em três tipos de categorias: afiliação, poder e realização.

a) Necessidade de afiliação: É o desejo de manter um relacionamento amigável e caloroso, de se sentir aceito pelos outros. Pessoas com essa necessidade se preocupam em restabelecer relacionamentos rompidos e amenizar ressentimentos, procuram se engajar em atividades que permitam um relacionamento mais íntimo com os colegas, embora algumas vezes se distraiam pela interação social.

- b) Necessidade de poder. pode ser de dois tipos, pessoal ou institucional. Aqueles que necessitam de poder pessoal buscam dirigir os outros, e geralmente isto é notado como característica indesejável. Pessoas que buscam poder institucional (poder social) querem organizar esforços coletivos para atingir objetivos comuns.
- c) Necessidade de realização: é o impulso de enfrentar desafios, ter sucesso na realização de suas atividades. Pessoas assim geralmente evitam situações de baixo ou alto risco; procuram responsabilidades e visam melhorar o desempenho; estabelecem metas moderadamente difícil e assumem apenas riscos calculados.

Cada indivíduo pode ser mais ou menos influenciado por cada uma dessas necessidades, dependendo de sua experiência de vida e da situação em que se encontra. Sendo assim, dependendo do nível de necessidade em cada parâmetro, diferentes tipos de atitudes motivacionais devem ser utilizados.

Uma característica do trabalho de McClelland é a sugestão que as pessoas podem ser ensinadas a ter certas necessidades, por exemplo, através de programas de treinamento, para aumentar a motivação por realização em gerentes e subordinados. Nesse caso, a motivação passa a ser tratada como uma variável dependente, à medida que os pesquisadores passam a se concentrar nos antecedentes para o desenvolvimento de uma necessidade particular.

2.2. Teoria dos dois fatores - Herzberg

Na teoria dos dois fatores, de Herzberg (1959), também conhecida como "teoria de motivação e higiene", sugere-se que a satisfação e a insatisfação no trabalho atuam de forma independente. Herzberg concluiu que, quando as pessoas se sentiam bem com seu trabalho, atribuíam isto a fatores significativamente diferentes dos fatores a que atribuíam o sentimento ruim em relação ao trabalho.

Ou seja, nas pesquisas dos fatores que influenciam a satisfação, o trabalho, existe um conjunto de fatores que aparecem muito nas respostas negativas e pouco nas positivas, e um segundo conjunto que aparece muito nas positivas e pouco nas negativas.

Meireles (2007) observa os dois conjuntos de fatores, nota-se que o primeiro é formado por fatores extrínsecos, externos ao controle da pessoa, enquanto o segundo conjunto é formado por fatores intrínsecos, controláveis pelo indivíduo. Isso evidencia que quando as coisas vão mal, as pessoas tendem a atribuir isto ao ambiente externo, e quando vão bem, atribuem isto a elas próprias.

Nesse contexto, os dois fatores sugeridos por Herzberg estão descritos abaixo:

- a) Motivadores: fatores que aumentam a satisfação, vindos de condições intrínsecas do próprio trabalho, como reconhecimento, realização, responsabilidade, progresso, desenvolvimento.
- b) Higiênicos: fatores que não aumentam a satisfação, embora a falta deles possa gerar insatisfação, os quais são extrínsecos ao trabalho em si. Podese citar: salário, condições de trabalho, relação com os colegas e superiores, segurança, política e administração da companhia.

Essas duas categorias propostas por Herzberg podem ser relacionadas com a teoria de hierarquia de necessidades de Maslow, observam-se na base da pirâmide necessidades básicas, relacionadas ao ambiente externo, que seriam os fatores higiênicos para Herzberg. Já no topo da pirâmide estão às necessidades intrínsecas, são aquelas ligadas ao desenvolvimento interior do ser humano, que seriam os fatores motivadores (Figura 2).

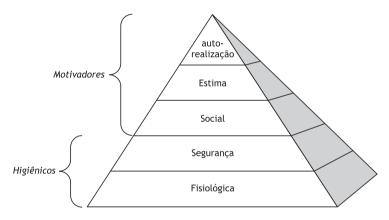


Figura 2 - Teoria dos dois fatores de Herzberg. Fonte: Adaptado de Herzberg, 1959.

3 Modelo de ciclo de vida das organizações de Adizes

Ao determinar o modelo de ciclo de vida, Adizes (1998) define quatro papéis gerenciais (Quadro 1) que procuram explicar por que, quando e como desenvolvem-se as culturas organizacionais e os estilos de gestão. Ao longo da vida da organização, esses papéis podem se alternar, buscando suprir as necessidades das empresas.

Papel	Função	Estilo	Perguntas
(P) roduzir	Eficácia (curto prazo)	Produzir um propósito, um serviço, satisfazer uma necessidade.	O que fazer?
(A) dministrar	Eficiência (curto prazo)	Sistematizar, rotinizar, programar atividades.	Como fazê-lo?
(E) mpreender	Proagir (eficácia a longo prazo)	Criar, assumir riscos, antecipar o futuro.	Quando fazer?
(I) ntegrar	Organicidade (eficiência a longo prazo)	Integrar, criar interdependência.	Quem deve fazê-lo?

Quadro 1 - Papéis gerenciais e suas características.

Fonte: Adaptado de Adizes, 1998.

Para o ciclo de vida das organizações, Adizes (1998) sugere dez fases semelhantes às dos seres humanos, com seus conflitos e dificuldades (Figura 4):

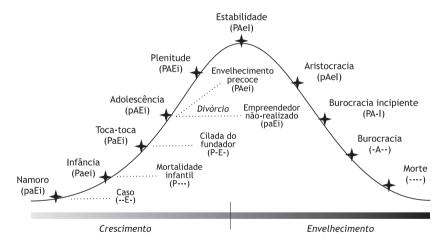


Figura 4 - Modelo de ciclo de vida das organizações de Adizes. Fonte: Pedro (2003), adaptado de Adizes.

3.1 Namoro (paEi)

A organização ainda não nasceu, é o primeiro estágio do ciclo de vida, ela existe apenas enquanto idéia, é a fase do pensar. Adizes (1998) faz uma analogia dessa fase com um jato na cabeceira da pista preparando-se para decolar. Segundo Pedro (2003), nessa fase o papel de (E)mpreender com comportamento proativo, a capacidade de identificar oportunidades e assumir riscos são determi-

nantes. Os outros papéis gerenciais de (A)dministrar, (P)roduzir e (I)ntegrar não são tão marcantes, mas estão presentes, pois servem para a sustentação da realidade.

Nessa fase, Adizes (1998) faz outra analogia, há a necessidade de envolvimento, onde "o fundador tem que se apaixonar pela idéia do negócio", sendo a paixão um prelúdio para o casamento. O empreendedor está voltado para o produto. Quando a idéia não é testada e não existem dúvidas ou ainda quando obstáculos surgem, porém não há um comprometimento, ocorre o que Adizes (1998) chama de "caso", ou seja, um comportamento patológico, marcado somente pelo extremo do papel (E)mpreendedor.

3.2 Infância (Paei)

Para Garcia (2006), é na infância quando a instituição nasce de verdade, a ênfase para planos e idéias muda rapidamente para resultados: é preciso dinheiro para pagar as contas. Segundo Pedro (2003), quando o empreendedor assume o risco, há uma mudança no foco enfatizando-se as vendas e os produtos. Essa fase está orientada para a ação; é a fase do fazer, ficando o papel de (P)roduzir bastante evidente, com os outros papéis servindo de suporte. A organização é centralizada. Nessa etapa não existe uma delegação de autoridade ou responsabilidade. Como não existe uma memória organizacional, ou seja, como as coisas funcionam e o que não funciona, o aprendizado acontece com a prática diária.

É fundamental para garantir o sucesso do empreendimento que nessa fase tenha-se uma capitalização e o compromisso do fundador. Para evitar o que Adizes chama de "mortalidade infantil", é preciso impedir que o papel do (P)rodutor, torne-se único, sem o acompanhamento dos demais papéis. Nesse momento, o fundador não poderá perder o controle, estar alienado de sua criação, ou ainda, sentir tédio diante das atividades, pois caso contrário será inevitável o fracasso do empreendimento.

3.3 Toca-toca (PaEi)

A empresa entra nessa fase quando começa a adquirir certa estabilidade e quando a preocupação não é mais somente a sobrevivência do empreendimento. Segundo Garcia (2006), a instituição não está apenas sobrevivendo, começam a florescer de verdade, mas o sucesso costuma deixar os fundadores excessivamente confiantes, até mesmo arrogantes.

Para Pedro (2003), é a fase da reação, por isso o papel de (P)rodutor e (E)mpreendedor são tão importantes. Pode-se comparar este período ao de uma criança que começa a utilizar suas habilidades motoras para observar e explorar o mundo ao seu redor e as suas possibilidades.

O fundador troca as dificuldades da infância organizacional por oportunidades. O foco no momento é o mercado, a ênfase está nas vendas e nas questões mercadológicas. A empresa começa a crescer de modo desorganizado e não planejado, não existe uma estruturação nas questões referentes aos planos salariais e de cargos, as tarefas não são determinadas de acordo com a habilidade e competência do funcionário, mas pela disponibilidade do mesmo, não existe treinamento, isso mostra que as ações não são organizadas, a empresa está estruturada em torno das pessoas e não das tarefas.

Outra característica da toca-toca é que tudo é prioritário e urgente, afinal nenhuma oportunidade pode ser desperdiçada. A empresa reage ao ambiente, não planeja suas operações, ou seja, a organização está sendo impulsionada pelas oportunidades em vez de gerá-las. É necessário iniciar o processo de delegação e descentralização, criando um conjunto de regras e diretrizes acerca do que, quem e como fazer e não fazer, delineando um sistema administrativo.

Adizes (1998) chama de "cilada do fundador ou familiar" quando o empreendimento entra no processo de transição, onde um sucessor assume a administração. A crise pode surgir também, quando existir deficiência no desenvolvimento das características (E)mpreendedoras e (P)rodutoras ou na ausência dos papéis de (I)ntegração e (A)dministração.

3.4 Adolescência (pAEi)

Adizes (1998) chama a adolescência de "nascimento emocional da organização", onde a empresa é de fato um adolescente tentando estabelecer sua independência da família. É a fase da administração, daí a importância do papel gerencial do (A)dministrador. As atitudes comportamentais mais características são o conflito e a inconsistência. A entrada na adolescência exige delegação de autoridade, a mudança de liderança e a transposição das metas são questões difíceis de serem tratadas. A empresa tem que se tornar mais profissional, a contratação de um profissional qualificado se faz necessária.

Conforme Pedro (2003), o empreendedor torna-se um dos maiores obstáculos diante das regras, diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo administrador. Para Adizes (1998), a patologia acontece nessa fase quando existe a perda da confiança e do respeito mútuo entre as pessoas que trabalham na organi-

zação e principalmente nas que detêm o controle formal e informal, causando uma alta rotatividade, especialmente com o empreendedor não-realizado. E, ainda, quando a empresa perde a flexibilidade, característica marcante na crise do envelhecimento precoce da organização. A essas duas crises o autor chama de "divórcio".

3.5 Plenitude (PAEi)

Segundo Garcia (2006), a plenitude é uma situação ideal, em que a instituição consegue um equilíbrio entre autocontrole e flexibilidade. É a fase do equilíbrio, marcada pelos papéis de (P)rodutor, (A)dministrador e (E)mpreendedor, que foram desenvolvidos nas etapas anteriores e que atuam juntos neste momento.

Pedro (2003) enfatiza que as características mais marcantes são: sistemas e estruturas organizacionais funcionais; visão e criatividade institucionalizadas; orientação para os resultados; satisfação das necessidades dos clientes; realização e execução dos planejamentos; superação de expectativas de desempenho; manutenção do crescimento das vendas com aumento da lucratividade e, ainda, geração de novas organizações.

Uma necessidade da empresa nessa fase é de profissionais qualificados, que se agrava com a insuficiência de treinamento gerencial. Para não correr risco do envelhecimento é preciso manter o espírito empreendedor, bem como o controle e a flexibilidade.

3.6 Estabilidade (PAel)

Depois da plenitude, inicia-se um processo de estabilidade. Adizes (1994) afirma que a fase estável é o primeiro estágio de envelhecimento do ciclo de vida organizacional. Apesar de forte, a empresa começa a declinar, perdendo a criatividade, a inovação, a flexibilidade e o incentivo às mudanças que pautaram o crescimento até essa fase.

Segundo Pedro (2003), é a fase da estagnação, decorrente do papel (I)ntegrador e da diminuição do papel (E)mpreendedor. São características dessa etapa: expectativas menores de crescimento, de conquistar novos mercados e tecnologias; concentração nas realizações passadas ao invés de perspectivas futuras; desconfianças nas mudanças; maior interesse nas relações interpessoais do que em assumir riscos. Adizes (op. cit., p. 69) afirma que: "da plenitude em diante, o movimento ao longo do ciclo de vida é um processo de deterioração".

3.7 Aristocracia (pAel)

A flexibilidade é reduzida ainda mais. Existe uma ênfase no como as coisas são feitas e não no que e por que são feitas. Há um baixo nível de inovação, persistindo a formalidade e tradição tanto no vestir quanto no falar, o dinheiro é aplicado em sistemas de controle, benefícios e instalações. É a fase do silêncio, pois as pessoas procuram não mostrar os problemas, o que importa são os aspectos (A)dministrativos e (I)ntegradores.

3.8 Burocracia incipiente (pA-i)

Segundo Pedro (2003), os conflitos são muito freqüentes, as pessoas ficam buscando culpados para as crises, não as resolvendo. É a fase da *paranóia gerencial*. A ênfase no papel do (A)dministrador e a ausência do (E)mpreendedor, faz com que haja um acúmulo de regras e diretrizes, não existindo uma preocupação com a satisfação das necessidades dos clientes e com os resultados.

3.9 Burocracia (-A-) e morte (---)

É a fase da burocracia propriamente dita, onde os sistemas são muitos, e a empresa está voltada para os aspectos funcionais, centradas em si mesmas. Para Pero (2003), o papel do (A)dministrador chega ao seu extremo, tornando-se burocrata. O excesso de normas, diretrizes, sistemas, procedimentos tornam a empresa sem senso de controle e desorganizada, vivendo de rituais e não de razão. Na fase burocrática, as mudanças e os esforços exigidos são muitas vezes fatais para o empreendimento. A empresa pode levar anos até morrer, isso ocorre quando não há mais nenhum tipo de comprometido com a empresa.

4 Discussão dos resultados

Nesse tópico, analisa-se individualmente as fases do modelo de ciclo de vida das organizações, proposto por Adizes, sobre a perspectiva do comportamento das necessidades do empreendedor, levando em consideração as teorias apresentadas nos capítulos anteriores. Para Tonelli (1998, p. 58), "os empreendedores têm necessidades diferentes e em níveis diferenciados nos momentos de sua vida".

Do ponto de vista da teoria de Maslow, a questão motivacional é vista de forma holística com relação às necessidades humanas, partindo de que o impul-

so motivacional se dá no sentido de satisfazer necessidades, sendo que uma vez satisfeita uma necessidade, o indivíduo percebe outra de nível superior. Logo, o Quadro 2 apresenta essas fases distribuídas no processo empreendedor, em consonância ao modelo de ciclo de vida das organizações proposto por Adizes.

Quadro 2 - Teoria das necessidades de Maslow no modelo de Adizes.

Necessidade / Fases do ciclo de vida de Adizes	Nan	noro	Infância	Toco-toca	Adol. ¹	Plen. ²	Estab. ³	Arist. ⁴	Buroc. ⁵ incipiente	Buroc. e morte
	Nec	Opor								
Auto-realização	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
Estima	Baixa	Média	Baixa	Média	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
Sociais	Baixa	Alta	Média	Alta	Média	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta
Segurança	Alta	Média	Alta	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta
Fisiológicas	Alta	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Média	Média

Fonte: os autores. ¹Adolescência. ²Plenitude. ³ Estabilidade. ⁴Aristocracia. ⁵Burocracia.

Na fase do namoro, o empreendedor pode demonstrar necessidades diferentes baseadas na sua motivação para o empreendedorismo. Segundo a pesquisa GEM (2006), os empreendimentos são categorizados segundo duas orientações: as oportunidades percebidas e a necessidade produzida pela falta de alternativa satisfatória de trabalho e renda. Se o empreendedor iniciou o seu negócio motivado por uma oportunidade, as necessidades da pirâmide de Maslow que se manifestam são as de segurança, sociais e estima. Já se o empreendedor tiver uma motivação de abrir um negócio atrelado a uma necessidade básica, ele se caracteriza por ter as necessidades da base da pirâmide em maior evidência.

Na fase da infância, o empreendedor está preocupado em sanar suas despesas, visto que os investimentos são maiores do que as receitas. Nesse sentido, a necessidade marcante neste período é a da segurança (segurança do trabalho, da moralidade, de recursos, da propriedade), onde o empreendedor entra em conflito com seus valores, pois o dinheiro é limitado e a negociação com parceiros é necessária.

Nas fases seguintes (toca-toca e adolescência), o empreendimento passa a ter visibilidade na sociedade, o que enfatiza as necessidades sócias e de estima do empreendedor. Ele busca o reconhecimento da família, dos amigos e da sociedade em geral.

Nas fases de plenitude e estabilidade, quando o empreendedor assume um papel focado em relacionamentos e alta gestão, este apresenta fortemente a necessidade de estima, tanto própria quanto de outras pessoas para com ele. Também está presente nestes estágios a necessidade de auto-realização, visto que o empreendedor já satisfez as necessidades nos níveis inferiores.

Nas três fases de declínio da organização, o empreendedor não consegue se *desfazer* das necessidades do topo da pirâmide: de auto-realização e estima. E, também, as necessidades que já tinham sido atendidas voltam a se manifestar, como a de segurança (principalmente financeira), sociais, e até mesmo fisiológicas, dependendo das condições.

Do ponto de vista da teoria de McClelland, a motivação parte da premissa de que as pessoas adquirem certas necessidades no decorrer do tempo, e estas são moldadas baseadas nas experiências de vida de cada indivíduo (cultura, família, grupos sociais, livros, filmes etc.). O Quadro 3 apresenta as categorias propostas pelo autor, que são diferentes entre as pessoas, e como estas estão dispostas no modelo de Adizes.

Quadro 3 - Teoria das necessidades de McClelland no modelo de Adizes.

Necessidade / Fases do ciclo de vida de Adizes	Namoro	Infância	Toco-toca	Adol. ¹	Plen. ²	Estab. ³	Arist. ⁴	Buroc. ⁵ incipiente	Buroc. e morte
Aflição	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta	Alta	Média	Baixa	Baixa
Poder	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta
Realização	Alta	Alta	Alta	Alta	Alta	Média	Baixa	Baixa	Baixa

Fonte: os autores. ¹Adolescência. ²Plenitude. ³ Estabilidade. ⁴Aristocracia. ⁵Burocracia.

A necessidade por afiliação, segundo McClelland, é o desejo de manter um relacionamento amigável e caloroso com os outros. Analisa-se no ciclo de vida das organizações de Adizes, nos estágios iniciais, por ser a empresa, na maioria das vezes, somente composta pelo empreendedor, esta necessidade não se manifesta. A partir do terceiro estágio, onde a organização começa a crescer e aumentar o quadro de funcionários, fornecedores e clientes, o empreendedor é confrontado com um grande número de pessoas que dependem e se relacionam com a sua organização, logo, este deve manter um bom nível de interação. Já nas fases de declínio, o empreendedor enfrenta diversos conflitos, dentro dos quais os de relacionamentos, e esta necessidade é colocada num segundo plano, pois o empreendedor ainda busca salvar a sua empresa.

A necessidade de poder, segundo McClelland, é o desejo de obter uma posição de *status* e autoridade, controlar recursos e influenciar pessoas. Essa necessidade se manifesta com maior intensidade a partir do quarto estágio, quando a organização deixa de ter características de uma empresa familiar. O empreendedor assume uma posição de alto poder, e isto perdura durante todos os estágios subseqüentes.

A terceira necessidade de McClelland é a de realização, o que entende-se pelo impulso de enfrentar desafios, ter sucesso na realização de suas atividades. Essa característica do empreendedor é identificada desde o primeiro estágio do ciclo de vida das organizações de Adizes, estendendo-se por todo o período de crescimento do empreendimento. Nos três últimos estágios, os de declínio, esta necessidade é ofuscada pela necessidade de poder.

Do ponto de vista da teoria de Herzberg, as necessidades estão relacionadas ao bem-estar das pessoas no trabalho, distribuídas como fatores motivacionais e higiênicos que atuam de forma independente, com fatores de satisfação distintos dos fatores de insatisfação. O Quadro 4 apresenta os fatores propostos pelo autor, e a relação com o processo empreendedor no ciclo de vida das organizações no modelo de Adizes.

Quadro 4 - Teoria das necessidades de Herzberg no modelo de Adizes.

Necessidade / Fases do ciclo de vida de Adizes	Nan	noro	Infância	Toco-toca	Adol. ¹	Plen. ²	Estab. ³	Arist. ⁴	Buroc. ⁵ incipiente	Buroc. e morte
	Nec	Opor								
Motivadores	Médio	Alto	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto	Médio	Baixo	Baixo
Higiênicos	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto

Fonte: os autores. ¹ Adolescência. ² Plenitude. ³ Estabilidade. ⁴ Aristocracia. ⁵ Burocracia.

Os fatores motivadores, segundo Herzberg, são intrínsecos ao indivíduo e que geram satisfação, portanto podem aparecer no primeiro estágio, caso o empreendedor tenha sido motivado por uma oportunidade, e retornar com intensidade nos períodos de plenitude e estabilidade, quando a condição financeira está estável e o empreendedor busca a estima e auto-realização.

Em uma segunda análise, os fatores higiênicos, segundo Herzberg, são extrínsecos ao indivíduo e previnem a insatisfação, e se manifesta com maior intensidade nos quatro estágios iniciais e posteriormente nos períodos de declínio. Nesses períodos, o empreendedor ainda está moldando a empresa e precisa suprir os fatores higiênicos, ou básicos, para prevenir a insatisfação.

Considerações finais

Na análise teórica das fases do modelo de ciclo de vida das organizações (proposto por Adizes sobre a perspectiva do comportamento das necessidades do empreendedor, levando em consideração as teorias das necessidades de Maslow, de McClelland e de Herzberg), observa-se que as fases iniciais da empresa, segundo Adizes: namoro, infância, toca-toca e adolescência (a teoria das necessidades de Maslow), concentra-se, na sua maioria, na base da pirâmide, no entanto gerando uma curva ascendente na satisfação das necessidades fisiológicas, de segurança, sociais e de estima, culminando com um grau mais alto, isto é, a auto-realização na fase da plenitude.

Já para McClelland, a necessidade de realização está presente nas cinco primeiras fases, atingindo na adolescência e na plenitude, as necessidades de afiliação e poder, porém, para Herzberg, os fatores higiênicos são atendidos nessas fases.

Nas fases de estabilidade, aristocracia e decadentes de burocracia incipiente e burocracia e morte, para Maslow, as necessidades básicas não deixam de existir, entretanto predominam de forma mais acentuada a estima e auto-realização. Já para McClelland, nessas fases destaca-se uma alta concentração de poder, e este deve ser satisfeito, preponderando sobre as necessidades de afiliação e realização. Na teoria de Herzberg, os fatores higiênicos passam a ter alta necessidade de satisfação nas fases de decadência da empresa, sendo que os motivacionais têm baixa predominância.

Finalmente, destaca-se que a pesquisa buscou priorizar conceitos e teorias reconhecidos no meio acadêmico, a fim de contribuir de forma prática ao oferecer subsídios para ações futuras de empreendedorismo, bem como para acadêmicos e profissionais ligados à área que buscam aprofundar conhecimentos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ADIZES, I. **Os ciclos de vida das organizações:** como e por que as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito. São Paulo: Pioneira, 1998.

DALMORO, Marlon. **Empreendedorismo internacional**: internacionalização como uma atividade empreendedora. [s.l.]: Centro Universitário UNIVATES, [s.d.].

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo, transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FIALHO, F.A.P. Empreendedorismo na era do conhecimento. Florianópolis: Visual Books, 2006.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

FILION, L. J. **O empreendedorismo como tema de estudos superiores.** Palestra proferida no seminário "A Universidade Formando Empreendedores". Escola de Altos Estudos Comerciais (H. E. C.) de Montreal.

GARCIA, M. Gestão profissional em instituições privadas de ensino superior, 2006.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil – 2006**. Curitiba: Sebrae/ IBQP, 2006. Disponível em: http://www.gembrasil.org.br/. Acesso em: 22 ago. 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, mar,/abr. 1995.

HERZBERG, F., Mausner, B. & Snyderman, B. B. **The motivation to work**. John Wiley. New York: [s.n.], 1959.

KONING, Alice J. Conceptualising opportunity recognition as a socio-cognitive process. Centre for Advanced Studies in Leadership, 1999/2.

LEZANA, Á. G. R.; Minuzzi, J.; Belinazo, D. **As relações entre empreendedorismo e marketing social.** In: II Seminário de Gestão de Negócios, 2005, Curitiba - PR. Anais do II Seminário de Gestão de Negócios, 2005. v. 1.

LEZANA, Á. G. R.; SCHENATTO, F. J. A. O intraempreendedor como agente de mudança nas instituições públicas federais de educação superior. In: XXIX COBENGE – Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, 2001, Porto Alegre, 2001.

LEZANA, A. G. R.; TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. In: DE MORI, F. (Org.). **Empreender**: identificando, avaliando e planejando um novo negócio. Florianópolis: Escola de Novos Empreendedores, 1998.

MASLOW, Abraham. Maslow no gerenciamento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MCCLELLAND, David C. The achievement motive in economic growth. In: KILBY, Peter. (Ed.). **Entrepreneurship and economic development**. New York: The Free Press, 1971.

MEIRELES, Alvaro J. **Gestão de motivação:** gerindo a hierarquia de necessidades. [s.1.]: UFRJ, 2007.

PEDRO, A. M. Características comportamentais dos empreendedores no modelo de ciclo de vida das organizações de Greiner. 2003. Dissertação (Mestrado em Pósgraduação em Eng. de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SAY, J. B., **Treatise on political economy:** on the production, distribution and consumption of wealth. New York: Kelley, 1964 (1st edition: 1827).

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TAYLOR, Charles. What's wrong with negative liberty. In: RYAN, Alan. **The idea of freedom.** Oxford: Oxford University, 1979, p. 175-193.

VESPER, K. H.. Venture idea discovery mental sequences. In: Churchill, N. C., Bygrave, W. D., Covin, J. G., Sexton, D. L., Slevin, D. P., Vesper, K. H. and Wetzel, W. E. J. (Eds.). **Frontiers of entrepreneurship research**. Babson Park: Center for Entrepreneurial Studies, Babson College, 1991.

Strategy of sustainable development by the example of Department of Business Economics and Marketing: introduction of quality management system

N. G. Bagaoutdinova*, M. E. Camargo**, A. V. Gumerov***, A. N. Ibraghimova****, A. M. Araslanov*****

Resumo: Prover um alto padrão de peritos que treinam o Andrey N. Toupolev Kazan State Universidade Técnica (anterior Kazan Aironautical Insitute) desenvolve e então põe em prática o denominado "sistema de administração de qualidade". O sistema evoluiu da demanda de uma nova marca o especialista, enquanto possuindo fundamento e conhecimento profissional por um lado, e uma individualidade harmoniosa no outro. A meta principal fixada pelo departamento é trazer seu QMS em correspondência com padrões estatais (ISO 9001: 2000). Essas iniciativas fixaram um exemplo aos outros departamentos e serviços da universidade. A experiência dá uma oportunidade boa para

^{*} Department of Business Economics and Marketing. Kazan State Technical University, Rusian.

^{**} University of Caxias do Sul, Brazil. University of Caxias do Sul, Brazil.

^{***} Department of Business Economics and Marketing. Kazan State Technical University, Kazan, Russian.

^{****} Department of Business Economics and Marketing. Kazan State Technical University, Kazan, Russian.

^{*****} Department of Foundations of Design. Kazan State Technical University, Kazan, Russian.

fazer todo o alívio de problemas. Permite calcular o trabalho total separadamente para todo departamento e a universidade em um todo. Também alivia tensão formada fora da atitude negativa de pessoas para a introdução de QMS. Sistema de QM elaborado no departamento separado é se tornar um modelo para QMS que será elaborado por todos os departamentos da universidade. Assim, por meio deste processo um dos princípios de QMS é percebido. A administração universitária e especialistas compartilham este princípio.

Palavras-chave: Estratégia de sustentabilidade. Educação. Administração de qualidade total.

Abstract: To provide a higher standard of experts training the Andrey N. Toupolev Kazan State Technical University (former Kazan Aironautical Insitute) develops and then puts into practice the so-called *quality management system*. The system evolved from the demand of *a brand new specialist*, possessing fundamental and professional knowledge on the one hand, and a harmonious individuality on the other. The principal goal set by the department is to bring its QMS in correspondence with state standards (ISO 9001: 2000). These initiatives set an example to the other departments and services of the university. The experience gives a good opportunity to make all the problems relief. It allows to estimate the total job for every department separately and the university on a whole. It also relieves tension formed out of people's negative attitude to the QMS introduction. QM System elaborated on the separate department is to become a model for QMS that will be elaborated by all the departments of the university. Thus, by means of this process one of the QMS principles is realized. The university administration and specialists share this principle.

Keywords: Strategy of sustainable. Education. Total quality management.

INTRODUCTION

Needless to say, that education for the most part determines significance of a particular state for the present-day world as well as the social status of a human being. Therefore, inevitably rises such problem as the necessity of perpetual improvement of education. "The modernization concept of the Russian education for the period until 2010" and further regulations issued by ministry for education and sciences of the Russian Federation set the quality of education as a priority. "We need to ensure that the european higher education system acquires a world-wide degree of attraction equal to our extraordinary cultural and scien-

tific traditions"; "The importance of education and educational co-operation in the development and strengthening of stable, peaceful and democratic societies is universally acknowledged as paramount" – these two theses of the Bologna Declaration of June, 19 1999 seem to be determinant. For Russia is a full member of the Bologna Process, its educational establishments should do their best to make the quality of education much more competitive, adaptive and european-compatible. From the standpoint of this process, in terms of intensively developing labour and education market, rigid competition and continually changing customer demands, there arises the barest necessity of the administration of education guarantees.

1 Basic theory

1.1 Quality management system

Quality management, in terms of educational institutes, based on the total quality management principles and ISO 9000 Quality System Management standard allows identification of process problems and their further elimination by means of constant improvement of the educational process. Thus, most problems are prevented, not just fixed. Quality becomes the chief concern of each and every employee - everyone's involved! Certainly, it would be absolutely impossible without an appropriate system of quality management. ISO 9000 QSM standard implementation is aimed at minimizing the very possibility of a mistake. For this reason, the Quality Management System (QMS) is a good means to achieve the excellent quality of modern education.

The TQM principles provide continuous development of a particular educational establishment. They do serve as a basis for:

- 1) high quality of educational activities;
- 2) assurance of competitiveness;
- 3) meeting customer requirements;
- 4) increase of teaching personnel's degree of professional contentment and elf-actualization;
- 5) involving the personnel in the process of quality improvement;
- 6) improving group activity;
- 7) cultivation of the team spirit;
- 8) a higher degree of communication (KATCHALOV & SEDDON, 2005).

1.2 General requirements

The concept, which these standards are based on, gives a great number of advantages. The standards comprise a set of requirements, which every educational institute should adhere to. No doubt, the present-day system of certification does provide some basic guaranties. But the certificate itself can assure neither competitiveness, nor prestige. Most of well-known and prestigious higher education institutes of Russia have very much in common: systematic quality management extension courses for the personnel, advanced innovation, guaranteed graduates employment assistance etc. (SCHVETS, 2005).

Note, however, that any particular standard (including ISO 9000) tends to continuous improvement. Once created, the QMS should be constantly developed and ameliorated.

Higher education institutes have one of the most intricate and complex system of administration. Their general characteristics are: personnel's broad inherent potential, complicacy of products & services provided and their long-run lifecycle, extreme social significance, certain academic freedom (a teacher is free to choose the methods & technique) etc.

There are several phenomena, typical of universities, which complicate the QMS development and implementation, such as:

- 1) high persistence of the academic processes;
- 2) pressure for money when developing & implementing the QMS;
- 3) aversion for the latest innovations (academic conservatism);
- 4) deficiency in support & encouragement from the direction of the university administration;

The area of QMS application is the educational process, which comprises not only educational services, but also hardware, software and other intellectual property.

The authors highlight such aspects of the quality of educational products & services as:

- 1) Quality of the *object* of education enrollee, undergraduate, graduate, postgraduate, access & extension courses students;
- 2) Quality of the *subject* of education secondary school, technical school, higher education institute etc., including:
 - a) Quality of teaching programs their structure & content;
 - b) Quality of the professorial personnel degree, qualification, professional skill;

- c) Quality of teaching technique and upbringing methods & technology of teaching;
- d) Quality of material (premises, labs, equipment etc.) and educational (aids, manuals, models etc.) maintenance;
- e) Quality of scientific research.
- 3) Quality of the educational process, including:
 - a) The form and the content of educational process, motivation factor;
 - b) Quality of educational process control;
 - c) Quality of results correspondence to the national professional standards.
- 4) Interested parties' level of contentment:
 - a) Meeting customer (including a potential employer) requirements;
 - b) High degree of teaching personnel's professional contentment;
 - c) Elevated social significance of the Andrey. N. Toupolev Kazan State Technical University.

1.3. Optimum strategy

Interested parties' contentment deserves special attention. This concerns customers, teaching activitied, support personnel, business partners, employers and society on the whole. Once *the value* has been created, the Andrey N. Toupolev Kazan State Technical University gains prestige, which in its turn, results in long-term productive educational work. This work is to base on mutual advantage.

Such aspect is of primary importance when implementing the QMS within the KSTU. The university elaborated the optimum strategy, which is based upon the definition of the two following principles: WHAT should be done for further development (and, finally, success) and WHEN it should be done. All the QM innovations should be preliminarily checked for collisions, like any structural element. Each possible factor should be taken into account, including psychological stereotypes, innate academic conformism etc. (SCHVETS, 2005).

It is no secret that for some administrative leaders in institutes of higher education the very QM system is a kind of challenge to the settled methods of regulation. In plain words, this is a challenge to established stereotypes in the sphere of decision-making and management technologies. At first sight, the QMS is a complicated system, abstracted from acute problems of the university. No doubt, it requires a professional approach.

We do believe that the Andrey N. Toupolev Kazan State Technical University is to develop on the basis of the Sustainable Development Concept (Schvets, 2005), which aims at harmonious development of a human being in concordance with the law of nature. This creates the new philosophy of social development which is based on the following sequence:

It integrates such problems as: social, ecological and economic ones. Just these priorities will ensure the process of sustainable development within the university. There is only one way to realize this possibility: by means of education and innovation. This way is the most efficient one to provide the university competitiveness.

1.4. Quality planning

To realize QMS we have taken into account the four phases.

Phase I – preliminary stage: diagnostic audit of the university. It will require training or retraining of specialists. It is quite important to possess a fully professional staff, which is able to:

- 1) manipulate theory and methodology of quality control;
- 2) head the organizational structure.

Phase II – eliciting departments and services which activities fall short of quality objective and quality policy.

Phase III – making a decision on the subject of the sustainable development concept and on the basis of phases I and II analysis; forming a new university mission when its education program and practical activities are correlated with the new philosophy of social development: man => globe => economics.

It demands introducing new courses focusing on the newest achievements in Theoretical physics, Mathematics, Information Science, TV Communication, Bioenergetics, Psychology. These disciplines contribute to changing the students' world outlook, understanding the matrix of mass-consciousness and finding their own place in the sequence: "man => globe => economics".

Phase IV – upbringing as a prior process in the university. Upbringing is considered to be an essential part of education on a whole. Auspicious upbringing environment sets conditions under which a person is formed, developed and

self-affirmed. As a tradition in institutes of higher education the practice of upbringing consists of curators and student council work, sporting and relaxation activities. We are sure that the upbringing function dominates in the common process of education. As a result, within the bounds of education management we plan to introduce:

- 1) Ethics centers. Their function is to examine and develop personal students' characteristics (capabilities, talents, habilities);
- Procedures of students' adaptation to a changeable environment. They
 are set for students in their first course and deal with behaviour, motivation, temper, reactions, psychology etc.
- 3) Procedures of revision (how lecturers line with their holding posts). The criterion is as follows: their psychological adequateness and ability to work with students and the personnel under their command.

2 Results and discussion

A method was elaborated for QMS introducing into the Andrey N. Toupolev Kazan State Technical University. It absorbed the accumulated experience of the other Institutes of higher education. For Quality Manual and Quality Plan were approved mainly only at the one leading structural department, it allowed to reduce financial and time resources (especially at the first stage of working). In 2005 the Department of Business Economics and Marketing started working on its own pilot QMS program.

The leadership of the department initiates the QMS practice and recognizes the necessity of innovations to improve the quality of education. They do their best to bear their joint responsibility for effectiveness of their activities.

The principal goal set by the department is to bring its QMS in correspondence with State Standards (ISO 9001: 2000). These initiatives set an example to the other departments and services of the university.

The experience gives a good opportunity to make all the problems relief. It allows to estimate the total job for every department separately and the university on a whole. It also relieves tension formed out of people's negative attitude to the QMS introduction. QM system elaborated on the separate department is to become a model for QMS that will be elaborated by all the departments of the university. Thus, by means of this process one of the QMS principles is realized. The university administration and specialists share this principle. For

members of the university community it means gradual, soft accustoming to the ideas of total quality management.

Flow diagram shown in Figure 1 illustrates the devised method consisting of the four general stages of work. Solid blocks denote known, usual stages; the blocks framed with dotted line denote new stages which are specific to the QMS in the university. Blocks 2.5, 3.6, 3.7 and partly 3.5, 3.8 demonstrate the necessity of:

- 1) Defining the advanced department where there is the greatest probability to obtain a convincing example of successful QMS application;
- 2) Enlisting the head and the staff of this advanced department for working out the QMS documentation and methodology;
- Promoting (implementation) the QMS documentation and methodology at the advanced department (the Department of Business Economics and Marketing);
- Working out the QMS documentation and methodology for the university as a whole;
- 5) QMS introduction within the university.

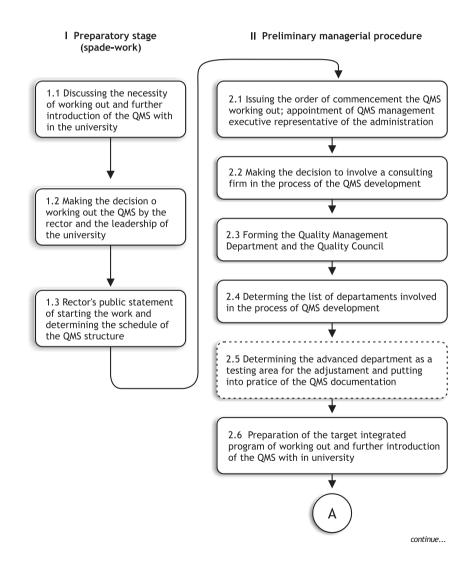
As for the university administration, they were recommended to employ the three teams responsible for:

- Strategic control of the project for the QMS elaboration (at the head of the rector);
- Formation and description of the QMS general, controlling and supporting business processes (at the head of the QMS management executive representative of the university administration);
- 3) Guaranteeing the effectiveness of QMS functioning (at the guidance of the head of the Quality Management Department) accordingly.

There were suggested the two methods of involving the personnel of Department of Business Economics and Marketing (as an advanced structural department) in the process of working out the QMS documentation and methodology. The first method provides for direct participation of the personnel. The second method involves certified QM experts as administrative advisers and quality inspectors. They render practical assistance when implementing:

- 1) The new terminology and concepts of ISO 9001: 2000 standards;
- Descriptive methods of the process sequence with the assistance of flow diagrams;
- 3) Hands-on methods of flow-process diagrams composition. These diagrams are used for nestled representation of educational institution activities information.

Furthermore, the problems of introducing the efficiency indices to the corresponding sections of the documentary procedures are discussed.



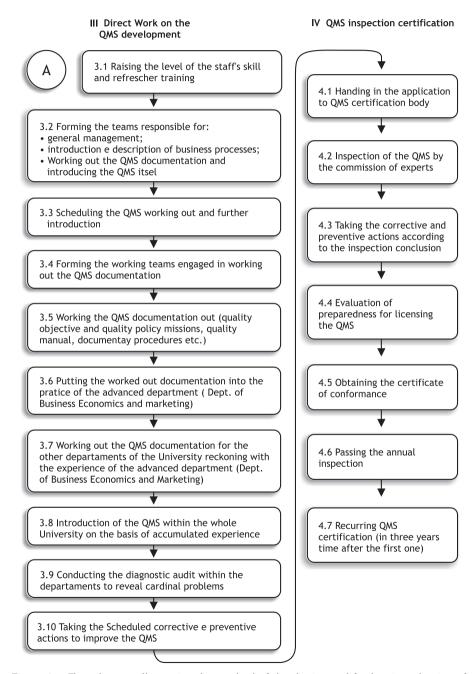


Figure 1 - Flow diagram illustrating the method of developing and further introduction of the QMS.

Grounding on the practical experience of the Department of Business Economics and Marketing, such aspects could be highlighted as:

- The volume of current business documentation increased insignificantly (less than 20%), though the double increase had been foretold by QMS sceptics.
- In the course of QMS implementation there was optimized the process of distribution of authority and responsibilities, which resulted in wellcoordinated work of the department.
- 3) In concordance with ISO 9001: 2000 standard there was actualized the QMS documentation on the basis of the compulsory procedure of Enterprise Document Management (EDM). The QMS documentation was brought into line with the *traditional* accepted standards of documentation.
- 4) This contributed to the improvement of procedural co-ordination and compatibility. Using the Deming's cycle in the processes, procedures and quality inspection records contributed to thorough planning and control of the department staff work. It also helped to methodize the work of the head of the department.
- 5) The creation of quality service allowed opportune conducting the current audits, revelation of nonconformities and carrying out corresponding corrections and corrective actions when needed.

The principal goals of that work are as follows:

- 1) Obtaining objective evidence of the opportunity to practice the developed QMS documentation and processes;
- 2) Acquiring the practical experience of administrative reviews by previously trained auditors;
- 3) Accumulation of records containing the administrative review data, including those of the corrective actions taken.

The authors do realize that QMS introduction affects the corporate culture of an institute of higher education. Special attention is paid to responsibility for the resulting effect, as well as quantitative indices and based on factual data management (KATCHALOV & SEDDON, 2005).

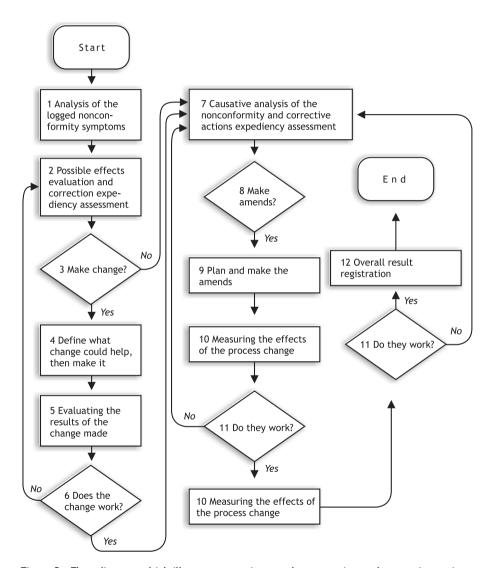


Figure 2 - Flow diagram which illustrates carrying out the correction and corrective actions.

Final considerations

The sustainable development of an institute of higher education is merely impossible without:

- Assessment of the preparedness of an institute of higher education to the introduction of the most recent QMS methodology;
- Planning the introduction of the QMS methodology;
- Bringing the corporate culture in correspondence with the international standards requirements;
- The analysis of interested parties' requirements;
- Elaboration of the structure chart of quality assurance. This helps to reveal structural overloads, including redundant links, divisions and hidden operations;
- Elaboration of the appraisal plan, which includes quantitative and qualitative indices and evaluative criteria;
- Carrying out strategical benchmarking according to key quality indices.
 This will serve as a source for new ideas of further upgrade;
- Conducting self-audit of the departments and evaluation of the effectiveness of university's activities;
- Propagating the Policy of Quality within the whole institution, resources allocation planning (between successively operating projects);
- Working out the system of encouragement which would correspond to the corporate culture of an institute of higher education;
- Working out the communication plan which includes placing the information (on the operating projects in the field of quality) on the university web-site, conducting experience-sharing video conferences, institution of the University Prize of Quality etc.;
- Creating the productive work environment. This contributes to successful
 design work, as proved by the practical experience of the Department of
 Business Economics and Marketing.

QMS represents an integral part of the general management structure. It has become an organic part of the sustainable development of the Andrey N. Toupolev Kazan State Technical University. Convinced, that the University is obliged not only to turn well-educated specialists and project managers out, but also to foster the so-called *homo futurum* (man of the future) possessing system thinking, the culture of organization behaviour and a unique professional style.

REFERENCES

European Commission. **Metrology in chemistry and biology.** Available from: http://www.rcenter.spb.ru/>.

International Standards Organization. **ISO 9000**: quality management systems foundations and vocabulary, ISO, Geneva, Switzerland, 2000.

KATCHALOV, V.A., SEDDON, G. ISO standards: an economic disease? **Delovoye sovershenstvo**, n. 4, p. 14-18, 2005

SCHVETS, V.E. Sustainable development and quality management. **Standarty i Katchestvo**, n. 11, p. 38-43, 2005.

The European Higher Education area. **Joint declaration of the european ministers of Education.** Bologna, June 19, 1999. Available from: http://www.rcenter.spb.ru/>.

O texto argumentativo e os caminhos do sentido

Luciana Maria Crestani*

Resumo: A maioria dos alunos ingressantes no nível de ensino superior encontra dificuldades para trabalhar com textos argumentativos, os textos de opinião. Dúvidas em relação à temática, ao ponto de vista que o autor assume e principalmente aos argumentos de que o autor se utiliza para defender sua opinião são comuns quando se propõem tarefas com textos de opinião envolvendo tais questões. Neste artigo, à luz da teoria semiótica greimasiana e dos estudos da enunciação, procede-se à análise de um texto de opinião no intuito de fornecer subsídios teórico-metodológicos que auxiliem os alunos recém-chegados à graduação no trabalho com essa modalidade textual. Diferença entre opinião e argumento, formas de argumentação e estrutura organizacional dos textos são questões aqui discutidas a partir do texto em análise. Afinal, cabe a nós, professores de língua portuguesa, suscitar nos alunos o interesse por diferentes gêneros textuais, inclusive os argumentativos, mostrando-lhes os caminhos que devem seguir para atingir a essência do texto, captando por completo sua significação e entendendo o(s) seu(s) sentido(s). Tal tarefa, quando bem trabalhada em sala de aula, traz resultados gratificantes, pois desenvolve a capacidade de abstração e inferência, tornando-se um estímulo à leitura.

Palavras-chave: Texto de opinião. Interpretação. Semiótica. Argumentação.

Professora de Língua Portuguesa da Faplan (RS); mestre em Educação pela UPF (RS) e doutoranda em Letras pela Universidade Mackenzie (SP). E-mail: <luciana@faplan.edu.br>.

Abstract: A greater part of the freshmen students that get into college find difficulties to work with argument texts, the so called *opinion texts*. Their doubts related to the theme, or with the point of view that the author assumes (and mainly) to the arguments that the author makes use to defend his opinion, are a common matter whenever these tasks are presented to them asking for opinion texts wrapping such issues. In this article, under the point of view of Greimas's semiotics and the studies of enunciation (articulation), it will be arisen the analysis of a text of opinion, looking forward to supply theoretical and methodological subsidies, to help the newly college students to work with this textual criticism. Difference between opinion and argument, forms of argumentation and text's structural organization are matters hereafter argued taken from the text under analysis. After all, it is portuguese language professors' duty to rise and stimulate in their students the interest for different sort of texts, including the argumentative ones, showing them up the paths that they must follow to reach the essence of them, so that they could spot completely its meanings and understand its different approaches. Such a task, when properly worked in classroom, brings gratifying results, due to the fact that it develops the students' capacity of abstraction and inference, becoming a stimulus for reading.

Keywords: Text of opinion. Comprehension. Semiotics. Argumentation.

INTRODUÇÃO

O ato de ler é imperativo em qualquer curso ou nível de aprendizado, tendo em vista a capacidade de discernimento, de expressão, o grau de conhecimento acadêmico, científico e cultural que a leitura agrega, isso só para citar algumas das inúmeras características perceptíveis em quem é um leitor assaz.

Nenhuma profissão prescinde da leitura. Tanto o engenheiro, como o contador, o médico, o agrônomo, o veterinário... precisam se comunicar bem, interpretar bem e, sobretudo, argumentar no intuito de efetivamente persuadir seus interlocutores (clientes), sob pena de, se assim não o for, não sobreviverem à concorrência acirrada no atual mercado de trabalho.

Ocorre, porém, que, na maioria das vezes, os alunos chegam aos bancos acadêmicos sem ter domínio das *ferramentas* necessárias à interpretação e produção de textos persuasivos. Isso sem falar da capacidade de abstração e síntese de idéias, fatores tão importantes na vida acadêmica quanto no mundo profissional. Bem sabemos que isso advém de problemas da falta de leitura, que nem sempre é incentivada em casa ou mesmo nas escolas. Não se quer aqui, entre-

tanto, delegar a culpa a um ou outro fator, mas alertar o acadêmico para sua fragilidade nesse sentido e despertar nele o interesse próprio de buscar mais. Até porque é preciso um certo grau de maturidade e discernimento para desenvolver as aptidões necessárias ao trabalho aprofundado com textos.

Nesse sentido, pelo fato de os acadêmicos, principalmente em início de curso, sentirem dificuldades ao trabalhar com a interpretação e produção de textos argumentativos, surgiu a idéia de fornecer, em forma de artigo, algumas considerações que sirvam como subsídios introdutórios ao estudo dessa modalidade textual.

Assim, o objetivo deste trabalho, embora aborde de forma sucinta uma das teorias do texto – a semiótica – e contemple no nível discursivo os estudos da enunciação, não é aprofundar o aluno nesse universo teórico, mas fornecer, sinteticamente, algumas idéias daí advindas que contribuam e auxiliem para a compreensão e interpretação de textos argumentativos.

1 Afinal, o que pode ser considerado um texto?

Seria insensato deixar de dizer que não existe uma forma única de leitura para todos os textos, pois a própria designação "texto" é ampla e engloba uma série de possibilidades. Cabe aqui explicitar a concepção de *texto*.

A teoria semiótica greimasiana¹ concebe o texto como um todo organizado de sentido, produzido por um sujeito num determinado tempo e num determinado espaço.

Quando se fala em texto, normalmente a primeira idéia que vem à mente é a do texto escrito. No entanto, os textos não se restringem à modalidade verbal (escrita). A construção textual se dá a partir de um plano de conteúdo e um plano de expressão. O plano de expressão pode ser verbal ou não-verbal. Por exemplo, uma fotografia é um texto que possui um conteúdo expresso num plano não-verbal, mas pictórico.

Outro exemplo é a obra *O Quatrilho*, de José Clemente Pozenato, que vem manifesta por um livro, por um filme, por uma peça teatral e poderia ser traduzida por outros recursos de expressão. Nesse sentido, uma pintura, uma conversa, uma dança, um gesto, um filme, uma música, enfim, toda manifestação humana que se organiza de forma a construir sentidos possíveis de serem interpretados constitui um texto. (CRESTANI, 2002, p. 54).

_

Adotou-se aqui a teoria semiótica desenvolvida por A. J. Greimas, por ser esta a linha teórica adotada como referencial durante os estudos de formação acadêmica da autora. Também por ser a mais didatizada entre as teorias que se ocupam do desvelamento dos sentidos do texto.

Mas vale lembrar que "da mesma maneira que um conjunto de palavras não produz uma frase, um conjunto de frases não produz um texto. Tanto no nível do texto como no plano das frases, existem, então, critérios eficientes de boa formação que instituem uma *norma mínima de composição textual*". (GALVES,1988, p. 40)

Perceba-se, então, que nos encontramos rodeados de textos e, a cada momento, fazemos leituras e releituras daquilo que buscamos entender, compreender, sob diferentes aspectos. Também a leitura de mundo é fator crucial ao entendimento de textos, ou seja, as nossas preconcepções acerca das idéias apresentadas num texto e a historicidade que nos constitui enquanto sujeitos sociais não podem ser desprezadas, pois influenciam diretamente em nossas *formula-ções* acerca deste ou daquele tema.

Como são inúmeras as manifestações textuais, bem como o modo de exame destas deve ser adequado a cada modalidade de conteúdo e expressão, as considerações aqui tecidas voltam-se ao estudo do texto dissertativo-argumentativo no plano escrito. Ou seja, busca-se, por meio deste artigo, ajudar os alunos a clarificar o processo de compreensão do texto argumentativo a partir da análise de sua estrutura interna. Para tanto, será utilizado um exemplo de texto argumentativo que servirá de balizador para tornar mais *palpáveis* as idéias propostas. Antes, contudo, é preciso esclarecer alguns tópicos da teoria que orienta tal análise.

2 Pontos da teoria semiótica interessantes à análise do texto argumentativo

Vale ressaltar que a semiótica "procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz", ou seja, "procura explicar o sentido do texto pelo exame, em primeiro lugar, de seu *plano de conteúdo*". (BARROS, 2000, p. 7).

Essa teoria entende que, nos limites do plano de conteúdo, o processo de produção dos sentidos de um texto obedece a um percurso gerativo, chamado "percurso gerativo de sentido", que, partindo de informação semântica simples, abstrata e unitária, gera, por enriquecimentos semânticos sucessivos, estruturas significativas cada vez mais complexas, abstratas e diversificadas. Na verdade,

O percurso gerativo de sentido não tem um estatuto ontológico, ou seja, não se afirma que o falante na produção do texto passe de um patamar ao outro num processo de complexificação semântica. Constitui ele um simulacro metodológico, para

explicitar o processo de entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo. (FIORIN, 1995, p. 165).

Esse percurso gerativo de sentido compreende três níveis de organização dos sentidos de um texto: o nível fundamental, o narrativo e o discursivo.

A grosso modo², o nível fundamental é o nível de maior abstração de um texto, ele é basicamente estruturado em duas idéias contrárias que fundamentam o texto.

O nível narrativo engloba um jogo de forças entre os *sujeitos* dos textos e as respectivas transformações de estado por que estes passam no seu desenrolar.

E o nível discursivo, ou superficial, é onde se manifesta o texto por completo, ou seja, ali estão todos os recursos de que um autor se utiliza para dizer o que diz e convencer o leitor a aceitar seu discurso. É nesse nível que se dão os efeitos de sentido, de verdade, de aproximação ou distanciamento, de objetividade ou subjetividade etc.

Para a análise, interessam, principalmente, os níveis fundamental e superficial.

3 Texto-base para análise

O texto que segue é um fragmento de um artigo do endocrinologista Geraldo Medeiros, publicado na revista *Veja*³.

Um arriscado esporte nacional

Os leigos sempre se medicaram por conta própria, já que de médico e louco todos temos um pouco, mas esse problema jamais adquiriu contornos tão preocupantes no Brasil como atualmente. Qualquer farmácia conta hoje com um arsenal de armas de guerra para combater doenças de fazer inveja à própria indústria de material bélico nacional. Cerca de 40% das vendas realizadas pelas farmácias nas metrópoles brasileiras destinam-se a pessoas que se automedicam. A indústria farmacêutica de menor porte e importância retira 80% de seu faturamento da venda *livre* de seus produtos, isto é, das vendas realizadas sem receita médica.

Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre a teoria semiótica em maiores detalhes, por isso será feito aqui um resumo dos tópicos que interessam. Para um estudo básico dessa teoria, consultar Barros (2000) e Fiorin (1995 e 2000).

³ Este texto, de autoria de Geraldo Medeiros, foi publicado pela Veja em 18 de dezembro de 1985, é bastante antigo, portanto. Contudo, a escolha deste em detrimento de outros textos atuais se deve ao fato de servir muito bem aos propósitos da análise, pois ali aparecem juntas várias questões que interessam discutir e que dificilmente se encontram agrupadas num mesmo texto.

Diante desse quadro, o médico tem o dever de alertar a população para os perigos ocultos em cada remédio, sem que, necessariamente, faça junto com essas advertências uma sugestão para que os entusiastas da automedicação passem a gastar mais em consultas médicas. Acredito que a maioria das pessoas se automedica por sugestão de amigos, leitura, fascinação pelo mundo maravilhoso das drogas *novas* ou simplesmente para tentar manter a juventude. Qualquer que seja a causa, os resultados podem ser danosos.

É comum, por exemplo, que um simples resfriado ou uma gripe banal leve um brasileiro a ingerir doses insuficientes ou inadequadas de antibióticos fortíssimos, reservados para infecções graves e com indicação precisa. Quem age assim está ensinando bactérias a se tornarem resistentes a antibióticos. Um dia, quando realmente precisar de remédio, este não funcionará. E quem não conhece aquele tipo de gripado que chega a uma farmácia e pede ao rapaz do balcão que lhe aplique uma *bomba* na veia, para cortar a gripe pela raiz? Com isso, poderá receber na corrente sangüínea soluções de glicose, cálcio, vitamina C, produtos aromáticos — tudo isso sem saber dos riscos que corre pela entrada súbita desses produtos na sua circulação. (*Veja*, 18 de dezembro de 1985).

4 A descoberta do tema: do nível superficial ao fundamental

Sempre que se acaba de ler um texto, o importante é entender o tema que ali se discute. E, para descobrir o tema, é preciso sair do nível superficial (forma como encontramos o texto) e ir até o nível profundo, pois é ali que a temática inicial se revela.

Isso pressupõe que o leitor/receptor trace o caminho inverso ao que o emissor/produtor fez ao construir seu texto. Para entender melhor, imagine-se o texto acima como uma árvore completa (folhas, frutos, galhos, tronco etc.). Porém essa árvore não seria assim se não houvesse (no substrato) a raiz que lhe deu origem. É assim com o texto. O nível superficial (texto pronto) se apresenta repleto de recursos lingüísticos e argumentativos utilizados para dar sustentação a um tema (nível profundo) que subjaz a toda essa construção.

Portanto, o emissor, ao construir o texto, parte da temática, nível profundo, e vai acrescentando figuras, dados, exemplos, situações hipotéticas, comparações, enfim, uma ampla variedade de recursos que darão suporte ao tema e que se manifestam na *superfície* textual. Em suma, parte de uma *estrutura* abstrata, te-

mática e simplificada, e, na medida em que vai tecendo o texto, chega ao seu final com uma estrutura completa, recheada.

O leitor, ao contrário, depara-se com um texto "tecido e recheado" (nível superficial) e o ideal é que consiga descer até o nível profundo, o nível das abstrações, para compreendê-lo satisfatoriamente.

A este percurso que o emissor faz para construir seu texto (nível profundo » nível narrativo » nível superficial) dá-se o nome de "percurso gerativo de sentido".

É importante frisar que a origem desse percurso se dá no nível fundamental, nível temático e abstrato, e que um texto se projeta a partir de duas idéias (temáticas) opostas, idéias essas que nem sempre se manifestam por explícito na superfície textual.

Tal oposição de idéias se deve ao fato de que ninguém produz um texto argumentativo para defender/criticar algo que seja consensual e unânime. Aliás, haveria realmente algum consenso unânime além da certeza da morte dos vivos? E será essa uma questão realmente consensual?

Assim, na base estrutural de um texto se contrapõem duas idéias. Uma defendida/apoiada pelo emissor e outra, contrária, que ele supõe seja a concepção do leitor a quem se dirige o texto. O objetivo do texto argumentativo é, então, convencer o receptor a pensar como o produtor do texto. Nas palavras de Platão e Fiorin,

Comunicar é agir sobre o outro, quando se comunica não se visa somente a que o receptor receba e compreenda a mensagem, mas também que a aceite, ou seja, a que creia nela e a que faça o que nela se propõe. Comunicar não é, pois, somente um saber fazer, mas também um fazer crer e um fazer fazer [...] A persuasão é então o ato de levar o outro a aceitar o que está sendo dito, pois só quando ele o fizer a comunicação será completa. (2002, p. 284).

Há duas perguntas que, feitas ao término da leitura, podem auxiliar na compreensão/interpretação do texto argumentativo. A saber:

- a) No texto lido o autor⁴ tece uma crítica ou um elogio?
- b) E ele tece uma crítica ou um elogio a quê?

Com essas duas perguntas é possível obter uma certa delimitação do tema que se está discutindo e da posição do autor em relação ao tema.

⁴ Como o objetivo deste trabalho é fornecer alguns subsídios para a compreensão/interpretação de textos argumentativos, principalmente artigos de opinião e editoriais, e para simplificar o processo para o aluno iniciante, os termos autor e emissor, receptor e leitor, estão sendo utilizados como sinônimos, embora não sejam correspondentes em análise do discurso.

Nesse sentido, o texto *Um arriscado esporte nacional*, constitui, do ponto de vista do seu produtor, uma crítica à automedicação como prática rotineira de grande parte da população brasileira. Essa crítica só faz sentido porque o emissor parte do pressuposto de que há pessoas que se automedicam e que aprovam tal procedimento, ou seja, tal crítica só tem razão de ser no dissenso.

Há, então, um sujeito que tem um ponto de vista "x" sobre uma questão tentando agir sobre outro no sentido de convencê-lo a abandonar concepção "y" e adotar "x".

No texto em discussão, o emissor, sendo contrário à prática da automedicação, constrói seu discurso baseado em recursos (argumentação) que possibilitem ao leitor a percepção deste ponto de vista e não de outro. Certamente, o ponto de vista de um hipocondríaco compulsivo por medicamentos não seria o mesmo e nem organizado com base nos mesmos recursos lingüísticos e argumentativos, embora a temática fosse a mesma.

Podemos dizer, então, que no nível profundo desse texto, as duas idéias que se confrontam são "automedicação *versus* medicação controlada por receita médica". Se o emissor é contra a primeira, mostra-se a favor da segunda, mesmo que isso não esteja explícito no texto.

5 No nível superficial, a argumentação: como persuadir o receptor?

No nível superficial, como já foi dito, *florescem* os recursos utilizados pelo emissor para persuadir o receptor. É ali que se percebem os recursos argumentativos que interessam abordar. Até porque, conforme Platão & Fiorin, a argumentação "quando bem feita, dá consistência ao texto, produzindo sensação de realidade ou impressão de verdade. Achamos que o texto está falando de coisas reais e verdadeiras. Acreditamos nele". (2002, p. 284).

É importante aqui estabelecer uma diferença que, muitas vezes, passa despercebida pelos leitores que se lançam ao texto argumentativo: **opinião é diferente de argumentação**.

Em termos simplificados, *opinião* é o que o emissor pensa sobre um tema. Na opinião, ele assume uma posição favorável ou contrária à temática que permeia seu texto.

Já a *argumentação* implica os recursos que o autor utiliza para defender sua opinião. A argumentação dá sustentação à opinião e é a responsável por persuadir o leitor/receptor a aceitar o que lhe foi comunicado, crer no que foi dito e fazer o que foi proposto, *induzindo-o* a agir de um modo "x" e não "y".

Há que deixar claro que os recursos lingüísticos utilizados para persuadir são inúmeros e a explicitação de cada um deles demandaria um trabalho muito mais minucioso e análise de vários outros textos para exemplificá-los. Nesse sentido, este estudo delimitar-se-á à apresentação de alguns recursos argumentativos que constituem os sentidos do texto-base, *Um arriscado esporte nacional*.

5.1 Argumento baseado no consenso

Ao utilizar-se do provérbio popular "de médico e louco todos temos um pouco", o autor estabelece um argumento baseado no consenso popular para justificar sua primeira afirmação: "Os leigos sempre se medicaram por conta própria" e dar consistência ao seu texto. Esse recurso (provérbio popular) cria um efeito de aproximação com o leitor, mostrando a este que ambos (autor e leitor) (re)conhecem a mesma realidade.

Esse tipo de argumento é muito utilizado, mas é preciso ter o cuidado de, ao recorrer a ele, não cair em um lugar-comum carente de base científica e com validade discutível. Por exemplo, dizer que "o brasileiro tem o hábito de se automedicar" é bem diferente de dizer que "o brasileiro é um povo indolente", ou que "a Aids é um castigo de Deus". Ora, essas duas últimas afirmações, diferentemente da primeira, carecem de comprovação e sequer são consensuais.

Outros exemplos dessa forma de argumentação que prescinde de comprovação (a menos que seja objetivo do texto demonstrá-la) seriam frases como "A educação é a base do desenvolvimento" ou "Investir em pesquisa é essencial para que o país supere sua condição de dependência". São afirmações irrefutáveis, já consagradas como consensuais.

Quanto à utilização de provérbios ou ditos populares como recurso argumentativo, é preciso ter com eles um certo cuidado, pois só se prestam à efetiva argumentação quando bem situados e alocados no texto.

5.2 Argumentos baseados em provas concretas

a) Dados estatísticos

É consensual (para aproveitar a *deixa* acima) que um argumento terá muito mais peso se a opinião estiver embasada em fatos comprobatórios. Já no primeiro parágrafo do texto, o autor se utiliza de dados estatísticos para sustentar sua argumentação: "Cerca de 40% das vendas [...]" e "[...] retira 80 % de seu faturamento [...]".

Os dados estatísticos são argumentos de peso, pois se fundamentam em pesquisas que se pressupõem sérias e verdadeiras, com bases científicas e métodos de amostragem eficientes voltados ao (re)conhecimento de algum aspecto social. Esse tipo de argumento, além de trazer dados *concretos* ao mundo das idéias (texto), cria um efeito de verdade no interlocutor, dá a *impressão* de que o autor sabe realmente do que está falando, afinal conhece os dados relativos ao que expõe.

Cabe lembrar que tais dados devem, preferencialmente, vir acompanhados de sua fonte, sob pena de perderem o poder argumentativo que a eles compete. O texto-base peca nesse sentido, pois a fonte onde se poderiam verificar tais números não está expressa.

Ademais, é necessário verificar a *seriedade* e *reconhecimento* das fontes, pois há muitas fontes suspeitas. Nem sempre dados da *internet*, por exemplo, são aceitos como válidos em pesquisas, pois, muitas vezes, é questionada a veracidade das informações ali disponíveis.

São exemplos de argumentos por provas concretas as cifras e estatísticas, dados históricos, fatos da experiência humana, fotografias⁵ etc.

A seguir, um exemplo de argumento baseado em fatos da experiência humana.

b) Citação de exemplos (argumento por ilustração)

Em outra parte do texto, quando diz "E quem não conhece aquele tipo de gripado que chega a uma farmácia e pede ao rapaz do balcão que lhe aplique uma *bomba* na veia, para cortar a gripe pela raiz?" o emissor se utiliza de um caso concreto possível para *ilustrar* sua argumentação, pois pressupõe que os leitores já tenham vivenciado uma situação tal e que, portanto, considerem a *situação imaginária* como real e totalmente aceitável.

Aliás, "argumenta-se não só com aquilo que é necessariamente certo, mas também com o que é possível, provável, plausível" (PLATÃO & FIORIN, 2002, p. 284). Assim, um fato possível da experiência humana é utilizado como argumento válido.

Perceba-se, ainda, que o autor se aproxima novamente do receptor nesse trecho no intuito de fazê-lo ativar seus próprios conhecimentos e reconhecer como verdadeiro o argumento. Faz isso através da construção do texto em pergunta, interagindo com o receptor, e também através da utilização do vocábulo "bom-

As fotografias falam por si, por isso constituem um recurso quase irrespondível numa argumentação. São bastante utilizadas como provas concretas, ou para forjar supostas provas, em processos jurídicos.

ba", gíria de uso popular que designa injeção de substância químicas na corrente sangüínea para conter a gripe.

A argumentação por ilustração é um recurso é muito utilizado para dar *veracidade* às afirmações generalizantes através de exemplos que lhes sirvam de suporte (como fez o autor do texto-base).

Por outro lado, é preciso ter cuidado ao inverter tal ordem. Por exemplo, não se pode partir de um exemplo isolado, acidental, e querer torná-lo essencial. Mostrar um erro médico (ou mais que um) e concluir que todos os médicos são charlatães é generalizar indevidamente.

5.3 Argumento com base no raciocínio lógico

Um texto bem construído possui clareza de idéias e seqüência argumentativa lógica. Afinal, "nada é pior para convencer do que um texto sem coerência lógica, que diz e desdiz-se, que apresenta afirmações que não se implicam umas às outras, que está eivado de contradições" (PLATÃO & FIORIN, 2002, p. 291).

Os argumentos com base no raciocínio lógico precisam seguir uma dada ordem lógica e estar amarrados entre si de modo a garantir que o leitor compreenda tal seqüência. Um trecho do último parágrafo do texto-base serve como exemplo:

É comum, por exemplo, que um simples resfriado ou uma gripe banal leve um brasileiro a ingerir doses insuficientes ou inadequadas de antibióticos fortíssimos, reservados para infecções graves e com indicação precisa. Quem age assim está ensinando bactérias a se tornarem resistentes a antibióticos. Um dia, quando realmente precisar de remédio, este não funcionará.

Nesse trecho, percebe-se que o recurso argumentativo lógico se baseia nas idéias de causa e conseqüência, que estão perfeitamente *costuradas* no texto sem que haja nenhuma referência explícita a essa relação. Assim, a ingestão de medicamentos fortes e inadequados sem necessidade (causa) ocasionará a resistência das bactérias e o não-funcionamento do remédio quando ele for realmente necessário (conseqüência).

Cabe ressaltar que a argumentação por raciocínio lógico compreende boa estruturação e seqüência tanto no nível da frase quanto do texto como um todo, e que isso depende das habilidades do produtor do texto. Do receptor/leitor, nesse caso, espera-se a habilidade de abstração e reconhecimento do argumento lógico

utilizado neste ou naquele trecho. Uma das formas de procurar seguir essa seqüência lógica na produção textual é abordar uma idéia de cada vez, desenvolvendo-a por completo, para só depois, passar à idéia seguinte⁶. Afinal, "não é amontoando os ingredientes que se prepara uma receita; assim também não é superpondo frases que se constrói um texto" (PLATÃO & FIORIN, 2002. p, 11).

5.4 Argumento da competência lingüística

Conforme Platão e Fiorin, "o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz. Utilizar também um vocabulário adequado à situação de interlocução dá credibilidade às informações veiculadas" (2002, p. 291).

No texto-base, o autor foi feliz quando, ao final do último parágrafo, utilizou-se da linguagem técnica para designar as substâncias químicas injetadas no organismo por meio da *bomba* na veia. Ao utilizar os termos "soluções de glicose, cálcio, vitamina C, produtos aromáticos", ele demonstra seu conhecimento e autoridade enquanto médico, ou seja, inscreve-se, por meio da linguagem, num universo distinto do conhecido pelo leigo, no universo das autoridades médicas. Esse recurso gera no leitor um efeito de *confiabilidade*.

Por outro lado, aqui se mostra claramente o contraste entre as duas formas distintas de expressão lingüística: o vocábulo *bomba* (gíria) e os termos da linguagem médica. Ao mesmo tempo em que estes últimos distanciam o médico do leigo, o termo *bomba*⁷ (gíria de uso popular) os aproxima, servindo ambos, perfeitamente, aos objetivos de persuasão do texto.

A escolha do vocabulário a ser utilizado é um forte recurso persuasivo e, portanto, é preciso um cuidado especial ao utilizá-lo para que não preste um desserviço ao texto. Nesse sentido, cabe avaliar *para quê* e *para quem* escrevemos um texto, pois se nossa linguagem destoar totalmente da conhecida pelo interlocutor, nosso texto não terá efeitos sobre ele.

Para ilustrar, pensemos numa situação em que uma pessoa com pouco domínio da língua culta – e nenhum conhecimento do vocabulário jurídico – procura um advogado (poderia ser qualquer profissional de qualquer área) para que

Na maioria dos casos, observam-se nas produções textuais dos alunos iniciantes da graduação uma certa mistura de idéias. Os alunos parecem ter pressa em dizer o que pensam e não se preocupam em (ou não sabem como) argumentar o que pensam. Essa pressa em dizer tudo de uma vez gera um aglomerado de idéias superpostas que, além de não justificadas, argumentadas, ficam desconexas, prejudicando a compreensão do texto e, claro, o seu propósito persuasivo.

⁷ A utilização da expressão bomba já foi abordada no tópico 5.2, na citação por exemplo, quando foi trabalhado o trecho do texto em que tal termo aparece.

este o represente em um processo. Se o diálogo inicial se estabelecer com base no linguajar jurídico, comum apenas ao egresso do curso de Direito, não se travará um diálogo, mas um monólogo, pois o interlocutor provavelmente não entenderá muita coisa. Nesse caso, o advogado usa contra si próprio o peso argumentativo da escolha lingüística.

Por outro lado, se o profissional adequar a sua forma de expressão à do seu interlocutor, e, de modo ponderado, utilizar alguns termos de domínio de sua área de formação que não afetem a compreensão da mensagem, poderá, por se fazer entender, ganhar a confiança do interlocutor e, conseqüentemente, o trabalho.

É sábio lembrar que nem sempre falar é dizer. E isso se aplica tanto ao discurso falado quanto ao escrito.

5.5 Argumento de autoridade

O argumento de autoridade é muito utilizado nas mais diversas situações de fala/escrita e bastante comum já no início da vida acadêmica. Se não antes, ao ingressar em um curso superior, o aluno aprende que sua voz não ecoa só. Ou seja, que outros já pensaram e disseram, talvez de modo diferente, aquilo que agora ele pensa e diz. E as palavras desses *outros* podem lhe servir como argumento de autoridade.

Argumento de autoridade, então, nada mais é do que recorrer a citações de autores renomados, autoridades num certo domínio do saber, para corroborar um ponto de vista pessoal, demonstrar que se tem embasamento e conhecimento teórico sobre o tema.

O uso desse recurso leva o receptor a pensar que o locutor tem real domínio sobre o que está falando, pois além de ter lido e pesquisado sobre o tema, não fala só, tem o apoio dos *fiadores* citados no texto.

A esta altura, o leitor deve estar se perguntando: cadê o argumento de autoridade do texto-base, então? Embora no texto-base o autor não tenha recorrido a nenhuma citação de outros conhecedores da área, o argumento de autoridade está ali implícito, pois o próprio autor (médico endocrinologista) é uma autoridade no assunto.

Será que o texto teria o mesmo peso argumentativo, o mesmo poder de persuasão se, por exemplo, um estudante de segundo grau o tivesse escrito? Se uma professora de português o tivesse escrito? Certamente, nesse caso, haveria muitas vozes ocultas a se questionarem sobre a veracidade das informações.

Outro aspecto que vale a pena comentar é a utilização pelo autor do textobase, na metade do segundo parágrafo, da expressão "Acredito que [...]". Essa escolha pela primeira pessoa do singular geralmente é refutada nos textos acadêmico-científicos por ter um caráter de subjetividade e pouco peso argumentativo.

No entanto, ao utilizar o verbo na forma "acredito", o autor não desqualifica seu discurso, tendo em vista que é uma autoridade no assunto e está, portanto, autorizado a dizer o que diz. Uma possibilidade ainda mais convincente seria se o autor tivesse escolhido a forma da primeira pessoa do plural "Acreditamos que...", pois assim ele se reportaria ao universo das autoridades médicas e faria de seus colegas *fiadores* de tal crença.

5.6 Argumento por defesa prévia⁸

Quando produz um texto, o emissor constrói também uma imagem virtual do receptor e das possíveis formas como este pode interpretar as palavras e idéias ali expostas. O processo de produção textual implica, desde o seu início, um *interlocutor invisível*, mas pressuposto.

Orlandi (2001, p. 7) corrobora essa idéia quando diz que,

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos "formações imaginárias" em análise do discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu *cúmplice* quanto um seu *adversário*.

Tomando por base essas concepções, é possível perceber que num dado momento do texto-base o autor trava um diálogo de certa forma defensivo com seu interlocutor imaginário.

No segundo parágrafo, ao dizer que "o médico tem o dever de alertar a população para os perigos ocultos em cada remédio, sem que necessariamente faça, junto com essas advertências uma sugestão para que os entusiastas da automedicação passem a gastar mais em consultas médicas", o autor já está tecendo um argumento de defesa contra uma possível acusação de seu leitor imaginário:

⁸ Essa nomenclatura foi adotada com intuito de facilitar a compreensão dos alunos quanto às explicações que seguem. No entanto, não necessariamente é esse o termo utilizado para designar tal forma de argumentação.

a de que ao defender tal posicionamento o autor estaria, na verdade, interessado em defender interesses financeiros dele próprio ou de sua classe.

Essa defesa prévia (ressalva), de certa forma, isenta-o da acusação antes mesmo de ela ter se concretizado.

Considerações finais

Há muito ainda a se discutir sobre as questões apresentadas. Até porque um tema nunca se esgota em si mesmo, cada idéia remete a novas idéias, ponderações e possibilidades. No entanto, se os apontamentos realizados servirem para facilitar ou auxiliar a interpretação de textos argumentativos, este trabalho terá cumprido o objetivo proposto. Mesmo porque o intuito não é fornecer uma receita de interpretação/argumentação (será que há?), mas amostras de algumas possibilidades de captar os sentidos de um texto.

Vale lembrar, ainda, que cada texto tem sua própria especificidade e nem todos se prestam aos mesmos objetivos, portanto não podem ser lidos ou interpretados da mesma forma.

Ademais, até no trato com um mesmo texto argumentativo a forma de abordagem pode ser diferenciada de acordo com aquilo que o leitor pretende abstrair da leitura. Segundo Orlandi (2001), o leitor pode abordar um texto no intuito perceber:

- a) a relação do texto com o autor: o que o autor quis dizer?
- b) a relação do texto com outros textos: em que este texto difere de tal texto? E em que se assemelha?
- c) a relação do texto com seu referente: o que o texto diz de X?
- d) a relação do texto com o leitor: o que você entendeu?

Indefinidamente, haverá distintos modos de leitura dependendo do contexto em que se dá e de seus objetivos.

A construção deste artigo voltou-se, principalmente, para a relação do texto com o autor, procurando desvelar o que o autor diz e como faz para dizer o que diz. Não se pode esquecer que muitas vezes o autor **não** diz o que pretende, e que esse *silêncio* também constitui uma forma de dizer. Mas isso é assunto para uma outra conversa...

Ao término deste trabalho, é oportuno retomar uma metáfora utilizada por Koch (2003, p. 42) para caracterizar o texto. Segundo a autora,

pode-se comparar o texto ao *mapa da mina* distribuído aos escoteiros em explorações pela floresta: ele contém marcas, pistas, sinalizações a serem seguidas para que se possa encontrar o local do tesouro. Quanto maior a habilidade do escoteiro em segui-las, mais próximo ele deverá chegar do lugar onde o tesouro está escondido. A persecução de uma pista falsa (às vezes, colocada intencionalmente pelo produtor) exigirá do leitor a percepção de que está seguindo o caminho errado e de que, portanto, deverá reformular suas hipóteses quanto ao sentido do texto.

Espera-se, enfim, que as considerações aqui tecidas possam contribuir para o desvelamento do(s) sentido(s) do texto argumentativo: esse nem tão complicado mapa da mina.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana L. P. de. Teoria semiótica do texto. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CRESTANI, Luciana M. **Sem vez e sem voz:** o negro nos textos escolares. Passo Fundo: UPF, 2003.

FIORIN, J. L. A noção de texto na semiótica. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 163-173, 1995.

. **Elementos de análise do discurso.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Pulcinelli; OTONI, Paulo. **O texto:** escrita e leitura. Campinas: Pontes, 1988.

KOCH, Ingedore G. V. Lingüística textual e ensino de português. In: TOLDO, Cláudia S. (Org.). **Questões de lingüística**. Passo Fundo: UPF, 2003.

ORLANDI, Eni P. Discurso e leitura. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001

PLATÃO & FIORIN. Lição de texto: leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

Seção II

Direito

Estado democrático de direito: perspectiva e análise conceitual a partir de Jürgen Habermas

Sidinei Cruz Sobrinho

A fenomenologia hermenêutica e o novo horizonte para o direito

Marcio Renan Hamel

Projeções sobre democracia e espaço público: (re)pensando o público

José Carlos Kraemer Bortoloti, Sandra Leal

Risco e precaução no direito ambiental

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, Tiago Schneider de Jesus

Estado democrático de direito perspectiva e análise conceitual a partir de Jürgen Habermas

Sidinei Cruz Sobrinho*

Resumo: Seja qual for a qualificação ou o adjetivo que se acrescente à idéia de Estado – liberal, democrático ou social –, se não garantir nem concretizar a liberdade; se não limitar o poder dos governantes; se não elevar os direitos fundamentais ao topo da conquista inviolável da cidadania, não poderá ser considerado um Estado de direito. Nessa perspectiva, de que os direitos fundamentais possam levar à conquista da cidadania, é que apresentaremos uma breve contextualização histórica da formação do Estado, seguida da interpretação habermasiana desse processo, bem como as suas críticas e idéias referidas à realização dos direitos humanos através de um Estado democrático de direito. Com o surgimento do Estado constitucional, a relação entre direito e política tornou-se clara, evidente e necessária. E, para nós, torna-se necessária a leitura dessa relação sobre o viés da realização dos direitos humanos, leitura que nos levará a concordar com Habermas quanto à necessidade de uma reconstrução do direito. Pois, rompendo-se com as interações sociais, os sujeitos não mais respondem por seus atos, pois não mais lhes pertence o caráter de humanidade, ou seja, são feridos em sua dignidade humana.

Palavras-chave: Estado. Direitos humanos. Habermas. Democracia procedimental.

^{*} Mestre em Ética e Filosofia Política – PUCRS; especialista em Direitos Humanos – CESUSC; bacharel em Filosofia – URI/Erechim; professor de Direito, Filosofia e Ética Profissional – Faplan / Unianhanguera Educacional. E-mail: <sidinei@faplan.edu.br>.

Abstract: Whatever the or the adjective to add the idea of state – liberal, democratic or social – if not guarantee nor achieve the freedom; if not limit the power of government; if not to raise the basic rights inviolable top of the conquest of citizenship, can not be considered a rule of law. In that perspective, that fundamental rights might lead to the achievement of citizenship is that present a brief history of the State followed by Habermasian this process, and to their criticisms and ideas referred to the real will human rights through a democratic state of law. With the emergence of the state constitution, the between law and politics has become clear, obvious and necessary. And, for us, it is necessary to read this about the bias of human rights, reading that we will agree with Habermas on the need for of law. But, breaking with the social, the subject no longer account for their actions, because they no longer owned the character of humanity, or are injured on their human dignity.

Keywords: State. Human rights. Habermas. Procedural democracy.

INTRODUÇÃO

Que papel pode ser atribuído ao Estado de direito num contexto moderno marcado pela crise sociopolítica? Se concordarmos com Habermas, tal papel será o de possibilitar a auto-organização política autônoma de uma comunidade, a qual se constitui com o auxílio do sistema de direitos como uma associação de membros livres e iguais de direitos (HABERMAS, 1997, v. I, p. 220). Estando a modernidade em crise, que parâmetros as instituições do Estado de direito encontram para possibilitar a legitimidade da vontade formada racionalmente pelo discurso entabulado a partir da autonomia política dos cidadãos?

Esse impasse inicial, enfrentado ao percorrermos analiticamente a sociedade e o direito moderno, confronta-nos com a desorganização das instituições do Estado, causa eficiente da crise da modernidade. Por que essa desordem? Como resgatar a ordem? São questões que devem ser trazidas à roda do discurso e que, no debate, apontam à emergência da reestruturação do sistema de direitos em prol da continuidade de realização do projeto da modernidade de maneira organizada. Parece-nos ser esse o primeiro passo para dar cabo ao chavão da modernidade como um projeto inacabado e quase que impossível de ser levado adiante. O primeiro passo se dá pelo fato de que

o poder comunicativo de uma vontade formada racionalmente possa surgir, encontrar expressão em programas legais, circular em toda sociedade através da aplicação

racional da implementação administrativa de programas legais e desenvolver sua força de integração social, através da estabilização de expectativas e da realização de fins coletivos. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 220).

Diante da crise e do desentendimento, diante da aparente impossibilidade do consenso gerada pelo pluralismo sociocultural, pela fragilização dos valores morais, pela *colonização do mundo da vida*, pelas inúmeras e quase sempre frustrantes derivações da idéia de democracia (direta, participativa, representativa), como não desesperar diante da iminência de um Estado democrático falido?

Parece-nos realista e motivadora a afirmação de Bobbio: "Prefiro falar de transformação, não de crise, porque crise nos faz pensar num colapso iminente. A democracia não goza no mundo de ótima saúde, como de resto jamais gozou no passado, mas não está à beira do túmulo" (BOBBIO, 2002, p. 19). Não cremos que, perante a ditadura, a autocracia, o despotismo e inúmeras outras formas abusivas do poder, alguém possa discordar do otimismo realista do pensador italiano. É nesse mesmo espírito de *transformação* que o caminho sugerido por Habermas nos posiciona como partícipes transformadores, autores e sujeitos de um Estado democrático de direito, pela estratégia do compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria.

A base dessa transformação está evidentemente na garantia da realização desse debate e na efetivação dos compromissos daí resultantes. E onde isso ocorre senão no espaço próprio da ação comunicativa? Como isso ocorre senão pela formação do espaço da garantia da autonomia privada e pública? Quando isso ocorre senão quando fundamentada e possível a realização dos direitos fundamentais dos sujeitos? E voltando à idéia de lugar, onde isso se dará senão num Estado democrático de direito? Esses questionamentos, por sua vez, carregam maior densidade do que aparentam. O que nos coloca em situação delicada perante a necessária pergunta: que caminho percorrer para a certeza de que o *onde* é o lugar certo, o *como* é a maneira certa e o *quando* é o momento certo?

Seja qual for a saída, que não a de uma ação comunicativa validada por pretensões de validade intrínsecas à linguagem, encontraremos a impossibilidade de um Estado democrático dado um universo não democrático. Já pela argumentação nos moldes habermasianos, deparamo-nos, também, com um universo onde nem todos os Estados são democráticos. Se concordarmos com Bobbio anteriormente, de que não devemos falar em crise, mas, sim, de transformação, deveremos, por obrigação lógica, admitir que nosso Estado não é plenamente democrático apenas porque vivemos num universo *ainda* não democrático? (BOBBIO, 2002, p. 201)

O que afirmamos aqui não é que o caminho habermasiano seja o único, mas é o que nos parece mais realista e a oferecer melhores condições de diálogo em face da urgência da reestruturação do sistema de direitos e da busca pela integração social. Não vemos em Habermas um revolucionário e, se o víssemos como tal, possivelmente não simpatizaríamos com seu pensamento. Concordamos com Kant: "Uma revolução poderá talvez trazer a queda do despotismo pessoal ou da opressão ávida de lucros ou de domínios, porém nunca trará a verdadeira reforma do pensar". Embora, ao *ad-vogar* em prol da realização dos direitos humanos, estejamos indo contra o despotismo pessoal e a opressão, estamos, também, indo contra o paternalismo político, que será eliminado somente quando os cidadãos participarem autonomamente da construção do direito, o que implica *sui generis* autonomia no modo de pensar.

Pretendemos esclarecer e justificar essa série de desafios e questões partindo da análise dos conceitos de Estado, democracia e direito, bem como do seu desenvolvimento e entrelaçamento teórico-prático na formação do Estado democrático de direito como espaço da argumentação e realização dos direitos humanos.

1 Estado moderno

Em sua formação histórica, o Estado assume diversificados sentidos e traduz diversas realidades político-socioculturais.

Na Antigüidade, o Estado apresentava-se sob a *persona* da cidade na qual se firmavam os poderes. Era nas mãos de uma única pessoa (rei, imperador) que cada ser humano depositava e via toda a autoridade. Prevalecia o poder consuetudinário, o direito fundado nos costumes da pólis grega e no respeito à *res publica* da cidade romana. Na Idade Média, sob as ruínas do Império Romano também padecia a concepção de Estado como *concentrador de coerção*, marcado pelo rompimento das relações entre política (império romano-germânico) e Igreja (sumo pontífice).

Foi com a Renascença, propedêutica da revolução da razão no século XVIII, que o Estado moderno assumiu sua identidade sob a égide da soberania, conceito esse que ainda demonstra a centralização do poder estatal nas mãos do príncipe. Considerando-se essa idade como sendo a idade do absolutismo, permitindo a emergência dos antigos nobres do feudalismo à posição da, a partir de então, chamada "burguesia", a qual soube manipular e centralizar o poder social, apoderando-se do governo por via revolucionária e fundando

as bases do Estado nacional como característico do Estado moderno. "A progressiva inclusão da população no *status* de cidadão não apenas abre para o Estado uma fonte secular de legitimação, mas também produz o novo patamar para uma integração social abstrata, juridicamente mediata" (HABERMAS, 2002a, p. 151).¹

É importante identificar aqui o momento histórico que marca a passagem da idéia de que o poder absoluto do soberano é divino para a secularização do absolutismo, fundamentando, agora, o poder em bases racionais, momento esse identificado como "pós-metafísico" do direito, adotado por Habermas, como veremos com maior profundidade. É Hobbes quem apresenta essa nova fundamentação do poder, através do contratualismo social, e com sua obra, *O Leviatã*, procura justificar os poderes extremos, servidos de uma liberdade sacrificada pela segurança e uma justiça alienada pela lei, buscando manter, a todo custo, a integração social sob a força do monarca. Assim, o poder deixa de ser legitimado no divino e passa a ser legitimado no contrato social.

Para Hobbes, que não deixa de equipar os súditos com direitos privados, o problema da legitimação não pode ser regulado no interior da ordem jurídica já fundamentada, portanto sobre direitos dos cidadãos e processos da legislação democrática. Ele precisa ser resolvido, como que de um só golpe, junto com a constituição do poder do Estado, o que equivale a dizer que ele tem que desaparecer. Hobbes quer mostrar que a sociedade constituída de modo absolutista, se justifica, em sua totalidade, como uma ordem instrumental, a partir das considerações teleológicas de todos os participantes. Isso dispensaria a tarefa de uma fundamentação normativa do exercício da dominação política conforme o direito. A tensão entre facticidade e validade, embutida no direito, dissolver-se-ia, caso pudéssemos representar *per se* a dominação constituída juridicamente como a manutenção de um sistema do egoísmo ordenado, preferido por todos. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 123).

Entretanto, com a revolução (1789), o nascimento do Estado constitucional e a idéia de Estado agora visto como Estado-povo, vem à luz o núcleo duro da

A respeito dessa definição e da idéia de Estado-nação, vale recorrer ao que afirma Habermas em *A inclusão do Outro*: "De acordo com o conceito clássico de fins do século XVIII, *nação* significa o povo de um Estado, que se constitui como tal, na medida em que ele confere uma constituição democrática. Esse conceito está em concorrência com a visão surgida no século XIX, segundo a qual a soberania popular pressupõe um povo que, em contraste com a ordem artificial do direito positivo, projeta-se para o passado como algo organicamente crescido: *o Povo* [...] que é considerado o sujeito do poder constituinte nas democracias, não obtém a sua identidade apenas a partir da constituição que ele se confere. Essa identidade é muito mais um fato pré-constitucional, histórico. Certamente contingente, mas nem por isso aleatório, muito mais, indisponível para aqueles, que acham que pertencem a um povo".

possibilidade da realização da democracia: o ser humano consciente da legitimidade. Sob o brilho dessa mesma luz é que há três séculos se desenvolve o espaço do sujeito como autor e destinatário do direito e, conseqüentemente, a possibilidade da realização dos direitos humanos. Desse modo, "a idéia de direitos humanos e a da soberania do povo determinam até hoje a autocompreensão normativa de Estados de direito democráticos" (HABERMAS, 1997, v. II, p. 128).

Com a queda da Bastilha, a burguesia rendeu-se à revolução juntando-se ao povo e, empunhando armas, ajudou a abrir espaço às leis fundamentais. Essa característica marcou a passagem do Estado absoluto, enquanto poder das pessoas, ao Estado moderno, enquanto poder de leis. O Estado constitucional tem por máxima a legalidade expressa nas constituições: "O Estado instaura sua capacidade para a organização e auto-organização destinada a manter, tanto para fora como para dentro, a identidade da convivência juridicamente organizada" (HABERMAS, 1997, v. II, p. 170). Nessa perspectiva, de organizar a convivência através da juridicização, é que o Estado constitucional se desenvolve, desde o seu nascimento, sob a forma de Estado liberal² (o Estado dos direitos da liberdade: da separação dos poderes, das formas de governo e dos direitos individuais, civis e políticos), de Estado social (o Estado dos direitos da justiça: direitos sociais e o direito ao desenvolvimento) e de Estado democrático participativo (universaliza direitos de liberdade e direitos de justiça).

Essa metamorfose pela qual passou o Estado constitucional leva à definição de Estado de direito com a Declaração dos Direitos do Homem, que fundou o Estado de direito. Seja qual for a qualificação ou o adjetivo que se lhe acrescente – liberal, democrático ou social –, se não garantir nem concretizar a liberdade; se não limitar o poder dos governantes; se não elevar os direitos fundamentais ao topo da conquista inviolável da cidadania, não poderá ser considerado um Estado de direito.

Nessa mesma perspectiva, de que os direitos fundamentais possam levar à conquista da cidadania, é que passaremos dessa breve contextualização histórica da formação do Estado à interpretação habermasiana desse processo, bem como às suas críticas e idéias referidas à realização dos direitos humanos através de um Estado democrático de direito. Com o surgimento do Estado constitucio-

[&]quot;Segundo a concepção liberal, determina-se o status dos cidadãos conforme a medida dos direitos individuais de que eles dispõem em face do Estado e dos demais cidadãos. Como portadores de direitos subjetivos, os cidadãos poderão contar com a defesa do Estado desde que defenda os próprios interesses nos limites impostos pelas leis – e isso se refere igualmente à defesa contra intervenções estatais que excedam ressalva interventiva prevista em lei". (HABERMAS, 2002, p. 271).

nal, a relação entre direito e política tornou-se clara, evidente e necessária. E, para nós, torna-se necessária a leitura dessa relação sobre o viés da realização dos direitos humanos, leitura que nos levará a concordar com Habermas quanto à necessidade de uma reconstrução do direito.

Com a institucionalização do poder político pelo Estado, permite-se a autonomia de subsistemas que garantem a funcionalidade da sociedade. O Estado exerce o monopólio do poder legitimado pelo direito formal, direito esse que legitima também as forças e relações de produção. Ora, isso gera um novo meio de controle sistêmico: o dinheiro. O direito formal, separado completamente da moral, apresenta-se como a única condição normativa que o sujeito deve cumprir nos âmbitos da ação formalmente organizada. Rompendo-se com as interações sociais, os sujeitos não mais respondem por seus atos, pois não mais lhes pertence o caráter de humanidade, ou seja, são feridos em sua dignidade humana.

Diante dessa problemática, faz-se necessário o resgate do conceito de mundo da vida, de modo que a interação social seja mediada pela linguagem e preserve a cultura, a sociedade e a personalidade. Para esse autor, a argumentação é o critério por excelência da racionalidade, estando o mundo da vida estruturado pelo discurso teórico, que fundamenta as opiniões, e pelo discurso prático, que, por sua vez, fundamenta as normas.

Como vimos anteriormente, o mundo da vida pressupõe uma série de elementos que se apresentam como *aproblemáticos*, porém, num determinado momento, os sujeitos, dotados de criticidade, problematizam algum desses elementos, a partir do que passam a se encontrar no âmbito do discurso. Lembremos, pois, que o discurso problematiza pretensões de validez específicas, pois querer problematizar o mundo da vida em seu todo torna-se inviável, dado que, para isso, o discurso têm de se pôr fora do mundo da vida, o que não pode acontecer. O fato de o discurso não poder se realizar fora do mundo da vida mostra-se basicamente no fato de que o caminho usado por Habermas se dá de *baixo para cima*, isto é, devemos partir do agir social para chegar a um agir moral. E, à medida que vai problematizando o que era consenso (pois para que haja o dissenso é necessário que se tenha anteriormente um consenso), o discurso vai reproduzindo constantemente o mundo da vida.

Deste ponto em diante, podemos seguir vários caminhos apontados ou já trilhados por Habermas, pois temos o discurso como horizonte norteador dessa caminhada e o mundo da vida, que nos permite firmar os pés no chão ao invés de vagar nas nuvens, como pretendem alguns teóricos transcendentais, metafísi-

cos³. Para atender aos nossos interesses, mostram-se mais viáveis dois caminhos específicos: o da moral e o do direito, esses separados, como vimos, por um positivismo formal e sistêmico. São, certamente, caminhos tortuosos, por estarem separados, e que nos exigem, seja por qual deles queiramos seguir, uma análise prévia de ambos, do seu começo e que, à medida que formos explorando seus mistérios, possamos fazer desse ponto de partida a bússola que nos aponta as situações do espaço e nos levam ao término da jornada, onde os caminhos se reencontram, após a tentativa ousada de reuni-los, isso se, em algum momento, moral e direito realmente estiveram por de todo separados.

O diálogo iniciado acima, em torno do direito e da moral, deverá ser resgatado mais adiante, dada a necessidade de esclarecimento que Habermas faz, superando a visão kantiana que extrai do conceito de moral as normas jurídicas. Para Habermas:

A teoria moral fornece os conceitos superiores: vontade e arbítrio, ação e mola impulsionadora, dever e inclinação, lei e legislação, que servem inicialmente para a determinação do agir e do julgar moral. Na doutrina do direito, esses conceitos fundamentais da moral são reduzidos a três dimensões. Segundo Kant, o conceito de direito não se refere primariamente à vontade livre, mas ao arbítrio dos destinatári-

3

Em Pensamento pós-metafísico, Habermas critica a metafísica bem como a transcendentalização da modernidade. Segundo ele, "as condições modernas da filosofia da reflexão não admitem um pensamento metafísico em sentido estrito, quando muito a elaboração de questionamentos meta-. físicos transformados à maneira da filosofia da consciência [...] A filosofia deve possibilitar uma vida consciente, clarificada através de um auto-entendimento reflexivo, uma vida sob controle num sentido não disciplinar". (HABERMAS, Jürgen. Pensamento pós-metafísico. Estudos filosóficos. 2. ed. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002, p. 21-24). Essa posição custará a Habermas ter sua teoria considerada por alguns críticos, como uma teoria não filosófica e sim, apenas sociopolítica. Habermas, fundamentado basicamente em Nietzsche e Heidegger, posiciona-se contra o transcendentalismo e procura resgatar a força emancipatória da razão, fazendo uma crítica, em Pensamento pós-metafísico à filosofia do sujeito, ou filosofia da consciência. Os autores pós-modernos ou neo-estruturalistas (Derrida e Foucault, por exemplo) não concordam com a leitura feita por Habermas sobre a pós-modernidade, dando início, assim, à discussão acerca da problemática dos argumentos transcendentais. É possível fazer uma filosofia que não seja transcendental? Habermas consegue destrancendentalizar a modernidade? Vattimo apresenta a questão da transcendentalidade em Habermas sob o aspecto de um transcendentalfraco, ou seja, como afirmamos anteriormente no texto, uma transcendentalidade pautada não somente em um nível metafísico, mas que dialoga também com o mundo empírico, isto é, nas palavras do próprio autor: "A mediação interpretadora entre o saber dos especialistas e a práxis cotidiana, necessitada de orientação, é que pode dizer o que resta para a filosofia e qual o seu alcance. Sobra para a filosofia uma promoção iluminadora dos processos de auto-entendimento de um mundo da vida referido à totalidade, o qual precisa ser preservado da alienação resultante das intervenções objetivadoras, moralizantes e estetizantes das culturas especialistas." (p. 27). Essa destranscendentalização é necessária para a realização do sistema de direitos, pois, como o autor irá afirmar, em Direito e democracia "ninguém é capaz de lançar mão de um sistema de direitos no singular, sem apoiar-se em interpretações já elaboradas na história. O sistema dos direitos não existe num estado de pureza Transcendental." (HABERMAS, 1997, v. I, p. 166).

os; abrange a relação externa de uma pessoa com outra; e recebe a autorização para a coerção, que um está autorizado a usar contra o outro, em caso de abuso. O princípio do direito limita o princípio da moral sob estes três pontos de vista. A partir dessa limitação, a legislação moral reflete-se na jurídica, a moralidade na legalidade, os deveres éticos nos deveres jurídicos etc. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 139-140).

Desse modo, observamos como Habermas busca uma complementação, não uma subordinação *moral e direito*. A moral é fruto do acúmulo cultural da humanidade, por isso irá contribuir, complementar, o direito que será conteúdo da constituição, que, por sua vez, será legitimador, quando não contrariar princípios morais. Daí que os princípios morais que fundamentam a ética do discurso não poderão ser desrespeitados pelo direito, que se torna instrumento de coesão social gerado pela participação discursiva na esfera pública.

Se o sistema do dinheiro e do mercado, legitimado por um direito formal, desumaniza o homem e rompe com o conceito de mundo da vida, é necessário que tenhamos a capacidade de resgatar esses conceitos importantes para que não venhamos a perder aquele chão no qual pisamos, a saber, o mundo das relações e das interações sociais. É necessária a emancipação dos sujeitos, o resgate para a esfera pública daquilo que o positivismo via como irracional: os interesses e valores.

Conforme Habermas, dentre as várias formas de ações possíveis de serem adotadas pelos diversos sujeitos capazes de falar e agir perante outros sujeitos, duas se destacam como excludentes: uma ação racional orientada para o sucesso, que pode ser puramente instrumental ou estratégica, e uma ação racional orientada para o entendimento, que é a ação comunicativa. Ocorre que nenhum plano de ação é feito visando pura e unicamente os resultados, como diz Habermas. Isso não significa que os indivíduos não devam escolher ações estratégicas; o que se pretende defender é que a sociedade, em seu conjunto, não poderia funcionar estrategicamente.

Há outros caminhos a seguir, mas o que aqui apontamos já nos possibilita iniciar a íngreme subida da compreensão habermasiana do direito e democracia. Almejamos, então, e nos valeremos de todos os esforços necessários para isso, chegar ao topo, ou até onde nosso fôlego permitir, conscientes das diversas verdades e mentiras, correções e incorreções, sinceridade ou falsidades, inteligibilidade ou incompreensões, que pretendem sempre validar as ações humanas, o discurso racional e crítico, entre atores sociais que demandam sua autonomia e liberdade em pé de igualdade, na preservação daquilo que os constitui: a sua dignidade.

2 Estado de direito

O Estado de direito apresenta-se no panorama jurídico-político com o papel fundamental de garantir a autonomia privada e a igualdade jurídica dos civis. O Estado deve interferir coercitivamente na sociedade para evitar a transgressão dos direitos fundamentais conquistados, e à sociedade cabe cobrar a realização de tal tarefa do Estado através do instrumento jurídico.

O Estado é necessário como poder de organização, de sanção e de execução, porque os direitos têm que ser implantados, porque a comunidade de direito necessita de uma jurisdição organizada e de uma força para estabilizar a identidade, e porque a formação da vontade política cria programas que têm que ser implantados. Tais aspectos não constituem meros complementos, funcionalmente necessários para o sistema de direitos, e, sim, *implicações* jurídicas objetivas, contidas *in nuce* nos direitos subjetivos. Pois o poder organizado politicamente não se achega ao direito como que a partir de fora, uma vez que é *pressuposto* por ele: ele mesmo se estabelece em formas do direito. O poder político só pode desenvolver-se através de um código jurídico institucionalizado na forma de direitos fundamentais. (HABERMAS, 1997, v. I, p. 171).

A relação interna entre política e direito é forte e tem como pano de fundo de suas ações a organização de poder da primeira sob a forma do segundo. Assim, não há concepção melhor para designar essa relação que a de Estado de direito⁴.

Ao abordar os princípios do Estado de direito, Habermas propõe a "reconstrução do direito", isto é, a explicitação dos "pressupostos nos quais os membros de uma comunidade jurídica moderna se apóiam quando pretendem legitimidade sem apelar para motivos de ordem religiosa ou metafísica" (HABERMAS, 1997, v. I, p. 169).

A leitura do texto de Habermas (*Direito e democracia*) lança-nos num campo problemático, desorganizado, pervertido por ações estratégicas e jogos de inte-

Deve-se recordar, no entanto, que a relação do Estado moderno não é apenas com o direito, mas com a economia. Sobre essa outra relação, que, por sinal, é a que possibilita a colonização do mundo da vida pelos subsistemas do poder e do dinheiro, afirma Habermas em obra posterior a Direito e democracia (publicado em 1992 e trad. em 1997) a saber, A inclusão do outro (publicado em 1996 e trad. em 2002): "O Estado moderno é a um só tempo Estado direitvo e fiscal, o que significa que ele se restringe essencialmente a tarefas administrativas. Ele abandona as tarefas produtivas que até então vinham sendo cumpridas no âmbito do domínio político a uma economia de mercado distinta do Estado. [...] o Estado não pode se servir do instrumento do direito sem organizar os trâmites na esfera da sociedade civil (distinta dele mesmo), e isto de tal forma que as pessoas em particular possam chegar ao gozo de liberdades subjetivas". (HABERMAS, 2002, p. 125).

resses realizados pura e unicamente em busca do sucesso. A idéia é justamente demonstrar que a ação social não se resume a ações estratégicas, mas envolve um agir orientado por pretensões de validade normativas implícitas nas ações sociais e que, necessariamente, apontam para uma resolução discursiva. Como o próprio Habermas admite, provar a universalização "U" como uma regra da argumentação dos discursos práticos é um caminho falível, mas promissor. O princípio do discurso "D" é a idéia de uma teoria moral, mas não faz parte da lógica da argumentação. O que nos assusta, a falibilidade do nosso instrumento de trabalho, o princípio "U", é também o que nos leva à consciência da impossibilidade de compreensão do mundo da vida como um todo, dados os sucessivos processos de problematização daquilo que parece aproblemático na ação social. Esse é o preço que Habermas paga por querer traçar esse caminho de baixo para cima, da ação social para a argumentação moral. Porém, o ponto positivo dessa decisão nos torna menos vulneráveis à ilusão de que a fundamentação última seja possível e viável, como querem outros, os quais, acreditando, ao contrário de nós, estarem munidos de instrumentos infalíveis, são surpreendidos drasticamente pela fatalidade das ações sociais. Mas esse seria um outro caminho.

3 Democracia

Abordar a temática democracia implica realizar uma verdadeira epopéia, quer dizer, desde os antigos, o conceito democracia vem sendo abordado sob diversos enfoques. A democracia se constrói dinâmica-historicamente, o que exige ainda mais agilidade e sensibilidade por parte dos atores, sejam eles pró ou contra a democracia.

Uma breve divagação nos permite questionar por que temas como democracia, liberdade, justiça, deus, felicidade entre outros são sempre causa de controvérsias e, por séculos e até mesmo milênios, de teorias antagônicas e de paradoxos? O que é a democracia? Por que os autores distinguem democracia dos antigos de democracia dos modernos? Se a etimologia da palavra, e mesmo seu objetivo geral tão defendido e aclamado, é "governo do povo", por que tantos adjetivos como democracia participativa, deliberativa, procedimental, direta, indireta? Quando Habermas fala de democracia procedimental, qual é o conceito de democracia presente no pensamento deste autor?

Parece que as diferenças entre as democracias se dão sob perspectivas diversas, sejam elas, como define Bobbio, "analíticas ou axiológicas". Como en-

tender a democracia nesse emaranhado de teorias? O que há, qualitativamente, de positivo e de negativo nesse regime ou modelo de governo? Poderíamos distinguir entre os atuais políticos, entre os atuais governos, os democratas dos *pseudodemocratas*? O que é a democracia?

Segundo o ateniense Péricles, a democracia é caracterizada por alguns pontos essenciais, que se traduzem como sendo princípios universais processuais da democracia:

1) Todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele; 2) o voto de todos os cidadãos deve ter igual peso; 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para poder votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si; 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e alternativos; 5) seja para eleições, seja para decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos; 6) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições. (BOBBIO, 2000, p. 427).

Certamente, esses universais processuais da democracia dizem, por si só, a complexidade e a magnitude do ideal democrático. Todavia, basta um breve percurso genealógico sobre os conceitos e categorias que edificam a história da democracia para percebermos a trama que envolve a compreensão do que vem a ser a democracia atual. Esse trajeto é imprescindível, uma vez que não foi Habermas o autor da democracia. Logo, não podemos compreender o que é democracia nem o que Habermas entende por democracia sem antes traçar, ao menos brevemente, o desenvolvimento histórico do processo democrático. Pretendemos, assim, filosoficamente, trazer à tona alguns elementos que possibilitem definir e apreender a democracia e seus traços mais marcantes.

Na Grécia antiga, a partir do século VI a.C., nas cidades de Mileto, Megara, Samos e Atenas, foi cunhado o termo *demos kratos*, "governo do povo": democracia. Desde então, trata-se da democracia como o astro rei do universo. O que percebemos é que, usando uma linguagem cosmológica, há muitos universos paralelos a ela, e isso, considerando-se amplamente, muitas vezes a faz

perder sua majestade. Inúmeros são os posicionamentos teóricos em torno da democracia. Aristóteles, Platão, Tocqueville, Rousseau, Locke, Habermas, Montesquieu, Kelsen, Weber e inúmeros de autores e pensadores correlatos nos mostraram e nos mostram a dificuldade de se chegar a um consenso definitivo sobre o que significa e o que implica o *demos kratos*, para além da sua mera etimologia.

Convidados a embarcar nessa epopéia política é que abordaremos esse tema. O ponto de partida, como já sinalizamos, é a sua mais remota infância. Embora breve, mas objetivamente, apresentaremos aquele longínquo passado para, após desembocar em mares contemporâneos e, assim, num diálogo mais próximo com o conceito de democracia de Habermas, ancorar em águas mais calmas e, por isso, não menos perigosas que as passadas. Isso porque, seja em qual for o momento histórico em que se trabalhe a democracia, encontraremos, inevitavelmente, velhas e temidas guestões que envolvem a estrutura política e, nesta, a dignidade da pessoa humana. Que direitos conquistou o homem em anos de história? Que condições garantem o bom funcionamento do regime democrático? Basta, como diz Péricles, o interesse dos cidadãos pela coisa pública e o bom conhecimento que deriva desse interesse? Esses questionamentos talvez possam nos levar a concordar com Rousseau, o qual defende que, para realizar os processuais universais da democracia, seria necessário um governo não de homens, mas de anjos. De qualquer forma, ousaremos empreender mais alguns passos nessa problemática.

3.1 Desenvolvimento da democracia

O berço da democracia já foi conflitante. Opondo-se à oligarquia e sendo o "povo", demos, alguns e não toda a população, pléthos, nasce demasiada limitada. Conforme Platão, o governo da cidade-Estado não podia ser de "alguns" nem de "muitos", mas, sim, pelo filósofo-rei, que sabe conciliar sua sabedoria (episteme) com a arte (technê) política. Não se pode esperar uma bela cidade de um governo ruim. A democracia é ruim, pois o povo é pobre em inteligência e virtude; almeja a liberdade e a igualdade, mas não sabe o que elas significam.

Aristóteles, por sua vez é mais direto ao estabelecer a diferença entre a democracia e a oligarquia, a qual consiste na "pobreza e riqueza" (A política, III, 1279 b 16; 1278 b 32 et seq.). A cidade-Estado é sempre uma coletividade de cidadãos; o problema surge quando essa coletividade se coloca o direito de governar. Trata-se de um problema especialmente delicado que a democracia pode ser igualitária e propor o acesso de todos aos cargos públicos; pode ser censitária,

reservando a atribuição dos cargos apenas aos cidadãos que pagam imposto; pode implicar para os cidadãos o caráter incontestável do nascimento; pode exigir, sob os auspícios da lei, a participação de todos os cidadãos no governo; pode, por fim, ser popular e, tornando-se demagogia pela ação de alguns, erigir, a multidão numa autoridade despótica indiferente à legalidade.

O governo do povo exerce sua autoridade, sua soberania, contra ele mesmo; é instável, suspeito e caótico, o que conduziu a maioria dos autores antigos a pensarem que a democracia não era o melhor governo. Era possível e, em alguns casos (como quando o povo fosse virtuoso), plausível, porém estava longe de ser o regime preferido e defendido por esses autores. Em sua constituição democrática, os atenienses organizavam a cidade-Estado por meio da participação do povo, considerado como corpo político; povo era realmente o axioma da democracia⁵. Péricles reconhece a capacidade de o povo escolher racionalmente (mesmo que, vez ou outra, cometa alguma irresponsabilidade) e, nesse reconhecimento, o povo busca o exercício de sua soberania. Nessa compreensão encontra-se o princípio da democracia.

A democracia está firmada sobre as leis e cabe a ela defender a legalidade, estabelecendo a ordem e defendendo o povo da tirania, inclusive a da dele mesmo.

Hípias, o sofista, define a lei como sendo "o tirano dos homens", pois se impõe contra a sua natureza. Platão, no entanto, embora antes tenha dito que a democracia é um governo ruim, reconhece agora a importância das leis. Em sua obra, *As leis*, afirma ser impossível o sucesso político sem a obediência às leis, pois, é pela obediência à lei que a democracia busca a liberdade, a igualdade e a justiça. O povo dita sua própria constituição coletivamente, na praça, exercendo a sua liberdade.

Deve-se ter presente a idealidade teórica da democracia, que é cheia de promessas, e a realidade política, que, na maioria das vezes, frustra todas essas utopias. Seu ideal é a liberdade, mas traz consigo uma série de inseguranças que nos fazem repensar o progresso político prometido.

É necessário identificar os malefícios da democracia. Não se pode negar, como o próprio Péricles afirmou, que vez ou outra o povo caia na irresponsabilidade. O povo busca o prazer, e logo, inconscientemente, pode se deixar manipular para obter esse prazer. É a tradicional política do *pão-e-circo*: enquanto

Não podemos deixar de lembrar que o povo não significava todos os cidadãos da cidade-Estado em sua limitação possibilitava a democracia – direta. Conforme Fustel de Coulanges, em A cidade antiga, a democracia em Atenas era "um governo muito laborioso e que ser cidadão de um Estado democrático era um pesado fardo". Mas essa era a liberdade do povo, liberdade esta limitada pelo desenvolvimento do comércio.

se consegue agradar a massa, é fácil manipulá-la. Leo Strauss já identificava nos antigos sofistas a capacidade de se corromper a normatividade através da mentira, da adulação, da demagogia. Por isso, Platão afirmava que não era possível encontrar "grandes homens de Estado" na democracia. (*Górgias*, 515c 2). Dessa forma, nem a lei tem alguma utilidade na democracia.

A própria liberdade perde seu sentido quando se afirma que tudo pode ser feito na democracia. Confunde-se a liberdade democrática com a liberdade de cada um, e, quando isso ocorre, a ordem social é posta em xeque e a vida em comunidade é remetida ao caos.

Mesmo com todas essas nuanças, a democracia não deixa de ser uma idéia atraente, pois, se o povo for virtuoso, a constituição democrática poderá parecer-se, ao contrário, com a aristocrática, se o povo não for virtuoso, pode cair na tirania popular. Dadas essas possibilidades, não se pode afirmar, de modo definitivo, que a democracia é um regime bom ou mau. Na obra *Política*, Aristóteles reconhece: "A massa, embora possa não ser composta de homens que sejam individualmente homens de bem, pode, como um todo, possuir uma superioridade coletiva". (ARISTÓTELES, III, 1281 a- b). Deve-se, portanto, diferenciar a compreensão de povo como soma de indivíduos da compreensão de povo como corpo político.

Esse jogo de afirmações que ora pendem a favor, ora contra a democracia, tanto na Idade Antiga quanto na Idade Média, dificultava e impossibilitava a realização da democracia tida como o melhor regime. O ideal poderia ser instigante, mas a realidade revela um povo mediocre e inapto ao governo. Mesmo assim, a história mostra a persistência do ideal democrático e como ele, direta ou indiretamente, apresenta-se no cuidado da coisa pública, esteja ela sob qual for o regime. Após um amadurecimento maior, começam a surgir pensadores a favor da democracia e que a defendem como o melhor regime.

Conforme Maquiavel, Roma foi grande graças à democracia, porém bastou o povo se afastar dos assuntos públicos para que esta entrasse em declínio. A preocupação com a *res publica* conceitua os fins que determinam a essência do governo, de modo que podemos dizer que não há incompatibilidade entre os conceitos de república e democracia. Vale lembrar o discurso de Atenágoras contrapondo democracia à oligarquia:

Direi primeiro que a palavra *povo* designa um todo completo, e a palavra oligarquia, somente uma parte; depois, que enquanto os ricos são os melhores guardiões de bens, cabe aos sábios dar os melhores conselhos, e ao grande número

100

decidir após ter-se esclarecido; por fim, que essas classes, separadas ou conjuntamente, têm participação igual numa democracia. (TUCÍDIDES apud GOYARD-FABRE, 2003, p. 73).

O corpo político que o povo forma – antes, diretamente e, agora, pela voz dos representantes – participa da política, decidindo, legislando e, concordando com Hobbes, cuida e deve vigiar também a economia pública. Péricles, em sua oração fúnebre, louva "as pessoas que se ocupam não apenas de seus interesses privados, mas também dos negócios públicos". (BOBBIO, 2000, p. 372). Locke, em *Dois tratados sobre o governo civil*, afirma veementemente que é somente no corpo político que se encontra a verdade da sociedade civil. Nesse espírito de participação do corpo político, o homem abre mão da liberdade privada do estado de natureza e integra-se na sociedade como cidadão. Também Rousseau compartilha dessa idéia afirmando que, como cidadão, o indivíduo, além de fugir das incertezas do estado de natureza, obedecendo à lei da república, não está se submetendo, mas realizando sua liberdade enquanto decide sobre seu destino político. A democracia é válida quando formada por homens de bem, assim entendidos ao se falar em bons cidadãos.

A sociedade civil é instituída para substituir o direito natural ou "naturalmente natural", como diz Rousseau, pois aquela reivindica o bem-comum e este, o interesse do indivíduo. O problema a ser identificado nessa antinomia é o modo como se dá a relação entre a soberania do povo e sua efetividade no governo do Estado. O *contrato social* considera a soberania como "princípio da vida política"; é a autoridade soberana que instaura a lei, ou seja, mesmo que o povo deseje seu próprio bem, não significa que seja sempre capaz de realizá-lo. Dessa forma, é preciso distinguir, como afirma Rousseau no capítulo III do *Contrato social*, a soberania que institui a lei do governo que a executa.

O governo, segundo Rousseau, é como um corpo cujos membros (ministros, magistrados...) limitam o seu poder, de forma que, quanto mais membros, menor o poder do governo. Nessas condições, declara Rousseau, todo governo legítimo é republicano, seja uma monarquia, seja uma aristocracia ou uma democracia. A democracia, por sua vez, não é uma forma de soberania, mas um regime de governo: aquele em que o corpo de magistrados encarregado de exercer legitimamente a potência executiva é o mais numeroso, já que o depósito desse encargo é confiado a todo o povo ou à maior parte do povo.

Para que o governo fosse bom, o legislativo e o executivo deveriam coincidir perfeitamente. Contudo, se isso acontecesse, levando em consideração o rigor lógico, um povo que conseguisse essa coincidência, não precisaria de governo, o que leva a concluir sobre a autodestruição do governo democrático ou, ao menos, do ideal democrático.

Podemos afirmar que, embora perigosas, as paixões humanas pela igualdade e liberdade não permitiram o abandono do ideal democrático. Talvez seja por esse motivo que, na atualidade, os governos, partidos e projetos políticos, em sua maioria, fazem questão de se denominar "democráticos". O que nos obriga a redobrar a atenção para não cairmos nas armadilhas das diversas *democracias* que, demagogicamente, buscam o interesse e o sucesso de uns poucos.

Tocqueville, em *A democracia na América*, lembra que "a aristocracia fizera de todos os cidadãos uma longa cadeia que ia do camponês ao rei; a democracia rompe a cadeia e separa cada anel dela [...] essa é a grande revolução democrática" (1840, v. II, p. 106). A igualdade das condições leva à geração das leis e dos costumes. A soberania do povo é "a lei das leis", constituindo o direito político, e a democracia constitui o estado social. A soberania do povo é a efetivação da igualdade, pois nela não há subordinação; é um corpo no qual cada membro exerce autoridade visando ao bem-estar do maior número. "A calma democracia da América e a Revolução Francesa reconheceram nos três critérios da democracia: igualização das condições, a soberania do povo, o reino da opinião pública; a condição *sine qua non* para que se abra diante dos homens a estrada da liberdade". (GOYARD-FABRE, 2003, p. 212). A liberdade não deve ser pensada a partir do *a priori,* mas dos fatos, como veremos adiante com Habermas, que parte do mundo da vida para pensar a reestruturação do sistema de direitos, não de um sistema hipotético-dedutivo.

Deve-se, no entanto, cuidar para não cair na promessa da igualdade, na qual se vive um individualismo democrático, ou seja, a soberania do povo fora dos limites da justiça e da razão dá margem à ação estratégica do indivíduo, não ao governo do povo enquanto tal. Tocqueville chama nossa atenção para um fato importante que ocorre na atualidade: a democracia precisa da revolução? Muitos grupos chamados revolucionários, afirmam agir em nome da democracia, todavia, segundo Tocqueville, a democracia não precisa de revolução, nem é resultado da revolução.

As revoluções pensam a liberdade em termos de racionalidade. A liberdade, diz Tocqueville, tem mais a ver com os sentimentos do que com a razão. Para preservar a liberdade os homens devem saber instituir um equilíbrio entre o poder legislativo, que pertence ao povo soberano, e o poder executivo, que exige o elitismo das competências e a nobreza do coração: "Não há nada menos independente que um cidadão livre". (TOCQUEVILLE, 1975, p. 131). Compreendida dessa forma, a democracia, por si mesma, não garante a liberdade. A

transformação social democrática não se dá pela revolução, mas, no caso da democracia indireta, pelo sufrágio universal e pelo parlamento. Lênin, no início do século XX, ao contrário, afirmava que a passagem do capitalismo ao comunismo se daria, sim, pela revolução, não pela democracia constitucional, embora ele a denominasse a sociedade comunista resultante da morte do Estado de "democracia dos pobres".

A organização jurídica do regime democrático atual se dá sob a forma de Estado de direito, no qual, como vimos, os órgãos governamentais devem agir em nome dos cidadãos e defender seus interesses de modo a promover a ordem pública. Essa organização depende, portanto, do assentimento que o povo dá ao poder, da igual liberdade de todos os cidadãos e da garantia da legalidade pela organização constitucional dos poderes. O liberalismo reivindica a proteção da liberdade individual de qualquer arbitrariedade estatal através dos instrumentos jurídicos. Essa informação é importante para que adiante possamos compreender o que Habermas pretende ao dizer que sua teoria está entre o liberalismo e o republicanismo e, também, para compreendermos a crítica feita a Habermas de que ele é liberal.

Ocorre que, no pensamento moderno, como afirma Habermas, a opinião pública não adere mais às regulações que o direito positivo formaliza, fato esse produzido pela crise da legitimação racional. O povo passa a exigir regras novas e, desta vez, sob uma nova forma de regulação.

O jurista Hans Kelsen estuda a organização do Estado a partir do ideal democrático e de suas exigências para realização. Para este autor, a liberdade tão reivindicada pela democracia implica autodeterminação, uma vez que se obedece à lei da qual se foi autor. Nesse aspecto, estabelece-se uma distinção entre a democracia ideal e a democracia real. Conforme Kelsen (2000, p. 46), em *A democracia*, "o parlamentarismo é hoje a única forma verdadeira de realização da idéia democrática e, por conseguinte, o destino do parlamentarismo decidirá o destino da democracia". Kelsen parte da *regra majoritária* como sendo o regulador do parlamentarismo, ou seja, não significa a supremacia da maioria sobre a minoria. Tal regra vem acompanhada do direito de existência de uma minoria, o *direito de oposição*, e tem por princípio o direito de fazer parte da criação da ordem jurídica. A liberdade, na democracia, não é a do indivíduo isolado, mas a do Estado. As normas democráticas serão válidas, e os direitos subjetivos serão garantidos, quando a liberdade individual incidir nas normas objetivas

⁶ Kelsen faz esta inovação em A democracia, a partir da obra de Kant, Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita.

comuns. Kelsen usa o criticismo kantiano para levar a democracia ao tribunal da razão e questionar seu fundamento e sua legitimidade.

Renovando a idéia kantiana da "insociável sociabilidade" e evocando os "dois instintos fundamentais" do homem – a liberdade e a igualdade – o autor irá concluir que tanto a lógica da teoria política como a da teoria do direito são uma lógica transcendental. Dessa forma, o critério de validade de uma política depende do modo de produção da normatividade jurídica.

Conforme esse critério, só podem existir dois modelos de política: a *autocracia*, que instala no Estado a heteronomia, pois são as normas que a autoridade política (chefe ou partido) produz que são impostas pela coerção a cidadãos que nada mais são que sujeitos; a *democracia*, que implica autonomia, porque os criadores das normas são também seus destinatários, mostrando, dessa forma, que a democracia é uma *quaestio juris*, Kelsen leva ao seu apogeu a concepção kantiana da razão prática, na qual a *idéia* de liberdade aparece no horizonte *numenal* como o axioma, ao mesmo tempo, regulador e legitimador da democracia.

A idéia da razão é a fundação pura da democracia. Com tal conclusão, Kelsen recebe inúmeras críticas que afirmam a justificação de qualquer regime político, até mesmo o nazista, com base em tal pensamento. No entanto, não nos cabe julgar os méritos deste autor. O que pretendemos foi mostrar o caminho percorrido e alguns dos diversos caminhos criados pela natureza do desenvolvimento histórico para se tratar da democracia. Dessa forma, a teoria de Kelsen, de alguma forma, incita-nos a perguntar: que outra relação pode ser compreendida entre direito e democracia, entre o Estado e seus membros? Que direitos devem fundamentar um Estado democrático de direito? Essas e outras questões é que pretendemos discutir agora com maior profundidade, embasados em Jürgen Habermas, que segue rumos opostos aos de Kelsen e de muitos outros pensadores da democracia, sejam eles antigos, modernos ou mesmo seus colegas contemporâneos.

Habermas parte da mesma questão, a crise do Estado moderno, porém apresenta uma nova fundamentação do direito para estabelecer a normatividade entre Estado e mercado. É um pensamento *pós-metafísico*, no qual a validade do direito reside no acordo que resulta no processo intersubjetivo, do *paradigma co-municacional*.

104

3.2 Conceito procedimental de democracia

O sistema político, em seu funcionamento, deve ser considerado, necessariamente, a partir da "dimensão de validade do direito e da força legitimadora da gênese democrática do direito". (HABERMAS, 1997, v. II, p. 9). Partindo desse entendimento, Habermas pretende desenvolver sua teoria do direito, agora num âmbito externo da facticidade e da validade, demonstrando a necessidade da institucionalização do sistema de direitos.

É importante observarmos, mesmo que brevemente, como o autor faz aquilo que ele chama de "necessária mudança de perspectivas" da democracia, dialogando, para tanto, com outros autores. Habermas inicia analisando os fundamentos empiristas da democracia propostos por Werner Becker.

Conforme Becker, a legitimidade da democracia é dada pela facticidade da norma, isto é, se a ordem do Estado for mantida, nisso se dará a sua estabilidade. Por isso, a teoria de Becker se chama de "empirista". É necessário que os membros do Estado reconheçam e legitimem a autoridade deste.

No conceito de democracia de Becker, o autor leva em conta o *jogo* das eleições gerais e a disputa entre os partidos ou entre maioria e minoria. A questão que se coloca é a de como ocorre a mudança de poder sem que se recorra à violência ou a outros meios ilegais. À solução desse problema, Becker chama de "domesticação da luta pelo poder" (HABERMAS, 1997, v. II, p. 14), ou seja, uma parte do povo domina a outra apenas por um determinado tempo. Nesse processo, as minorias são protegidas da tirania das maiorias recorrendo-se às liberdades fundamentais clássicas.

A análise habermasiana dos fundamentos democráticos propostos por Becker conclui que "os cidadãos racionais não teriam razões suficientes para manter as regras do jogo democrático, caso se limitassem a uma autodescrição empirista de suas práticas". (HABERMAS, 1997, v. II, p. 18). Significa dizer que a fundamentação empirista da democracia não é capaz de evitar a tensão entre facticidade e validade, o que leva a que Habermas retorne aos modelos de democracia com conteúdos normativos, conduzindo a considerar que o processo democrático está intrinsecamente tomado pela política deliberativa. Ocorre que, assim compreendida a democracia, é necessário esclarecer as diferenças que surgem em relação ao Estado, quer dizer, o Estado da ótica liberal e do ponto de vista republicano.

Por um lado, o processo democrático liberal se dá através de *compromissos de interesses*, visto que as regras da formação do compromisso se fundamentam nos direitos fundamentais liberais. Por outro lado, o republicanismo enten-

de o processo democrático como um "auto-entendimento ético-político", de modo que a norma deve ter a aprovação do consenso entre sujeitos, além de ser exercida pelas vias culturais. (HABERMAS, 1997, v. II, p. 19).

Como Habermas lida com tais diferenças? O autor passa a compreender o processo democrático sob a forma da teoria do discurso:

Nessa linha, a razão prática passa dos direitos humanos universais ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade para as regras do discurso e as formas de argumentação, que extraem seu conteúdo normativo da base de validade do agir orientado pelo entendimento e, em última instância, da estruturada comunicação lingüística e da ordem insubstituível da socialização comunicativa. (HABERMAS, 1997, v. II, p. 19).

Poderemos perceber, a partir de agora, como o autor começa a trabalhar as concepções republicana e liberal, de modo a direcionar a compreensão do processo democrático conforme a sua teoria do discurso, procurando, como veremos mais adiante, esclarecer como se dá a relação entre soberania pública e privada.

O modelo republicano compreende a sociedade como *societas civilis,* ou seja, "a sociedade é por si mesma sociedade política". Essa capacidade que a sociedade tem de se auto-organizar politicamente caracteriza-a como democrática e possibilita que se posicione frente ao Estado, evitando a tirania.⁷

A crítica apresentada pelo modelo liberal ao modelo republicano é a de que este, por sua vez, acaba por permitir que o Estado interfira na relação social espontânea das pessoas privadas, impedindo-as de agirem politicamente para a satisfação de suas expectativas de felicidade conforme suas próprias capacidades de produção, ou seja, enquanto no republicanismo as pessoas deliberam com sua autodeterminação democrática, ao passo que, no liberalismo tal deliberação se dá por meio de medidas normativas constitucionais, que, dentre outras, ajudam ao Estado garantir um bem-comum-político.

Como compreender a inserção da teoria do discurso nesse panorama sem que se corra o risco de receber o clichê de que também esta defende o libera-

Para exemplificar esse modelo organizacional, Habermas cita Hanna Arendt, segundo a qual "a esfera pública política deve ser revitalizada contra o privatismo [note-se neste termo a repulsa da autora ao compromisso de interesses fundamentados nos direitos fundamentais, como quer o liberalismo e não no consenso entre sujeitos conforme o republicanismo] de uma população despolitizada e contra a legitimação através de partidos estatizados, para que uma cidadania regenerada possa (re)apropriar-se do poder burocratizado do Estado, imprimindo-lhe formas de uma auto-administração descentralizada. Isso pode transformar a sociedade numa totalidade política". (HABERMAS, 1997, v. II, p. 20).

lismo ou o republicanismo? Habermas tenta realizar essa epopéia, ainda que não faltem comentadores que o definam como "liberal".

A teoria do discurso é aplicada aqui como sendo o resultado eclético de uma leitura dos modelos liberal e republicano, ou seja, a teoria do discurso assume conotações tanto de um modelo quanto do outro. A normatividade clamada pelo liberalismo é maior, porém menor que as conotações normativas do republicanismo, o que resulta num novo processo democrático, que reestrutura as conotações normativas do modelo liberal e o processo político da formação da opinião e da vontade conforme o modelo republicano.

Habermas pretende com esse movimento entre republicanos e liberais apresentar uma política deliberativa que se mantém pela institucionalização dos processos e pressupostos comunicacionais, sem, contudo, perder de vista as opiniões públicas formadas de maneira informal, o que possibilita, pela consideração da soberania popular perante o sistema político, a descentralização social. Afirma Habermas: "Em todo caso, esse modelo de democracia não precisa mais operar com o conceito de uma totalidade social centrada no Estado, representada como um sujeito superdimensionado e agindo em função de um objetivo" (HABERMAS, 1997, v. II, p. 21). Conforme a teoria do discurso, o entendimento se dá intersubjetivamente, mas num nível superior, que comporta procedimentos democráticos e ou as comunicações realizadas nas esferas públicas políticas.

Podemos traçar uma breve síntese do modo como se dá a normatividade de acordo com o processo democrático segundo a teoria do discurso. As esferas públicas autônomas e os processos de formação democrática da opinião e da vontade⁸ desenvolvem uma força social e integradora da solidariedade⁹, o que possibilita que as implicações normativas atinjam também os outros mecanismos de integração social, como é o caso do dinheiro e do poder administrativo. Como se dá essa ligação? Através do *medium* do direito. Assim, a opinião pública, vinculada ao direito e à lei, poderá, de alguma forma, direcionar o poder administrativo.

Desse emaranhado de situações que surge entre republicanismo e liberalismo e, dentre elas, o conceito de soberania popular que trabalharemos a seguir com mais ênfase, devemos enfatizar com Habermas que "a idéia de democracia, apoiada no conceito do discurso, parte da imagem de uma sociedade

⁸ Lembremos, no entanto, que tais processos, bem como as esferas públicas autônomas, encontramse institucionalizados através de uma constituição.

⁹ Conforme Habermas, em *Direito e democracia*, v. II, capítulo II, solidariedade é, antes de tudo, um conceito de uma teoria da sociedade.

¹⁰ Grifo nosso.

descentrada (como vimos anteriormente)¹⁰ a qual constitui – ao lado da esfera pública – uma arena para a percepção, a identificação e o tratamento de problemas de toda a sociedade". (HABERMAS, 1997, v. II, p. 24). Com base nessa idéia de democracia, Habermas supera a noção republicana de que a soberania deve se concentrar no povo e também a noção liberal de que o exercício da soberania se dá nas competências jurídico-constitucionais. Agora, de modo intersubjetivo, a soberania resulta num poder produzido comunicativamente.

O sistema político não é absoluto; é apenas *um* entre os demais e, como tal, depende de outras realizações do sistema, dentre elas do poder fiscalizador da economia. A política deliberativa deve manter esse nexo interno com os contextos do mundo da vida. Aqui, podemos perceber como o modelo proposto por Habermas está possibilitando um procedimentalismo descentralizado e que permite o diálogo entre todas as esferas públicas (organizações não-governamentais, por exemplo), impedindo que o Estado, entendido como aparelho político, interfira diretamente sobre a formação da opinião e da vontade.

Compreendida a formação do processo democrático segundo uma teoria do discurso, cabe perguntar como o modelo procedimental de democracia se posiciona num Estado democrático de direito, ao que Habermas responde:

No processo democrático, o conteúdo ideal da razão prática assume feições pragmáticas; ao passo que as formas de sua institucionalização revelam o grau de realização do sistema dos direitos. Ora, a tradução sociológica da compreensão procedimental da democracia não pode ficar acima nem abaixo desse conteúdo normativo do Estado democrático de direito. (HABERMAS, 1997, v. II, p. 26).

Como vimos, a democracia passou por uma série de processos históricos que resultaram em várias e diferentes formas de se compreender o processo democrático e se entender a democracia em si. Habermas, assim como Bobbio em *O futuro da democracia*, afirma que o processo democrático sofreu algumas transformações, mas, por outro lado, "o conteúdo mínimo do Estado democrático não se modificou" (BOBBIO, 2002, p. 36), ou seja, as regras da democracia que apresentamos no início do trabalho sobre este conceito prevalecem. O que deve ser considerado com relevância é, para Habermas, "o nível discursivo do debate público". Será essa variável que possibilitará a associação dos parceiros do direito, variável indispensável uma vez que há contextos de inserção que não podem ser regulados pelo processo democrático; a coesão da comunidade comunicacional será mantida pelo laço lingüístico (HABERMAS, 1997, v. II, p. 29-32).

Tal como o fez com Becker, Habermas agora parte de uma análise do conceito de política deliberativa de Joshua Cohen para, então, esclarecer o que ele

próprio entende por política deliberativa. Para Cohen, o processo deliberativo deve obedecer a sete postulados: 1) as deliberações realizam-se de forma argumentativa; 2) são inclusivas e públicas; 3) são livres de coerções externas; 4) são livres de coerções internas que poderiam colocar em risco a situação de igualdade dos participantes; 5) visam a um acordo motivado racionalmente; 6) abrangem todas as matérias passíveis de regulação, tendo em vista o interesse simétrico de todos; 7) incluem também interpretações de necessidades e a transformação de preferências e enfoques pré-políticos. (HABERMAS, 1997, v. II, p. 29-30).

Cohen pretende que as associações que sigam tais postulados assumam feições de uma comunidade jurídica particular. No entanto, lembra Habermas, uma comunidade política de cidadãos pretende incluir qualquer forma de associação de pessoas, e, para isso, carece de princípios gerais de justiça. Essa ação exige que as diversas comunidades jurídicas formadas deliberativamente se associem, mediadas, como vimos, pelo direito, através do laço lingüístico, o que faz do conceito de política deliberativa de Cohen um conceito incompleto.

A formação da opinião e da vontade se dá na esfera pública, que, por sua vez, não é uma instituição ou organização, mas, sim, uma "rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões". (HABERMAS, 1997, v. II, p. 92). É na esfera pública que se amarra o laço lingüístico e se forma a opinião pública. Como o público também participa do discurso e dos processos democráticos? Pela garantia dos direitos humanos. São os direitos humanos que permitem aos cidadãos em geral, denominados de "público fraco", organizarem-se em associações que tecem a rede pública. São esses os componentes informais da esfera pública geral e que precisam ser considerados, pois impedem a centralização social. "Tomados em sua totalidade, eles formam um complexo *selvagem* que não se deixa organizar completamente". (HABERMAS, 1997, v. II, p. 33).

A esfera pública informal, não regulada por processos, tem a vantagem de não ser limitada e, assim, agir comunicacionalmente captando novos problemas. "A formação democrática da opinião e da vontade depende de opiniões públicas informais que idealmente se formam em estruturas de uma esfera pública política não desvirtuada pelo poder". (HABERMAS, 1997, v. II, p. 33).

A possibilidade de comunicação entre sociedades estranhas evita a violência, pois constitui uma base social onde os direitos iguais dos cidadãos se efetivam e possibilita a participação de todos os cidadãos, que formam as esferas públicas informais, no governo democrático, não apenas de esferas públicas formais ou comunidades jurídicas particulares, como no caso da política deliberativa de Cohen.

O leitor pode estar se perguntado sobre a relação entre a autonomia privada e a autonomia pública que se dá na relação do Estado com os direitos subjetivos. Vale lembrar que alguns assuntos podem ser tratados publicamente sem que isso interfira na vida privada de alguém. O que pode ocorrer é que a política estabeleça normas regulativas sem que haja uma discussão pública, isto é:

O sistema dos direitos exige a realização privada e complementar, tanto da autonomia privada como da cidadã, pois ambas são co-originárias do ponto de vista normativo, e se completam mutuamente [...] a distinção correta entre as competências privadas, de um lado, e as públicas de outro, implica o conhecimento dos contextos históricos e sociais, caso contrário não seria possível realizar adequadamente os direitos dos cidadãos. (HABERMAS, 1997, v. II, p. 40 - 41).

Não se pode negar, evidentemente, que há questões-limite que ainda deixam os atores confusos quanto a sua localização, se pertencente à autonomia privada ou pública, porém, isso é normal, uma vez que a formação da opinião e da vontade na política deliberativa se dá tanto por meio de esferas públicas informais quanto de institucionalizadas. O princípio da democracia fundamenta sua normatividade na reciprocidade entre autonomia privada e autonomia política, uma vez que seres humanos entendidos como cidadãos são autolegisladores.

Considerações finais

O conceito procedimental de democracia considera uma sociedade capaz de se auto-organizar discursivamente em sua totalidade, através do *medium* do direito. Logo, é inevitável que tal sociedade seja complexa. Cabe, então, aos direitos fundamentais e aos princípios do Estado de direito auxiliar na redução dessa complexidade, seja pela efetivação jurídica desses princípios (positivismo jurídico), seja pela institucionalização dos processos da política deliberativa. Note-se, porém, que tal ação pode apenas reduzir a complexidade, a qual será mantida, como vimos, pela tensão entre a opinião pública informal e a opinião pública institucionalizada, ou seja, é o Estado democrático de direito que, através dos seus processos e de uma política deliberativa, possibilita a ação comunicativa realizada na esfera pública.

REFERÊNCIAS

110

ALEXY, Robert. **Sistema jurídico, princípios jurídicos y razón practica.** Derecho y razón practica. México: Fontamara, 1993.

APEL, K. O. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis, Vozes: 1994.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002b.

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. **Diálogo em torno da república:** os grandes temas da política e da cidadania. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. . O futuro da democracia. 8. ed. trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2002. . **Teoria geral da política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero. Trad. Daniella Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000. HABERMAS, Jürgen. Facticidad y validez: sobre el derecho y el estado democrático de derecho em términos de teoria del discurso. Trad. Manuel Jimenez Redondo. 3. ed. Madrid: Trotta, 2001. . Ensayos politicos. Trad. Ramón Garcia Cotarelo. Barcelona: Península, 1988. . O discurso filosófico da modernidade: doze lições. Trad. Luiz Sérgio R. São Paulo, 2000. . Sobre a legitimação pelos direitos humanos. In: Direito e legitimidade. Organizado por Jean Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003, p. 67-82. . Três modelos de democracia: sobre o conceito de uma política deliberativa. Valencia, España: Episteme S. L., 1994. (Documentos de trabajo). . Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989. . Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. v. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1997. _____. **Direito e moral**. Piaget: Lisboa, 1992. _____. **A inclusão do outro** – Estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002a. . Pensamento pós-metafísico. Estudos filosóficos. 2. ed. trad. Flávio Beno

HOBBES, Thomas. Do cidadão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
HÖFFE, Otfried. Justiça política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do estado. Trad. Ernildo Stein. Petrópolis, 1991.
O que é justiça? Trad. Peter Naumann. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
KANT, Emmanuel Crítica da razão prática. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s.d.].
Fundamentação da metafísica dos costumes. Lisboa: Ed. 70, [s.d.].
Crítica da razão pura . Lisboa: Calouste GulbeKian, 1985
Doutrina do Direito. São Paulo: Ícone, 1993.
$\underline{\hspace{1cm}}$. Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como Ciência. Lisboa: Ed. 70, [s.d.].
KELSEN, Hans. A democracia. Trad. Ivone Castilho Benedetti et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
Teoria pura do direito. Trad. João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
PLATÃO. A república. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. 2. v.
RAWLS, John. O direito dos povos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
O liberalismo político. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigual-dade entre os homens. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
O contrato social: e outros escritos. 4. ed. São Paulo: Cultrix, [19—].
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

Referências secundárias

AGUIAR, Roberto A. R. de. **O que é justiça:** uma abordagem dialética. São Paul: Alfa-Ômega, 1982.

BARRETO, Tobias. **Introdução ao estudo do direito:** política brasileira. São Paulo: Landy, 2001.

BARRETTO, Vicente de Paulo. Da interpretação à hermenêutica constitucional. *Direito e Justiça*, Porto Alegre, v. 23, ano XXIII, 2001/01.

BATISTA, Francisco de P. **Clássicos do direito brasileiro:** hermenêutica jurídica. São Paulo: Saraiva, [s.d.].

112

BECKER, Werner. Die freiheit, die wir meinen. Munique: Piper, 1986.

BERTEN, André. Republicanismo e motivação política. In: **Direito e legitimidade.** Organizado por Jean Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003, p. 21-35.

BINENBOJM, Gustavo. Direitos humanos e justiça social: as idéias de Liberdade e Igualdade no final do século XX. In: **Legitimação dos direitos humanos**. (Org.). Ricardo Lobo Torres. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 223-250.

BONAVIDES, Paulo. Teoria do estado. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

BORRADORI, Giovana. Filosofia em tempo de terror: diálogo com Jürgen Habermas e Jacques Derrida. Trad. Roberto Muggiatti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CHUERI, Vera Karan de. Filosofia do direito e modernidade. [s.l.]: Ed. JM. 1995.

COHEN, J. Deliberation and democracy lagitimacy. In: HAMLIN, A. / PETTIT, B. (Eds.). **The good polity**. Oxford: [s.n.], 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.

COSTA, Regenaldo da. Discurso, direito e democracia em Habermas. In: **Direito e legitimidade.** Organizado por Jean Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003, p. 37-52.

DIAS, Maria Clara. **Os direitos sociais básicos:** uma investigação filosófica da questão dos direitos humanos. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

ENCARNAÇÃO, João Bosco da. Filosofia do direito em Habermas: a hermenêutica. São Paulo: Cabral, 1997.

FERNANDEZ, Eusébio. **Teoria de la justicia y derechos humanos.** Madrid: Debate, 1984.

FERRAZ Jr, Tercio Sampaio. A legitimidade pragmática dos sistemas normativos. In: **Direito e legitimidade**. Organizado por Jean Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003, p. 289-297.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. 2. ed. São Paulo: Atlas,1994.

FRANÇA, R. Limongi. **Elementos da hermenêutica e aplicação do direito**. São Paulo: Saraiva, 1984.

GALUPPO, Marcelo Campos. **Igualdade e diferença:** estado democrático de direito a partir do pensamento de Habermas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERLE, Peter. A humanidade como valor básico do Estado constitucional. **In: Direito e legitimidade.** Organizado por Jean Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003, p. 53-66.

HECK, José N. e Cubo Jr. Valquírio: A norma fundamental e a organização científica do direito. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiás, v. 12 (especial), p. 211-225, mar. 2002.

HELLER, Agnes. Além da justiça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

INGRAM, David. **Habermas e a dialética da razão**. 2. ed. trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora de Brasília, 1994.

KERVEGAN, Jean-François. Democracia e direitos humanos. In: **Direito e legitimidade.** Organizado por Jean Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003, p. 115-125.

MOREIRA, Luiz (Org.). **Com Habermas, contra habermas:** direito, discurso e democracia. São Paulo: Landy, 2004.

MOREIRA, Luiz. **Fundamentação do direito em Jürgen Habermas**. Belo Horizonte: UFMC/FAFICH, 1999.

MOREIRA, Luiz. Direito e normatividade. In: MOREIRA, Luiz; MERLE, Jean Christophe (Orgs.). **Direito e legitimidade.** São Paulo: Landy, 2003, p. 145-157.

OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de; SOUZA, Draiton Gonzaga (Orgs.). **Justiça e política:** homenagem a Otfried Hoffe. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **Dignidade humana e moralidade democrática.** Brasília: Brasília jurídica, 2001.

REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Teoria do direito e do Estado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salgado. Habermas e a desobediência civil. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

RICHARDSON, Henry S. Em defesa de uma democracia qualificada. In: **Direito e legitimidade**. Organizado por Jean Christophe Merle e Luiz Moreira. São Paulo: Landy, 2003, p. 175-194.

RUBY, Christian. Introdução à filosofia política. São Paulo: UNESP, 1998.

TOCQUEVILLE. **De la démocratie em Amérique** (v. I, 1835; v. II, 1840). [s.l.]: Gallimard, 1975.

TUCÍDIDES (c. 460 c. 404 a. C). La Guerre du Péloponnèse. Belles Lettres: Biblioteque de la Pléiade, 1964.

A fenomenologia hermenêutica e o novo horizonte para o direito

Marcio Renan Hamel*

Resumo: O presente texto caracteriza a fenomenologia hermenêutica como atrativa ao direito contemporâneo, discutindo possível contribuição à matriz dogmático-jurídica. Por meio de uma revisita às obras de Wittgenstein e Heidegger e com auxílio de literatura secundária, apresenta a teoria da figuração e dos argumentos contrários à linguagem privada, bem como expõe a fenomenologia de Heidegger como possibilidade de um novo horizonte para o direito, onde o ser passa a ser pensado em sua temporalidade. Ao final, propõe a fenomenologia hermenêutica em uma nova roupagem como alternativa à hermenêutica jurídica clássica, concluindo pela necessidade de rompimento do direito com a metafísica clássica, em busca de um dar sentido ao direito, onde texto e norma andam juntos.

Palavras-chave: Fenomenologia hermenêutica. Hermenêutica jurídica. Heidegger. Wittgenstein.

Resumen: El presente texto caracteriza a la fenomenología hermenéutica como atractivo para el derecho contemporáneo, discutiendo posible contribución a la dogmática jurídico-matriz. La teoría de la figuración y de los argumentos contrarios a los de idiomas privadas, así como la exposición de la fenomenología de Heidegger como una posibilidad en un nuevo horizonte para el derecho, donde el ser comienza a ser pen-

^{*} Bacharel em Direito UPF; advogado; bacharel em Filosofia UPF; especialista em Direito Privado UNIJUÍ; mestre em Desenvolvimento UNIJUÍ; professor de Direitos Humanos, Filosofia Geral e Jurídica e Teoria Geral do Direito FAPLAN. E-mail: <marcio@faplan.edu.br>.

sado en su temporalidad, son presentadas por medio de una revisión a las obras de Wittgenstein y Heidegger, con la ayuda de obras de literatura secundaria. Al final, se propone la fenomenología hermenéutica en prendas de vestir como una nueva alternativa a la clásica hermenéutica jurídica, que terminó por la necesidad de romper con la ley de la metafísica clásica, en busca de dar sentido al derecho, donde el texto standard y norma van juntos.

Palabras-clave: Fenomenología hermenéutica. Hermenéutica jurídica. Heidegger. Wittgenstein.

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem por objetivo apresentar as contribuições filosóficas de Wittgenstein e Heidegger ao campo da filosofia da linguagem, bem como seus possíveis valimentos para o pensamento jurídico de matriz dogmático-positivista¹. Sabe-se, entretanto, que a tarefa de fazer emergir uma filosofia da *linguagem*, tal como apresentada em Wittgenstein e, posteriormente, em Heidegger, não foi tarefa simples, uma vez que, para tanto, foi necessário o rompimento com a metafísica clássica no que diz respeito a sua concepção ontológica de interpretação, de onde se sabe, já havia uma ideação de filosofia da linguagem ao longo da tradição filosófica, como a apresentada por Platão no seu diálogo denominado *Crátilo*, por exemplo.

O direito, por sua matriz de racionalidade dogmático-jurídica dominante e por seu método positivista, reproduz o dualismo adotado pela filosofia ocidental de produção do conhecimento a partir da relação sujeito-objeto, concretizado pela metafísica clássica. A própria fixação do limite positivista, de antemão, constitui-se um problema no discurso jurídico dominante. Por isso, deve-se pensar em que sentido pode a filosofia do direito socorrer este moribundo *standard* ² de racionalidade,

Conforme Barzotto, "no âmbito do direito, o positivismo representa a tentativa de compreender o direito como um fenômeno social objetivo. Recusa-se, assim, uma postura preocupada em fazer derivar o direito de outras fontes que não as sociais (jusnaturalismo), ao mesmo tempo, que se renega a fazer depender a existência do direito de juízos morais particulares. Assim como o positivismo filosófico revela uma era pós-metafísica, na qual o mundo é reduzido a sua descrição científica, o positivismo jurídico também partilha a visão de direito desencantada própria do mundo contemporâneo, nas quais as práticas sociais e, portanto, o direito, parecem carecer de um propósito de sentidos últimos". (2006, p. 643). Ao longo do século XX, o positivismo jurídico tem como representantes Hans Kelsen, Alf Ross e Herbert Hart, cujas teorias se aproximam ao defenderem sistemas normativos e, posteriormente, os chamados pós-positivistas, Ronald Dworkin e Robert Alexy, que apresentam ao normativismo uma teoria dos princípios.

² Expressão largamente utilizada por Ernildo Stein em sua obra denominada Exercícios de fenomenologia: limites de um paradigma. Ijuí: Unijuí, 2004. Adoto, em alguns momentos, a expressão utilizada pelo referido autor.

há muito vencido pela conseqüência única da superação da metafísica clássica pela própria fenomenologia hermenêutica e pela hermenêutica filosófica.

Nesse sentido, o presente estudo terá por base a análise da obra *Ser e tempo*, de Martin Heidegger, bem como das obras *Tractatus logico-philosophicus* e *Investigações filosóficas*, de Ludwig Wittgenstein, a fim de vislumbrar suas possíveis contribuições ao direito, também com auxílio de literatura secundária, nessa sempre intrigante relação entre filosofia e direito. Entretanto, cabe elucidar ao início, que não se trata da defesa dessa ou daquela obra, mas sim, tão-somente, de ofertar uma reconstrução filosófico-teórica a partir dos autores referidos, cuja contribuição, mostra-se, sem dúvida, atrativa ao pensamento jurídico contemporâneo, onde ainda há a predominância teórica da matriz dogmático-jurídica, a qual oferece enorme resistência a toda e qualquer criação interpretativa e decisional, principalmente no que diz respeito à possibilidade encetada pela fenomenologia hermenêutica em apontar novos horizontes para a interpretação e construção do direito hodierno.

Ao se adentrar no século XXI, notam-se, com certa veemência, os problemas cotidianos enfrentados pelas classes despossuídas de poder econômico-financeiro, motivados pela falta de políticas públicas satisfatórias capazes de ofertar melhores condições de sobrevivência às camadas sociais menos privilegiadas, devido à total ineficácia dos dispositivos constitucionais que garantem a todos os direitos (humanos) fundamentais.

Logicamente, tal problema não nasceu da vontade própria de cada sujeito que se encontra em condição de abandono e, porque não dizer, de *esquecimento* do Estado *democrático* de direito, em um país que somente soube ser simpático com as elites, mas, sim, de um modelo jurídico-político incapaz de construir um pensamento contemporâneo novo e, tão-somente, satisfeito com a *reprodução* de verbetes e jurisprudências repetidas, em típica atividade do positivismo jurídico com análise a partir da adoção da relação sujeito-objeto, herdada da metafísica clássica para a produção do conhecimento³. Há, pois, inegavelmente, uma grande crise do pensamento jurídico contemporâneo patrocinada pela insistência no modelo dogmático-positivista, o qual se mostra visivelmente

De acordo com Stein, "os motivos profundos pelos quais a metafísica define, assim, por meio da apresentação de um ente, o conceito de ser de cada ente, enraízam-se na marca essencial da metafísica, o dualismo, que consiste na separação de dois mundos e na introdução da relação sujeito-objeto. Ela não é capaz de pensar a manifestação do todo a não ser com o surgimento de um conceito de ente que o explique. É por isso que a fenomenologia introduz como princípio organizador a questão da diferença ontológica. Não se trata mais de objetificar o conceito de ser, mas de mostrá-lo como um âmbito em que se abre a possibilidade de nos aproximarmos dos entes e vermos, na sua objetificação, ainda um modo de acontecer". (2004, p. 141).

impotente frente às complexidades experimentadas pela sociedade do século que desponta.

Por outro lado, há fatores que contribuíram em muito para o aumento da complexidade social e para o enfraquecimento do Estado e do direito, conforme observa Faria, (2002, p. 59), tais como as novas formas de organização econômica, a reordenação da riqueza, a transnacionalização dos mercados, a mobilidade ilimitada pela circulação de capitais privados e o extraordinário desenvolvimento das telecomunicações. Todas essas circunstâncias estão afetando decisivamente a estrutura e o alcance do direito positivo contemporâneo.

Não se pode negar que o positivismo jurídico contemporâneo, por meio de seu modo de produção do direito, ao qual Warat denominou de "senso comum teórico dos juristas"⁴, não consegue absorver as tensões oriundas desse processo complexo e, tampouco, consegue garantir aos sujeitos os direitos mínimos de cidadania, não respaldando, dessa maneira, a dignidade humana, em flagrante negligência do próprio estatuto político da República. Soma-se às questões abordadas por Faria, a forte onda neoliberal que, aliada ao processo de globalização hegemônico, acaba por colocar em *colapso* a proteção e a efetividade dos direitos humanos fundamentais e do próprio ordenamento jurídico.

Sem dúvida, o grande desafio desse século é a proteção e a efetivação dos direitos humanos fundamentais, dos quais todos os sujeitos são destinatários. Toda essa questão implica o exercício da cidadania plena e a inclusão social, o que é possível, no caso de alguns direitos fundamentais, por meio da produção de políticas públicas satisfatórias para que os sujeitos sejam portadores de uma cidadania ativa, encontrando o gozo dos direitos fundamentais enquanto dimensão da natureza humana. Há hoje no Brasil, por parte de certos setores, leia-se, reacionários, um entendimento de que quem tem (goza) certo direito (refiro-me aqui à alguns direitos fundamentais), tem privilégios, confundido-se, assim, o inconfundível, direito e privilégio. Acerca da contextualização existente entre os desníveis sociais nacionais, bem como a função social não cumprida pelo Estado democrático de direito, é de se notar, conforme Streck, que

o Estado interventor-desenvolvimentista-regulador, que deveria fazer esta função social, foi – especialmente no Brasil – pródigo (somente) para com as elites, enfim, para as camadas médio-superiores da sociedade, que se apropriaram/aproveitaram

⁴ Conforme Warat, a expressão "designa as condições implícitas de produção, circulação e consumo das verdades nas diferentes práticas de enunciação e escritura do direito. Trata-se de um neologismo proposto para que se possa contar com um conceito operacional que sirva para mencionar a dimensão ideológica das verdades jurídicas". (1994, p. 13).

de tudo desse Estado, privatizando-o, dividindo/loteando com o capital internacional os monopólios e os oligopólios da economia e, entre outras coisas, construindo empreendimentos imobiliários com o dinheiro do fundo de garantia (FGTS) dos trabalhadores, fundo esse que, em 1966, *custou a estabilidade no emprego para os milhões de brasileiros!* Exemplo disso é que, enquanto os reais detentores/ destinatários do dinheiro do FGTS não têm onde morar (ou se moram, moram em favelas ou bairros distantes), nossas classes médio-superiores obtiveram financiamentos (a juros subsidiados) do Banco Nacional da Habitação – depositário dos recolhimentos do FGTS – para construir casas e apartamentos na cidade e na praia... Isso para dizer o mínimo! (2004, p. 24-25).

Nesse sentido, faz-se necessária a busca de um novo modo de produção do direito hodierno, onde as garantias e direitos fundamentais sejam respeitadas e tenham eficácia plena, com vistas à garantia da dignidade da pessoa humana, princípio esse que está insculpido na Constituição Federal de 1988. Essa busca é a bandeira levantada por Streck na sua defesa de uma maior utilização da hermenêutica jurídica, visando à garantia dos direitos (humanos) fundamentais.

A pergunta norteadora deste artigo, entretanto, inquire o porquê de a fenomenologia hermenêutica ser tão atrativa ao direito contemporâneo.

Assim, será realizada uma reconstrução filosófico-teórica das obras de Heidegger e Wittgenstein, bem como uma alusão acerca de sua possível contribuição para o direito, com vistas a uma contribuição da fenomenologia hermenêutica ao pensamento jurídico de matriz *juspositivista*, uma vez que esta vertente não atende mais aos anseios e às novas demandas sociais, ao mesmo tempo em que se buscará mostrar o porquê de a fenomenologia hermenêutica e a hermenêutica filosófica terem se tornado atrativas à racionalidade dogmático-positivista. Isso implica uma orientação da filosofia para o direito e, conforme Stein,

quando o direito espera uma orientação da filosofia, ele não a quer como uma imagem filosófica do mundo, ou como uma moldura de orientação filosófica. A orientação, então, não quer ser simplesmente a instalação de uma perspectiva filosófica no direito. Se fosse assim, o direito encontraria na filosofia sempre novas imagens de mundo e de molduras de orientação que transformariam a realidade na uniformidade de um mundo. A busca de orientação é apenas uma forma superficial de presença da filosofia. O que o direito, por exemplo, espera da filosofia para vencer o fantasma da positividade é a possibilidade de um compromisso intersubjetivo escondido numa determinada forma de descrição do mundo. (2004, p. 155).

Tal empreendimento começa a se tornar possível a partir da pergunta pelo fim da filosofia e, conseqüentemente, pelo próprio fim do direito. Se outrora, referindo-se à Modernidade, o direito foi gravemente traído pela filosofia, e por que não dizer pela epistemologia moderna, onde o referencial cartesiano e a relação sujeito-objeto na construção do conhecimento levaram ao positivismo lógico, com a dogmatização da ciência moderna, na atualidade, o direito se vê envolto na possibilidade de uma mudança no seu modo de produção jurídico. A filosofia da linguagem e a fenomenologia hermenêutica são as portas por meio das quais há a possibilidade de o direito, parafraseando Kant, "despertar da dogmática jurídica".

1 A teoria da figuração em Wittgenstein (I): uma relação entre mundo e linguagem

Primeiramente, torna-se necessário frisar que a intenção do presente estudo, em primeiro lugar, é ofertar uma compreensão da relação acerca do sentido e da linguagem e, em segundo, possibilitar um pano de fundo para uma nova compreensão e construção do direito, a partir das teorias ora em análise.

O primeiro passo, busca reconstruir a chamada "teoria da figuração de Wittgenstein", a qual é encontrada na obra *Tractatus logico-philosophicus*. Tal teoria nasce da necessidade de uma ligação entre o pensamento e a linguagem, conforme explica Trombetta: "Wittgenstein, assim, propõe-se a compreender a estrutura e os limites do pensamento, isto é, da racionalidade, através da análise dos limites da linguagem". (2004, p. 2).

Da análise do *Tractatus logico-philosophicus*, nota-se que, segundo Wittgenstein (1993, p. 135), "O mundo é tudo o que é o caso" e "O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas" Nesse sentido, as coisas só irão acontecer quando estiverem em estado de coisas, pois, se isoladas, não acontecem e, conseqüentemente, passam a não constituir o mundo. Assim, no dizer de Trombetta, "[...] poder aparecer em estados de coisas é, ao mesmo tempo, uma propriedade e uma possibilidade do objeto". (2004, p. 4).

A partir do estudo do *Tractatus*, sabe-se que as coisas precisam ser partes constituintes de um estado de coisas, sendo que o mundo se organiza ante as possibilidades que as coisas têm. Nesse sentido, não se pode compreender o

⁵ Die Welt ist alles, was der Fall ist (WITTGENSTEIN, 1993, p. 134).

⁶ Was der Fall ist, die Tatsache, ist das Bestehen von Sachverhalten (WITTGENSTEIN, 1993, p. 134).

mundo pelo mundo, uma vez que a compreensão do mundo só é possível através da compreensão das possibilidades existentes nas coisas. Porém, as coisas não estão no mundo, porque no mundo só estão fatos e estados de coisas, ao passo que as coisas são as substâncias últimas do mundo. Conhecer, então, um objeto, significa conhecer as possibilidades de tal objeto e conhecer o mundo é conhecer as potencialidades das coisas.

Conforme Oliveira (1996), o problema fundamental de Wittgenstein é descobrir em que relação está mundo e pensar. Com efeito, existe a percepção de Wittgenstein de que se fazem figurações do mundo onde há, num primeiro momento, a transformação do mundo em pensamento e, posteriormente, sua expressão lingüística.

Wittgenstein (1993, p. 147), a partir do aforismo 3 (A figuração lógica dos fatos é o pensamento⁷) oferece o elo entre mundo e linguagem, o que chama-se "teoria da figuração". De acordo com Trombetta (2004, p. 5), o problema posto é: "Quais são as condições de possibilidade para a linguagem representar ou referir-se ao mundo?".

Como saída a esse problema, oferece-se a teoria da figuração, isto é, a condição de possibilidade da linguagem, sem a qual não se poderia saber o sentido da proposição. De acordo com Oliveira (1996, p. 106), "uma figuração verdadeira representa um fato e, por isso, considerando só a figuração mesma não podemos saber se ela é verdadeira ou falsa".

Explica-se a teoria da figuração da seguinte maneira: é o mundo que espelha a estrutura da linguagem e a linguagem é o conjunto de todas as proposições complexas. Ao se atingir as proposições elementares, chega-se ao último estado da linguagem (que por sua vez se decompõe em partículas menores, chegando-se ao *nome*). *Nome* não tem sentido, *nome* tem significado, sendo que o significado de um nome é o objeto que ele representa. Já as proposições têm sentido. Isso é a teoria da figuração, porque as possibilidades de combinação entre os nomes que compõem as proposições na linguagem são as mesmas possibilidades de combinação entre os objetos no mundo. Portanto, tudo o que é possível na linguagem é possível no mundo.

Assim, na figuração está o sentido da proposição, condição de verdade ou falsidade, sendo que proposição figura todos os fatos possíveis. Com efeito, a teoria da figuração é a ligação entre mundo e linguagem de forma lógica, atestando validade para as proposições possíveis.

⁷ Das logische Bild der Tatsachen ist der Gedanke (WITTGENSTEIN, 1993, p. 146).

2 Wittgenstein (II) e os argumentos contrários à linguagem privada

Em sua segunda fase, Wittgenstein busca argumentos contrários à possibilidade da linguagem privada. Pode-se dizer que as *Investigações filosóficas* seriam um espelho sobre o que se passa no mundo. Esse pensamento funda a idéia de linguagem.

O esforço existente nas *Investigações* é uma nova concepção de linguagem e o uso da mesma é que irá determinar o significado de uma palavra: *jogos de linguagem*. Dada, porém, a imprevisibilidade do *jogo de linguagem*, não há como prever se dará certo ou não, sendo que todo o jogo é conduzido por regras, as quais determinam o que pode e o que não pode ser feito. Exige-se, então, do jogador a capacidade de seguir regras.

Dessa maneira, ao contrário do entendimento do *Tractatus* – onde a garantia do pensamento era o *ter em mente* (*meinen*), sendo que as confusões do uso não interferiam na clarividência do ato mental – nas *Investigações* tal conceito é desconsiderado por Wittgenstein, *expulso* da mente humana, ao passo que tudo passa a pertencer ao que o autor denomina de "jogos de linguagem" (formas de vida), pois o *meinen* passa a ser decidido no jogo. Dentro do conceito de jogo de linguagem, encontram-se duas características: a imprevisibilidade, ou seja, a possibilidade apenas *a posteriori* de determinar o sucesso do *lance*, e as regras, isto é, gramática superficial e gramática profunda, que são regras de uso.

Mas antes de se adentrar na questão central do presente estudo, convém esclarecer o que seria uma *linguagem privada*. A esse respeito, Tugendhat define conceitualmente a linguagem privada como "apenas quando um outro não pode entender essas palavras ou, mais precisamente, quando as palavras dessa linguagem se referem a algo de que apenas o falante pode saber". (2003, p. 3).

Com efeito, a linguagem privada se refere à relação entre a esfera mental e o comportamento, de acordo com os parágrafos 243 a 314 das *Investigações*. Assim, conforme conceito do *Dicionário Wittgenstein* (p. 230), a *linguagem privada* é "linguagem que, por princípio, não pode ser compartilhada ou ensinada, dado que suas palavras referem-se ao que só pode ser conhecido pelo falante, a saber, suas experiências privadas imediatas".

Conforme Barbieri (1996, p. 150), Wittgenstein passa por uma fase de envolvimento com o verificacionismo – para qual o significado de uma proposição e o seu método de verificação não possuem significado se a proposição não puder ser falseada; proposições que não podem ser verificadas com o mundo, são proposições sem sentido –, sustentando a idéia de uma linguagem primária das

experiências imediatas. Posteriormente, abandona tal idéia, passando a combater o idealismo e o solipsismo⁸. Nesse sentido, o argumento da linguagem privada estabelece como primeira questão a relação para com o princípio da verificação.

Torna-se, então, impossível de se antecipar o que vai acontecer em um determinado "jogo", dado que tal jogo será sempre imprevisível. A exemplificação dessa conclusão pode ser dada através das próprias sensações humanas, como é o caso da *dor*, mostrando-se também os limites da linguagem verificacionista. Sobre essa questão, Baribieri aduz que:

[...] as dores são representadas como alguma coisa que se pode perceber, do mesmo modo como se percebe uma caixa de fósforos – por isso, o que é desagradável, sem dúvida, não é a dor, mas somente a percepção da dor". (1996, p. 154-155).

Por essa razão, o princípio de verificação apenas tem sentido se as proposições podem ser verdadeiras ou falsas, uma vez que, por exemplo, a dor pode ser apenas sentida e não representada, de maneira que a mesma possa ser entendida publicamente, pois sensações privadas não se confundem com objetos. Nessa direção, no dizer de Barbieri (1996, p. 156), o conhecimento de outras mentes depende de se poder observar a experiência privada dos outros, o que é impossível, pois a linguagem privada não tem acesso ao público.

3 Heidegger e a pergunta que interroga pelo ser: uma negação da velha ontologia

A exemplo de Wittgenstein, Heidegger apresentou importantes contribuições a partir de sua fenomenologia. A temática a seguir desenvolvida emerge de um estudo da filosofia de Martin Heidegger, onde a discussão central é a questão ontológica do *ser*. Em um passo além de Wittgenstein e também a partir de suas contribuições acerca da filosofia da linguagem, Heidegger nega a velha ontologia e constrói uma nova, passando a pensar o *ser* no horizonte da temporalidade, isto é, o *ser* submetido ao tempo.

Acerca da questão ontológica do ser, podem-se citar alguns filósofos que se ocuparam da presente temática no decorrer dos períodos da história da filosofia. O principal problema para os filósofos gregos era o que faz das coisas o ser e,

⁸ Segundo Warat, Wittgenstein é o filósofo responsável pela denúncia da linguagem comum "que encerra em seu vocabulário toda uma filosofia espontânea do social, exorcizada verbalmente, em muitos casos, pela aparência de uma elaboração teórica precisa. As pré-noções podem contagiar os conceitos teóricos". (1994, p. 17).

posteriormente mudando, como as coisas continuam sendo. O *ser* é movimento, as coisas se modificam e se alteram. Na Antigüidade, Parmênides sugeriu a divisão entre *ser* (verdade) e *não-ser* (ilusão/fenômeno); Heráclito separou o *logos* e as coisas (mundo do devir); posteriormente, Platão⁹ cindiu o mundo em formas e coisas sensíveis; e Aristóteles, por sua vez, ofereceu a divisão entre *substância* (essência) e *acidente*¹⁰.

Nota-se, assim, a complexidade da temática ontológica, ao longo da história da filosofia, levando-se em consideração que os problemas metafísicos remontam a Parmênides e Heráclito, passando por Platão, Aristóteles e os Medievais, chegando aos modernos. Ao se inaugurar a Idade Moderna, Descartes tem o objetivo de encontrar um novo fundamento, abandonando de vez a escolástica medieval, a partir do que seria construído o novo edifício do conhecimento. Descartes aponta como novo fundamento o *cogito*, no qual procura encontrar o primeiro princípio da filosofia, o que se dá por meio do sujeito pensante, que se expressa no próprio *cogito*, ou seja, *cogito ergo sum* – penso, logo existo.

Na ontologia antiga se encontra somente uma noção de subjetividade, a qual é representada pelo conceito de *alma*, chamada de "subjetividade não-fundante". Com a Modernidade, há um rompimento com essa idéia de que há uma realidade ordenada em si mesma e exterior à mente humana, sendo que Descartes inaugura a noção de subjetividade fundante, onde a garantia de uma realidade externa tem que ser um desdobramento da própria subjetividade, isto é, do próprio sujeito pensante.

Ainda na Modernidade, Kant, por meio de uma severa crítica à metafísica, em sua obra *Crítica da razão pura*, afirma que a metafísica tradicional não encontrou o caminho seguro da ciência, expondo que:

[...] então se pode estar sempre convicto de que um tal estudo acha-se ainda bem longe de ter tomado o caminho seguro de uma ciência, constituindo-se antes um simples tatear; e já é um mérito para a razão descobrir porventura tal caminho, mesmo que se tenha que abandonar como vã muita coisa contida no fim anteriormente proposto sem reflexão. (CRPu, BVIII).

⁹ Em Platão, sua ontologia aponta para a necessidade de realidade exterior à mente humana. Atribui ao pensamento dialético a possibilidade de se descobrir a realidade, não havendo entre os gregos a idéia clara de subjetividade, mas tão-somente uma noção. Ontologia é lógica e realidade, lógos e ontos formam uma coisa só. Ser e pensar são o mesmo.

Para Aristóteles, o ser da natureza é real e seu modo de existir é a mudança. Nisso, é preciso uma ciência teorética sobre a natureza e a mudança que é a lísica. Todavia, primeiro há que se demonstrar que o objeto da lísica é real e verdadeiro, só sendo possível por meio da filosofia primeira, que é a metalísica. A filosofia primeira estuda os primeiros princípios e as causas primeiras de todas as coisas e investiga o ser enquanto ser. Nesse sentido, ver: ARISTÓTELES. Metalísica. Madrid: Gredos, 1994.

Em verdade, Kant estabelece que o conhecimento da razão pode se dar de duas maneiras em relação ao objeto, a saber: o primeiro é o conhecimento teórico; o segundo é o conhecimento prático da razão (2001, p. 26). Dentro desse contexto, Kant afirma que há uma "inversão da relação entre razão e objeto, sendo que o pensamento é quem determina o objeto" (apud DALBOSCO, 2000, p. 7) e não mais o objeto quem determina o pensamento.

Por meio dessa reflexão pode-se concluir que existem coisas que podem ser pensadas e conhecidas e outras que podem ser somente pensadas, pois de acordo com Kant a experiência se refere apenas ao que diz respeito ao fenômeno, ao passo que a essência do objeto não pode ser conhecida. Pode-se conhecer o fenômeno, mas não se pode conhecer a coisa em si.

Hume é outro filósofo que propõe uma crítica à metafísica, a partir de sua teoria das idéias e do problema da causalidade. Para Hume, toda e qualquer idéia que existe em nossa mente tem sua origem na experiência. O homem tem percepções (tudo aquilo que chega à mente humana pelos sentidos) e, para Hume, percepções são impressões (ato de percepção), enquanto idéias se caracterizam como sendo o registro mental disso. Para o filósofo, todas as idéias são impressões do que já foi visto anteriormente e, dessa forma, ele questionou a validade do princípio do conhecimento, afirmando que a causalidade é uma invenção do ser humano. O conhecimento é uma construção que o homem faz a partir da nova forma de pensar. Há em Hume um ceticismo em relação ao conhecimento científico, enquanto conhecimento absoluto.

Heidegger busca superar a idéia da relação sujeito-objeto pelo conceito de *dasein*¹¹. No dizer de Stein (1966, p. 16), aconteceram alguns fatos na vida de Martin Heidegger, os quais determinaram a sua vida espiritual, e culminaram, provavelmente, com a sua principal obra, *Ser e tempo (Sein und zeit)*, a qual foi dedicada a Edmund Husserl, o criador da fenomenologia¹².

Conforme a tradução da língua alemã, dasein significa "existência, vida". Langenscheidt taschenwöerterbuch portugiesisch. München: Langenscheidt Verlag, 2001, p. 741. A tradução adotada no contexto do presente estudo segue a interpretação de Streck de que "com Heidegger, a hermenêutica deixa de ser normativa e passa a ser filosófica, para a qual a compreensão é entendida como estrutura ontológica do dasein (ser-aí ou pre-sença), em que o da (o aí) é como as coisas, ao aparecerem, chegam ao ser, não sendo esse modo uma propriedade do ser, mas, sim, o próprio ser. Heidegger situa a questão da ontologia fundamental no sentido do ser; a clarificação desta questão somente pode resultar do recurso ao único ente que compreende ser, que é o homem (dasein), o estar-aí, que é o ser-no-mundo, que é cuidado (sorge); cuidado é temporal (zeitlich). (2004, p. 190).

Segundo a definição filosófica, "fenomenologia (Heidegger) 1) Fazer ver, a partir de si mesmo, aquilo que se manifesta, tal como se manifesta efetivamente. 2) Para tanto, exige a volta para as próprias coisas. 3) É seguindo esse caminho que se encontram as possibilidades do caminho para o ser, pois o ser é aquilo que se oculta naquilo que se manifesta, mas constitui o fundamento de tudo o que se manifesta". (GILES, 1993, p. 61).

Heidegger recebeu enorme influência do neo-aristotelismo, tendo retornado à questão aristotélica do *to on legatai polachos*¹³, isto é, o fato de o *ser* freqüentemente se manifestar. Para tanto, o autor faz a interpretação da palavra grega *aletheia*¹⁴, a qual significa *não-velado*, sendo tradicionalmente traduzida como "verdade". Em que pese essa tradicional tradução de *aletheia* por verdade, o próprio Heidegger (1979, p. 79), posteriormente a *Ser e tempo*, esclarece que *aletheia* não pode ser identificada com a verdade, uma vez que na medida em que se compreende verdade no sentido natural da tradição como a concordância, posta à luz ao nível do *ente*, do conhecimento com o *ente*, e ao passo que a verdade é interpretada a partir do ser como a certeza do saber a respeito do *ser*, a *aletheia*, ou no dizer de Heidegger, desvelamento como clareira, não pode ser identificada à verdade, pois verdade, bem como ser e pensar, somente pode ser o que é no elemento da clareira. Nota-se, sem dúvida, na filosofia heideggariana a busca pelo *ser*, como bem aparece em *Ser e tempo*:

El desarollo concreto de la pregunta que interroga por el sentido del término *ser*, es la mira del siguiente tratado. La exegésis del tiempo, como el horizonte posible de toda comprensión del ser, es su meta provisional. (HEIDEGGER, 2000, p. 11).

Conforme Stein (1966, p. 18), Heidegger mantinha esperanças na sua procura da resposta pelo *ser*, pois de um lado havia a interrogação escolástica e, de outro, a interpretação lógico-transcendental oriunda dos neokantianos.

Em *Ser e tempo*, Heidegger critica três pontos importantes a saber: 1º) o aspecto da universalidade do *ser*, pois segundo ele, é uma universalidade superior a toda universalidade genérica; 2º) o conceito de *ser* é indefinido, pois *ser* não pode ser concebido como *ente*; 3º) o *ser* é o mais compreensível dos conceitos, pois para todo o conhecer, enunciar, faz-se necessário o uso do termo *ser*, sendo que o termo é compreensível.

No dizer de Heidegger, o esquecimento dessas questões pelo *ser* pode causar prejuízos, cujas raízes se encontram na ontologia antiga. E sobre o que se pode perguntar? Heidegger enfatiza que "todo o perguntar é um buscar" e "per-

Nesse sentido, ver STEIN, Ernildo. Introdução ao pensamento de Martin Heidegger. Porto Alegre: Ithaca. p. 22.

¹⁴ De acordo com Stein, "Heidegger parte de uma intuição fundamental que comanda sua analítica existencial e sua interrogação direta sobre a questão do ser e da verdade. Essa intuição se resume na palavra grega *aletheia*. Nela se esconde e dela emerge toda a ambivalência da compreensão do ser na finitude e nela reside a verdadeira dimensão em que repousam o ser e a verdade. A partir de *aletheia*, revela-se o verdadeiro alcance do método fenomenológico, assim como o filósofo compreende. A fenomenologia, no sentido heideggeriano, é o caminho que sustenta a finitude da compreensão do ser e a compreensão da finitude do ser-aí. (2001, p. 24).

guntar é buscar conhecer *o que* é e como é". Daí surge a pergunta pelo *ser*, surgindo também, a distinção entre *ser* e *ente*:

Aquello de que se pregunta en la pregunta que se trata de desarrollar es el ser, aquello que determina a los entes en cuanto entes, aquello *sobre lo cual* los entes, como quiera que se los dilucide, son en cada caso ya compreendidos. El ser de los entes no 'es' él mismo un ente. (HEIDEGGER, 2000, p. 15).

Para Heidegger, as coisas não são objetos, são entes, ao passo que o desvelamento do *ser* só é possível no *dasein* (presença), que Stein traduz por *ser-aî*¹⁵. Fiel ao método da fenomenologia transcendental, Heidegger tenta superar a relação sujeito-objeto, ao passo que, segundo ele, o *ser-aí* (*dasein*) compreende, também, o homem e a sua consciência do mundo. No dizer de Stein, com a compreensão de *aletheia*, como desvelamento, reconheceu-se a importância da *ousia* como ser do ente:

Com a provisória elucidação de Aletheia e Ousia esclareceram-se em consequência o sentido e alcance do princípio da fenomenologia: "as coisas em si mesmas". No trabalho de penetração não mais apenas literário, mas de exercício da fenomenologia, contudo permanecia em meu horizonte a pergunta pelo ser despertada por Bretano. Por isso surgiu a dúvida se *a coisa em si mesma* se deveria determinar como a consequência intencional ou mesmo como o eu transcendental. (1966, p. 23).

Dessa maneira, da reflexão de Heidegger, surge o conceito de fenomenologia hermenêutica, onde apesar do clima kantiano, o autor substituiu a epistemologia da interpretação pela ontologia da compreensão (STEIN, 1966, p. 32). O homem compreende o *ser*, e a existência é compreensão do *ser*. Com efeito, para Heidegger a própria questão sobre o *ser* foi esquecida, sendo que a própria tradição não pergunta mais pelo *ser*. Por isso, todo o esforço do autor em *Ser e tempo (Sein und zeit)* a fim de recolocar a pergunta pelo próprio *ser*.

No seu entender, ser e ente não são a mesma coisa; Heidegger propõe uma diferenciação ontológica entre ambos. Nesse sentido, o autor faz a tradução da palavra grega on por ente, enquanto que o ser é o horizonte onde o ente se manifesta. Com isso, Heidegger cria uma nova compreensão para o ser, distinguindo-o do ente. Ente significa todas as coisas que existem, inclusive o homem.

Definição do dicionário: ser-a – "[...] na filosofia contemporânea, este termo é habitualmente usa-do no significado específico estabelecido por Heidegger, como ser do homem no mundo". (ABBAGNANO, 2003, p. 888).

O que Heidegger traz de novo é a noção de se pensar o *ser* no horizonte da temporalidade, pois o mesmo está submetido ao tempo.

Por isso, Heidegger entende o tempo como horizonte no qual o *ser* aparece, ao passo que sem a existência do tempo o *ser* não pode aparecer, não havendo assim *ser*. Seu esforço é o de redescobrir a questão do *ser*, mostrando que existe um problema esquecido pela tradição que deve ser tratado, almejando, assim, um verdadeiro *ressuscitar da ontologia*, tratando-se, contudo, de uma nova ontologia.

Em suma, Heidegger não pensa o *ser* como essência das coisas, pois, no seu entender (2000, p. 12), primeiramente, é necessário tornar a pergunta pelo *ser* clara e, posteriormente, buscar a resposta pelo *ser*. Com efeito, *todo o perguntar é um buscar*, sendo que Heidegger se volta para a estrutura do próprio perguntar, dirigindo-se, então, à pergunta em si mesma.

4 O novo horizonte para o direito: a busca da compreensão pelo sentido

Após a análise das duas teorias apresentadas, concorda-se com Streck, quando esse afirma que "desde o século XVII os filósofos têm sugerido que é possível que nunca conheçamos a realidade, porque há uma barreira entre nós e ela, um véu de aparências, produzido pela interação do sujeito e do objeto [...]", porém, ainda conforme o autor, "a partir de Herder e Humboldt, os filósofos têm sugerido que a linguagem constitui essa barreira, que nossa linguagem impõe aos objetos categorias que podem não lhes ser intrínsecas". (2004, p. 159)¹⁶.

No dizer de Streck (2004, p. 161), a "virada lingüística" (*linguistische wende*) ocorreu sob três frentes; primeiramente, aparece o neopositivismo lógico ou empirismo lógico, que sustentava ser a missão da filosofia sua realização à margem das especulações metafísicas, buscando questionamentos estritamente lingüísticos; um de seus principais expoentes é Wittgenstein (I). Num segundo momento, o giro lingüístico foi proporcionado pela filosofia de Wittgenstein (II), a partir de sua obra póstuma, *Investigações filosóficas*, cuja crítica agora se volta para a filosofia da consciência. Nessa seara, de acordo com Streck, "a lingua-

A partir do momento em que a linguagem passa a ser a condição possibilitadora do rompimento com a filosofia da consciência, concorda-se com a afirmação de Habermas de que tal situação "nos tira do círculo aporético no qual o pensamento metafísico se choca com o antimetafísico". (1990, p. 53).

gem deixa de ser um instrumento de comunicação do conhecimento e passa a ser *condição de possibilidade* para a própria constituição do conhecimento". (2004, p. 164). E, num terceiro momento, de acordo com o mesmo autor:

[...] dois caminhos se abrem a partir da obra de Wittgenstein, analisada anteriormente: *uma filosofia da linguagem reformadora*, fundada na paráfrase lógica, baseada numa interpretação positivista do *Tractatus*, oriunda do círculo de Viena; e *uma filosofia da linguagem comum (ordinária)*, a qual encontrou seu melhor representante em Austin, que retoma o problema wittgensteiniano da classificação dos jogos de linguagem em um espírito descritivo, tentando dar regras até demasiado complexas dos atos que efetuamos pela linguagem. (2004, p. 167).

Com efeito, a partir da *virada lingüística* (*linguistische Wende*), vislumbrouse, então, um novo horizonte filosófico, podendo-se afirmar a confirmação da hermenêutica como novo palco da intersubjetividade. Importante, nesse sentido, é a afirmação de Heidegger (2000, p. 12) de que "todo o perguntar é um buscar", onde o horizonte do sentido é dado pela compreensão¹⁷.

Na interpretação de Stein, a novidade que constitui o *standard* de racionalidade da fenomenologia hermenêutica está no fato de que com ela se supera toda a questão extrínseca de fundamentação de um discurso, bem como toda veleidade de autofundamentação do discurso científico. Há, sempre, uma précompreensão em todos os discursos do conhecimento especializado das ciências, estando arrolado, aí, o direito. Em um tal contexto,

a dogmática jurídica passa a ser percebida como um terreno em que se infiltra uma certa provisoriedade, ou uma fragilidade de caráter muito particular. A distinção sujeito-objeto, o discurso puramente positivo, a fixação de princípios absolutos e a idéia de um sistema que se auto-regula passam a receber, pela fenomenologia hermenêutica, uma dimensão de profundidade que sustenta todo o seu modo de operar. (2004, p. 169).

A própria matriz dogmática por meio de autores como Hart, por exemplo, defende a existência de uma "textura aberta" da norma jurídica. Dessa forma, o próprio discurso dogmático, representado por Hart, defende a possibilidade de

Nesse contexto, Stein vai dizer que "com a fenomenologia hermenêutica, assim, na medida em que ela não mais explica o ser pelo ente, a posição filosófica representa uma situação hermenêutica que permite a classificação e o julgamento das posições filosóficas que resultaram dos princípios epocais da metafísica. A coisa se apresenta de tal modo que podemos, do lugar hermenêutico da analítica existencial e da ontologia fundamental, olhar para trás e para frente. Temos, dessa forma, uma situação hermenêutica para nossa interpretação". (2004, p. 142).

que o legislador não pode ter conhecimento de todas as possíveis combinações de circunstâncias que o futuro pode trazer¹⁸. O exaurimento da dogmática jurídica e do seu método positivista já começa a se mostrar, ao menos do que se pode perceber, também endógeno.

Heidegger põe a pergunta pelo próprio *fim da filosofia*, não pela cessação da própria filosofia, mas pelo crepúsculo da metafísica. Estando, pois, a metafísica clássica exaurida enquanto Filosofia, o filósofo aponta para a remanescente tarefa para o pensamento, que é a própria questão do pensamento¹⁹. Para Heidegger, a claridade repousa numa dimensão de abertura e essa abertura garante à marcha do pensamento especulativo sua passagem através daquilo que ela pensa, de forma que, "clarear algo quer dizer: tornar algo leve, tornar algo livre e aberto, por exemplo, tornar a floresta, em determinado lugar, livre de árvores. A dimensão livre que assim surge é clareira". (1979, p. 77).

Ao lado de Heidegger, podem-se buscar importantes contribuições de outro filósofo alemão, Gadamer, o qual busca na historicidade o caminho para a compreensão²⁰. Gadamer chama a atenção para a prevalência, hoje, do pensamento formal e matematizante, atribuindo como base da ciência moderna a matemática e destacando, ainda, tratar-se de uma ilusão da ciência o tratamento metódico da certeza, o qual também é utilizado pelas ciências sociais.

A hermenêutica em Gadamer é a visão sobre o que significa o pensar, o conhecer para o homem na vida prática, mesmo trabalhando na vida prática. O filósofo defende claramente a necessidade de se construir uma relação mais inter-

De acordo com Hart, "o sentido em que a linguagem da regra nos permitirá simplesmente escolher casos de aplicação facilmente recognoscíveis, esboroa-se neste ponto; a subsunção e a extração de uma conclusão silogística já não caracterizam o cerne do raciocínio implicado na determinação do que é a coisa correta a fazer-se. [...] Seja qual for o processo escolhido, precedente ou legislação, para a comunicação de padrões de comportamento, estes, não obstante a facilidade com que actuam sobre a grande massa de casos correntes, revelar-se-ão como indeterminados em certo ponto em que a sua aplicação esteja em questão; possuirão aquilo que foi designado como "textura aberta". (2001, p. 140-141). Nesse sentido, ver a crítica de Streck a Kelsen e Hart sobre os casos difíceis (hard cases): STRECK, Lênio Luiz. **Verdade e consenso.** p. 142 et seq.

¹⁹ A hermenêutica em Heidegger aponta para: "1) A ciência que caracteriza os objetivos, as vias e as regras da interpretação. 2) A teoria da metodologia para todo tipo de interpretação e, no caso da fenomenologia, essa própria interpretação, ou seja, a maneira de o próprio Ser vir aparecer através das estruturas do ser-aí. (Veja: Dasein (alemão) (Heidegger), a estrutura humana". (GILES, 1993, p. 72).

Para Stein, "Gadamer volta-se para a dimensão da historicidade para mostrar como todas as manifestações culturais são sustentadas por um fundo inesgotável no qual estamos mergulhados e que nunca conseguiremos trazer à tona. As formações culturais, sejam elas manifestações na arte, na ciência ou na literatura, são acompanhadas de um processo de pré-compreensão cuja explicação passa a se tornar tarefa de uma hermenêutica que o filósofo chamará de "filosófica". Com essa hermenêutica Gadamer não se confronta com a questão do método nas ciências humanas, mas com aquilo que em todos os enunciados está implicado e que nunca pôde ser compreendido em sua totalidade". (2004, p. 163).

pretativa do que epistemológica, o que somente pode se dar por meio da linguagem, estando por trás desta questão, em lados opostos, o discurso científico *versus* o discurso filosófico. Se a palavra é algo mais espontâneo, isto é, linguagem viva, o conceito é linguagem teorizada e, para Gadamer, a meta é chegar ao conceito, pois

a hermenêutica, enquanto filosofía, não é qualquer disputa de métodos com outras ciências, teorias das ciências ou coisas que tais, senão um modo de mostrar que — e isso ninguém pode negar — em cada momento em que pomos nossa razão a trabalhar, não fazemos apenas ciência. Sem levar a falar os conceitos, sem uma língua comum, não podemos encontrar palavras que alcancem o outro. O caminho vai *da palavra ao conceito* — mas precisamos chegar do conceito à palavra, se quisermos alcançar o outro. Só assim ganhamos uma compreensão racional, de uns para com os outros. Só assim temos a possibilidade de recolher-nos, para deixar valer o outro. (2000, p. 26).

Para Gadamer, há um movimento na compreensão que discorre da parte para o todo e novamente para a parte. É o que o filósofo descreve como *círculo da compreensão*, cuja estrutura adquire seu significado a partir da própria análise existencial de Heidegger, por isso, "quem pretende compreender um texto está disposto a deixar que o texto lhe diga algo, [...] uma consciência formada hermeneuticamente deve estar disposta a acolher a alteridade do texto". (2000, p. 145)²¹.

Ao se retornar à pergunta inicial e norteadora do presente texto, do porquê da fenomenologia hermenêutica ser atrativa ao direito contemporâneo, já se pode notar que a fenomenologia hermenêutica se apresenta como condição possibilitadora de romper com predomínio do método da matriz dogmático-jurídica, da tecnicização, da dedução e da subsunção, que impede o jurista de *dar sentido* ao direito. Por isso,

a *Crítica hermenêutica do direito*, fincada na matriz teórica originária da ontologia fundamental, busca, através de uma análise fenomenológica, o des-velamento (*unverborgenheit*) daquilo que, no comportamento cotidiano, ocultamos de nós mesmos (Heidegger): o exercício da transcendência, no qual não apenas somos,

Em relação à complementação da fenomenologia hermenêutica a partir de Gadamer, Stein aduz que "o standard de racionalidade heideggeriano recebe, assim, maior clareza acerca da mudança que trouxe para a filosofia contemporânea. Somos convocados a voltar-nos para a interpretação da pré-compreensão com que estamos ligados às formações históricas, quando enfrentamos textos das ciências humanas, deixando de lado a vontade de encontrar um fundamento". (2004, p. 166).

mas percebemos que somos (*dasein*) e que somos aquilo que nos tornamos através da tradição (pré-juízos que abarcam a faticidade e historicidade de nosso serno-mundo, no interior do qual não se separa o direito da sociedade, porque o ser é sempre o ser de um ente, e o ente só é no seu ser, sendo o direito entendido como a sociedade em movimento), onde o sentido já vem antecipado (círculo hermenêutico). Afinal, conforme ensina Heidegger, "o ente somente pode ser descoberto seja pelo caminho da percepção, seja por qualquer outro caminho de acesso, quando o ser do ente já está revelado". (STRECK, 2006, p. 139).

Eis a possibilidade de uma relação entre filosofia e direito, onde esse último pode vencer o fantasma da positividade, não se caracterizando, tal orientação, apenas em uma perspectiva filosófica. Nessa relação entre filosofia e direito emerge a possibilidade de se oferecer um recomeço à dogmática jurídica e ao seu método positivista, vencendo-se, dessa maneira, sua forma objetivadora, de modo que

a hermenêutica jurídica repousa sobre a hermenêutica filosófica, pois em tudo o que o direito enuncia nos códigos ou na Constituição, opera uma historicidade e um sentido que desde sempre vêm antecipados na pré-compreensão. É dela que surge o processo de autocompreensão que sempre acompanha a compreensão de qualquer texto do direito. (STEIN, 2004, p. 163-164).

A nova perspectiva oferecida pela fenomenologia hermenêutica a partir de *Ser e tempo* e, posteriormente, com as contribuições de Gadamer, rompe com o panorama objetivista da metafísica clássica e também com uma filosofia da consciência e ante uma nova proposta para a ontologia, Heidegger aponta para o necessário desvelamento do *ser* para poder vir à tona o sentido do *ser*. A resposta do ser tem que ser colocada na mesma perspectiva do modo de *ser* do *dasein*, isto é, "o que é o homem?", "o que é o *dasein*?". É preciso esclarecer a estrutura hermenêutica que antecede o comportamento apofântico²² do homem, pois a hermenêutica é o acesso diferenciado ao sentido apofântico, chegando à pré-compreensão, rompendo o limite do discurso lógico-semântico humano. A angústia existencial em Heidegger aponta para uma atitude originária, onde o aspecto da existência humana é a finitude.

Conforme Abbagnano, apofântico significa: "declarativo ou revelativo. Aristóteles chamou de A. o enunciado que pode ser considerado verdadeiro ou falso e considerou que esse tipo de enunciado é o único objeto da lógica: da qual, portanto, são excluídas as orações, as ordens etc., cujo estudo pertence à retórica ou à poética". (2003, p. 73).

Considerações finais

Apartir do exposto, pôde-se verificar que a fenomenologia hermenêutica e a hermenêutica filosófica se constituem atrativas ao direito contemporâneo pelo fato de que, ao mesmo tempo em que tecem uma crítica involuntária ao modo de produção da matriz dogmático-jurídica, também oferecem ao direito a possibilidade do rompimento deste com a metafísica clássica (objetificante), num verdadeiro *dar sentido* ao direito.

Se a única certeza que se tem é a de que o homem como ser-no-mundo é o projeto de um ser-para-a-morte, torna-se necessário o desvelamento do *ser* para vir à tona o sentido do *ser*. A partir da filosofia de Wittgenstein e Heidegger, a hermenêutica jurídica pode, agora, buscar sentido pela compreensão, não havendo mais cisão entre compreensão e aplicação, entre *ser* e ente, entre texto e norma, como trabalha a dogmática jurídica em reprodução à metafísica clássica, há muito vencida pela filosofia da linguagem. O ato de compreender já traz o ato de aplicar, interpretação e aplicação andam, pois, juntos, conforme expõe Streck, e aí está o trabalho hermenêutico da compreensão.

Surge, assim, um novo horizonte para o direito contemporâneo, na medida em que a linguagem passa a ser o novo norte filosófico-jurídico. Levando-se em consideração que, conforme Heidegger, "todo o perguntar é um buscar", sendo que o novo horizonte do sentido é dado pela compreensão, a partir da historicidade e do sentido que já vem antecipado na pré-compreensão, onde o *ser-aí* é pensado a partir do horizonte da temporalidade. É impossível, pois, ao jurista, afastar-se do círculo hermenêutico. Eis a possibilidade do compromisso intersubjetivo defendida por Stein, nessa relação entre filosofia e direito.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARISTÓTELES. **Metafísica.** Traducción y notas de Tomás Calvo Martínez. Madrid: Gredos, 1994.

BARBIERI, Aylton. O argumento da linguagem privada em Wittgenstein. In: CENCI, Ângelo V. (Org.). **Ética, racionalidade e modernidade.** Passo Fundo: EDIUPF, 1996, p. 149-163.

BARZOTTO, Luís Fernando. Positivismo jurídico. In: BARRETO, Vicente de Paulo (Org.). **Dicionário de filosofia do direito.** São Leopoldo: Unisinos; Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Idealismo transcendental e ontologia. In: CENCI, Ângelo V. **Temas sobre Kant.** Metafísica, estética e filosofia política. Porto Alegre, p. 7-23, 2000. . Hermenêutica e método em *Ser e tempo*. UPF: 2005. (Mimeo.). DESCARTES, Renè. Discurso do método: regras para a direcão do espírito. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2000. FARIA, José Eduardo. Qual o futuro dos direitos? Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista. São Paulo: Max Limonad, 2002. GADAMER, Hans-Georg. Da palavra ao conceito: a tarefa da hermenêutica enquanto filosofia. Tradução de Hans-Georg Flickinger e Muriel Maia-Flickinger. In: ALMEIDA, Custódio Luís S. et al. Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. . Sobre o círculo da compreensão. Trad. Custódio Luís S. de Almeida. In: AL-MEIDA, Custódio Luís S. et al. Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. GILES, Thomas Ransom. Dicionário de filosofia: termos e filósofos. São Paulo: EPU, 1993. GLOCK, Hans-Johan. Dicionário Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. HABERMAS, Jürgen. Pensamento pós-metafísico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. HART, Herbert L. A. O conceito de direito. Trad. A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundacão Calouste Gulbenkian, 2001. HEIDEGGER, Martin. El ser y el tiempo. Traducción José Gaos. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. . **Ser e tempo.** Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Parte I. 3. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1989. . Ser e tempo. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Parte II. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996. . O fim da filosofia e a tarefa do pensamento. Trad. Ernildo Stein. São Paulo:

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento.** Trad. Antônio Correia. [s.l.]: Coimbra Arménio Amado, 1987.

Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano.** Tradução de Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, [s.d.].

HOEPNER, Lutz et al. **Langenscheidt taschenwörterbuch portugiesisch.** München: Langenscheidt Verlag, 2001.

Vozes, 1994.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001. OLIVEIRA, Manfredo A. Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea. São Paulo: Loyola, 1996. PLATÃO. A República. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001. STEIN, Ernildo. Compreensão e finitude: estrutura e movimento da interrogação heideggeriana. Ijuí: Unijuí, 2001. _. Exercícios de fenomenologia: limites de um paradigma. Ijuí: Unijuí, 2004. . Introdução ao pensamento de Martin Heidegger. Porto Alegre: Ithaca, 1966. STRECK, Lênio L. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. . **Verdade e consenso:** Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. TROMBETTA, Gerson Luís. Sentido e verdade em Wittgenstein (I) e Heidegger: notas sobre um confronto de paradigmas. UPF, 2004. Mimeo. TUGENDHAT, Ernest. Wittgenstein: a impossibilidade de uma linguagem privada. Disponível em: http://www.geocites.com/marcofk2/tugendhat.htm. Acesso em: 14 mar. 2003. WARAT, Luís Alberto. Introdução geral ao direito. Interpretação da lei: temas para uma reformulação. Porto Alegre: SAFE, 1994. WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus logico-philosophicus. Trad. Luiz Henrique L. dos Santos. São Paulo: Edusp, 1993.

. Investigações filosóficas. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis/RI:

Projeções sobre democracia e espaço público (re)pensando o público

Iosé Carlos Kraemer Bortoloti*, Sandra Leal**

Resumo: O presente texto provoca o debate entre democracia e espaço público sob a perspectiva de repensar o público na atualidade. Analisa a compreensão sobre os espaços democráticos em face da necessidade de inserção de uma democracia de alta intensidade e as dinâmicas da compreensão em relação ao pensamento jurídico tradicional e sob o contexto da participação e inclusão.

Palavras-chave: Democracia. Espaço público. Participação.

Abstract: The present text provokes the debate between democracy and public space under the perspective to rethink the public in the present time. Face to the necessity of insertion of a democracy of high intensity analyzes the understanding on the democratic spaces and the dynamic of the understanding in relation to the traditional legal thought and under the context of the participation and inclusion.

Keywords: Democracy. Public space. Participation.

^{*} Mestrando em Direito (ULBRA); coordenador e professor do NAPEJ – Núcleo Avançado de Prática e Estudos Jurídicos da FAPLAN; professor das disciplinas Ética Geral e Jurídica e História do Pensamento e das Instituições Jurídicas. E-mail: <josecarlos@faplan.edu.br>.

^{**} Doutora em Direito (UFPR); coordenadora do Curso de Direito da FAPLAN; professora da disciplina de Direito Constitucional. E-mail: <sandra@faplan.edu.br>.

INTRODUÇÃO

A temática trazida ao presente artigo dá ênfase à discussão sobre democracia e espaço público, sob o escopo de (re)pensar o público no contexto contemporâneo. A problemática central advém desde o conflito terminológico-axiológico nos quais os espaços democráticos foram e vêm sendo entendidos e conseqüentemente a perspectiva de inserção-construção dos espaços públicos no processo democrático atual, sob a herança de uma tradição simplória e descontextualizada.

Nesse sentido, primeiramente, traça-se a conjetura atual dos processos democráticos, analisando – sem a intenção de um inventário sobre os modelos democráticos – principalmente a compreensão sobre os espaços democráticos, meios importantes para o desenvolvimento e a concretização da democracia, sem deixar de analisar – de forma sucinta – a(s) forma(s) pensada(s) sobre a democracia durante a história. A parte inicial da edificação teórica pretende através do desenvolvimento anterior buscar referências sobre a democracia projetada para o amanhã, ou seja, quais são os passos já traçados ou pensados hoje para que se possa inserir uma democracia de alta intensidade, como aduz Boaventura de Sousa Santos. (2007, p. 83).

Em um segundo momento, busca-se confrontar a democracia com a *liqui-dez* trazida pela modernidade – valendo-se da terminologia utilizada por Zygmunt Bauman (2007) – em relação aos meios e a possibilidade de compreensão do exercício democrático inserido no contexto social (leia-se: interpretação democrática) e a sociologia das ausências, fundamentada por Boaventura de Sousa Santos. (2007, p. 17).

Por fim, após um desvelar dos espaços democráticos e da problemática inserida na modernidade líquida, pondera-se sobre a importância da compreensão do espaço público, inicialmente, através da problemática do pensamento jurídico tradicional e, após, fomentando o pensamento sob *viés* participativo/inclusivo.

1 Democracia hoje e o caminho do amanhã

Analisar a democracia através de parâmetros locais, ou seja, por meio de instrumentos e construções que se transformaram ao longo dos tempos (com o cuidado de não se utilizar a terminologia *evolução*, e, sim, *transformação*), traz um embate histórico, ou melhor, as formas como as transformações se deram e as conseqüências com que a ausência de análise/maturidade em relação aos erros, não permitiram a inserção do processo democrático num processo evolucionista (tomandose aqui a compreensão sobre evolução como progresso, enriquecimento das estru-

turas sociais). É crível, assim, interpretar que a visão histórica é mutilada e, por conseguinte, errônea, se tiver em conta só os determinismos materiais e excluir do sujeito vivo, o seu computo e o seu cogito. (MORIN, 2005, p. 150).

A importância se dá não em interpretar a democracia através de um projeto abstratamente planejado com o social – confundido com as tradições, descontextualizado com o presente, mas pensado para o futuro –, assim, há que incluir no real social objetivo, ao mesmo tempo em que o ator-deliberador, a percepção subjetiva de uma situação e a elaboração subjetiva de uma estratégia. (MORIN, 2005, p. 151). Nesse sentido, é necessário avaliar que a computação, a deliberação, a estratégia atuam em todos os níveis: dos poderes, da opinião, dos partidos políticos, das classes sociais (Ibidem, p. 152), sendo necessária na participação e na deliberação (modelos específicos da democracia analisada aqui) a ponderação sobre a efetividade e o entendimento sobre tais instrumentos¹.

Esclarecidos alguns aspectos, possivelmente inserindo-os em uma complexidade ainda maior, mas buscando-se justamente o (re)pensar democrático, em se tratando de uma tentativa de análise dessa conjetura, faz-se imprescindível argüir que em um determinado momento, a teoria democrática fez as vezes de uma teoria da soberania, ou seja, a teoria da soberania é a teoria que vai do sujeito para o sujeito, que estabelece a relação política do sujeito com o sujeito, tentando necessariamente constituir o que se chamaria de "ciclo", o ciclo do sujeito ao sujeito, construindo uma relação de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 49).

Em outras palavras, a teoria da soberania é o ciclo do sujeito ao sujeito, do poder e dos poderes, o ciclo da legitimidade e da lei. Tríplice primitivismo, pois: o do sujeito que deve ser sujeitado, o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada (FOUCAULT, 1999, p. 51).

A crítica se fundamenta pela problemática da partilha de competências entre a teoria soberana, o governante e administrador, como se dá a incumbência da deliberação sobre o bem-comum, e onde se insere a teoria soberana nos escopos democráticos, sob qual forma? A indagação introdutória é necessária, no momento em que se tem – não somente, mas inclusive – a projeção de se compreender o princípio de desenvolvimento do regime democrático e qual a forma que esse acompanha as transições nas esferas sociopolíticas.

[&]quot;Há um princípio – que se aplica a toda decisão e a toda ação político-social – que designo por princípio socioecológico da ação: enuncia que uma ação se define não tanto em relação as suas intenções, mas sobretudo em relação a sua derivação. Assim que uma ação entra no contexto das inter-retratações políticas e sociais, pode inverter seu sentido e até voltar, como um bumerangue, e bater em quem a desencadeou". (MORIN, 2005, p. 154).

E nesse prisma, buscando-se as mais remotas origens democráticas, resgatando-se a história antiga, sob escopo crítico e não apenas narrativo, mesmo se tratando de sociedades diferentes das contemporâneas, a democracia instituída na Grécia antiga não dizia respeito a toda população, mas unicamente à minoria dos cidadãos ativos, que podiam votar e exercer cargos públicos, o que representava aproximadamente 10% a 15% dos adultos, embora, apesar de inserir a minoria dos cidadãos ativos no *demos*, a sociedade grega resolvia seus conflitos e dirimia sobre as questões individuais sob forma de assembléias, abertas à população em geral (Comparato, 2006, p. 641), aumentando a participação em relação às decisões. A soberania pertence às massas e não à lei; e isso acontece porque os decretos prevalecem sobre as leis. (Aristóteles, 2005, p. 248).

A retrospectiva da Grécia antiga serve de esboço norteador para que se possa analisar o quão abrangente é o desenvolvimento do processo democrático na sociedade contemporânea e como se dá nesses tempos a compreensão e possibilidade de inserção de sujeitos ativos democráticos no processo participativo-deliberativo. A afirmação e não comparação é importante visto a construção teórica desenvolvida desde a Idade Antiga até a Moderna, e o contexto de aplicabilidade surtido através das transformações ideológicas sofridas pelos projetos democráticos.

1.1 A ampliação (necessária) dos processos democráticos: entre o pensado e o efetivado

A democracia, conceituada de maneiras diversas, encontra, nos termos da participação e da tomada de decisão, referências indispensáveis, em torno dos quais são estabelecidos critérios, princípios ou normas que possibilitem determinados procedimentos para o ordenamento social. (ZAMBAM, 2005, p. 94-122).

Alguns teóricos do final do século XX e início do século XXI afirmam que o acontecimento mais importante do século XX, sobretudo em seus momentos de transição com o século XXI, foi o desenvolvimento da democracia. (SEN, 1999. p. 3-17). Por outro lado, de forma mais crítica, Wallerstein (2001) indaga como a democracia havia passado de uma aspiração revolucionária do século XIX a um clichê adotado universalmente, mas vazio de conteúdo no século XX. Nessa crítica diversamente ambígua, constata-se que as objeções diferem, porém, é correto afirmar que a democracia assumiu papel central no campo político durante o século XX. E a obscuridade que se fixa atualmente é se a democracia continuará a se centrar com destaque no século XXI, e qual democracia (SANTOS; AVRITZER,

2005, p. 39), da mesma forma, a incerteza não retoma (mas indaga) o debate difundido no início do século XIX:

Este debate iniciara-se no século XIX, pois até então e por muitos séculos a democracia tinha sido considerada consensualmente perigosa e, por isso, indesejada. O seu perigo consistia em atribuir o poder de governar a quem estaria em piores condições para o fazer: a grande massa de população, iletrada, ignorante e social e politicamente inferior (MCPHERSON, 1998, p. 82).

Assim, existe um constante retorno às experiências passadas, teorizações passadas para se explicar o desenvolvimento e as transformações nos processos, ou melhor, nas tentativas de inserção democrática. Nessa perspectiva, tem-se que ponderar que no século XX existiu uma tensão entre capitalismo e democracia, tensão essa que, uma vez resolvida a favor da democracia, colocaria limites à propriedade e implicaria em ganhos distributivos para os setores sociais desfavorecidos (SANTOS, 2005, p. 41), que novamente traz a discussão à contemporaneidade, visto que como reflexo do (neo)capitalismo os setores sociais desfavorecidos cresceram de formas gigantescas, logo, a possibilidade de exercício democrático por esses grupos sociais não é possível e tende a se anular completamente. Nessa expectativa é que se discutem modelos de democracia alternativos ao modelo liberal: a democracia participativa nos países da Europa do Leste, a democracia desenvolvimentista dos países recém-chegados à independência (SANTOS, 2005, p. 41).

Quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas [...] aliás, a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise que ficou conhecida como a da **dupla patologia**: a patologia da **participação**, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da **representação**, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram. (SAN-TOS, 2005, p. 42, grifo nosso).

Sob o enfoque de transformação dos quadros de democracia de baixa intensidade, caracterizando baixas participações e a inexistência de deliberações fomentadas pelas necessidades sociais e da construção do espaço público, os processos de democratização na América Latina, a atual revalorização dos procedimentos e instituições formais da democracia não pode apoiar-se em hábitos estabelecidos e normas reconhecidas por todos. Não se trata de restaurar nor-

mas regulativas, mas de criar aquelas constitutivas da atividade política: a transição exige a elaboração de uma nova gramática (LECHNER, 1988, p. 32), o que na concepção de Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 83) denomina-se de "democracia de alta intensidade".

O âmbito no qual se projeta a democracia de alta intensidade se encontra estanque, onde os instrumentos para tentar se enfrentar a problemática da democracia de baixa intensidade estão distantes de adequação com o novo, com a continuidade, com a ruptura das estruturas sociais. E a complexidade condicionada a esse panorama estanque é reflexo de um meio que surgiu (pelo menos de forma discursiva e em expressividade teórica) para trazer, arraigar a valoração das estruturas sociais e seus instrumentos de introspecção face às contínuas mudanças do binômio compreensão/inserção cotidiana: a modernidade.

2 A democracia em meio à liquidez moderna e a sociologia das ausências

O século XX ficará na história (ou nas histórias) como um século infeliz. Alimentado e treinado pelo pai e pela mãe, o andrógino século XIX, para ser um século prodígio, revelou-se um jovem frágil, dado às maleitas e aos azares (SANTOS, 2005, p. 75).

Afora as metáforas, o significado da citação supra remete a um projeto de aparência e intenção revolucionárias, visto às alterações e inovações imaginadas, porém de efetividade e eficácia parciais. Além disso, o "século prodígio"²² foi o século de inserção (em nível de expansão) das alterações e inovações, cuja complexidade e heranças ainda tenta-se compreender, assim como suas mazelas sanar.

O paradigma cultural da modernidade constituiu-se antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes de este último deixar de ser dominante. A sua extinção é complexa porque é em parte um processo de superação e em parte um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade está irremediavelmente incapacitada de cumprir outras das suas promessas. **Tanto o excesso no cumprimento de algumas das promessas como o deficit no cumprimento de outras são responsáveis pela situação presente, que se apresenta superficialmente como de**

vazio ou de crise, mas que é, a nível mais profundo, uma situação de transição. Como todas as transições são simultaneamente semicegas e semi-invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação. (SANTOS, 2005, p. 75).

As perspectivas da Modernidade, em caráter sociocultural, é um projeto rico, com várias possibilidades e, por isso, muito complexas e sujeito a desenvolvimentos contraditórios. Boaventura assinala dois pilares fundamentais para o referido âmbito: regulação e emancipação. A regulação tem ênfase no princípio do Estado, com fundamento em Hobbes, pelo princípio do mercado dominante, aduzindo a obra de Locke e pelo princípio da comunidade, embasando a filosofia política de Rousseau. A emancipação é constituída por duas lógicas da racionalidade: "a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica". (SANTOS, 2005, p. 76-77, grifo nosso). As racionalidades da emancipação, em sua generalidade, orientam a vida prática dos cidadãos, porém se inserem na regulamentação, ou seja, o princípio da comunidade se insere na racionalidade estético-expressiva, visto que ali se advêm às ideologias de identidade e de comunhão. (SANTOS, 2005, p. 78). Por outra instância, a racionalidade moral-prática "liga-se preferencialmente ao princípio do Estado na medida em que a este compete definir e fazer cumprir um mínimo ético para o que é dotado do monopólio da produção e da distribuição do direito". (SANTOS, 2005, p. 78).

Por derradeiro, a racionalidade cognitivo-instrumental se interliga diretamente com o princípio do mercado, além das idéias da individualidade e concorrência, inseridas no incremento da ciência e da técnica, pois já no século XVIII tem-se reflexo da ciência como potencial produtivo. (SANTOS, 2005, p. 79). Dessa forma, "as possibilidades modernas são infinitas, mas, por o serem, contemplam tanto o excesso das promessas como o *deficit* do seu cumprimento". (Ibidem, p. 80).

A importância da constatação é que o resultado desses extremos, ou seja, o excesso e/ou o *deficit*, relata um contexto de constantes transformações, alterações, sem que tais desconformidades sejam possíveis de inserção aos processos de variação das estruturas sociais, assim, não sendo possível adaptação. Além disso, a compreensão desse processo pelos grupos sociais fica estagnada sob as fronteiras da complexidade. E a passagem da fase *sólida* para a *líquida* da Modernidade – a do projeto revolucionário ao desenvolvimento descontextualizado e complexo –, para uma espécie em que as organizações sociais não podem mais manter sua forma por muito tempo, pois se decompõem e se dissolvem mais

rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam. (SANTOS, 2005, p. 80).

Os laços inter-humanos, que antes teciam uma rede de segurança digna de um amplo e contínuo investimento de tempo e esforço, e valiam o sacrifício de interesses individuais imediatos (ou do que poderia ser visto como sendo do interesse de um indivíduo), tornam-se cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários [...] a sociedade é cada vez mais vista e tratada como uma rede em vez de uma estrutura (para não falar em uma totalidade sólida): ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis. (BAUMAN, 2007, p. 7).

O *líquido*, então, introduz não uma realidade – visto que por ser *líquido* se transforma antes de se compreender como realidade – mas uma constatação de que vitórias passadas não acrescentam a perspectiva de vitórias futuras, nem é um sinal de garantia, enquanto meios aferidos com esgotamento no passado precisam ser constantemente examinados e revistos, pois podem se mostrar improfícuos ou claramente contraproducentes com a mudança de circunstâncias. (BAUMAN, 2007, p. 9). Nesse sentido, o líquido torna-se uma teoria cega e "para uma teoria cega, a prática social é invisível, para uma prática cega, a teoria social é irrelevante" (Ibidem, p. 10).

2.1 (Ex ou in)clusão? - Sociologia das ausências

A intenção da presente construção teórica se desenvolve a partir da discussão sobre a democracia e espaço público, objetivando um (re)pensar do público, visto seu papel concretizador do processo democrático. Ademais, a ambigüidade entre repensar e pensar tais contextos é justamente para provocar a saída de um estado de inércia da compreensão contemporânea. (SANTOS, 2007, p. 20). Na primeira parte do título, fomentou-se sobre a problemática em relação à modernidade, evidenciando-se a teoria construída por Zygmunt Bauman, o qual traz a terminologia *modernidade líquida* para explicar a complexidade das circunstâncias que se atenuaram a partir da modernidade e se agravam nos dias de hoje. Em somatório, mas sob um *viés* de continuidade, traz-se a *sociologia das ausências*, trabalhada por Boaventura de Sousa Santos, para dar ênfase ao entendimento defendido anteriormente, procurando, principalmente, enriquecer o objeto proposto para o estudo.

Por esse prisma, as promessas da modernidade – a liberdade, a igualdade e a solidariedade – continuam sendo uma aspiração para a população mundial², e, portanto, a emancipação social é (deve ser) uma aspiração absolutamente central na modernidade ocidental, e por estar centrada na modernidade, está inserida num contexto de grandes transformações, sendo necessário, assim, renovar a teoria crítica e reinventar o emergir, com o intuito de adaptação no cotidiano social. O problema é que não podemos continuar pensando-a em termos modernos, pois os instrumentos que regularam a discrepância entre reforma e revolução, entre expectativas e experiências, entre regulação e emancipação, estão em crise. (SANTOS, 2007, p. 17). Com efeito, a crise leva a um desperdício de experiências que ao provocarem a ruptura das estruturas sociais também contraem, diminuem, subtraem o presente, o que Boaventura fundamenta como a primeira das características da *razão indolente*: a *razão metonímica* (Ibidem, p. 18).

A segunda característica da *razão indolente*³ é a *razão proléptica* (SANTOS, 2000), face que a racionalidade ocidental é muito proléptica, pois já sempre se sabe (pensa-se que) qual é o futuro, o progresso, o desenvolvimento, nesse sentido, expandindo-se infinitamente o futuro⁴. Daí o surgimento das *ausências*.

O que isso quer dizer? Que muito do que **não existe em nossa realidade** é produzido ativamente como **não-existente**, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe. Assim, de imediato compartimos essa racionalidade preguiçosa, que realmente produz como ausente muita realidade que poderia estar presente. A *Sociologia das ausências* é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, com uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo. E é isso que produz a contradição do presente, o que diminui a riqueza do presente. (SANTOS, 2007, p. 27).

A problemática argüida pelas *ausências* em face do exercício democrático, à inserção ao processo democrático, é que o não-existente, o não-crível está impregnado nas condições de que possuem os intérpretes democráticos de

A provocação tem por objetivo criar uma situação hermenêutica, a qual, segundo Ernildo Stein, é uma espécie de lugar que cada investigador atinge através de instrumentos teóricos que tem à disposição para a partir dele poder fazer uma avaliação do campo temático. Portanto, esse lugar que cada investigador atinge, a partir do qual pode fazer uma investigação sistemática em um determinado campo. Ela, no fundo, é a aspiração de qualquer pesquisador. Só que, em geral, nós não gastamos tempo e vagar para avaliar o lugar de competência que atingimos para abordar um determinado tema, daí a inércia contemporânea. (STEIN, 2004, p. 57, grifo nosso).

³ A razão metonímica, contrai, diminui o presente, visto que tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas, e nada do que fica fora dessa totalidade interessa. (SANTOS, 2007, p. 26).

⁴ Prolepse é uma figura literária bastante encontrada em romances, nos quais o narrador sugere claramente a idéia de que conhece bem o fim, mas não vai contá-lo. É conhecer no presente a história futura. (SANTOS, 2007, p. 27).

compreenderem a democracia, o desenvolvimento do espaço público, logo, se não existe a compreensão, ou a compreensão está centrada num contexto de ausências, resta-se fragmentada a emergência democrática, a noção e inclusão ao espaço público. Assim, dá-se continuidade a um ambiente em crise, em constante confronto com suas próprias alterações (dispersões), não existindo interpretação, compreensão não existe participação consciente e includente. A Sociologia das ausências visa, primeiramente, buscar compreender os espaços das ausências, logo, buscar instrumentos alternativos de inserção, revertendo um processo instaurado e que impossibilita e torna utópicas as expectativas democráticas almejadas.

3. A compreensão do espaço público: do pensamento jurídico tradicional ao *viés* participativo/inclusivo

A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa. Interpretar não é tomar conhecimento de que se compreendeu, mas elaborar as possibilidades projetadas na compreensão. (SANTOS, 2007, p. 30, grifo nosso).

Partindo da construção heideggeriana, a interpretação está inserida na compreensão, nesse sentido se faz necessário ponderar sobre a compreensão do espaço público. Até que ponto o interpretar está estagnado em tomar conhecimento de que se compreendeu? (HEIDEGGER, 1995, p. 204). O pensamento jurídico tradicional segue um cientificismo dogmático, herança da ciência moderna, e que torna o direito insuficiente ao especulá-lo como uma epistemologia reducionista, transformando a compreensão em técnica singular de desenvolvimento (Ibidem, p. 204), e, portanto, "o mais estranho (digno de ser pensado) é que ainda não sabemos o que significa pensar" (LUCAS, 2006, p. 24-25).

Nessa cultura jurídica dogmática, a linguagem é reduzida a um instrumento de sistematização de conceitos e enunciados jurídicos que servirão, única e exclusivamente, para viabilizar a comunicação formal entre os operadores do direito. Dito de outro modo, a tradição jurídica positivista objetifica as possibilidades epistemológicas, restringindo o conhecer do direito ao estudo das próprias padronizações construídas pela dogmática, conhecimento técnico que somente é alcançado por aqueles que, de modo metódico-científico, dominarem os procedimentos metodológicos necessários para revelar a verdade contida desde sempre e incondicionalmente no próprio direito, mas não no direito enquanto um existencial histórico, mas

naquele como um objeto no qual se encontram depositados os sentidos jurídicos verdadeiros a serem extraídos pelo jurista (STEIN, 2002, p. 11).

O pensamento jurídico tradicional centra-se num aspecto de reduções e objetificações metafísicas, sendo que o conhecimento fica adstrito ao método e a investigação científica tem seu desenvolvimento cuidadosamente planejado para que os padrões ditados de estudo não sejam violados, sendo assim, busca manipular um saber tido como verdadeiro, digno de reprodução singular. (LUCAS, 2006, p. 25). E com a existência do *dogma* como única fonte de compreensão, não é possível o questionar, o indagar, e "nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem" (Ibidem, p. 30), justamente o que acontece com as estruturas jurídicas tradicionais, o *dogma* por si só traz estagnação, resulta em inércia, em seguida, inércia afasta a possibilidade de tornar os processos de compreensão mais abrangentes, ou seja, vinculados, por exemplo, na inclusão e na participação democrática.

A gênese da compreensão do espaço público, em um contexto centrado pelas esferas do pensamento jurídico tradicional não cria espaço para o coletivo, visto que a interpretação dogmática não interpreta, logo, não compreende o coletivo e as formas de disseminação social através do todo, mas, ao mesmo tempo, situada em grupos de formações ideológicas, mas que para serem ideológicas precisam ser inclusivas e participativas. Do contrário, na realidade tradicional, "somente os problemas padrões [sic], aqueles reconhecidos pela sistematização dogmática, conseguem receber um tratamento mais ou menos suficiente do direito" (BAUMAN, 2000, p. 14), e nessa problemática, novas interpretações como direitos difusos, não fazem parte dos problemas-padrão.

[...] os referenciais jurídicos de égide individualista não são capazes de responder satisfatoriamente às demandas coletivas que eclodiram após a afirmação do Estado social, bem como são desafiados pelas novas racionalidades e novos ambientes de regulação e decisão que amplamente se instalam com a sociedade pós-moderna. (LUCAS, 2006, p. 26).

Ainda:

[...] resulta que o ato de interpretação do direito ocorre de forma arbitrária, pois se vale de um conjunto de conceitos e categorias lingüísticas generalizantes que encobrem as possibilidades de se dialogar com o direito e descobrir suas potencialidades significantes. (Ibidem, p. 29).

Portanto, a compreensão do espaço público oriunda do pensamento jurídico tradicional deve estar aberta a uma interpretação mais abrangente, respeitando o direito positivado, porém, não atribuindo aos dogmas o papel único e descontextualizado de aferir valor ao todo, possibilitando, assim, que alternativas sejam viáveis para se adaptar ao novo, ao diferente do que tecnizado no corpo do dogma.

3.1 Por que (não) inclusão? O pensamento sob *viés* participativo/inclusivo

A coexistência com igualdade de direitos de diferentes comunidades étnicas, grupos lingüísticos, confissões religiosas e formas de vida, não pode ser obtida ao preço da fragmentação da sociedade. (HABERMAS, 2007, p. 172).

A indagação além de questionar, fundamenta-se pela necessidade de discussão, da quebra de sensos comuns teóricos⁵ e práticos centrados exclusivamente por ideologias prontas e pelas em construção, mas sem o seu referencial principal: a coletividade. Para Habermas (2007, p. 134), "a autocompreensão nacional constituiu o contexto cultural em que os súditos puderam tornar-se cidadãos politicamente ativos", interpretando, segundo o autor, o Estado nacional tornou possível uma nova forma de integração social. Nesse sentido, incluir "conduz a uma codificação dupla da cidadania, de tal modo que o *status* definido pelos direitos dos cidadãos assume ao mesmo tempo o significado de pertença a um povo culturalmente definido". (Ibidem, p. 136).

A leitura liberalista da autodeterminação democrática mascara, contudo, o problema das minorias *inatas*, que é percebido com maior clareza a partir do ponto de vista comunitarista, assim como do ponto de vista intersubjetivista da teoria do discurso. O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária, no exercício do poder político, impinge às minorias a sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. Isso tange questões políticas, que tocam o auto-entedimento ético e a identidade dos cidadãos. Nessas matérias, as minorias não devem ser submetidas mais nem menos às regras da maioria. (HABERMAS, 2007, p. 170).

^{5 &}quot;[...] o senso comum teórico não tem a pretensão de construir um objeto de conhecimento sobre a realidade social, senão normatizá-la e justificá-la por meio de um conhecimento padronizado. Ora, o uso dos dados como álibi consolidador de valores permite detectar uma função mítica para o senso comum. O mito [...] fará remissão ao real como mero suporte material de um processo de reforço dos valores aceitos". (WARAT, 1995, p. 102).

A compreensão histórico-valorativa dada por Habermas relata um desenvolver, um perspectiva abstrata da interpretação do indivíduo como parte do coletivo, mas, ratificando, uma perspectiva abstrata. O relato contemporâneo demonstra uma "crise do *ethos* valorativo vivenciada pelas formas de vida da sociedade contemporânea de massas tem sua razão de ser na profunda perda de identidade cultural, na desumanização das relações sociopolíticas, no individualismo irracionalista e egoísta" (WOLKMER, 2001, p. 261), a isso soma-se a ausência de formas comunitárias e democráticas. A dificuldade então, no que tange à inclusão, encontra-se justamente em encontrar um ponto de (re)estruturação dos grupos sociais, não tirando as características individuais de cada um desses grupos ou de seus componentes, mas dando um referencial e uma inserção no coletivo para que esse tenha expressividade e, posteriormente, inclusão e participação nos meios de formação e manutenção do espaço público.

Conseqüentemente, inclusão deve ser interação, visto que, conforme Karl-Otto Apel, seria uma "ética da responsabilidade" (Ibidem, p. 265) que se articula através da interação social, a qual possibilita "as condições de existência da comunidade ideal com a comunidade real". (APEL, p. 94). Assim, o que surgiu de forma abstrata, aqui se tem como comunidade ideal, mas ao se vincular essa com a comunidade real criam-se alternativas para processo de inclusão, por meios de participação coletiva. E por essa expectativa, os novos movimentos sociais encaram a política como atividade fundamental e que transcende o Estado, revigorando a participação ativa e efetiva de todos os cidadãos no âmbito da sociedade civil, na emergência de uma nova cultura política, e que refletem a preferência de uma participação coletiva não-institucional, sem hierarquias. (LUCAS, 1991, p. 53-88).

Esses novos movimentos sociais possuem, dentre outras características, a de serem, conforme Maria Gohn (1997, p. 122), "sujeitos difusos, não-hierarquizados, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos", nessa acepção, construindo instrumentos de promoção da inclusão social:

No plano da cultura, para além da defesa das identidades, passa-se a um discurso da valorização da **alteridade** e da **reciprocidade nas trocas**. Duas possibilidade se colocam nesse processo interativo: a da hibridação cultural, através de sincretismos, ecumenismos etc.; e de formação de um novo movimento cidadão sob a forma de redes interculturais, onde a complementariedade se constrói a partir do respeito às diferenças, não se impondo uma uniformização no trabalho cooperativo. (SCHERER-WARREN, 1993, p. 119, grifo nosso).

No que tange ao presente tópico ter se iniciado com uma indagação – *por que (não) inclusão?* –, o objetivo em seguida foi delimitado: trazer ao contexto a necessidade de um pensamento participativo/inclusivo como escopo do processo democrático, e sob o aspecto de uma valoração efetiva e ativa do coletivo. Tal imperativo se evidenciou, conforme desenvolvido durante a construção teórica, em face da complexidade moderna, e a *liquidez* provocada e difundida nos grupos sociais, convertendo-os em substratos individuais, sem possibilidade de uma estruturação organizada coletiva.

Considerações finais

Buscando-se (re)pensar o espaço público sob o *viés* de instrumento do exercício democrático contemporâneo, primeiramente provocou-se a discussão sobre o olhar dispensado à democracia na contemporaneidade, refletindo-se principalmente sobre as circunstâncias dos espaços democráticos, nesse sentido, sob embasamento crítico argüiu-se sobre a necessidade de ampliação dos processos democráticos, muito além do pensado e efetivado, buscando-se, nessa conjetura uma *democracia de alta intensidade*, conforme a construção teórica de Boaventura de Sousa Santos. (2007, p. 83).

Em um segundo momento, analisou-se a democracia em meio à liquidez moderna, conflitando o aduzido por Zygmunt Bauman (2007) e a sociologia das ausências argüida por Boaventura de Sousa Santos (2007). E, nessa problemática, constatou-se que as expectativas pensadas pela modernidade reverteramse num contexto de constantes alterações, modificações, fora das condições sociais e, assim, não tornado cada vez mais o coletivo em um individualismo egocêntrico. Além disso, a *ausência* é justamente a impossibilidade de compreensão, o não compreendido por não se conhecer, interpretar.

Por fim, ponderou-se sobre a compreensão do espaço público, enfatizando o pensamento jurídico tradicional, centrado num senso comum teórico e prático, limitando os meios de participação e inclusão, fortificando um processo de exclusão. Sob perspectiva de transformação, trouxe-se ao texto o pensamento sob um *viés* participativo/inclusivo, almejando a desfragmentação da sociedade através de alternativas de inserção coletiva e interativa.

Concluiu-se, dessa forma, que a compreensão do espaço público, manipulada e sem possibilidade (até então) de interpretação dos agentes coletivos, tornou-se instrumento para o exercício participativo, figurando como alternativa para a inércia democrática instaurada. Da mesma forma, passa-se a pensar o espaço público democrático através de um círculo, movido por uma engrenagem em que Estado e sociedade se movimentam através do princípio da comunidade e da solidariedade, fomentando um meio de alteridade.

REFERÊNCIAS

APEL, Karl-Otto. Estúdios éticos. Barcelona: Alfa, 1986.

ARISTÓTELES. **Política**. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor. n. 61. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: lorge Zahar, 2000.

_____. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France. Trad. Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. Estudos de teoria política. 3. ed. Trad. George Sperber e Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Livro 1. Petrópolis: Vozes, 1995.

LECHNER, N. Los pátios interiores de la democracia. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

LUCAS, Doglas César. Hermenêutica filosófica e os limites do acontecer do direito numa cultura jurídica aprisionada pelo "procedimentalismo metodológico". In: LUCAS, Doglas César (Org.). **Olhares hermenêuticos sobre o direito:** em busca de sentido para os caminhos do jurista. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. Os novos movimentos sociais contribuindo para a afirmação democrática do Direito e do Estado. **Revista Direito em Debate,** Unijuí, v. 1. n. 1, p. 53-88, out. 1991.

MACPHERSON, C. B. **The real world of democracy.** CBC Massey Lectures Series. New York: Pub Group West, 1998.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. rev. e mod. pelo autor 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonadro. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SEN, Amartya. **Democracy as a universal value.** National Endowment for Democracy, 1999. Disponível em: http://muse.jhu.edu/demo/jod/10.3sen.html>. Acesso em: 21 nov. 2007.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. **Pensar é pensar a diferença**. Filosofia e conhecimento empírico. Ijuí: Unijuí, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Democracy, capitalism and transformation**. Lecture at Documenta 11. Viena, 16 de Março, 2001. Disponível em: http://www.binghamton.edu/fbc/iw-vien2.htm. Acesso em: 20 nov. 2007.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução geral ao direito II:** a epistemologia jurídica da modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico:** projeção de um marco de alteridade. 3. ed. São Paulo: Afla-Omega, 2001.

ZAMBAM, Neuro. Democracia – um viés privilegiado na busca da justiça. In: TES-TA, Edimárcio et al. (Org.). **Epistemologia, ética e hermenêutica**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

Risco e precaução no direito ambiental

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger*, Tiago Schneider de Jesus**

Resumo: Este artigo trata da relação existente entre o risco na sociedade e o princípio da precaução, a partir da evolução da sociedade industrial até a contemporaneidade, em que os riscos assumiram relevância frente à evolução científica e tecnológica. Os problemas ambientais, antes tidos como inerentes ao desenvolvimento, tomaram proporções gigantescas, desrespeitando os limites temporais e espaciais e tornando desacreditados os conhecimentos que a racionalidade científica possibilitou. Diante disso, o princípio da precaução, adotado pelo direito ambiental, tem um papel de orientar a tomada de decisões dos governos, das organizações civis e das pessoas, no sentido de evitar ações em que os resultados sejam incertos e possam causar danos maiores ao meio ambiente e à qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Sociedade de risco. Princípio da precaução. Meio ambiente. Sustentabilidade.

^{*} Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; professora dos Programas de Mestrado em Direito Ambiental e Relações de Trabalho da Universidade de Caxias do Sul – UCS e do Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí; professora pesquisadora do Grupo de Pesquisa no CNPQ – Direito, Meio Ambiente e Desenvolvimento; pós-doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; vinculada ao Grupo de Pesquisa em Antropologia Jurídica. E-mail: <rsberguer@unijui.edu.br>.

^{**} Advogado; mestrando em Direito Ambiental pela Universidade de Caxias do Sul – UCS; especializando em Direito Ambiental pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí; bolsista CAPES. E-mail: <tiagosj@yahoo.com>.

Abstract: This article deals with the relationship between the risk in the society and the precautionary principle, from the evolution of industrial society to the contemporary, in which the risks assumed relevance front of the scientific and technological developments. Environmental problems, first considered inherent in the development, took huge proportions, disregarding the espacial and temporal limits and become discredited the knowledge that enabled scientific rationality. Therefore, the precautionary principle, adopted by the environmental law has a role to guide the decision-making of governments, civil organizations and persons, in order to prevent actions in that the results are uncertain and may cause greater damage to the environment and to the quality of life the population.

Keywords: Risk society. Precautionary principle. Environment. Sustentability.

INTRODUÇÃO

O ser humano percorreu nos dois últimos séculos o período de maior avanço científico e tecnológico de sua história. Os meios de produção foram aperfeicoados, substituindo em diversos casos a mão-de-obra humana. No campo da ciência, a medicina produziu resultados significativos na busca pela cura de doencas, além dos avanços na biogenética. Além disso, o homem jamais teve tantas informações a respeito do que ocorre ao seu redor como possui hoje. No entanto, em meio a esses avanços, nunca a espécie humana sentiu-se tão ameaçada por causas que o próprio ser humano produziu, os quais, em grande parte, relacionam-se a riscos ambientais ligados à destruição dos recursos naturais. Ao mesmo tempo em que o homem foi aumentando seu campo de conhecimento e de atuação, também foi destruindo cada vez mais o único recurso capaz de lhe garantir uma vida saudável e com qualidade: o meio ambiente. Essa destruição fez com que aquele passasse a conviver com graves ameaças que colocam em risco sua própria existência. Os danos ambientais vão produzindo cicatrizes sobre a terra, deixando muitas vezes, feridas, que tendem a aumentar cada vez mais. A poluição dos rios, a destruição das matas, a extinção de animais, o uso descontrolado de agrotóxicos, a contaminação radioativa, o superaquecimento, são algumas dessas feridas. Muitas poderão cicatrizar se forem tratadas a tempo. Outras, porém, poderão tomar proporções irreversíveis, causando sérios estragos à vida do homem.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a analisar como estes riscos podem ser evitados, se é que isto é possível, alicerçado pela da teoria do risco, desenvolvida por Ulrich Beck, bem como apreciar estes resultados sob o ponto de

vista jurídico da interpretação do princípio da precaução, como argumento fundamental na defesa do meio ambiente, e sua relação com o futuro que é destinado às próximas gerações.

1 A percepção do risco e os problemas ambientais no tempo e no espaço

O ser humano vive, em sua curta trajetória na terra, um momento ímpar. Em nenhum momento da história o homem dispôs de um conjunto tão grande de condições que lhe oportunizasse o desfrute de uma vida absolutamente aprazível. O avanço da medicina possibilitou que inúmeras doenças, há bem pouco tempo atrás consideradas grandes ameaças à própria existência da sociedade, fossem erradicadas, como a varíola e a gripe espanhola, no início do século passado, e a própria Aids, que hoje pode ser controlada através do uso adequado de um coguetel de medicamentos. Essas doenças mataram pelo mundo, milhões de pessoas, sem escolher famílias, grupos sociais, raça ou religião. Atualmente, afora alguns tipos de vírus mutantes, existem poucas moléstias que podem afetar a vida do homem a ponto de dizimar populações inteiras, antes de serem controladas a tempo. Tal controle sobre determinadas doenças se deve, principalmente, a fatores como o crescimento das condições de saneamento, principalmente pelo tratamento de esgoto e o acesso à água potável, possibilitando que as pessoas evitem o contato com ambientes insalubres, bem como um maior acompanhamento da natalidade, aumentando assim o número de nascidos vivos e de sobrevivência na infância, fazendo com que, em muitos países, a mortalidade infantil não represente mais um problema social. Além disso, o avanço da medicina pela descoberta de vacinas eficazes e a disseminação desse tratamento na população contribuíram para que as pessoas pudessem ter vidas mais longas e saudáveis, aumentando os índices de longevidade.

Entretanto, todos os avanços relatados acima não impedem que oito milhões de pessoas morram por ano em todo o mundo, porque "[...] são pobres demais para permanecer vivas." (SACHS, 2005, p. 27). Apesar de a Aids não ser mais um grande problema para as pessoas infectadas, já que estas podem levar uma vida relativamente normal (se utilizarem os medicamentos adequados ao tratamento), milhares de pessoas padecem diariamente porque não possuem condições financeiras de arcar com este custo ou porque os governos de seus países dependem exclusivamente da ajuda internacional para resolver problemas relativos à saúde. Além da Aids, outras doenças crônicas como a malária e a tuber-

culose, controladas na maior parte do mundo, são causadoras de inúmeras mortes nesses mesmos países pobres, por falta das mínimas condições sanitárias capazes de evitá-las, como um simples mosquiteiro ou uma cobertura impermeável sobre as casas de barro.

A realidade, muitas vezes desconhecida pelos detentores do poder econômico, mostra que, apesar de toda a evolução tecnológica e científica, em determinados lugares, as pessoas morrem de Aids por não possuírem a quantia diária de um dólar para cobrir as despesas com o tratamento. No Malaui, um pobre país africano, numa cidade chamada Blantyre, uma história comum àquele povo é descrita por Sachs, ao relatar uma conversa com um médico de um pequeno hospital da cidade que, apesar das poucas condições que possuía, mostrava-se esperançoso em levar o tratamento ao maior número possível de pessoas:

No momento em que seu relato está nos encorajando, o médico se levanta e sugere que visitemos a enfermaria, que fica do outro lado do corredor. *Enfermaria*, na verdade, é um eufemismo chocante, porque não se trata de forma alguma de uma enfermaria. É o lugar onde os malauianos vão morrer de Aids. Não há medicamentos ali. Uma placa anuncia que a sala tem capacidade para 150 leitos. Há 450 pessoas na enfermaria, que são enfiadas em 150 leitos, com três pessoas em cima ou ao redor deles. Na maioria dos casos, duas pessoas estão deitadas cabeça com pé, pé com cabeça — estranhos que partilham o mesmo leito de morte. Ao lado ou embaixo da cama há alguém no chão, às vezes literalmente no chão, às vezes sobre um pedaço de papelão, morrendo.

A sala está cheia de gemidos. Trata-se da câmara mortuária onde, nesse dia, três quartos ou mais das pessoas estão no último estágio da Aids, sem medicamentos. Membros da família estão sentados junto ao leito, umedecendo lábios secos e observando morrer seus entes queridos. O mesmo médico que trata os pacientes do outro lado do corredor é o encarregado desse serviço. Ele sabe o que poderia ser feito. Ele sabe que cada um desses pacientes poderia se erguer do leito de morte se pudesse pagar US\$ 1 por dia. Ele sabe que o problema é simplesmente que o mundo acha apropriado virar a cara enquanto centenas de malauianos pobres morrem diariamente em conseqüência da miséria. (2005, p. 34-35).

Infelizmente, os avanços conquistados pelo homem não foram capazes de evitar este tipo de situação, em que seres humanos se submetem, diariamente, a conviverem com o risco da morte, por não possuírem condições financeiras mínimas de realizarem determinadas transformações em suas vidas que lhes pudessem evitar esse sofrimento. Então, de que basta tamanha evolução se não

são resolvidos problemas crônicos como a fome e a miséria? Seria este o melhor tipo de evolução para a humanidade: desfrutar de possibilidades reais de uma vida absolutamente agradável em detrimento da sobrevivência de uma grande parcela da população? Evidentemente, a modernidade possibilitou uma melhora considerável nas condições de vida das pessoas, entretanto, não evitou que outras tantas milhões ficassem à margem dessa evolução, excluídas socialmente da estrutura formada pela redução das distâncias entre os povos, através do desenvolvimento dos mercados mundiais, capazes de determinar o padrão de consumo de grande parte da população humana. Por sua vez, este modelo de consumo vem demonstrando ser, decididamente, incompatível com uma nova pretensão de desenvolvimento, em que sejam respeitados os recursos naturais por seu valor intrínseco e não, simplesmente, pelo montante financeiro que podem gerar ao homem.

Os acontecimentos que antes eram locais e centralizados hoje são globais, permitindo que um número maior de pessoas participe do processo evolutivo, mas este número é incomparavelmente menor que as chances das pessoas de acenderem aos primeiros degraus do desenvolvimento econômico. Este mal, potencializado na Idade Moderna pela produção em escala, pela busca por mercados consumidores, pela substituição de valores morais e éticos por valores criados a partir do acúmulo de capital, puseram o ser humano em estado de permanente risco, já que seus atos têm reflexos não só nos âmbitos regionais mas em níveis mundiais. Este risco, inerente ao momento histórico atual, é tratado por Ulrich Beck, em seu livro *La sociedad del riesgo*. Beck afirma, a respeito dos riscos da modernização, que:

Así pues, los riesgos y peligro de hoy se diferencian essencialmente de los de la Edad Media (que a menudo se les parecen exteriormente) por la *globalidad* de su amenaza (seres humanos, animales, plantas) y por sus causas *modernas*. Son riesgos de la *modernización*. Son un producto global de la maquinaria del progreso industrial y son agudizados *sistemáticamente* con su desarrollo ulterior. (2002, p. 28).

Dessa forma, percebe-se que, ao mesmo tempo em que a modernidade possibilitou que parte da população vivesse mais e melhor, também ampliou as possibilidades de acontecimentos mundiais nocivos à sociedade mundial, como catástrofes ambientais e sociais, decorrentes da exploração e utilização desmedida do meio ambiente para fins simplesmente econômicos. Além disso, diferentemente dos riscos sociais, que estão localizados, na sua maior parte, em países pobres, principalmente no continente africano, merecendo ações pontuais, os riscos ambientais não escolhem lugar para acontecer, não são delimitados por

fronteiras geográficas e nem respeitam a soberania e o poderio bélico das nações. Esses riscos iminentes podem ocorrer em qualquer lugar do planeta e seus efeitos são capazes de dizimar populações inteiras, com características distintas, sejam elas participantes ou não das causas que determinam as reações da natureza.

Nesse sentido, Beck afirma que possíveis catástrofes ambientais decorrentes da exploração desregrada dos recursos naturais demonstram duas coisas:

[...] primero, que los riesgos de la modernización se presentam de una manera universal que es al mismo tiempo específica e inespecífica localmente; y segundo, cuán incalculables e impredecibles son los intrincados caminos de su efecto nocivo. (2002, p. 34).

Do mesmo modo que não respeitam o espaço, os riscos ambientais também não limitam-se no tempo, podendo causar danos à geração atual e estender-se às gerações futuras, com muito mais intensidade. Os efeitos intergeracionais dos riscos são incalculáveis e dificultam a identificação de medidas que possam mitigá-los. Tais riscos expõem a sociedade a uma nova crise, pois o conhecimento até então acumulado não tem sido suficiente para detectar as causas e as conseqüências de alguns problemas ambientais.

Até pouco tempo atrás, a racionalidade científica era responsável por produzir um sentimento de tranquilidade nas pessoas, já que era possível demonstrar o nexo causal dos acontecimentos provocados pelo homem e pela natureza, através de métodos racionais de cálculo e controle. O desenvolvimento de instrumentos de percepção e de compensação destes riscos os tornava aceitáveis, bem como o costume e a exposição da sociedade a situações de ameaça eram admissíveis, pois resultavam de um nível de desenvolvimento que permitia melhores condições de vida. Assim, segundo Demajorovic (2003), pode-se afirmar que os atuais riscos ambientais apresentam três características fundamentais: não limitam-se no tempo e no espaço, inibem a identificação do nexo causal entre os danos e sua origem e, muitas vezes, não podem ser compensados.

Percebe-se, daí, que eventos originários da ação do homem sobre a nature-za são imprevisíveis quanto a seus efeitos, muito embora, atualmente, a ciência, amparada pela tecnologia, consiga detectar com alguma antecedência tais eventos. Entretanto, essa detecção não inclui o risco de acidentes atômicos, radioativos ou mesmo aqueles danos causados em razão da utilização continuada de agrotóxicos que, por sua vez, ocasionam a contaminação de rios e fontes de água e de animais e seres humanos.

Algo que pode ser verificado nesse contexto é o fato de os riscos que envolvem a utilização irracional do meio ambiente colidirem frontalmente com os interesses econômicos que essa exploração compreende. Os maiores beneficiados na apropriação dos bens ambientais serão também os maiores prejudicados se ações de proteção ao meio ambiente forem deflagradas e seguidas de forma a combater os riscos desta utilização. Empregar racionalmente os recursos naturais pressupõe também diminuir as distâncias entre as classes sociais, proporcionando a todos oportunidades iguais de educação, saúde e moradia. Por sua vez, esta homogeneização necessita que os grandes detentores do capital financeiro mundial cedam um pouco e tornem suas empresas mais sociais e menos lucrativas, isto é, que seus donos sejam menos gananciosos, buscando acumular o suficiente para que possam proporcionar vidas saudáveis aos seus, sem que com isso explorem financeiramente empregados, consumidores e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, dependem da empresa para viverem.

Por outro lado, não basta que os grandes monopólios internacionais mudem suas atitudes em relação ao mercado. Os próprios consumidores precisam acordar do sonho eterno de que tudo é possível enquanto há recursos financeiros. As pessoas precisam entender que o consumo consciente deve anteceder o consumo ditado pelas regras do mercado. Os bens adquiridos devem ser duráveis e não de uso imediato ou, em o sendo, precisam, de alguma maneira, ser reaproveitados ou, mesmo, reciclados. Dessa forma, a natureza terá mais tempo para recompor-se dos danos sofridos, possibilitando que os riscos inerentes ao seu uso descontrolado sejam diminuídos.

Com relação aos bens de consumo, o papel social a pouco referido não deve ser imposto somente a quem oferece um produto, mas também para quem o adquire. Com razão, Baumann faz referência à sedução que os mercados exercem sobre os consumidores, porém, diz ele: "[...] para fazê-lo, ele (mercado de consumo) precisa de consumidores que queiram ser *seduzidos*." (1998, p. 92). Verifica-se, assim, que a busca por uma sociedade com menos riscos perpassa uma sociedade mais consciente de seu papel frente aos problemas ambientais, em que seja possível conviver harmonicamente com o mundo globalizado, sem que, com isso, se desvie o olhar para os problemas locais e regionais.

Os riscos produzidos pela modernização podem gerar, além de danos reais à população, danos ao sistema financeiro, de um modo geral, pois, no momento em que crises ambientais de efeitos mundiais começarem a se concretizar, possivelmente os mercados se abalarão a ponto de aquelas empresas etiquetadas por sua falta de responsabilidade ambiental sejam banidas forçadamente dos meios de produção, independentemente de sua localização pois, diante de um merca-

do de consumo globalizado, também as reações deste à produção ambientalmente ineficiente serão globais.

Além do que, o uso do meio ambiente sem uma preocupação com a recuperação dos recursos utilizados faz com que os resultados obtidos a partir deles não possam ser repetidos, quando esgotados. Com a escassez de matéria-prima, os preços oferecidos a determinados produtos aumentarão de maneira tal que determinadas empresas se tornarão inviáveis financeiramente. Esse é um risco que aqueles que exploram irracionalmente os recursos naturais correm e que, por afetar o setor econômico, pode obrigá-los a mudar de atitudes. Nesse sentido, Beck afirma que: "[...] todo lo que amenaza a la vida en esta Tierra amenaza también a los intereses de propiedad y comercialización de quienes viven de que la vida y los medios de vida se conviertan en mercancía." (2002, p. 45).

Percebe-se, portanto, que não basta que as grandes corporações multinacionais modifiquem sua relação com o mercado consumidor nem mesmo que as pessoas deixem de comprar produtos nocivos ao meio ambiente, para serem percebidos resultados benéficos à recuperação da natureza. É preciso mais. É necessário que sejam revistos conceitos básicos que norteiam a sociedade na busca por vidas melhores, mas que no fundo possuem um caráter meramente econômico, como desenvolvimento, bem-estar, necessidades. Além disso, valores esquecidos pela sociedade como honestidade, solidariedade e respeito devem retornar ao vocabulário e ao costume das pessoas, haja vista que enquanto a vida estiver baseada em interesses como o lucro e o poder, não será possível mudanças na distribuição social das riquezas nem no comportamento egoísta de muitas pessoas.

A sociedade possui, portanto, problemas comuns que não são determinados pelos limites de suas fronteiras. São problemas históricos (que confundem-se com a evolução mercantil) do homem na modernidade e que estabeleceram uma nova relação entre este com a natureza, tornando-o o centro de tudo, relação totalmente diferente da que existia nos primórdios da existência humana quando a natureza, além de proporcionar os recursos necessários a sua sobrevivência, era considerada parte da vida do homem, sendo respeitada e reconhecida por isto. O ser humano conseguiu algo inimaginável há alguns séculos atrás: expropriar o meio ambiente a ponto de enfrentar o risco da aniquilação de sua própria espécie, fosse mediante desastres ambientais, fosse por guerras ou por acidentes nucleares. O fato é que o homem encontra-se preso a sua própria armadilha. Isso pressupõe que, ou são tomadas atitudes de impacto no comportamento da sociedade frente à utilização dos recursos naturais ou, inevitavelmen-

te, carregar-se-á o fardo da supressão da dominação humana sobre o planeta pela própria vingança deste contra o homem.

2 O princípio da precaução no direito ambiental

O ser humano não atingiu o momento atual de iminência do risco ambiental por acaso. Nos últimos dois séculos, principalmente após a Revolução Industrial, suas ações foram pautadas sobre uma ideologia de mercado, estimulada pela idéia ilusória de que os bens oferecidos pela natureza eram inesgotáveis. Realmente, no momento histórico do período inicial do processo de industrialização, as necessidades humanas eram limitadas, incomparavelmente menores que as que se tem hoje. A própria quantidade de habitantes da terra era inferior: cerca de 1 bilhão e 900 milhões de pessoas no início do século XIX, ou seja, três vezes menos que a população atual, que já ultrapassou a casa dos 6 bilhões de pessoas.

Além disso, as distâncias entre ricos e pobres eram muito menores que a distância que há hoje. Em 1820, os mais ricos habitantes do Reino Unido possuíam cerca de quatro vezes mais renda *per capita* que os habitantes da África (região mais pobre do planeta, naquela época e ainda hoje). Atualmente, a renda média americana é quase vinte vezes maior que a renda da mesma África. Levando-se em conta que as classes mais pobres da época tinham semelhanças às atuais em relação à renda *per capita*, pode-se presumir que, portanto, as pessoas não tinham tantos recursos financeiros e, obviamente, consumiam menos, ao contrário do que ocorre hoje, quando o consumo é muito maior do que a natureza é capaz de suportar. (SACHS, 2002). Também, a quantidade de bens de consumo existentes naquele período era infinitamente limitada se comparada aos níveis atuais, além de a produção destes exigir uma matéria-prima mais rudimentar, que não dependia tanto de materiais fósseis (como no caso dos combustíveis e dos plásticos, à base de petróleo), tornando sua utilização menos agressiva ao meio ambiente.

Tais dados demonstram que, considerando-se determinados fatores inerentes ao processo produtivo bem como a situação econômica e social da população, no início da fase industrial moderna, o homem não tinha preocupação com os resultados de suas ações sobre o planeta. Ademais, mesmo que tivesse, essa preocupação surtiria poucos efeitos práticos naquele contexto, porque, com a abundância de recursos naturais, a natureza tinha uma capacidade maior de regeneração, o que, de certa forma, autorizava a fruição do homem sobre os bens naturais.

Dentre todos os fatores que influenciavam o comportamento do homem na época, talvez o que mais tivesse peso era o fato de o ser humano desconhecer os efeitos que o desequilíbrio ambiental tem sobre a qualidade de vida das pessoas. Possivelmente por dois motivos principais: primeiro, porque a preocupação com padrões de qualidade de vida ter pouca significância na época, sendo impossível, por exemplo, utilizá-la como critério para relacionar os padrões de vida dos países ricos de hoje com o estilo do início da Revolução Industrial, em razão das novas descobertas proporcionadas pela evolução científica e tecnológica que se seguiram e, segundo, porque não havia conhecimento suficiente que demonstrasse que o meio ambiente estaria sendo agredido de maneira a influenciar nesta qualidade de vida.

Diante da ínfima preocupação com o meio ambiente, também a discussão quanto à utilização de mecanismos preventivos era insuficiente. Obviamente, se haviam poucos problemas ambientais diagnosticados, a precaução não era exigida, pelo menos não a ponto de serem tomadas medidas em escala global. Entretanto, quando os problemas ambientais tornaram-se ameaças diretas à própria humanidade, a precaução passou a ser considerada sob uma nova perspectiva, tornando-se determinante na amenização dos riscos ambientais, pois exige um novo padrão de comportamento dos homens frente a acontecimentos que podem comprometer a própria existência humana no planeta Terra.

A precaução, enquanto princípio, está presente no meio jurídico como um dos princípios de maior relevância à prática da preservação ambiental. Segundo Derani, ele corresponde à "essência do direito ambiental". (2001, p. 169).

Etimologicamente, "[...] precaução é substantivo do verbo precaver (do latim *prae* = antes, e *cavere* = tomar cuidado) e sugere cuidados antecipados, cautela para que uma atitude ou ação não venha resultar em efeitos indesejáveis." (MILARÉ, 2000, p. 102). Superficialmente, o sentido desse princípio não foge à origem da palavra, porque o cuidado será sempre requisito fundamental para a efetivação da precaução, entretanto, no direito ambiental, ocorrerá o caminho inverso ao do significado posto, pois se precisa tentar verificar as motivações pertinentes a essa preocupação, anterior a algum tipo de ameaça que pode ou não se concretizar. Reconhecidamente, tomou corpo com a declaração elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, no seu princípio 15, o qual consta que:

De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica abso-

luta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental. (apud SAMPAIO, 2003, p. 64).

Esse princípio pressupõe um grau mínimo de sensibilidade quanto às medidas que podem ser tomadas com ações em que não se sabe, com segurança, o resultado. Trata-se de resguardar-se de efeitos indesejáveis que possam vir a prejudicar a qualidade de vida do ser humano e que não são ao certo sabidos. A precaução caracteriza-se, nesse sentido, como sendo o tratamento dado ao que é desconhecido, imprevisto e, portanto, se concretizado, mais difícil de ser superado, haja vista que as soluções também possam ser desconhecidas.

Na interpretação de Wold, "Assim, pode-se dizer que o princípio da precaução deve ser aplicado quando houver incerteza científica sobre a plausibilidade da ocorrência de danos ambientais graves." (2003, p. 17). Entende-se, então, que a precaução exige prudência, cautela no tratamento de questões que possam vir a causar seqüelas danosas ao meio ambiente, ainda que isto não possa ser comprovado cientificamente.

Na sociedade de risco, o princípio da precaução adquire grande relevância em razão das incertezas provocadas pela atuação do homem sobre o meio ambiente. Até pouco tempo atrás, acreditava-se nas informações produzidas pela ciência, atribuindo-se a elas o caráter de absolutas. A racionalidade permitia que os critérios técnicos e científicos aplicados às atividades humanas fossem considerados confiáveis a ponto de não gerar qualquer tipo de questionamento sobre resultados não pretendidos. Entretanto, diante dos repetidos desastres ambientais ocorridos pelo mundo, a confiança outrora inquestionável, foi substituída pela insegurança. Muito embora a quantidade e a qualidade do conhecimento tenham, teoricamente, aumentado, e não foram suficientes para tornar a sociedade contemporânea mais segura, pelo contrário, acabaram tornando suas fontes desacreditadas, pois os novos problemas exigiam, além da cientificidade, a aplicação de preceitos morais e éticos, embasados em nova racionalidade fundamentalmente ambiental.

Os riscos atualmente admitidos poderiam ter sido evitados ou, ao menos, amenizados, se o ser humano tivesse sido mais consciente e menos egoísta na exploração dos recursos naturais. O princípio da precaução, nesse sentido, adquire o viés de referir-se diretamente ao futuro e às ameaças cada vez mais perceptíveis que o acompanharão, exigindo ações concretas no presente de forma a garanti-lo para as futuras gerações. Assim, a precaução constrói-se como um sentimento de proteção de um futuro comum, em que os riscos, apesar de projetarem-se com uma intensidade supostamente maior sobre os bens ambientais, não

ameaçam somente a estes, isoladamente. Sobre isso, Beck afirma que: "Los problemas del medio ambiente *no* son problemas del entorno, sino [...] problemas *sociales*, problemas del ser humano, de sua história, de sus condiciones de vida, de su referencia al mundo y a la realidad, de su ordenamiento econômico, cultural y político." (2002, p. 40).

Ainda, a consciência quanto aos riscos atinge graus diferentes quando dirigida a classes diferentes, mesmo que estas sejam ameaçadas de forma idêntica. A precaução é, assim, aplicada conforme a percepção que as pessoas têm dos riscos, tornando-a diretamente dependente deste grau de consciência. Por tal razão, se os riscos deixarem de ser hipóteses e tornarem-se concretos, atingirão diferentemente a sociedade.

Nesse sentido, o bem ambiental possui uma peculiaridade que o coloca numa posição especial entre os bens defendidos juridicamente. Assim como a vida do homem, que não pode ser substituída, o meio ambiente também não pode ser fielmente reproduzido, por possuir características específicas. Ainda que, em longo prazo, seja possível atingir um grau de recuperação semelhante ao do ambiente anterior, as conseqüências relacionadas às vidas afetadas por essa degradação jamais serão superadas, quer dizer, ao suprimir uma mata ou contaminar um rio, mesmo que a mata volte a crescer e o rio venha a ser despoluído, ainda assim não se conseguirá retornar ao *status quo ante*, resultando que, tanto a mata como o rio e os seres a eles vinculados, jamais serão os mesmos.

Dessa forma, verifica-se que o homem ainda trilha um caminho um tanto desconhecido, onde não existem conseqüências concretas de seus atos, mas probabilidades, o que torna certas ações, relacionadas ao meio ambiente, altamente arriscadas, pois podem vir a prejudicar a vida do ser humano. Essas projeções definem os rumos e as atitudes que devem ser tomados pelo homem e deveriam embasar qualquer tipo de decisão que recaísse sobre o meio ambiente, entretanto, como muitas delas exigem a desaceleração do processo econômico, elas são desconsideradas.

No campo do risco, a análise das conseqüências das atitudes do homem é imprescindível para que sejam escolhidos os caminhos mais prudentes na administração dos recursos ambientais. Muito embora ainda não se tenha conhecimento de todos os resultados potenciais dessa relação, é possível projetar seus riscos. Nesse sentido, Beck afirma que:

Así pues, el debate sobre ele futuro se basa en una *variable proyectada*, en un *causa proyectada* de la actuación presente (personal y política) cuya relavancia y significado crecen de una manera directamente proporcional a su incalculabilidad y

a su contenido de amenaza; una causa que proyectamos (que tenemos que proyectar) para determinar y organizar nuestra actuación presente. (2002, p. 40).

Constata-se, portanto, que o princípio da precaução é um dos elementos mais importantes no direito ambiental, por tratar das ações humanas antes de seus resultados, permitindo que muitas conseqüências negativas ao meio ambiente e à qualidade de vida do ser humano venham a ser evitadas.

Considerações finais

Os riscos tornaram-se tão normais para a sociedade contemporânea que a convivência com estes já não produz mais os efeitos que deveria produzir. A ameaça de danos irreparáveis às condições de existência do ser humano na terra parece não preocupar a humanidade ou, pelo menos, se assim acontece, não resultam em atitudes que revertam ou minimizem as conseqüências destas possíveis ameaças.

A explicação mais convincente para este comportamento reside no fato de que, muito embora, os riscos sejam iminentes e conhecidos, suas implicações são relativizadas pelo produto que emerge destes riscos, quais sejam, o desenvolvimento econômico e a produção de riquezas. A esperança em atingir um determinado nível de vida leva as pessoas a ignorarem o verdadeiro sentido de seus atos, menosprezando os efeitos que estes terão sobre a vida dos demais seres humanos.

Assim, por mais aparentes que possam ser os riscos a que o homem está sujeito, eles não são levados em conta no campo prático. São deixados no campo teórico, como se o que colocam não fosse possível de se concretizar ou, ainda sendo possível, talvez a sociedade esteja aguardando que aconteçam, para depois tomar algum tipo de providência, por mais que seja tarde demais.

Diante disso, os riscos tornaram-se uma ameaça global e intergeracional, pois não respeitam os limites geográficos, nem classes sociais e nem mesmo o espaço temporal de uma geração para outra. Suas conseqüências implicam possíveis danos a toda a população, sem qualquer distinção quanto aos responsáveis por sua causa. Evidentemente que, riscos semelhantes submetidos a grupos sociais diferentes terão resultados diferentes e afetarão de forma mais incisiva as classes mais pobres, por possuírem uma consciência menor dos riscos e, por causa, disso, estarem mais expostas a estes.

A submissão da sociedade aos riscos decorre, principalmente, da pujança financeira, corrompendo princípios e valores e tornando as pessoas egoístas e

inescrupulosas. Por outro lado, a produção dos riscos na sociedade possibilita que novas formas de contemplar o mundo sejam percebidas, de maneira que, mesmo que pareça ser impossível que a curto e médio prazo se reverta o processo de degradação ambiental, ainda assim, a esperança por um meio ambiente ecologicamente equilibrado persista.

Uma nova concepção de valores, de igualdade, pode fazer parte de um caminho alternativo, entretanto, tais mudanças levam tempo e demandam que a geração que hoje agride o meio ambiente seja convencida que suas atitudes têm efeitos pessoais relativamente pequenos se comparados com o grau de nocividade que geram contra o planeta. A educação possui um papel fundamental nesse convencimento, pois tem o poder de sensibilizar as pessoas, sejam elas crianças ou adultos, de que somente o respeito ao meio ambiente é capaz de proporcionar vidas mais saudáveis, demonstrando também que é perfeitamente possível conciliar desenvolvimento com a utilização racional dos recursos naturais.

Por fim, é imperativo que o respeito ao princípio da precaução torne-se um dos instrumentos mais importantes na busca pela redução dos riscos, permitindo a antecipação de ações frente aos problemas ambientais e concedendo-lhe um caráter único em relação aos demais princípios do direito ambiental, pois exige a análise holística da situação contemplada, valendo-se de fundamentos éticos e morais até a utilização de critérios científicos para fundamentar as decisões.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, Sérgio; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. (Orgs.). **Direito ambiental e bioética:** Legislação, educação e cidadania. Caxias do Sul: Educs, 2004.

BAUMANN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Trad. Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 2002.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental:** perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: Senac, 2003, p. 19-64, p. 137-178.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico.** 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

HAMMERSCHMIDT, Denise. O risco na sociedade contemporânea e o princípio da precaução no direito ambiental. In: **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 8, n. 31, jul./set. 2003, p. 136-156.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2000.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza:** como acabar com a pobreza mundial nos próximos 20 anos. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, José Adércio Leite. A constitucionalização dos princípios de direito ambiental. In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. **Princípios de direito ambiental:** na dimensão internacional e comparada. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

WOLD, Chris. A emergência de um conjunto de princípios destinados à proteção internacional do meio ambiente. In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. **Princípios de direito ambiental:** na dimensão internacional e comparada. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Seção III

Contábeis

Análise do comportamento dos preços no primeiro dia de negociação das empresas estreantes na Bovespa no triênio 2004-2006

Julio Cesar Cuter

Identificação dos custos ambientais na unidade industrial de Passo Fundo da empresa Bünge Alimentos S.A.

Elisangela N. Brandli, Adalberto Pandolfo, Renata Reinehr, Jalusa Guimarães, Gustavo L. Brandli

Serviço bancário satisfação e fidelização do cliente

Isabel Cristina Losch, Viviane Rossato Laimer



Resumo: O principal objetivo deste trabalho é analisar as ofertas públicas realizadas entre 2004 e 2006 na Bolsa de Valores de São Paulo, e verificar se existe uma tendência de subavaliação dos preços iniciais estabelecidos nos *bookbuildings* pelos coordenadores dos lançamentos e pelas empresas estreantes. Como esse triênio encerra um longo tempo sem colocações sucessivas na bolsa, o objetivo é analisar se nesta retomada, é possível confirmar a tendência constatada em períodos anteriores nos mercados locais e internacionais de valorização significativa no primeiro dia de negociação no mercado secundário. Como a amostra do trabalho é relativamente pequena se comparada aos trabalhos de referência – com 35 empresas selecionadas –, o artigo apresenta uma análise direta do desempenho das companhias estreantes comparando com o principal índice do mercado, o Ibovespa. Adicionalmente, mostra uma análise

^{*} Mestre em Economia Política pela PUC-SP; professor do Centro Universitário SENAC e profissional da Bolsa de Valores de São Paulo. E-mail: <julio.ccuter@sp.senac.br> ou <juliocesarcuter@yahoo.com.br>.

172

similar para o período que encerra o primeiro trimestre das estreantes, verificando se a tendência apresentada no primeiro dia se manteve e em que medida.

Palavras-chave: Oferta pública inicial. Sub-preço. Bovespa.

Abstract: This work intends primarily to analyze the Initial public offerings that took place between 2004 and 2006 at the São Paulo Stock Exchange, and to verify if there was any underpricing bias in the bookbuildings led out by the coordinators and the companies. As this triennium ended a long period without successive offerings at Bovespa, we want to analyze if now it is possible to confirm the trend of significant raises on the first trading day verified before in local and international markets. As the sample we took for this work – where only 35 companies were selected – is relatively small if compared to the works of reference, this paper presents a direct analysis of the performance of the IPO companies, compared to the main market index, the Ibovespa. Additionally, we do a similar analysis for the period comprising the first quarter of trading, checking if the trend verified initially was maintained or not.

Keywords: Initial public offering. Underprice. São Paulo Stock Exchange.

INTRODUÇÃO

Após um longo período com tendência de redução no número de companhias listadas, a Bovespa iniciou uma nova etapa no ano de 2004, com a retomada dos *initial public offerings* (IPO), captando naquele ano, aproximadamente R\$ 7,5 bilhões em sete operações.

A estabilização da moeda, iniciada em 1994, e a condução macroeconômica que sucedeu este processo possibilitaram o retorno do Brasil ao mercado internacional, proporcionando o crescimento do volume negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), mas não eliminou por si os problemas estruturais que tornam nosso mercado menos atrativo que outros emergentes.

A determinação do preço é a tarefa mais complexa de ser realizada por uma instituição financeira que esteja coordenando o processo de abertura de capital (ROSS; WESTERFIELD; JASSE, 2002). E conforme Casagrande Neto (1985), é o ponto que gera mais desgaste entre o coordenador do processo e a empresa. Considerando o longo período de atrofia desse tipo de operação na economia brasileira, os problemas para precificar se agigantam.

Ibbotson (1975) apontou uma defasagem de preços das empresas estreantes no mercado norte-americano, em um estudo realizado com uma amostra de 120 IPOS extraídos de um universo de 2.650 operações realizadas entre 1960 e 1969, a constatação foi de que para a amostra, a valorização média no primeiro dia de negociação no mercado secundário foi de 11,4%.

Dentre outros, Leal (1989) realizou estudo para testar a hipótese de defasagem de preços no primeiro dia de cotação no Brasil, e com uma metodologia ligeiramente diferente da utilizada por Ibbotson (1975) chegou a uma defasagem média de 50,1% para uma amostra de 79 emissões, realizadas entre 1978 e 1987 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O presente trabalho estuda o desempenho das empresas que abriram seu capital entre 2004 e 2006 pontualmente, analisando a estréia, ou seja, o primeiro dia de negociação do mercado secundário na Bovespa. O intuito, portanto, é de atualizar o estudo e verificar se com as mudanças introduzidas ao longo da última década o processo de retomada dos IPOS continua a apresentar tendência de defasagem de preços, e, em caso afirmativo, em que magnitude.

Ainda em busca da análise da performance das estreantes, será repetida a avaliação ao final de um trimestre de negociação.

1 A volta dos IPOS na Bovespa

Em 26 de maio de 2004, a Natura Cosméticos S/A estreou no novo mercado da Bovespa fazendo uma colocação secundária, a operação resultou em mais de 5 mil novos acionistas para a companhia, esta operação teve grande impacto e acabou servindo como um marco efetivo das retomadas de IPOS no Brasil, conforme Quadro 1. Antes de finalizar o ano, foram realizadas mais 6 operações, todas com grande sucesso do ponto de vista de captação de recursos e participação de investidores.

Conforme determina a instrução CVM nº 168 de 23/12/1991, a estréia no mercado secundário das ações da Natura foi marcada por um leilão de 15 minutos, ao final das interferências compradoras e vendedoras, as ações foram negociadas a R\$ 40,00, representando 9,6% de aumento ante ao preço de colocação, ou reserva, que foi de R\$ 36,50. No final do dia, as ações encerraram com 15,62% de valorização.

Essa operação interrompeu um período de dois anos sem IPOS na Bovespa, a última operação havia ocorrido com a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR Rodovias) em 2002, e uma longa tendência de redução no número de companhias listadas. Entre 1994 e 2003 as empresas caíram de 584 para 410.

Em busca de desenvolvimento do mercado acionário para um público maior, e tentando de interromper a tendência de redução de participantes, a Bovespa foi a responsável por trazer para o Brasil, em 2001, o conceito de *novo mercado*¹, desenvolvido inicialmente na Alemanha em 1997, modelo que visa ampliar os níveis de *disclosure*, ampliando a proteção aos pequenos investidores. O novo mercado surgiu como um divisor de águas, estabelecendo fronteiras entre o velho e o novo (Lima et al., [s.d.]).

Seguindo o exemplo da Natura e a estratégia da Bovespa, as demais operações de abertura de capital do triênio 2004-2006 seguiram em sua maioria essa tendência de maior *disclosure*, mais de 76% das operações foram realizadas no âmbito do novo mercado (Quadro 1), apenas duas operações ou menos de 5% das colocações foram realizadas no mercado tradicional, as oito operações restantes foram submetidas às regras do nível 2 de negociação.

Outro fato relevante nesse processo recente é apontado por Ribeiro (2005), demonstrando que, após seis anos sem conseguir utilizar este veículo para realizar a saída de investimentos, desinvestimentos, em 2004, cinco das operações de IPOS apresentaram como vendedores empresas de *private equity* ou *Venture Capital*.

Quadro 1 - Empresas de listagem recente na Bolsa de Valores de São Paulo.

Empresa	Código	Data de abertura	Natureza da operação	Segmento de listagem
Natura	NATU3	26/mai/04	Secundária	Novo mercado
Gol	GOLL4	24/jun/04	Mista	Nível 2
ALL	ALLL11	25/jun/04	Mista	Nível 2
CPFL Energia	CPFE3	29/set/04	Mista	Novo mercado
Grendene	GRND3	29/out/04	Secundária	Novo mercado
DASA	DASA3	19/nov/04	Mista	Novo mercado
Porto Seguro	PSSA3	22/nov/04	Mista	Novo mercado
Renar Maçãs	RNAR3	28/fev/05	Primária	Novo mercado
Submarino	SUBA3	30/mar/05	Mista	Novo mercado
Localiza	RENT3	20/mai/05	Secundária	Novo mercado
TAM	TAMM4	14/jun/05	Mista	Nível 2
EDP	ENBR3	13/jul/05	Mista	Novo mercado

¹ A operação mencionada da CCR Rodovias, com estréia no mercado secundário em 1º/2/2002, marca a primeira operação realizada no novo mercado da Bolsa de Valores de São Paulo.

Empresa	Código	Data de abertura	Natureza da operação	Segmento de listagem
OHL	OHLB3	15/jul/05	Mista	Novo mercado
Nossa Caixa	BNCA3	28/out/05	Secundária	Novo mercado
Cosan	CSAN3	18/nov/05	Primária	Novo mercado
UOL	UOLL4	16/dez/05	Mista	Nível 2
Vivax	VVAX11	8/fev/06	Mista	Nível 2
Copasa	CSMG3	8/fev/06	Primária	Novo mercado
Gafisa	GFSA3	17/fev/06	Mista	Novo mercado
Company	CPNY3	2/mar/06	Mista	Novo mercado
Totvs	TOTS3	9/mar/06	Mista	Novo mercado
Equatorial	EQTL11	3/abr/06	Mista	Nível 2
Abnote	ABNB3	27/abr/06	Secundária	Novo mercado
CSU	CARD3	2/mai/06	Mista	Novo mercado
BrasilAgro	AGRO3	2/mai/06	Primária	Novo mercado
Lupatech	LUPA3	15/mai/06	Mista	Novo mercado
GP Investments1	GPIV11	1/jun/06	Primária	Tradicional
Datasul	DSUL3	2/jun/06	Mista	Novo mercado
MMX	MMXM3	24/jul/06	Primária	Novo mercado
Abyara	ABYA3	27/jul/06	Primária	Novo mercado
Medial	MEDI3	22/set/06	Mista	Novo mercado
Klabin Segall	KSSA3	9/out/06	Mista	Novo mercado
Santos Brasil	STBR11	13/out/06	Mista	Nível 2
M. Dias Branco	MDIA3	18/out/06	Secundária	Novo mercado
Brascan	BISA3	23/out/06	Mista	Novo mercado
Profarma	PFRM3	26/out/06	Mista	Novo mercado
Terna	TRNA11	27/out/06	Mista	Nível 2
Brasil Ecodiesel	ECOD3	13/nov/06	Primária	Novo mercado
OdontoPrev	ODPV3	1/dez/06	Mista	Novo mercado
Positivo Informática	POSI3	11/dez/06	Mista	Novo mercado
Lopes	LPSB3	18/dez/06	Secundária	Novo mercado
Dufry	DUFB11	22/dez/06	Secundária	Tradicional

Fonte: Bovespa.

Analisando o Quadro 1 é possível identificar com facilidade que a maior parte das colocações, ou 61,9%, tiveram caráter misto, ou seja, com parte dos recursos de natureza primária direcionando recursos para investimento da empresa, e parte secundária possibilitando a saída de socios-financiadores ou a diminuição da participação dos controladores.

A decisão de abrir o capital de uma empresa está atrelada às avaliações de investimento e financiamento da companhia, a estrutura de capital deve refletir a sua imagem institucional e profissionalização da gestão (CASAGRANDE NETO, SOUSA e ROSSI, 2000). Essa característica também pode apoiar empresas a procurar no ambiente competitivo do mercado de capitais combustível para novos investimentos que possibilitem competir no mercado global, com *funding* mais adequado.

Do universo de 42 operações realizadas, 7 serão excluídos da amostra, contando para análise 35 IPOS realizadas no triênio de 2004-2006.

Foram excluídas: All, Tam e Gafisa pelo fato de as empresas já possuírem um extenso relacionamento com o mercado de capitais, com títulos já negociados e até mesmo com ações listadas na Bovespa.

As colocações de BrasilAgro e Abyara não serão utilizadas no estudo em função de apresentarem um perfil mais concentrado, focando poucos investidores institucionais². Completam a lista a GP Investiments 1 e a Dufry por serem as duas únicas empresas a terem adotado no período o mercado tradicional para suas colocações.

2 Desempenho da Bovespa no triênio 2004-2006

O processo estabelecido para a formação de preços, utilizado em todas as operações recentes, é o de consulta prévia para definição do preço de subscrição, bookbuilding, este processo baseia-se na quantidade de ações que investidores estão dispostos a adquirir em diferentes preços. (LEAL e BACATER, 1992).

Os processos de *underwriting* em geral são feitos considerando os melhores esforços (GITMAN, 2002), ponderando estas características, a existência restrita de informações sobre a empresa por parte dos participantes do mercado de capitais dificulta a precificação, assim, o cenário geral é um fator importante para o sucesso das operações de abertura de capital.

² Para observações sobre investidores institucionais, ver Amaral et al. (2004)

O desempenho dos indicadores da Bolsa de São Paulo ajuda a explicar o intenso movimento de abertura de capital (Figura 1), uma vez que sinalizam claramente o movimento favorável do nosso mercado com aumento do volume negociado e a alta dos principais ativos representados pelo índice da bolsa de valores – Ibovespa.

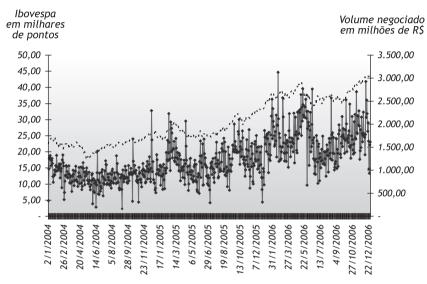


Figura 01 - Evolução da negociação: volume e índice no período 2004-2006 Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Bovespa.

A partir de diversas pesquisas em diferentes mercados é possível afirmar que existe uma relação direta e significativa entre o retorno das ações e as variáveis macroeconômicas (CAVALLARI, 2006). Conseqüentemente, podemos afirmar que as condições gerais da economia são relevantes para a realização de IPOS, sendo a retomada no triênio 2004-2006, por si, um fator positivo para a economia brasileira.

O volume negociado apresenta um acréscimo de mais de 90% no período, enquanto o índice apresentou valorização de 98%, demonstrando claramente a forte tendência de crescimento e valorização do mercado acionário brasileiro, inclusive acompanhando os principais mercados mundiais.

A performance também deve ser ligada à condução da política econômica por parte do atual governo federal, mantendo as preocupações básicas que nortearam o governo anterior, como a geração de *superavit* primário, inflação, taxas

de juros. A manutenção favorece a redução da volatilidade, melhorando a formação dos preços e melhorando os preços dos nossos ativos (ROCCA et al., 2002).

3 Desempenho dos IPOS

178

Conhecendo o bom momento que passa o mercado de capitais brasileiro, com indicadores favoráveis de volume e valorização da principal carteira representada pelo Ibovespa, e da tendência nacional e internacional de fixação dos preços de lançamento dos IPOS aquém das reais possibilidades, analisaremos o desempenho das 35 empresas selecionadas.

3.1 Metodologia adotada no tratamento da amostra

Por tratar-se de uma amostra relativamente pequena quando comparada aos estudos que serviram de guia, Ibbotson (1975) e Leal (1989), será utilizado um tratamento mais simples que os referidos estudos.

A escolha do período se deve à intensificação do processo de abertura de capital iniciado em 2004 (BOVESPA, 2005), rompendo um movimento iniciado há muito, de fechamento de companhias listadas na bolsa paulista.

Serão apresentados os desempenhos, valorizações e desvalorizações, das ações no primeiro dia de negociação, considerando o preço fixado no bookbuilding e o preço de fechamento no primeiro dia de negociação na Bovespa, para melhor elucidar e oferecer parâmetro de comparação de oscilação para a data, incluiremos a variação do Ibovespa, considerando o índice na abertura e no fechamento do pregão.

Além do desempenho no primeiro dia, será apurado o resultado entre a estréia e o 91º dia de negociação, utilizando os mesmos parâmetros, ressalta-se que a variação neste caso será do período.

Passado um trimestre de relacionamento da empresa com o mercado, prazo para o processo de estabilização dos preços, permitindo confrontar com o resultado do primeiro dia, e comparar os desempenhos.

Todos os preços foram ajustados de acordo com os proventos do período, quando assim necessário, para refletir o valor da ação com todos os direitos, sendo estes agregados ao preço de negociação, proporcionando uma melhor comparação. Quando o 91º dia coincidir com um dia em que não teve negociação no mercado, será adotado o dia útil subseqüente como referência à cotação.

3.2 Apresentação do desempenho

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos segundo os critérios adotados, apontando para uma média de valorização de 7,22% no primeiro dia de negociação, muito inferior à obtida pelos trabalhos referenciados, mas ainda muito superior ao desempenho geral do mercado, medido pelo Ibovespa no mesmo dia.

Tabela 1 - Variação das ações e do Ibovespa no 1º dia e para o período de 91º dias.

Código	Variação da ação no 1º dia	Variação do Ibovespa no 1º dia	Variação da ação no período de 91º dias	Variação do Ibovespa no período de 91º dias
NATU3	15,62%	1,11%	39,07%	22,26%
GOLL4	5,38%	-0,61%	12,91%	10,11%
CPFE3	0,06%	-0,10%	1,80%	12,62%
GRND3	12,10%	0,54%	-3,23%	4,46%
DASA3	20,00%	-0,45%	53,45%	10,81%
PSSA3	6,40%	1,71%	31,73%	11,73%
RNAR3	1,25%	-1,01%	-33,75%	-10,55%
SUBA3	0,00%	2,43%	-18,46%	-2,84%
RENT3	0,00%	-1,25%	36,43%	11,15%
ENBR3	11,17%	1,25%	33,39%	16,92%
OHLB3	1,11%	-2,69%	24,72%	14,87%
BNCA3	17,58%	0,64%	64,52%	29,83%
CSAN3	15,83%	0,05%	120,83%	23,60%
UOLL4	16,67%	0,30%	-12,22%	14,63%
VVAX11	4,68%	-0,17%	-9,57%	14,22%
CSMG3	10,61%	-0,17%	35,51%	14,22%
CPNY3	18,75%	-0,13%	-18,75%	-3,66%
TOTS3	6,25%	-2,62%	9,38%	-4,96%
EQTL11	16,97%	2,02%	8,28%	-1,57%
ABNB3	5,88%	-1,63%	-16,47%	-8,72%
CARD3	-2,78%	1,62%	-37,50%	-8,73%
LUPA3	5,95%	-2,34%	16,36%	-9,08%
DSUL3	-6,67%	0,51%	-16,11%	-1,11%
MMXM3	-0,12%	2,01%	-1,84%	10,42%

180

ódigo	Variação da ação no 1º dia	Variação do Ibovespa no 1º dia	Variação da ação no período de 91º dias	Variação do Ibovespa no período de 91º dias
MEDI3	2,79%	-0,09%	10,70%	24,48%
KSSA3	0,00%	1,23%	22,00%	14,30%
STBR11	7,61%	1,38%	17,39%	13,12%
MDIA3	0,71%	-0,54%	15,24%	11,46%
BISA3	6,25%	1,51%	5,69%	12,20%
PFRM3	14,44%	0,21%	57,78%	9,59%
TRNA11	9,05%	-0,80%	12,86%	9,37%
ECOD3	-0,83%	0,82%	-4,25%	4,27%
ODPV3	15,68%	-1,44%	46,25%	3,40%
POSI3	-1,49%	0,74%	16,81%	0,90%
LPSB3	15,75%	-0,20%	6,25%	-0,55%
MEDIA	7,22%	0,11%	15,06%	7,80%

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Bovespa.

Nota-se, na análise da amostra, que o desvio-padrão aponta para uma medida de dispersão elevada, 7,3%, as variações situam-se entre -6,67% e +20,0%, representadas por Datasul no pior e Dasa com o melhor desempenho.

Adicionalmente, verifica-se a impossibilidade de creditar o desempenho das estreantes ao comportamento do mercado na data de estréia, uma vez que não foi encontrada uma correlação significativa.

As variações para os primeiros 91 dias após a estréia (Tabela 1) também demonstram um desempenho favorável das companhias de listagem recente se comparada com o Ibovespa, na média uma valorização de 15,06%, ainda superior ao mercado, que teve uma valorização média de 8,07%.

Semelhante ao apresentado para a data de estréia o desvio-padrão, aponta para uma medida de dispersão elevada, 30,82%, no entanto, pode-se observar que se dilatam os intervalos entre -37,50% e +120,83%, representadas por CSU Card Syst pior e por Cosan com o melhor desempenho, também neste caso, o resultado obtido pelas estreantes e o mercado não demonstram correlação significativa.

Confrontando o resultado do primeiro pregão com o obtido ao final do trimestre, é possível verificar seis operações que apresentaram ganhos inicialmente e que acabaram revertendo no final do período.

Apenas cinco operações tiveram variações negativas no primeiro dia. A CSU Card Syst em 2/05/2006 iniciou a série. Destaca-se que apenas uma dessas con-

seguiu reverter o cenário de desvalorização ao final do trimestre, a Positivo Informática que chegou no final dos 91 dias com uma valorização de 16,8%.

A amostra tem um número crescente de IPOS, de seis em 2004 para 21 em 2006. Subdividindo por ano de abertura, é possível identificar redução ano a ano da média de valorização no primeiro pregão, respectivamente 2004, 2005 e 2006 com medias de 9,93%, 7,95% e 6,17%.

Considerações finais

Os resultados obtidos no primeiro dia de negociação, nesta retomada dos IPOS na Bovespa, confirmam a tendência internacional e ratificam a pesquisa anterior realizada no Brasil, contudo, a valorização no dia de estréia foi inferior aos dois trabalhos, sobretudo, aos mais de 50% encontrados nas décadas de 1970 e 1980 no mercado nacional, ficando atualmente em 7,22%.

As mudanças introduzidas no mercado brasileiro, para proteger os acionistas minoritários, com destaque para o fato de no novo mercado só existirem ações ordinárias e com *tag along* integral, ajudam a explicar os resultados menores, mas não parecem suficientes para determinar a diferença.

O comportamento ao final de 91 dias decorridos da negociação inicial no mercado secundário não diverge, ao contrário, confirma a tendência de valorização dos ativos nestas condições, apresentando maior dispersão nos resultados, mas convergindo para uma valorização na média de 15,06%, aproximadamente duas vezes superior à média do desempenho calculado para o Ibovespa.

Considerando as inúmeras mudanças tecnológicas e institucionais que separam nosso ensaio dos estudos anteriores, e tendo convicção de que uma amostra com 35 empresas em três anos é relevante para nosso atual estágio de desenvolvimento do mercado de capitais, mas pequeno para um estudo conclusivo, ficamos satisfeitos no momento em obter a clara sinalização do comportamento tido como padrão pelo mercado global.

A queda na valorização ano a ano, de 9,93% em 2004 para 6,17% em 2006, é outra característica marcante, e que sinaliza um possível desgaste pelo aumento da quantidade de operações realizadas, seis em 2004 e 21 em 2006.

Assim, a retomada das estréias no mercado de capitais brasileiro apresenta um desempenho esperado, mas um período e uma quantidade de IPOS maior (possibilitando uma amostra mais qualificada) são aguardados para que seja possível aprofundar este estudo; inclusive buscando os fatores determinantes para o resultado parcial obtido.

REFERÊNCIAS

AMARAL; E. et al. Fundos de Pensão como financiadores da atividade econômica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 2, p. 79-91, Abr./Jun. 2004.

ALLEN, F.; SANTOMERO, A. M. The theory of financial intermediation. **Jornal of Banking and Finance**, n. 21, p. 1461-1485, 1998.

Bolsa de Valores de São Paulo. Relatório Anual Bovespa 2005. São Paulo, 2006. (Mimeo.).

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia monetária e financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CASAGRANDE NETO, H. Abertura de capital de empresas no Brasil: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 1985.

CASAGRANDE NETO, H.; SOUSA, L. A.; ROSSI, M. C. Abertura de capital de empresas no Brasil. São Paulo: Atlas, 2000.

CAVALLARI, A. L. G. **Um estudo da relação entre macrodirecionadores de valor e preço da ação no mercado de capitais brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – USP. São Paulo, 2006.

ELLIS, K. Who trades IPOs? A close look at the first days of trading. **Journal of Financial Economics**, v. 79, n. 2, p. 339-363, 2006.

FERREIRA, C. K. L. O financiamento da indústria e infra-estrutura no Brasil: crédito de longo prazo e mercado de capitais. Tese (Doutoramento) – UNICAMP, Campinas, 1995.

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

IBBOTSON, R. G. Price performance of common stock new issues. **Journal of Financial Economics**, vol. 2, n. 3, p. 235-272, 1975.

LEAL, R. P. C. Retornos anormais e sinalização nas aberturas de capital. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, vol. 14, n. 40, p. 33-38, 1989.

LEAL, R. P. C.; BOCATER, P. F. Métodos de acesso a distribuições públicas nos mercados internacionais. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, vol. 17, n. 45, p. 7-24, 1992.

LIMA, I. S. et al. **Uma análise dos primeiros passos do novo mercado**. Disponível em: http://www.eac.fea.uso.br/congressousp/seminario02/trabalhos/E222.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2004.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J.P. Economia monetária. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

RIBEIRO, L. L. **O modelo brasileiro de private equity e venture capital**. Dissertação (Mestrado) – USP, Ribeirão Preto, 2005.

ROCCA, C. A. et al. In: CASAGRANDE NETO, H.; CINTRA NETO, M. F., MAGLIANO FILHO, R. (Org.). **Mercado de capitais: a saída para o crescimento**. São Paulo: Lazuli, 2002.

ROSS, J. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. Administração financeira: corporate finance. São Paulo: Atlas, 2002.



Elisangela N. Brandli**, Adalberto Pandolfo**, Renata Reinehr***, Jalusa Guimarães****, Gustavo L. Brandli****

Resumo: A preocupação ambiental vem aumentando significativamente nos últimos anos. As empresas precisam adequarem-se às legislações ambientais que estão mais rigorosas, para a conquista de novos mercados e, também, para satisfazer as necessidades dos consumidores, que estão exigindo produtos ambientalmente corretos. Este artigo tem como finalidade a identificação dos custos ambientais de uma indústria do

^{*} Mestre em Engenharia em Infra-estrutura e Meio Ambiental pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail:< elisnicoloso@yahoo.com.br>.

^{***} Graduanda do Curso de Engenharia Civil na Universidade de Passo Fundo (UPF); bolsista PIBIC-CNPQ. E-mail: <renatinha_b2@yahoo.com.br>.

^{****} Graduanda do Curso de Engenharia Civil na Universidade de Passo Fundo (UPF); bolsista PIBIC-CNPQ. E-mail: <jalusapf@hotmail.com.br>.

setor de agronegócios e alimentos. Para esse fim, foi utilizado o modelo proposto por Cristian Jasch. Quanto à metodologia, foi realizado um estudo de caso, identificando os custos ambientais envolvidos no processo produtivo. Os resultados da pesquisa indicaram que, baseado no sistema contábil utilizado pela empresa, foi possível a identificação de alguns custos ambientais inerentes ao processo produtivo. Os resultados mostram uma informação parcial do quanto a empresa efetivamente tem de gastos com o meio ambiente. Baseados nesses resultados foram propostos alguns procedimentos para que a empresa possa contabilizar e apresentar seus custos. Por meio da implementação do sistema de identificação de custos ambientais, a empresa poderá ter um controle maior sobre eles, sabendo o quanto gasta com meio ambiente. O conhecimento dos custos relacionados ao meio ambiente pode levar a uma redução da quantidade de insumos utilizados nas atividades operacionais e a redução de poluentes emitidos.

Palayras-chave: Custos ambientais. Meio ambiente. Indústria de alimentos.

Abstract: The environmental problem is increasing significantly in the last years. The company need they be adapted to the more rigorous environmental legislations, for the conquest of new markets and also to satisfy the consumers' needs. This paper has as purpose the identification of the environmental costs of an agribusiness and food company. For this end, is used the Cristian Jasch Model. With relationship to the methodology, a case study was accomplished, identifying the environmental costs involved in the productive process. The results indicated that, based on the accounting system used by the industry, it was possible to the identification of some environmental costs to the productive process., The results showed a partial information of the with relationship to the company indeed has of expenses with the environment. Based on these results some they were proposed procedures so that the company can count and to present your costs. Through the implementation of the system of identification of environmental costs, the company can have a larger control on them. The knowledge of the costs related to the environment can take the reduction of the amount of inputs used in the operational activities and the reduction of pollutant emitted.

Keywords: Environmental costs. Environment. Agribusiness and food company.

INTRODUÇÃO

A preservação dos recursos naturais tem sido objeto de discussão das organizações nas últimas décadas. Com o aumento dos problemas ambientais e das conseqüências que causam, a sociedade está buscando uma maneira de conciliar o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Para satisfazer as exigências do consumidor, conquistar novos mercados ou para cumprir a legislação ambiental vigente, os gestores das empresas estão se conscientizando de que devem buscar a adequação dos processos produtivos, de forma a contribuir para a redução dos custos ambientais.

A identificação dos custos ambientais fornece às empresas subsídios para o processo de tomada de decisão, permitindo desenvolver práticas que causem menores danos e impactos ao meio ambiente.

Dessa forma, esta pesquisa apresenta um estudo de caso de uma indústria de alimentos, identificando os custos ambientais, propondo um procedimento que orientará a empresa na implementação da gestão dos mesmos.

As questões ambientais estão cada vez mais sendo discutidas e analisadas em empresas nacionais e internacionais, referindo-se à promoção do desenvolvimento sustentável, à preservação do meio ambiente e também às imposições legais.

Com o avanço na legislação ambiental, as empresas passaram a dar mais atenção as suas atividades e obrigações legais. Com um número maior de exigências, as empresas necessitam ter maior controle sobre os seus custos ambientais, identificando, classificando e mensurando os mesmos, o que proporcionará informações mais apuradas, auxiliando a tomada de decisões gerenciais e destacando o quanto a empresa está investindo em ações de preservação do meio ambiente.

As organizações necessitam adequarem-se às novas exigências do mercado, principalmente com relação aos seus custos ambientais. Porém, conforme Jasch (2001), os dados com relação ao desempenho ambiental das organizações podem estar disponíveis, mas estas informações ambientais raramente são relacionadas às variáveis econômicas, faltando, sobretudo, dados sobre os custos ambientais. Na contabilidade de custos, os custos ambientais ficam subentendidos pelos gestores, os quais tendem a subestimar a dimensão e o crescimento dos mesmos.

Dessa forma, define-se a questão da pesquisa: Quais são os custos ambientais do processo produtivo para a indústria de alimentos em estudo?

Os custos ambientais são ferramentas que auxiliam na tomada de decisão, direcionando os investimentos para a área ambiental, controlando os custos de manutenção do processo de preservação ambiental e impulsionando ações de melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações (MORAES, 2003).

A quantificação e a valorização de ações relacionadas ao meio ambiente permitem a mensuração dos efeitos socioeconômicos financeiros da proteção ao meio ambiente e dos impactos ambientais.

Este estudo dos custos ambientais, além de contribuir com maior reconhecimento de quanto a empresa está tendo de gastos decorrentes ao meio ambien-

te destaca também as informações consideradas relevantes, que poderão auxiliálas na tomada de decisão de ações.

Tem-se como objetivo geral identificar os custos ambientais ocorridos no processo produtivo de uma indústria de alimentos, visando ao conhecimento dos mesmos e proporcionando informações para a melhoria da apropriação dos custos. Os objetivos específicos são definidos como: detalhar os processos produtivos da empresa em estudo; detalhar os aspectos ambientais inerentes à cada etapa do processo produtivo da empresa em estudo; determinar os custos ambientais do processo produtivo da empresa em estudo; propor um procedimento de orientação para a implantação da gestão de custos ambientais na empresa.

1 Custos ambientais e modelos de identificação

Para Carvalho et al. (2000) os custos ambientais compreendem os gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção ao meio ambiente, que serão ativados em função de sua vida útil, ou seja: amortização, exaustão e depreciação; aquisição de insumos para controle; redução ou eliminação de poluente; tratamento de resíduos dos produtos; disposição dos resíduos poluentes; tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas; mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

Segundo Jasch (2001), os custos ambientais compreendem custos externos e internos, e refere-se a todos os custos relacionados à salvaguarda e degradação ambiental. As despesas de salvaguarda ambiental incluem todas as despesas de proteção ambiental de uma empresa, visando prevenir, reduzir, controlar e documentar os aspectos ambientais, impactos e riscos, assim como a disposição final dos resíduos, tratamento, saneamento e despesas em descontaminação.

Por outro lado, segundo Eagan e Joeres (2002), custos ambientais são os custos pagos pela empresa devido aos impactos ambientais resultantes da manufatura de seus produtos, excluindo os custos relacionados com a prevenção de problemas ambientais.

Para Ribeiro (1999) e Kraemer (2002), custos ambientais são gastos realizados pela empresa para controlar, preservar e recuperar o meio ambiente, em que as atividades econômicas são desenvolvidas, e que de alguma forma degradam o meio ambiente.

De acordo com o U.S. Environmental Protection Agency (EPA) (1995), os custos ambientais estão presentes em diversas fases do processo de identificação e também são resultantes da má administração do processo operacional da em-

presa. A definição de custos ambientais está intrinsecamente ligada ao contexto diário das empresas.

De acordo com o U.S. Environmental Protection Agency (EPA) (2000), na identificação dos custos ambientais, pode-se perceber quais os custos mais significativos, devendo-se procurar as oportunidades de investimentos para soluções específicas na busca da redução ou eliminação de gastos e dos impactos ambientais.

A gestão dos custos ambientais proporciona às empresas uma maior vantagem competitiva, a partir do momento que adotam, por exemplo, o uso mais eficiente de materiais no processo produtivo (MOURA, 2000).

Para Silva (2003), os custos ambientais constituem uma ferramenta gerencial para o auxílio à tomada de decisão, direcionando investimentos na área ambiental, controlando custos de manutenção na preservação ambiental e impulsionando ações de melhoria contínua para o desempenho ambiental das organizações.

1.1 Modelo de Jasch – contabilidade da gestão ambiental

Jasch (2001) apresenta um modelo que mostra os custos ambientais num esquema desenvolvido para a contabilidade da gestão ambiental (CGA) de identificação das despesas anuais da empresa em meio ambiente.

O modelo de Jasch (2001) detalha, de maneira geral, todos os itens do modelo para identificação de custos ambientais.

a) Tratamento de emissões e resíduos

Os custos de tratamento de emissões e resíduos referentes ao *output* nãoproduto da empresa devem ser atribuídos às diferentes categorias ambientais. Incluem depreciação do equipamento; materiais auxiliares e de manutenção e serviços; pessoal; taxas, impostos e encargos; multas e penalidades; seguro e responsabilidades ambientais; provisões para custos de descontaminação e remediação.

b) Prevenção e gestão ambiental

Esta seção trata dos custos com a prevenção da poluição e dos custos com as atividades gerais de gestão ambiental. Incluem serviços externos de gestão ambiental; pessoal para atividades gerais de gestão ambiental; investigação e desenvolvimento; despesas em tecnologias de produção mais limpa.

c) Valor de compra dos materiais do output não-produto

Tudo aquilo que não sai da empresa como produto é um sinal de uma produção ineficiente e é considerado resíduo e/ou emissão. Incluem matérias-primas, embalagem, energia, água.

d) Custos de processamento do output não-produto

O *output* não-produto tem associado o seu valor de compra e passa pelo processo de fabricação antes de deixar a empresa. Portanto, o trabalho desperdiçado e os custos de capital devem ser adicionados.

f) Receitas ambientais

Incluem ganhos com materiais reciclados ou subsídios.

A metodologia de Jasch (2001) foi aplicada numa indústria de papel e celulose da Suécia, onde foram identificados que grande parte dos custos ambientais estão envolvidos com consumo de água e a geração de efluentes e com as perdas de materiais, correspondente a matérias-primas, materiais auxiliares e de operação.

1.2 Modelo de Campos – custos da qualidade ambiental

Este modelo foi desenvolvido por Campos (1996), e divide-se nas seguintes categorias:

- a) Custos de adequação;
- b) Custos das falhas de adequação;
- c) Custos tratados como externalidades.

Esse modelo foi aplicado numa empresa do setor têxtil, onde foi analisada cada atividade desenvolvida no processo, identificando-se as possibilidades de falhas, verificando-se de que forma isso afetaria o processo de tratamento de efluentes, listando os custos envolvidos.

1.3 Modelo de Kraemer – modelo econômico de controle e avaliação de impactos ambientais

Desenvolvido por Kraemer (2002), serve para tratar de custos ambientais, fazendo parte das decisões estratégicas da empresa. Divide-se nas seguintes etapas:

a) Diagnóstico estratégico preliminar;

- b) Mapeamento dos processos e atividades empresariais;
- c) Identificação dos aspectos e impactos ambientais;
- d) Determinação do custo dos processos e atividades empresariais, com ênfase nos processos ambientais;
- e) Estruturação das perspectivas ambientais para a elaboração do (*balanced scorecard*) BSC ambiental:
- f) Análise estratégica ambiental de custo-benefício e propostas de inovação e melhoria.

1.4 Modelo de Diependaal e Walle – model for environmental costs

Modelo proposto por Diependaal e Walle (1994), é um dos primeiros modelos encontrados na literatura para avaliar custos ambientais, apresentando as seguintes categorias:

- a) Custos de prevenção;
- b) Custos de correções integradas ao processo;
- c) Custos de correções dos efeitos do processo;
- d) Custos devido às falhas internas;
- e) Custos devido às falhas externas.

Esse modelo foi aplicado numa indústria moveleira, onde chegaram à conclusão de que grande parte dos custos ambientais totais da empresa eram empregados para correção de efeitos produzidos pelo processo ao meio ambiente. Ou seja, este modelo permite definir o quanto deve ser investido em cada uma das categorias (DIEPENDAAL; WALLE, 1994).

1.5 Modelo de Regatschnig e Schnitzer (1998) - custos ambientais

Esse modelo foi baseado em atividades para tratar custos ambientais, os quais são apurados, alocados e avaliados. Apresenta as seguintes etapas:

- a) Definir o que será tratado como custo ambiental;
- b) Organizar uma equipe para realizar o estudo;
- c) Classificar os custos nas categorias de tratamento e disposição de rejeitos, mão-de-obra, serviços externos, licenças ambientais, depreciação de equipamentos, financiamento de investimentos ambientais e cálculo de riscos.

- d) Fazer a identificação das atividades os custos e receitas ambientais relacionadas às áreas de rejeitos, energia, ar, ruído e água.
- e) Compilar os custos e receitas ambientais por atividades e por área de análise, para identificar as áreas de melhorias que serão priorizadas para maiores análises.
- f) Integras os custos e receitas ambientais ao sistema contábil da empresa.

1.6 Modelo de Durairaj et al. – *life cycle* environmental costs analysis

Foi desenvolvido por Durairaj et al. (2002) para incluir os custos ambientais nos custos dos produtos. Aqui estão as categorias de custos de controle, tratamento e disposição de efluentes, custos de implementação de sistema de gestão ambiental, taxas e custos de energia.

2 Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa realizou-se o estudo em duas etapas, conforme o fluxograma da Figura 1, que representa a estrutura metodológica com os passos e a seqüência lógica adotada.

A coleta de dados realizou-se sob a forma de entrevistas previamente agendadas. A pesquisa utilizou duas fontes de dados: uma primária composta por dados de entrevistas e outra secundária composta por documentos da organização fornecidos pelos agentes organizacionais e relatórios financeiros da empresa.

2.1 Etapa 1: Definição da empresa a ser estudada e levantamento dos primeiros dados

Nesta etapa a estrutura do desenvolvimento da pesquisa foi dividida em quatro fases:

Fase 1 – Definição do foco da pesquisa e da empresa a ser estudada

A partir de fundamentos adquiridos de leituras e pesquisas bibliográficas sobre o assunto referente a custos ambientais, definiu-se o foco da pesquisa e a empresa a ser estudada, como sendo uma indústria na cidade de Passo Fundo (RS). A escolha da empresa para a realização deste estudo partiu do interesse de uma indústria de alimentos para a realização de pesquisas, e da viabilização de um convênio entre a empresa e a Universidade de Passo Fundo.

Fase 2 - Visita à empresa

No mês de dezembro de 2006 realizou-se uma reunião com o gerente de processos, responsável pela unidade industrial de Passo Fundo e verificaram-se as áreas de estudo que demandavam interesse pela mesma. Discutiu-se a possibilidade de desenvolver uma proposta sobre o foco de custos ambientais.

Fase 3 - Caracterização da empresa

Nessa fase realizou-se uma descrição detalhada da empresa em estudo, contendo informações como, histórico, missão, visão, valores fundamentais, estrutura física, ramo de atividade, bem como informações sobre programas de gestão ambientais e educação ambiental, políticas ambiental e responsabilidade ambiental.

Para maior conhecimento do processo produtivo e para a caracterização pela empresa, realizou-se uma visita *in loco*, em janeiro de 2007, acompanhada pelo gerente de processo responsável pela unidade industrial e pelo engenheiro de produção, os quais descreveram todos os setores da empresa, bem como as etapas de produção.

Para a obtenção dos dados de caracterização da empresa, realizou-se uma reunião em maio de 2007, com a responsável pela coordenação do setor de Produtividade, Qualidade, Segurança e Meio Ambiente (PQSE), e disponibilizaram-se relatórios de saída de resíduos, identificação de aspectos e impactos ambientais, indicadores ambientais, fluxogramas do processo e dados sobre o histórico da unidade da fábrica de Passo Fundo.

Outra fonte de evidência para a obtenção desses dados foi a realização de entrevistas parcialmente estruturadas que, segundo Gil (2002), é quando a entrevista é guiada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso.

A dados foram obtidos por entrevista com o responsável pela coordenação de garantia de qualidade e pelos relatórios que são emitidos pela mesma, tanto na forma impressa, quanto em formato digital, já que muitos dados estão disponíveis no endereço eletrônico da empresa, na internet.

Fase 4 – Detalhamento do processo produtivo e seus aspectos ambientais

Nessa fase, realizou-se o detalhamento de todo o processo produtivo e também a análise dos relatórios de identificação dos aspectos e impactos ambientais disponibilizados pela empresa, inerentes a cada processo produtivo da mesma. Os dados foram obtidos por entrevistas parcialmente estruturadas com o responsável pela empresa e com os responsáveis por cada processo produtivo bem como por meio de análises de documentos fornecidos.

2.2 Etapa 2: Levantamento de informações gerais

Essa etapa teve um caráter exploratório e objetivou a obtenção de dados das quantidades de resíduos, de efluentes líquidos e das emissões atmosféricas geradas pela empresa e, também, a identificação dos custos ambientais por meio da aplicação do modelo de Jasch (2001).

Nessa etapa, a estrutura do desenvolvimento da pesquisa foi dividida em quatro fases:

Fase 1 – Identificação dos resíduos do processo produtivo e as quantidades geradas pela empresa em estudo

Realizou-se a análise dos relatórios de resíduos gerados e as quantidades geradas pela empresa. Os resíduos foram listados e suas quantidades levantadas por trimestre. Também foram verificados quais os custos relativos à destinação de resíduos sólidos e como são lançados estes custos.

Esses dados foram obtidos através de entrevistas parcialmente estruturadas e análise de documentos e relatórios trimestrais de resíduos sólidos industriais gerados.

Fase 2 – Descrição da origem dos resíduos gerados pela empresa em estudo

Nesta fase realiza-se a descrição dos resíduos que são gerados pela empresa em estudo, sendo identificada sua origem dentro do processo produtivo.

Esses dados foram obtidos por meio de entrevistas parcialmente estruturadas com o responsável pelos resíduos.

Fase 3 – Levantamento dos custos e receitas ambientais da empresa em estudo aplicando a metodologia de Jasch

Inicialmente, foram identificadas as receitas ambientais relativas aos resíduos gerados na unidade industrial de Passo Fundo. Para a obtenção destes dados, foi realizada uma entrevista, no final de junho de 2007, com a responsável pela coordenação da produtividade, qualidade, segurança e meio ambiente.

No mês de setembro do mesmo ano, iniciou-se a coleta e identificação dos custos ambientais com o gerente de processos e com o técnico de segurança do trabalho, utilizando o modelo de Jasch (2001), dentro das categorias ambientais.

O modelo de Jasch (2001) é um dos mais completos para identificação de custos ambientais, permitindo reconhecê-los de forma apurada. Segundo a autora, esse modelo é um dos mais utilizados para avaliar a despesa anual da empresa em meio ambiente. Tal metodologia separa os gastos por categorias, evidenciando os aspectos que se deve dar mais atenção, dando subsídios às estratégias da empresa.

Conforme Silva (2003), o modelo de Jasch se destaca pela inclusão das perdas e ineficiências do processo produtivo entre os custos ambientais.

Realizou-se também no mês de setembro, uma entrevista com o responsável da empresa terceirizada que prestam serviços à Bunge, na coleta de resíduos, para a identificação dos custos ambientais e as quantidades de resíduos gerados que são recolhidos por esta.

Em novembro, realizou-se uma entrevista com a analista de controladoria, para obtenção de relatórios contábeis e financeiros para a identificação de custos ambientais.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas parcialmente estruturadas, análise de documentos, como relatórios financeiros da empresa, medições físicas do consumo de materiais e energia. Identificaram-se as contas do sistema contábil que cadastram custos relativos ao meio ambiente.

Fase 4 – Análise dos dados, conclusões e recomendações

A partir dos dados identificados e mensurados, propôs-se um procedimento de orientação para a implementação de uma gestão de custos ambientais.

Concomitantemente às etapas 1 e parte da 2, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre economia e meio ambiente, custos ambientais, desenvolvimento sustentável, legislação ambiental e valoração ambiental.

3 Apresentação, análise e discussão dos resultados

A unidade da Bunge alimentos de Passo Fundo, localizada na região Norte do estado, deu início as suas operações em outubro de 2002. Atualmente, possui aproximadamente 150 funcionários próprios, e 60 funcionários terceirizados. Possui a certificação ISO 9001 desde 2004.

Na indústria são desenvolvidas as atividades de *agrobussines* e produtos. A divisão Agrobusines produz farelo de soja e óleo degomado, o qual é refinado pela divisão Products e expedido em latas, bombonas ou a granel.

A unidade industrial da empresa em Passo Fundo (RS) possui uma capacidade de armazenamento de grãos de 70 mil toneladas, a capacidade de refino e de enlatamento é de 7.500 toneladas/mês, a capacidade de armazenagem de óleo em caixa é de 60 mil caixas, enquanto que a capacidade de expedição de farelo é de 48 mil toneladas/mês.

O processo de produção da soja detalha as etapas conforme as setas indicativas da ordem de produção:

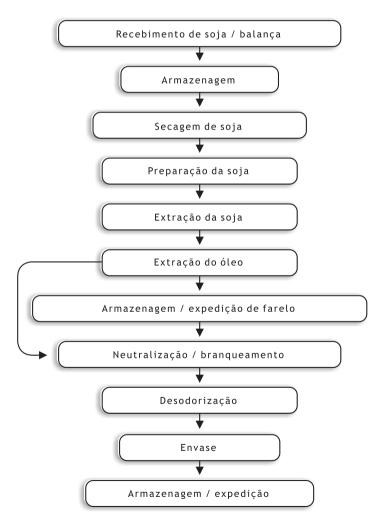


Figura 1: Fluxograma do processo produtivo.

3.1 Identificação dos custos ambientais

A Bunge alimentos possui um método de custeio por centro de custos, ou seja, cada etapa do processo da organização é dividida em centros de custos, por meio de bases de distribuição e, depois, repassados aos produtos por unidades de trabalho.

Atualmente, não existe na empresa uma conta que identifique todos os custos ambientais. Os valores gastos com meio ambiente estão incluídos nas contas de manutenção de cada centro de custo. Sendo assim, não é especificado nas contas o custo com meio ambiente, mas, sim, somados com outros custos na conta de manutenção. O que, nesse caso, dificultou a identificação dos custos ambientais.

Os valores identificados conforme os Quadros 1 e 2 são os custos ambientais do ano de 2006 e 2007, nas respectivas categorias ambientais.

Quadro 1 - Despesas e custos e receitas e ganhos no meio ambiente, 2006.

Categoria ambiental Categorias de custos/despesa ambientais	Ar/clima	Águas residuais	Resíduos	Solo/águas subterrâneas	Ruído + vibração	Biodiversidade/ paisagem	Radiação	Outros*	Custos não discriminados nas categorias de Jasch	Total
1. Tratamento de emissões e	resíduos									
1.1 Depreciação do equipamento	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
1.2 Materiais auxiliares de manutenção e serviços	*	1.106,66	14.429,12	*	*	*	0	0	7328,00	22.863,78
1.3 Pessoal	*	*	*	*	*	*	0	0	35.942,78	35.942,78
1.4 Taxas, impostos e encargos	*	*	*	*	*	*	0	0	165,45	165,45
1.5 Multas e penalidades	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
1.6 Seguro e responsabilidades ambientais	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
1.7 Provisões para custos de descontaminação e remediação	*	*	36.000,00	*	*	*	0	0	*	36.000,00
2. Prevenção e gestão ambiental										
2.1 Serviços externos de gestão ambiental	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
2.2 Pessoal para atividades gerais de gestão ambiental	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*

Categoria ambiental Categorias de custos/despesa ambientais	Ar/clima	Águas residuais	Resíduos	Solo/águas subterrâneas	Ruído + vibração	Biodiversidade/ paisagem	Radiação	Outros*	Custos não discriminados nas categorias de Jasch	Total
2.3 Investigação e desenvolvimento	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
2.4 Despesas em tecnologias de produção mais limpa	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
2.5 Outros custos de gestão ambiental	*	*	*	*	*	*	0	0	30.033,37	30.033,37
3. Valor de compra dos mate	eriais do	output não-	produto							
3.1 Matérias-primas	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.2 Embalagens	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.3 Matérias secundárias	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.4 Matérias auxiliares	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.5 Energia	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.6 Água	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
4. Custos de processamento	do out	put não-prod	luto							
\sum Despesas ambientais		1.106,66	50.429,12	*	*	*	0	0	73.469,60	125.005,38
5. Receitas ambientais										
5.1 Subsídios, prêmios	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
5.2 Outras receitas	*	*	360.931,70	*	*	*	0	0	*	360.931,70
\sum Receitas ambientais	*	*	360.931,70	*	*	*	0	0	*	360.931,70

^{*} Custos ambientais que não foram identificados no atual sistema contábil utilizado pela empresa O: Valores não existentes na empresa.

Em 2006, nas despesas de materiais auxiliares de manutenção e serviços, a empresa teve um custo anual de R\$ 22.863,78 referente à manutenção da lagoa de decantação, e a estação de tratamento de esgoto (ETE), e também na remoção das cinzas da caldeira do pátio da fábrica para solos agrícolas, além de R\$ 7.328,00 referentes a laudos ambientais realizados por entidades externas.

Nos custos com pessoal, tem-se um total de R\$ 35.942,78, que representa os salários e encargos, dos responsáveis pelo meio ambiente.

Em taxas e impostos, a empresa teve um custo de R\$ 165,45, referente a pagamento de alvará sanitário e de relatórios encaminhados à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM).

Em provisões para custos de descontaminação e remediação, a empresa, em 2006, teve uma previsão de gastos anuais de R\$ 36.000,00 para a destinação de resíduos.

É importante ressaltar que em praticamente todas as contas está incluída a conta meio ambiente, totalizando R\$ 30.033,37, que representa os custos de gestão ambiental. Nesse valor, estão incluídos os gastos com aplicação dos sensos para o meio ambiente, um programa similar ao 5S' (metodologia utilizada para melhorar a organização dos ambientes de trabalho, e que reduz o desperdício de materiais, de tempo e de espaço).

Em 2006, uma empresa administrava os resíduos gerados pela fábrica, os quais eram vendidos às empresas e indústrias da região para o reaproveitamento e reciclagem, resultando em receita ambiental anual de R\$ 360.931,70.

Quadro 2 - Despesas e custos e receitas e ganhos no meio ambiente, 2007.

Categoria ambiental Categorias de custos/despesa ambientais	Ar/clima	Águas residuais	Resíduos	Solo/águas subterrâneas	Ruído + vibração	Biodiversidade/ paisagem	Radiação	Outros*	Custos não discriminados nas categorias de Jasch	Total
1. Tratamento de emissões e	resíduos									
1.1 Depreciação do equipamento	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
1.2 Materiais auxiliares de manutenção e serviços	9.000,00	116.171,00	6.480,00	*	28.549,17	, *	0	0	9.080,61	169.280,78
1.3 Pessoal	*	12.000,00	*	*	*	*	0	0	23.942,78	35.942,78
1.4 Taxas, impostos e encargos	*	*	*	*	*	*	0	0	16.690,80	16.690,80
1.5 Multas e penalidades	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
1.6 Seguro e responsabilidades ambientais	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
1.7 Provisões para custos de descontaminação e remediação	*	*	36.000,00	*	*	*	0	0	*	36.000,00
2. Prevenção e gestão ambier	ntal									
2.1 Serviços externos de gestão ambiental	*	*	*	*	*	*	0	0	7.020,00	7.020,00
2.2 Pessoal para atividades gerais de gestão ambiental	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
2.3 Investigação e desenvolvimento	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*

Categoria ambiental Categorias de custos/despesa ambientais	Ar/clima	Águas residuais	Residuos	Solo/águas subterrâneas	Ruído + vibração	Biodiversidade/ paisagem	Radiação	Outros*	Custos não discriminados nas categorias de Jasch	Total
2.4 Despesas em tecnologias de produção mais limpa	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
2.5 Outros custos de gestão ambiental	*	*	*	*	*	*	0	0	15.514,42	15.514,42
3. Valor de compra dos ma	teriais d	o <i>output</i> nã	o-produto							
3.1 Matérias-primas	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.2 Embalagens	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.3 Matérias secundárias	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.4 Matérias auxiliares	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.5 Energia	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
3.6 Água	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
4. Custos de processament	o do ou	tput não-pr	oduto							
\sum Despesas ambientais 9	.000,00	128.171,00	42.480,00	*	28.549,17	7 *	0	0	72.248,61	280.448,78
5. Receitas ambientais										
5.1 Subsídios, prêmios	*	*	*	*	*	*	0	0	*	*
5.2 Outras receitas	*	*	54.729,80	*	*	*	0	0	*	54.729,80
\sum Receitas ambientais	*	*	54.729,80	*	*	*	0	0	*	54.729,80

^{*} Custos ambientais que não foram identificados no atual sistema contábil utilizado pela empresa. 0: Valores não existentes na empresa.

Em 2007, foi criada na Bunge uma conta que inclui gastos referentes à segurança, qualidade, meio ambiente e produtividade (SQMP), não estando especificados separadamente os custos com meio ambiente.

Nas despesas com materiais auxiliares de manutenção e serviços, tem-se um valor total anual de R\$ 169.280,78, onde estão incluídos o custo de R\$ 9.000,00 referente a serviços de medição anual dos gases, e a troca do ciclone da caldeira (filtros) feita na fábrica em 2007. Nos resíduos, está incluído o custo de R\$ 6.480,00 para a remoção das cinzas da caldeira do pátio da fábrica para solos agrícolas, no primeiro trimestre de 2007, quando a empresa ainda não terceirizava o serviço, e gastos com empresa terceirizada que emitia as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART).

Também está incluído o valor de R\$ 116.171,00, corresponde ao custo anual com a manutenção da lagoa de decantação e estação de tratamento de esgoto biológica e da estação de tratamento de esgoto físico químico (ETE).

Assim como o valor de R\$ 28.549,17 representa o que foi investido no ano de 2007, sendo que R\$ 14.652,17 referem-se à manutenção de uma peça para diminuir o ruído no soprador da ETE. O restante do valor (R\$ 13.897,00) representa o valor anual pago de realização do laudo para a verificação do ruído na fábrica.

Além disso, também estão incluídas nesse valor total as análises realizadas por entidades externas (R\$ 9.080,61).

Nas despesas com pessoal, R\$ 35. 942,78 são para salários e encargos anuais dos responsáveis pelo meio ambiente e aproximadamente R\$ 12 mil com a manutenção da ETE.

Em taxas e impostos, identificou-se um valor total anual R\$ 16.690,80 referente aos pagamentos feitos ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), à vigilância sanitária, à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e à Secretaria de Meio Ambiente – Órgão Florestal.

Nas provisões para custos de descontaminação e remediação, há o valor R\$ 36 mil para gastos anuais previstos para a destinação de resíduos, correspondendo à aproximadamente R\$ 3 mil mensais. Nesse valor, está incluído o custo com a empresa prestadora de serviços, que realiza a coleta e o transporte dos resíduos para os seus destinos, como aterros ou reciclagem.

Os valores citados no item *Tratamento de emissões e resíduos* foram obtidos pelas entrevistas realizadas com o gerente de processos, com o técnico de segurança do trabalho e com a analista de controladoria.

Os custos ambientais de serviços externos de gestão ambiental ficaram em torno de R\$ 7.020,00, referentes a gastos previstos com a ISO 9.000 e ISO 14.000, em auditorias, para pré-certificação da ISO 14.000. Além disso, também estão incluídos nessa conta valores destinados à comunicação e ao *marketing* ecológico, como, por exemplo, a campanha de recolhimento de óleo usado pela empresa, em parceria com uma escola da cidade.

No item *Outros custos de gestão ambiental*, com valor total de R\$ 15.514,42, estão incluídos gastos anuais com assessorias e consultorias ambientais que são contratados para cuidar das questões legais relativas ao meio ambiente, e também com sistema de qualidade, além do programa dos sensos de meio ambiente, semelhante ao programa 5S.

Vale ressaltar que a empresa tem um orçamento anual de R\$ 16.596,00 referente a gastos com gestão do meio ambiente.

No primeiro trimestre de 2007, a empresa obteve uma receita de R\$ 54.729,80, quando administrava os resíduos gerados pela fábrica, os quais eram vendidos às empresas e indústrias da região para o reaproveitamento e reciclagem. Após esse período, o serviço passou a ser terceirizado.

Considerações finais

O desenvolvimento desta pesquisa demonstra o quanto a questão ambiental vem assumindo papel fundamental nas decisões empresariais, principalmente após a década de 90, onde as ações das empresas perante o meio ambiente passaram a ser pró-ativas, na busca de vantagens competitivas e de uma boa imagem institucional.

Esse estudo teve sua realização motivada pela percepção da necessidade de se oferecer parâmetros às empresas de como fomentar, pesquisar e elaborar o processo de desenvolvimento sustentado, a partir da aplicação de um modelo de identificação de custos ambientais, tendo por base os parâmetros e as premissas que norteiam a gestão ambiental.

A identificação dos custos relacionados com o meio ambiente é uma das maiores necessidades das empresas. Muitas delas estão buscando adequar suas atividades, objetivos e políticas, permitindo operar em equilíbrio com o meio ambiente, e manterem-se competitivas no mercado. Porém, ainda há muita dificuldade na identificação de tais informações, já que geralmente não são separadas dos demais custos, despesas e investimentos da empresa.

Com esses resultados, como a empresa ainda não adotou em sua gestão a preservação do meio ambiente de forma concreta, é essencial a mudança de atitude diante das questões ambientais.

É necessário que a empresa faça a adequação de suas informações relativas ao meio ambiente no sistema de identificação de custos ambientais.

Dentro das ações que a empresa deve adotar, está a implementação de um sistema de gestão ambiental, pois este, correlacionado aos aspectos econômico-contábeis, permitirá a identificação dos custos ambientais gerados pelas atividades e processos organizacionais, possibilitando, ainda, a otimização do uso de insumos, identificação de oportunidades de melhoria e redução de custos.

Assim, este estudo buscou contribuir com a empresa para a identificação e mensuração dos custos ambientais, a partir das informações de quanto possuem de gastos nesta área, contribuindo para a melhoria contínua no desempenho ambiental da organização.

Deve-se, finalmente, reconhecer que esta pesquisa não esgota o assunto em pauta, uma vez que este tema ainda encontra-se em discussão, desenvolvimento e aprendizado. Os modelos e conceitos apresentados ao longo da pesquisa contribuíram para a visualização de um novo paradigma de gestão de custos ambientais, no estudo de caso na região de Passo Fundo, revelando novas oportunidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, L. M. S. Um estudo para definição e identificação de custos da qualidade ambiental. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CARVALHO, L. N. et al. **Contabilidade ambiental.** In: Congresso interamericano de professores da área contábil, III. Uruguai: [s.n.], 2000.

DIEPENDAAL, M. J.; WALLE, F. B. A model for environmental costs for corporations (MEC). **Waste Management & Research**, v. 12, n. 5, p. 429-439,1994.

DURAIRAJ, S. K. et al. Evaluation of life cycle cost analysis methodologies. International **Journal of Corporate Sustainability**, v. 9, 2002.

EAGAN P. D.; JOERES E. The utility of environmental impact information: a manufacturing case study. **Journal of Cleaner Production**, v. 10, p. 75-83, 2002.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JASCH, C. Environmental management accounting: Procedures and Principles; United Nation New York, 2001. Disponível em: http://www.emawebsite.org/library_favorites.asp.. Acesso em: 20 de ago de 2006.

KRAEMER, T. H. Modelo econômico de controle e avaliação de impactos ambientais – *Mecaia*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MORAES, R. de O. **Avaliação do desempenho ambiental**: um enforque para os custos ambientais e os indicadores de eco-eficiência. 2003. Disponível em: http://www.eac.fea.usp.br/artigos >. Acesso em: 20 jun. 2007.

MOURA, L. A. A. **Economia ambiental** - Gestão de custos e investimentos. São Paulo: luarez de Oliveira. 2000.

REGATSCHNING, H. D.; SCHNITZER, H. A techno-economic approach to link waste minimization technologies with the reduction of corporate environmental costs: effects on the resource and energy efficiency of production. **Journal of Cleaner Production**, v. 6, n. 3, p. 213-225, 1998.

RIBEIRO, M. de S. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. Tese (Doutorado). São Paulo, FEA/USP, 1998.

SILVA, E. M. Proposta de uma sistemática de custeio para avaliação de performance ambiental. Dissertação (Mestrado Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

U. S. ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. The lean and green supply chain: a pratical guide for materials managers and supply chain managers to reduce costs and improve environmental performance. 2000. Disponível em: http://www.epa.gov/opptintr/acctg/pubs/busmgt.pdf>. Acesso em: maio 2007.

____. An introduction to environmental accounting as a business management tool: key concepts and terms. Geneva, 1995. Disponível em: http://www.epa.gov/opptintr/acctg/pubs/busmgt.pdf>. Acesso em: maio 2007.

Serviço bancário satisfação e fidelização de clientes

Isabel Cristina Losch*, Viviane Rossato Laimer**

Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar a importância da prestação de serviços no setor bancário. Os bancos começaram a perceber, que cada vez mais, a relação de confiança entre banco e clientes é indispensável ao bom atendimento. Não basta atendê-los, é preciso conhecê-los. É nesse aspecto que entra a importância de o pessoal da linha de frente estar orientado para a satisfação de seus clientes. Um atendimento personalizado é condição básica à sobrevivência no mercado, e hoje as mudanças são constantes. É vital buscar, por meio da criatividade, meios de acompanhar as novas tendências e expectativas dos clientes, com o objetivo de conhecer atuais necessidades e desejos, bem como identificar o nível de satisfação de clientes. Para a realização do estudo, elaborou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas sobre a satisfação de clientes com relação aos serviços oferecidos pela empresa.

Palavras-chave: Atendimento personalizado. Prestação de serviços. Satisfação de clientes.

Abstract: This article has as objective to show the importance of the rendering of services in the banking sector. The banks had started to perceive, that each time more, the reliable relation between bank and customer is indispensable for the good attendance. It is not more enough to take care of them, is necessary to know them. It is in this

^{*} Graduada em Administração pela FAPLAN – Faculdade Planalto. E-mail:

 selacris8@yahoo.com.br>.

^{**} Graduada em Administração pela UPF – Universidade de Passo Fundo; especialista em Direitos Humanos pela CESUSC; mestranda em Engenharia – Infra-estrutura e Meio Ambiente; professora de Administração de Serviços da FAPLAN – Faculdade Planalto. E-mail: <viviane@faplan.edu.br>.

aspect, that enters the importance of the staff of the front line to be guided for the satisfaction of its customers. A personalized attendance is basic condition for the survival in the market, and today the changes are constant. It is vital to search, by means of the creativity, ways to follow the new trends and expectations of the customers, with the objective to know current necessities and desires, as well as identifying the level of satisfaction of these customers. For the accomplishment of the study, a questionnaire with open and closed questions was elaborated on the satisfaction of the customers with relation to the services offered for the company.

Keywords: Personalized attendance. Rendering of services. Satisfaction of the customers.

INTRODUÇÃO

No cenário atual de prestação de serviços, as empresas se deparam com clientes cada vez mais exigentes, é necessário encontrar um diferencial que atraia novos clientes. Os bancos estão cada vez mais competitivos e uma das alternativas estratégicas é, sem dúvida, oferecer um atendimento de qualidade e conquistar a fidelização do cliente. Se o cliente estiver satisfeito com o atendimento, será fiel e trará outras pessoas, caso contrário, procurará outro banco que o atenda melhor.

Atrair clientes é uma árdua tarefa, além de custar caro e levar tempo, também mantê-lo é ainda mais trabalhoso, considerando que a lealdade do cliente para qualquer tipo de serviço é sempre muito frágil. Por tradição, os bancos predominantemente racionavam em termos do volume do dinheiro, depósitos e empréstimos, hoje, precisam preocupar-se com a segmentação de mercado, posicionamentos de produtos e serviços.

A presente pesquisa, realizada junto à agência Centro do banco "X" de Passo Fundo, objetiva analisar, através dos conceitos de administração de serviços, como aumentar o grau de satisfação do cliente, fidelizando-o e descobrir o que ele quer, ou necessita.

1 Fundamentação teórica

1.1 Definição de serviços

A Associação Americana de Marketing define serviços como aquelas atividades, vantagens ou mesmo satisfações que são oferecidas à venda ou que são proporcionadas em conexão com a venda de mercadorias. Essa definição tem sido contestada por alguns autores, sob a alegação de que igualmente poderia definir produtos. Poderia dizer que "produtos são atividades (latentes), benefícios ou satisfações oferecidas à venda ou fornecidas em conexão com a venda de serviços" (TOLEDO, 1978, p. 25).

Para Las Casas (1999, p. 15), "serviços constituem uma transação realizada por uma empresa ou por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem". Rathmell (apud TOLEDO, 1978, p. 25) argumenta que:

Uma distinção implícita entre bens e serviços é a que considera o bem como alguma coisa—um objeto, um artigo, um artefato ou um material—e um serviço como um *ato*—uma ação, um esforço, um desempenho. Ao adquirir um bem, um comprador está adquirindo um ativo e seu valor monetário é estabelecido através de um preço. Quando um serviço é comprado, ocorre uma despesa, contribuições, custódias, prêmios, comissões, participações e assim por diante.

Já Grönroos (1993, p. 36), prefere combinar várias definições:

O serviço é uma atividade ou uma série de atividades de natureza mais ou menos intangível que normalmente, mas não necessariamente, acontece durante as interações entre clientes e empregados de serviço e/ ou recursos físicos ou bens e/ ou sistemas do fornecedor de serviços—que é fornecida como solução ao(s) problema(s) do(s) cliente(s).

Para Kotler (1998, p. 403), "Um serviço é qualquer ato ou desempenho que uma parte pode oferecer a outra e que seja essencialmente intangível e não resulta na propriedade de nada. Sua produção pode ou não estar vinculada a um produto físico".

Os serviços são atividades ou benefícios oferecidos para venda, os quais são essencialmente intangíveis e não resultam na posse de nada, como, por exemplo, é o serviço bancário. (KOTLER, 2003).

Verificando as definições apresentadas, toda empresa, de alguma forma, oferece serviços, mesmo que seja uma empresa predominantemente industrial.

Quando estiver vendendo seus produtos ao consumidor ou ao revendedor, a empresa estará prestando um serviço, portanto, essa interação na hora de concretizar a venda será percebida pelo cliente ou revendedor como um serviço de boa ou má qualidade.

1.2 A relação entre a empresa de serviços e o cliente

Existem dois tipos de relacionamento entre empresa e cliente que podem afetar a sua competitividade (GIANESI, 1996): um em que existe ligação formal entre a empresa e o cliente e outro onde existe uma relação informal. Existindo uma ligação formal entre empresa e cliente, a empresa percebe uma série de benefícios em virtude da freqüência da compra do cliente. A empresa conhece melhor seu cliente, suas necessidades e como utilizam o serviço recebido e este relacionamento mais intenso resulta no aumento da fidelidade do cliente (GIANESI, 1996).

O relacionamento entre cliente e empresa pode ser influenciado pelo resultado do processo de prestação de serviço. Por exemplo: um cliente novo para determinado fornecedor de serviços possui alguns parâmetros (percepção do risco, conhecimento do processo e lealdade) que são diferentes dos clientes que já passaram pelo processo de serviço.

1.3 Relação entre nível de satisfação e lealdade/ retenção de clientes

Para conseguir clientes fiéis e retidos é necessário tomar o cliente mais do que simplesmente satisfeito, pois o cliente satisfeito não pedirá reparações, já que a transação atendeu aos seus anseios, mas o cliente meramente satisfeito, não voltará necessariamente, não se tornará um entusiasmado *vendedor* do serviço, logo, para que isto aconteça, é necessário que o cliente esteja muito satisfeito. (CORRÊA, 2002).

Negócios variam em termos de quão competitivo é o mercado que atuam. Por exemplo: numa prestadora de serviços monopolista, ou única fornecedora, como a companhia de água ou gás local, tem que se admitir que os mesmos clientes *insatisfeitos* continuem sendo clientes *fiéis*. Eles continuarão a ser retidos, pois simplesmente não existe outra concorrente de quem comprar água encanada ou gás encanado. (Corrêa, 2002).

Pesquisas mostram que um cliente insatisfeito pode ter um potencial destrutivo maior que o de um cliente satisfeito. Corrêa (2002) reportou pesquisas onde constatou que um cliente satisfeito tende a contar da sua satisfação para seis outros clientes, enquanto um cliente insatisfeito tende a reportar sua insatisfação para onze.

Nesse mesmo sentido, Corrêa (2002) ainda argumenta que o grau de satisfação do cliente está diretamente ligado à fidelidade e retenção do cliente e, conseqüentemente, à lucratividade da organização. A satisfação prolongada dos clientes é a chave para sua lealdade. Essa não se deve restringir apenas aos produtos ou serviços da empresa, mas deve abranger toda a experiência. Os clientes fidelizados, ao depositarem confiança numa organização, acreditam que esta agirá sempre de acordo com os seus interesses, por isso é preciso criar laços afetivos e profundos nos clientes e estabelecer relações fortes sustentadas pela confiança mútua

1.4 Medindo a satisfação do cliente

A satisfação do cliente após a realização da compra depende do desempenho percebido do produto em relação as suas expectativas, e Kotler e Keller (2006, p. 142) definem que "satisfação é a sensação de prazer ou desapontamento resultante da comparação entre o desempenho (ou resultado) percebido de um produto e as expectativas do comprador". De acordo com Cobra (2000, p. 74), essa comparação é assim definida:

As relações entre dois seres humanos que se amam precisam ser permanentemente estreitadas, como uma flor ou uma planta que precisa ser regada no tempo certo, nem mais nem menos. O cliente deve ser tratado com muito amor e carinho, pois ele é a razão de ser de qualquer negócio.

A satisfação, portanto, é função de desempenho e expectativas percebidas, sendo que para Kotler e Keller, 2006 o cliente estará insatisfeito quando o desempenho não alcançar as suas expectativas; o cliente estará satisfeito se o desempenho alcançar as suas expectativas e o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado se o desempenho for além das expectativas.

Clientes meramente satisfeitos mudam facilmente de fornecedor quando aparece uma oferta melhor. Os que estão altamente satisfeitos são muito menos propensos a mudar. "Um alto nível de satisfação ou encantamento cria um vínculo emocional com a marca ou empresa" (KOTLER e KELLER, 2006).

Para Corrêa (2002), a avaliação que o cliente faz do serviço recebido muitas vezes é difícil de ser *medida*, pois a avaliação do cliente decorre da satisfação que o serviço propicia e resulta da comparação entre suas expectativas e suas percepções a respeito do próprio serviço. E como as expectativas e percepções variam de cliente a cliente e em cada situação, a satisfação do cliente em relação ao serviço é um conceito subjuntivo.

2 Metodologia

O objetivo geral do presente estudo é analisar, através dos conceitos de administração de serviços, como aumentar o grau de satisfação do cliente, fidelizando-o, e descobrindo o que ele quer, ou necessita. Como objetivos específicos, apresentam-se: realizar uma revisão bibliográfica a cerca do assunto escolhido; conhecer as necessidades e expectativas dos clientes; buscar informações do cliente sobre o atendimento personalizado oferecido aos clientes na Área de Negócios para Pessoas Físicas (ANE); analisar se os problemas e as dúvidas existentes são facilmente resolvidos pelos gerentes de conta; verificar se os produtos que o banco oferece atendem a suas necessidades e expectativas; coletar idéias de clientes para melhoria dos serviços e transmiti-las ao departamento adequado do banco e propor ações para satisfazer e fidelizar os clientes.

A realização da pesquisa justifica-se, pois se mostra inovadora, visto serem as grandes companhias, muitas vezes estrangeiras a utilizar tais ferramentas. A mesma é de natureza exploratória, pois tem como objetivo proporcionar mais familiaridade com o problema. O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o quantitativo que, segundo Diehl (2004), caracteriza-se pelo uso de quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e interpretações.

Também se utilizou a pesquisa qualitativa para descrever a complexidade do problema e a interação das variáveis. A técnica de pesquisa do estudo se caracteriza pela utilização da documentação indireta, pois se utiliza da pesquisa bibliográfica e também por documentação direta coletando-se dados diretamente na empresa em estudo, evidenciando a pesquisa de campo. Para Ficagna (2004, p. 69), é "aquela que consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente".

Para a realização do estudo, foi aplicado um questionário para clientes gerenciados da ANE, na agência Centro do banco "X" de Passo Fundo, através de um questionário constituído de perguntas fechadas e perguntas abertas. Se-

gundo Kotler (2003), as perguntas fechadas geram respostas fáceis de serem interpretadas, já as perguntas abertas em geral são mais reveladoras, pois não limitam as respostas dos entrevistados. A pesquisa foi realizada no período de janeiro a julho do ano de 2006. Os questionários foram aplicados em junho do mesmo ano.

3 Apresentação e análise dos dados

A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada na Área de Negócios para Pessoas Físicas (ANE) da agência Centro do banco "X" em Passo Fundo. O questionário utilizado para a coleta de dados constituiu-se de quatro perguntas fechadas e duas perguntas abertas para verificar o nível de satisfação dos clientes dessa agência.

Os dados abaixo apresentados foram coletados de 12 a 30 de junho de 2006, num total de 100 questionários respondidos. Estabeleceram-se perguntas fechadas e abertas, sendo que nas perguntas fechadas, a maioria dos respondentes as entregou sem resposta. Quanto aos resultados das perguntas abertas, verificaram-se muitos elogios e pouquíssimas reclamações.

3.1 Satisfação do atendimento personalizado

Do total de respondentes, 98% dos clientes pesquisados responderam que sempre estão satisfeitos com o atendimento personalizado, refletindo a necessidade do banco em manter o atendimento personalizado, o qual leva grande satisfação aos clientes. Apenas dois clientes, representando 2% dos entrevistados, responderam que, às vezes, ficam satisfeitos com o serviço.

De acordo com Zenone (2001, p. 113), o atendimento personalizado "[...] é o fator que desenvolve o relacionamento e cria confiança entre comprador e vendedor [...]". Isso significa que o fornecimento da atenção individualizada com qualidade, habilidade, conhecimento, segurança e credibilidade, atende às expectativas dos clientes, satisfazendo-os e fidelizando-os.

3.2 Necessidades e expectativas com relação aos produtos

Quanto aos produtos que o banco oferece, se atende suas necessidades e expectativas, verifica-se que dos 100 clientes entrevistados, 87 deles, responderam

que os produtos do banco vêm ao encontro de suas expectativas, superando suas necessidades. Os 13% dos clientes restantes responderam que, às vezes, os produtos do banco atendem as suas necessidades. Isso demonstra que a confiança dos clientes aos produtos do banco é construída pela garantia e certeza de que irá encontrar o que necessita: conhecimento dos produtos por parte de seus gerentes de conta, somado aos bons produtos da organização.

Os gerentes de conta formam relações pessoais e duradouras com seus clientes para conhecer suas necessidades e desejos, atendendo as suas expectativas.

Se as expectativas do cliente em relação ao desempenho de um serviço financeiro forem bem administradas, com certeza, poderão gerar um bom relacionamento com esse cliente.

3.3 Resolução de problemas e dúvidas

Nesse aspecto, 94% das respostas confirmam que os problemas e as dúvidas são facilmente resolvidos pelos gerentes de contas. Já 6%, responderam que, às vezes, os problemas são resolvidos. Nesse aspecto, percebe-se que os gerentes de conta estão bem preparados para o cargo que exercem, e quando alguma situação foge do alcance, buscam soluções imediatas junto ao sistema do banco ou com outros colegas, jamais deixando de atender ao solicitado. Na área de negócios especiais (pessoa física), cada gerente de conta sente-se responsável em solucionar os problemas ou as dúvidas. Não procura afastar os clientes e quando algo dá errado, procurando reverter os erros, sem causarem mais erros. Sabe que inevitavelmente haverá erros, enganos ou confusões; reconhece que a boa reparação de algum erro pode exercer um impacto tremendo sobre a percepção do cliente.

3.4 Confiança e credibilidade do gerente de conta

Nesse critério, 100% das respostas confirmam que os clientes têm total confiança e credibilidade em seu gerente. Essa resposta consolida a estratégia do banco, que busca a satisfação do cliente com a organização, em função do atendimento dos colaboradores, que atendem e prestam um serviço de qualidade, na forma de empatia, informação e disponibilidade do gerente de conta, somando com a importância do cliente se sentir único e valorizado.

A habilidade no sentido de passar a credibilidade e confiança àquilo que se fala ou defende deve ser assumida. Construir relações baseadas na confiança é

condição fundamental para investir num relacionamento forte e duradouro, satisfazendo as necessidades dos clientes. Caso contrário, não há relacionamento e, sem este, não há negócios. Sendo assim, sem negócio, não há empresa.

3.5 Sugestões e reclamações

Além das perguntas fechadas, o questionário continha duas perguntas abertas. As respostas que mais aparecem e outras que são relevantes para o estudo estão transcritas a seguir, já classificadas na tabela SERVQUAL (ferramenta para medir a qualidade dos serviços) descoberta por Valarie A Zeithaml, A. Parasuraman e Leonard L. Berry (1990), que estão discriminadas nas Tabelas 1 e 2, a seguir.

Tabela 1 - Reclamações ou sugestões.

Terias alguma reclamação	ou sugestão sobre qualquer aspecto?
Confiabilidade	O atendimento é sempre muito bom!
Confiabilidade	A sugestão é que continuem atendendo desta forma tão igualitária e amigável.
Confiabilidade	Esta agência é VIP, está atendendo às expectativas.
Responsabilidade	Está tudo satisfatório.
Responsabilidade	Continuar com o bom atendimento e disponibilidade dos funcionários no trabalho, sempre demonstrando alegria e boa vontade.
Confiança	Os serviços estão bem definidos e tem atendido As minhas necessidades. Obrigado! Parabéns!
Confiança	Sugiro às instâncias superiores, atenção especial no sentido de valorizar esses profissionais, financeiramente, oportunizando-lhe um constante crescimento e realizações.
Confiança	Sugestão: Dar mais ênfase na imprensa aos agentes por seu atendimento. Sempre quando houver reclamação sobre o atendimento, apenas ressaltar que no 2º piso o pessoal é muito competente e nunca nos deixa esperando.
Confiança	O atendimento é dos melhores. No setor de aplicações e outros serviços, onde sou recepcionado, os funcionários são eficientes, preparados e corteses. Assim, nada deve mudar, em time que está ganhando não se mexe.
Empatia	Exclusivamente, a continuidade do atendimento personalizado.
Tangíveis	Que a área dos clientes gerenciados nunca acabe, pois é o coração do banco.
Tangíveis	Contratar mais funcionários, melhor remunerá-los.
Tangíveis	Não gosto muito das portas dos bancos em geral. As portas giratórias não são muito confortáveis.
Tangíveis	Mais terminais de clientes pela cidade, principalmente no Bairro Vera Cruz.
Tangíveis	Quanto ao atendimento no balcão, creio que poderia ser melhorado, começando pela simpatia dos atendentes.

Tabela 2 - Aspectos positivos ou negativos do atendimento.

Tens alguma situação	a relatar sobre aspectos positivos ou negativos de atendimento?
Confiabilidade	Sempre foi tudo solucionado, no meu caso, em relação ao banco.
Confiabilidade	A disponibilidade, gentileza, simpatia e prontidão no atendimento dispensado pela minha gerente, ajudando-me a resolver todas as questões financeiras.
Confiabilidade	O atendimento perfeito não deixa oportunidade a qualquer reclamação.
Responsabilidade	Sempre fui bem atendida. Não há queixas. Sempre me ajudaram e os funcionários foram cordiais
Responsabilidade	Somente a elogiar, que continue assim, pois sempre fui muito bem atendida por todos, principalmente pela minha gerente de conta.
Responsabilidade	Atenção e gentileza com que somos tratados.
Responsabilidade	Atendimento prático e rápido, com muita responsabilidade
Responsabilidade	Sempre aspectos positivos, sempre quando preciso de alguma coisa sou bem atendida
Responsabilidade	Estava fora do estado (RS) e fui comunicada sobre o recadastramento do funcionário público.
Responsabilidade	Atendimento excelente por parte da gerência e funcionários.
Responsabilidade	Ao realizar um financiamento (crédito pessoal), foi me oferecido um título de capitalização e como consegui o financiamento resolvi fazer e fui contemplada.
Confiança	Somente quanto as aspectos positivos, pois a gerente da minha conta é extremamente competente, confiável e prestativa.
Confiança	Positivo, sempre com um sorriso no rosto.
Confiança	A gerente da minha conta é uma pessoa muito bem preparada para o cargo que exerce. Quando alguma situação foge ao seu alcance, busca soluções imediatas junto ao sistema do banco e outros colegas, jamais deixando de atender ao solicitado.
Confiança	Aspectos positivos, dentre os quais ressalto a forma humana com que sempre sou recebida. O lado pessoal e profissional dos atendentes, em especial do gerente da minha conta, é relevante.
Confiança	A minha gerente de conta me atende de forma tão educada e confiante que me deixa seguro. Sinto-me bem com a simpatia com que atende sempre, mesmo eu sendo um cliente de classe baixa.
Confiança	Sou cliente do banco há 32 anos e sempre fui bem atendido.
Confiança	Confio muito nas sugestões da minha gerente, sempre que as solicito, sigo-as e sempre foram muito boas. Sou muitíssimo bem atendido por ela.
Confiança	A minha gerente é muito atenciosa e honesta.
Empatia	Atendimento excelente e personalizado.
Empatia	Sempre bem atendido pela minha gerente de conta
Empatia	O atendimento com a minha gerente de conta é sempre primoroso.
Empatia	Aspecto positivo: Deposito todo o crédito ao meu gerente, ele me orienta do que necessito por telefone ou pessoalmente.

Tens alguma situação	o a relatar sobre aspectos positivos ou negativos de atendimento?
Empatia	Positivo: o atendimento direto com gerente de conta sempre está sendo acima das expectativas agilizando o tempo no banco. A automação do banco também é um fator muito positivo.
Empatia	A disponibilidade da gerente da minha conta é muito positiva.
Empatia	Acrescentar o toque de carinho no atendimento.
Tangíveis	Absolutamente nada. Sou cliente a pouco tempo, menos de 2 anos, mas nunca tive problemas com o banco.
Tangíveis	Disponibilidade também pelo telefone, falando pessoalmente com o gerente, nas dificuldades financeiras que tive.
Tangíveis	Até o momento, nada a relatar no aspecto negativo, quanto ao positivo que continue assim.
Tangíveis	Percebo que o banco vem melhorando positivamente o trabalho de atendimento.
Tangíveis	Como funcionário público, desde que troquei minha conta para este banco, não tenho nada a questionar, só elogiar o atendimento VIP.

As tabelas acima serviram de ferramenta para avaliar a percepção dos clientes a respeito da qualidade do serviço, baseando-se em cinco dimensões: confiabilidade, responsabilidade, confiança, empatia e tangíveis.

Quadro 1 - Critérios de avaliação.

Dimensões	Definição
Confiabilidade	Habilidade de prestar um serviço de forma confiável, precisa e consistente.
Responsabilidade	Disposição para prestar um serviço prontamente e auxiliar os clientes.
Confiança	Conhecimento (competência) e cortesia dos funcionários e sua habilidade de transmitir confiança, segurança e credibilidade.
Empatia	Fornecimento de atenção individualizada aos clientes, facilidade de contato (acesso) comunicação.
Tangíveis	Aparência das instalações físicas, dos equipamentos dos funcionários e dos materiais de comunicação.

Fonte: Adaptado de Gianesi (1996).

De um modo geral, os entrevistados estão satisfeitos com o atendimento personalizado, satisfazendo suas necessidades e expectativas. E como diz Bateson e Hoffman (2001, p. 324) "Um motivo possível para os altos resultados de satisfação é simplesmente que os clientes estejam satisfeitos com os bens e serviços que habitualmente compram e consomem". Hoje, com a acirrada concorrência

é mais fácil e menos oneroso manter os clientes atuais ao invés de captar novos clientes, mas para que isso aconteça é necessário saber quem são os clientes, quais suas necessidades e quais suas expectativas para que se possa oferecer um serviço personalizado e de qualidade.

Considerações finais

Após buscar identificar o grau de satisfação do cliente, descobrindo o que ele quer, ou necessita, pode-se subentender que a satisfação dos clientes não é mais uma opção, é uma questão de sobrevivência para qualquer organização. O objetivo principal de qualquer organização é a satisfação de seus clientes. Sem seus clientes a organização não tem propósito, não sobreviverá por muito tempo.

Tornar o cliente fiel é um processo sem fim. Não existe cliente conquistado para sempre, ele precisa ser conquistado todos os dias. Por isso, não há exagero algum em dizer que o cliente é o que qualquer empresa tem de mais importante e, para não perdê-lo, melhor ainda, a fim de conquistar a sua fidelidade, não basta atender as suas necessidades com produtos de alta qualidade, isso é o mínimo que ele espera. O segredo para fisgá-lo de vez é surpreendê-lo, oferecendo lhe um atendimento que o faça sentir-se único, especial.

Os clientes gerenciados da agência Centro do banco "X" de Passo Fundo, através do questionário por eles respondidos, confirmam que os seus gerentes de conta se interessam em solucionar seus problemas de uma forma amigável e confiável e quanto melhor a relação com os clientes, maior a satisfação dos mesmos.

São os clientes leais e não os clientes meramente satisfeitos que sustentam a liderança de uma empresa. Os programas que oferecem vantagens e descontos aos clientes freqüentes também não suportam a fidelidade. Para fidelizar é preciso identificar grupos de clientes atrativos ou com potencial de vir a ser atrativos, identificar suas necessidades, preocupações, enfim o que eles consideram como valor e desenvolver produtos e serviços que conduzam à obtenção do valor.

REFERÊNCIAS

BATESON, Jonh E. G.; HOFFMAN, K. Douglas. **Marketing de serviços**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COBRA, Marcos. Marketing de serviço financeiro. São Paulo: Cobra, 2000.

CORRÊA, Henrique L. CAON, Mauro. **Gestão de serviço**: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2002.

DIEHL, Astor Antonio; Tatim, Denise Carvalho, **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FICAGNA. Alba Valéria Oliveira; AGOSTINI, João Paulo; BARRETO, Juliana Menna (Orgs.). **Manual de orientações para estudos e produções acadêmicas**. Passo Fundo: Faculdades Planalto – FAPLAN, 2004.

GIANESI, Irineu G. N. Administração estratégica de serviços: operações para satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2006.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing:** gerenciamento e serviços. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Qualidade total em serviços**: conceitos, exercícios, casos práticos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PARASURAMAN, A; BERRY, Leonard L.; ZEITHAML Valarie A. **Delivering quality service:** balancing customer perceptions and expectations. New York: The Free Press, 1990.

TOLEDO, Geraldo Luciano. Marketing bancário: análise, planejamento, processo decisório. São Paulo: Atlas, 1978.

ZENONE, Luiz Cláudio (Coord.). **Customer relationship management (CRM)**: conceitos e estratégias: mudando a estratégia sem comprometer o negócio. São Paulo: Atlas, 2001.

APÊNDICE A - Questionário utilizado na pesquisa

Prezado cliente,
Solicito a gentileza de responder as questões abaixo sobre satisfação de clientes. Esta pesquisa faz parte do projeto de estágio da aluna Isabel Cristina Losch do curso de Administração de Empresas da Faplan (Faculdade Planalto), sob a orientação da professora Viviane Rossato Laimer.
Sua participação é muito importante e fundamental para a realização deste trabalho. A pesquisa não é identificada, portanto esteja a vontade para críticas e sugestões.
Idade: Sexo: () masculino () feminino
Renda: () até R\$ 1.000,00 () de R\$ 2.501,00 até R\$ 5.000,00 () acima de R\$ 5.001,00
Qual das afirmações a seguir descreve sua impressão em relação:
1) Tem alguma situação a relatar sobre aspectos positivos ou negativos de atendimento? Se tiver, responda abaixo.
2) Teria alguma reclamação ou sugestão sobre qualquer aspecto? Se tiver, responda abaixo.

Política editorial

a) Da revista

A Revista Contemporânea é mais um dos esforços da FAPLAN em estimular a produção do conhecimento científico em seu corpo docente de todo os cursos de graduação. É uma publicação que abriga textos da área de ciências sociais aplicadas, no entanto, não é específica de uma sub-área. E, para isso, busca manter, a cada número, um equilíbrio entre as diversas áreas que constituem o campo de trabalho das ciências sociais aplicadas.

Conta com um conselho editorial bastante qualificado, entre eles, mestres e doutores, de diferentes instituições, inclusive do estrangeiro. Tudo isso para cumprir o objetivo principal da revista, que é a disseminação do conhecimento, seja no meio acadêmico, seja na própria comunidade, tarefa essa entendida pela FAPLAN como nobre dever de uma instituição de ensino superior.

A revista tem periodicidade semestral e tem preferência por artigos de professores, pesquisadores (inclusive de outras instituições de ensino), mestrandos ou doutorandos. Há, ainda, espaço e incentivo para as produções científicas de outros profissionais externos ao meio acadêmico. Enfim, a revista está aberta ao saber.

b) Das normas para publicação

Os artigos para publicação na revista devem ser entregues por meio da *internet*. Porém, antes de enviar um artigo científico para a revista, é necessário que sejam seguidas algumas normas de pré-formatação do texto, conforme explicado a seguir.

Do processo de avaliação dos artigos científicos

Os textos são examinados preliminarmente pelo Conselho Editorial, a fim de verificar a conformidade com as normas básicas aqui apresentadas e tomar conhecimento do assunto abordado. Após, os artigos são avaliados por dois membros do Conselho Técnico-Científico, os quais apresentam, além do parecer quanto à publicação, sugestões de possíveis melhorias quanto à forma e ao conteúdo do artigo.

A aceitação do trabalho está condicionada à aprovação dos seguintes quesitos:

- 1) contribuição científica para a área das ciências sociais aplicadas;
- 2) consistência e coerência da apresentação, do desenvolvimento teórico, da análise, das conclusões e dos procedimentos metodológicos adotados. Sendo assim, o envio de um texto à revista não garante sua publicação na mesma.

Do parecer sobre o artigo encaminhado

Os autores serão comunicados por meio de um parecer de aprovação de seu artigo, o qual será enviado por *e-mail* ou por carta, em aproximadamente 60 dias, a partir da data de recebimento do artigo.

Dos direitos autorais

Os autores cedem os direitos de reprodução para a *Revista Contemporânea*. Quanto aos direitos autorais, os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo das contribuições.

A título de gratificação, os autores que tiverem artigos publicados numa edição da revista, receberão quatro exemplares da mesma.

Das publicações em língua estrangeira

Para este tipo de publicação, o artigo pode ser encaminhado em língua portuguesa ou estrangeira à *Revista Contemporânea*.

Da revisão dos textos

É exigido dos autores que executem uma revisão ortográfica e gramatical básica no texto. Entretanto, o texto será submetido a uma revisão profissional antes de ser publicado.

Da quantidade de texto

Os artigos a serem submetidos à apreciação para publicação devem ter de 10 a 20 páginas (já considerando as normas de formatação indicadas adiante), incluindo referências e notas.

Os ensaios devem ter de 5 a 10 páginas (também considerando as normas desta revista). Esse tipo de texto deve ser caracterizado por uma abordagem crítica que leve o leitor a uma reflexão sobre temas importantes da área das ciências sociais aplicadas.

c) Da forma visual de apresentação do artigo

Da primeira página da apresentação (capa)

Pede-se que seja impressa numa folha separada da do trabalho científico uma capa contendo os dados básicos do artigo e do autor:

- Título do trabalho;
- Nome completo do(s) autor(es);
- Titulação (especialista, mestre, doutor);
- Instituição a qual está ligado e cargo que desempenha;
- Áreas de interesse de pesquisa ou de atuação;
- Endereço para contato, telefone, fax, e-mail.

Da estrutura física do artigo científico

- Tipo de arquivo: arquivo processador de texto (em Word ou programas similares).
 - Formato do papel: A4 (21 cm x 29,7 cm).
 - Fonte: Times New Roman, tamanho 12.
 - Alinhamento: justificado.
 - Espaçamento: 1,5 entre linhas.
 - Margens: superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm.

Da estrutura organizacional do artigo científico

- Título em português e noutra língua estrangeira (preferencialmente inglês ou espanhol);
- Resumo em português (150 a 200 palavras), alinhado à esquerda, o qual deve conter: objetivo, método, resultado e conclusões num único parágrafo. E, ainda, de três a cinco palavras-chave.
- Resumo (abstract) em língua estrangeira (preferencialmente inglês ou espanhol) com 150 a 200 palavras, alinhado à esquerda, o qual deve ter o mesmo conteúdo organizacional do resumo em português, incluindo de três a cinco palavras-chave (keywords).
- O corpo do texto é a parte onde constará o desenvolvimento do trabalho, o qual comumente pode conter subdivisões numeradas, porém, convém lembrar que caso houver a subseção "introdução", esta não deve ser numerada, assim como a "conclusão" e as "referências". As referenciações no corpo do texto devem utilizar o sistema autor-data, a fim de evitar a colocação excessiva de rodapés de referências completas, já que estas informações já vão constar no fim do artigo, reservando o uso do rodapé para informações textuais complementares. O restante segue as normas básicas de apresentação textual.
- As ilustrações (quadros, tabelas, figuras etc.), quando houverem, devem ser apresentadas no corpo do texto, identificadas com legenda e numeração seqüencial (Quadro 1, Quadro 2... Tabela 1, Tabela 2... Figura 1, Figura 2 etc.). Artigos cujas ilustrações não possam ser incorporadas ao mesmo arquivo (como, por exemplo, no Word), devem ser enviadas em separado num arquivo diferente do arquivo de texto. Nesses casos, a melhor posição para ilustrações deve estar indicada no corpo do texto (entre parágrafos, entre subseções etc.).
- As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, conforme normas da ABNT (NBR 6023).

Do envio do artigo científico

As contribuições devem ser enviadas para o e-mail: <revistacontemporanea@faplan.edu.br> ou para <sidinei@faplan.edu.br>.

Revista Contemporânea de ciências sociais aplicadas da Faplan jul/dez. 2007 • ano 4 • n. 7

ADMINISTRAÇÃO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE

Eliane Salete Filippim, Carlos Ricardo Rossetto, Adriana Marques Rossetto

O CONJUNTO E A INTENSIDADE DE NECES-SIDADES NO PROCESSO EMPREENDEDOR DURANTE OS ESTÁGIOS DE CICLO DE VIDA NAS ORGANIZAÇÕES DE ADIZES

João Paulo Agostini, Leonardo Wolff

STRATEGY OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT BY THE EXAMPLE OF DEPARTMENT OF BUSINESS ECONOMICS AND MARKETING: INTRODUCTION OF QUALITY MANAGEMENT SYSTEM

N.G. Bagaoutdinova, M.E. Camargo, A.V. Gumerov, A.N. Ibraghimova, A.M. Araslanov

O TEXTO ARGUMENTATIVO E OS CAMINHOS DO SENTIDO

Luciana Maria Crestani

II DIREITO

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: PERSPECTIVA E ANÁLISE CONCEITUAL A PARTIR DE JÜRGEN HABERMAS Sidinei Cruz Sobrinho A FENOMENOLOGIA HERMENÊUTICA E O NOVO HORIZONTE PARA O DIREITO Marcio Renan Homel

PROJEÇÕES SOBRE DEMOCRACIA E ESPAÇO PÚBLICO: (RE)PENSANDO O PÚBLICO José Carlos Kraemer Bortoloti, Sandra Leal

RISCO E PRECAUÇÃO NO DIREITO AMBIENTAL

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, Tiago Schneider de Jesus

m)

CONTÁBEIS

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS PREÇOS NO PRIMEIRO DIA DE NEGOCIAÇÃO DAS EMPRESAS ESTREANTES NA BOVESPA NO TRIÊNIO 2004-2006 Julio Cesar Cuter

IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS NA UNIDADE INDUSTRIAL DE PASSO FUNDO DA EMPRESA BÜNGE ALIMENTOS S.A.

Elisangela N. Brandli, Adalberto Pandolfo, Renata Reinehr, Jalusa Guimarães, Gustavo L. Brandli

SERVIÇO BANCÁRIO: SATISFAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE Isabel Cristina Losch, Viviane Rossato Laimer



